REVISTA

COR

LGBTQIA+

N. 12
V. 1



TEMA LIVRE

COR LGBTQIA+
Curitiba, v. 1, n. 12, out. 2026
Publicação semestral da Faculdade de Direito - Setor de Ciências Jurídicas
Universidade Federal do Paraná
Praça Santos Andrade, 50 - Centro, Curitiba - PR, 80020-300

ISSN 2764-0426

PROJETO GRÁFICO

ISABEL CECCON IANTAS

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Revista COR LGBTQIA+. – n.12, v. 1 (out. 2026). Curitiba, 2026.

Quadrimestral.

Endereço eletrônico:
https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/

ISSN 2764-0426.

1. PessoasLGBTQIA+-Periódico.

CDU 342.7

Bibliotecário:EglemMariaVeroneseFujimoto – CRB-9/1217

A Revista COR LGBTQIA+ é um periódico com caráter técnico-científico, com periodicidade semestral, publicado em formato digital pela primeira vez em julho de 2021, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, em conjunto com a equipe COR, formada por estudantes, militantes, professoras(es) e pesquisadoras(es) de todo o Brasil.

Seu surgimento veio de uma demanda do movimento estudantil LGBTI+ por um espaço para publicação e discussão a respeito das pautas e conteúdos relacionados à temática de gêneros e sexualidades.

Tem como objetivo reunir as mais relevantes pesquisas e trabalhos com a temática LGBTQIA+, promovendo a pesquisa científica e a produção de trabalhos de excelência. Seu intuito é difundir e publicizar temas urgentes para o movimento, visando a democratização do conhecimento produzido neste campo e o diálogo com as diversas áreas do conhecimento que integram o escopo proposto.

EQUIPE EDITORIAL

LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | JOANA ZILLER | DENISON MELO DE AGUIAR | LEANDRO REINALDO DA CUNHA

COMITÊ CIENTÍFICO

ALBERTO JOÃO NHAMUCHE | ANABELLA PAVÃO DA SILVA | ANA PAULA MARTINS HUPP | ANDREI DOMINGOS FONSECA | ANGELA COUTO MACHADO FONSECA | ANNA CAROLINA HORSTMANN AMORIM | ARTHUR ROGOSKI GOMES | BÁRBARA DUTRA FONSECA | CARLA CARDI NEPOMUCENO DE PAIVA | CAROLINA ROMANAZZI FREIRE | DANDARA RUDSON SOUZA DE OLIVEIRA | DANIELI KLIDZIO | DENISON MELO DE AGUIAR | EDUARDO LIMA | ÉLIDA SILVA FERREIRA | ELIVELTON MAGALHÃES LIMA | EMILLY JOYCE OLIVEIRA LOPES SILVA | EWERTON DA SILVA FERREIRA | FERNANDA MARIA MUNHOZ SALGADO | FERNANDO DA SILVA CARDOSO | GUSTAVO BORGES MARIANO | HADASSA FREIRE DA SILVA GONÇALVES SANTOS | HELOISA PANCOTTI | HIDERLINE C. DE OLIVEIRA | ISABEL CECCON IANTAS | JAC RIBEIRO | JAQUELINE CARVALHO QUADRADO | JEAN COSTA SANTANA | JEZIEL SILVEIRA SILVA | JOALISSON OLIVEIRA ARAUJO | JOANA ZILLER | LEANDRO FRANKLIN GORSDORF | LEANDRO REINALDO DA CUNHA | LUCAS CAPITA QUARTO | LUÍSA DE FREITAS LOPES | MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA | MARCIO NICOLAU | MARIA FERNANDA PIRES | MARINA DE FÁTIMA DA SILVA | NIZAR AMIN SHIHADEH | PÉRICLES DE SOUZA MACEDO | RAFAEL DOS REIS AGUIAR | RAPHAEL DE ANDRADE RIBEIRO | ROGÉRIO MELO | THABATA VIEIRA ARECHAVALETTA | TIAGO DA SILVA ANDRADE | WALDYR BARCELLOS JUNIOR | WEZELLEY CAMPOS FRANÇA | WILLIAM ROSLINDO PARANHOS

SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS 05

Racismo e diversidade sexual pela perspectiva marxista: aproximações e mediações no serviço social 06
Maria Isabel Soares Barros

Do altar ao *feed*: discurso midiático sobre a sexualidade de pastores no Instagram 20
Leonardo Magela Lopes Matoso
Josenildo Soares Bezerra

Entre o reconhecimento e a exclusão: limites estruturais das cotas trans no ensino superior no Brasil 38
Jonathan Machado Domingues

O mal-estar da nomeação sexual: uma análise psicanalítica das narrativas de mulheres lésbicas e bissexuais 56
Taila Alberton
Andre Alonso Marques
Gustavo Angeli

Categorias, gradações e fluidez da sexualidade: sexo biológico, orientação sexual, identidade/expressão de gênero e papeis sexuais 76
Wellington Lourenço Oliveira

A pintura como recurso terapêutico na integração do self na transgeneridade adolescente 96
Arthur Luiz Carvalho Montargil

“Nem só de normativas administrativas vive a escola”: gênero, currículo e tensões entre desigualdades persistentes e possibilidades de mudança 116
Marco Túlio da Cunha Silva Moreira
Luana Solvelino

Assimetrias de gênero, interseccionalidades e empregabilidade LGBTQIAPN+ em práticas profissionais de estágio na rede federal de educação em Alagoas 138
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti
João Pedro Fradique de Lima
Bruno Rafael da Silva Batista Porfirio

Dissonâncias e críticas à crononormatividade nas relações gays em aplicativos de relacionamento: um estudo de caso a partir do Threads 156
Thiago Medeiros Fernandes

ENSAIOS 175

“A lei basta?”: desafios enfrentados por estudantes trans negras na rede básica de ensino frente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 176
Lilian Alexandra
Marco Túilo da Cunha Silva Moreira

RELATOS DE EXPERIÊNCIA 187

Um relato de experiência territorial no extremo sul da cidade de São Paulo: encontros entre sexualidade, cultura, território e religião 188
Ryan Dutra Rodrigues
Marcelo Vituzzo Perciani

TRABALHOS ARTÍSTICOS 205

Manifesto de um corpo marcado 206
Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

ARTIGOS CIENTÍFICOS

RACISMO E DIVERSIDADE SEXUAL PELA PERSPECTIVA MARXISTA: APROXIMAÇÕES E MEDIAÇÕES NO SERVIÇO SOCIAL

RACISM AND SEXUAL DIVERSITY FROM A MARXIST PERSPECTIVE: APPROACHES AND MEDIATIONS IN SOCIAL WORK

Maria Isabel Soares Barros[1]

Resumo: o presente artigo consiste em uma revisão bibliográfica que analisa como as determinações raciais e sexuais se expressam na sociabilidade capitalista e incidem na formação e na prática profissional do Serviço Social. Parte-se do referencial do Marxismo, compreendendo que o racismo e a LGBTfobia não são fenômenos isolados, mas mecanismos estruturais que contribuem para a reprodução das relações de exploração, a segmentação da classe trabalhadora e a manutenção da ordem do capital. A discussão evidencia que raça e sexualidade são categorias históricas e políticas, articuladas à dinâmica de classe, sendo fundamentais para a compreensão das desigualdades sociais. Nesse sentido, sustenta-se que o reconhecimento dessas determinações como estruturantes do capitalismo é essencial para o fortalecimento de uma prática profissional crítica, orientada por princípios antirracistas, anti-LGBTfóbicos e anticapitalistas. Conclui-se que, embora o foco esteja no Serviço Social, o debate se insere em um movimento mais amplo da luta anticapitalista, contribuindo para a produção de conhecimento e para o aprofundamento das reflexões em diferentes áreas.
Palavras-chave: Racismo; Marxismo; Serviço Social; Diversidade Sexual; Capitalismo.

Abstract: this article consists of a literature review that analyzes how racial and sexual determinants are expressed in capitalist sociability and how they affect the training and professional practice of Social Work. It starts from a Marxist framework, understanding that racism and LGBTphobia are not isolated phenomena, but structural mechanisms that contribute to the reproduction of exploitative relations, the segmentation of the working class, and the maintenance of the capitalist order. The discussion highlights that race and sexuality are historical and political categories, articulated with class dynamics, and fundamental to understanding social inequalities. In this sense, it argues that recognizing these determinants as structuring elements of capitalism is essential for strengthening a critical professional practice, guided by anti-racist, anti-LGBTphobic, and anti-capitalist principles. It concludes that, although the focus is on Social Work, the debate is part of a broader anti-capitalist struggle, contributing to the production of knowledge and the deepening of reflections in different areas.
Keywords: Racism; Marxism; Social Work; Sexual Diversity; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar como as determinações da diversidade sexual e do debate racial, como se expressam na sociabilidade capitalista brasileira e incidem na formação e na prática profissional do Serviço Social. Parte-se da compreensão de que discursos que afirmam a inexistência das opressões, ancorados exclusivamente na existência de legislações formais de igualdade, não se sustentam na realidade concreta, na medida em que desconsideram a persistência de desigualdades estruturais. Dados recentes evidenciam esse cenário, segundo o Observatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2024 o país permaneceu com maior número

[1] Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco; Graduada (2022) e Mestra (2026) em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Especialista em Relações de gênero, raça/etnia e em Políticas públicas e direitos sociais, ambas pelo Centro Universitário Internacional (2023).

de homicídios e suicídios de pessoas LGBT+ do mundo. Segundo a Agência Brasil (2025), 84% da população negra alega que já foi discriminada em algum momento, entre as mulheres negras 72% delas declararam que sofreram mais de um tipo de preconceito, seja por orientação sexual, renda, religião, obesidade, entre outros. Torna-se explícito que o discurso de negação, para além de não ser suficiente e não impedir, beneficia e contribui para a manutenção da reprodução das opressões. Assim, o próprio movimento do real, que se refere à compreensão de que a realidade social não é estática, nem aparente de forma imediata, mas histórica, dinâmica e contraditória. Impõe a necessidade de práticas concretas capazes de incidir tanto na objetividade quanto na subjetividade das relações sociais. Nesse sentido, no âmbito da formação profissional em Serviço Social, a realidade coloca à profissão exigências que demandam respostas qualificadas, orientando a construção de ações e intervenções críticas diante das expressões da questão social.

No âmbito da inserção do debate racial e das diversas formas de opressão na academia brasileira, destaca-se como elemento central a implementação das políticas de ações afirmativas, em suas diferentes modalidades. Ainda que persistam limites, tanto no que se refere ao quantitativo de vagas quanto ao aprofundamento do debate, tais políticas foram fundamentais para tensionar a histórica configuração elitista do ensino superior, ampliando o acesso de sujeitos historicamente excluídos e contribuindo para deslocar o perfil social das universidades. Esse processo tem incidido diretamente na produção do conhecimento e na dinâmica acadêmica, ao introduzir novos questionamentos e tensionar estruturas tradicionalmente marcadas por perspectivas brancas, eurocêntricas e heteronormativas.

No que se refere à formação em Serviço Social, é importante problematizar em que medida ela tem, de fato, incorporado uma perspectiva antirracista de forma transversal e consistente. Tal incorporação não ocorre de maneira homogênea entre as instituições, o que exige análises situadas que considerem as particularidades dos projetos pedagógicos e das condições concretas de formação.

Além disso, a partir de uma perspectiva crítica ancorada no Marxismo, é necessário evitar simplificações analíticas. Não se trata de afirmar que a formação antirracista no Serviço Social, isoladamente, seja capaz de superar o racismo em sua totalidade, especialmente no contexto da sociedade brasileira, em que o racismo se constitui como elemento estrutural e estruturante das relações sociais. Contudo, reconhecer esse limite não implica desresponsabilizar a profissão. Ao contrário, reforça-se a necessidade de fortalecer, no interior da formação e do exercício profissional, o debate crítico, a produção de conhecimento e a construção de práticas comprometidas com o enfrentamento ao racismo, entendidas como mediações que, ainda que parciais, podem incidir nas estruturas sociais e contribuir para processos mais amplos de transformação.

Partindo da premissa de que "analisar a dinâmica das relações sociais de classe, raça/etnia, sexo/gênero e sexualidade, de forma coextensiva e consubstanciada, permite-nos apreender criticamente determinações da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista" (Cisne; Santos, 2018, p. 26), e que essas dimensões condicionam majoritariamente as múltiplas relações sociais que nos constituem e que estabelecemos, seja ao produzir situações de privilégio para alguns em detrimento de outros, seja ao estruturar relações de poder, exploração e opressão entre diferentes grupos sociais ou classes.

2 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO DEBATE RACIAL E DA DIVERSIDADE SEXUAL: UMA ANÁLISE MARXISTA

A ideia, por vezes difundida em determinados discursos, de que as expressões relacionadas às temáticas de diversidade sexual e o debate racial seriam recentes na sociedade não se sustenta quando confrontada com a realidade histórica. Essa compreensão desconsidera que essas dimensões sempre estiveram presentes na constituição das relações sociais. Além disso, esse tipo de leitura tende a reforçar a naturalização de uma ordem social marcada por traços heteropatriarcais, racistas e capitalistas, ao esconder seu caráter histórico e socialmente construído, o que pode dificultar a problematização de suas bases e de suas possibilidades de transformação.

O que podemos identificar como uma novidade é a inserção desse debate no âmbito universitário, mesmo mediante às disputas internas. A entrada da população negra, quilombola, indígena e trans nas universidades, ainda que restrita, proporciona mudanças significativas no modo de pensar, registrar e fazer ciência.

Sob a perspectiva do Marxismo, não há posição mais incompatível do que fundamentar argumentações na ideia de uma realidade estática, dissociada de seu caráter histórico e processual. A formação do Brasil é acompanhada por características históricas como o "autoritarismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o racismo, o patriarcalismo, a privatização do público, que se combinam entre si" (Cisne; Santos, 2018, p. 99). E elas não podem ser desmembradas das análises que fornecem como plano de fundo o Brasil. A historização dessas bases opressoras é importante para entender que foram/são movimentos de dominações propositais, socialmente construídas e com intenção formuladas. Dessarte, "não são as ideais e as normas que determinam a realidade, é a realidade, com a concretude histórica das relações sociais e seus antagonismos postos na luta de classes, que determina as normas e ideias" (Cisne; Santos, 2018, p. 49).

Desse modo,

> O conhecimento produzido pelo método materialista histórico dialético, pressupõe o estudo ontológico do ser social, uma análise histórica do objeto concreto, para determinar suas categorias mais simples e mais complexas, numa relação dialética entre particularidade e universalidade, na determinação de suas mediações, visando compreender aparência e essência do objeto, revelando suas contradições, com o objetivo de superá-las. O método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas (Silva, 2019, p. 49).

Diante disso, a primeira aproximação com o marxismo ocorreu nas décadas de 1960-1970, a partir da inserção na universidade, ocasionando impactos diretos na formação profissional. No primeiro momento, ainda que por um marxismo considerado "vulgar", um marxismo sem base diretamente nas obras de Marx, mas interpretado por terceiros. O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (1960-1980) permite que a profissão se debruce sobre a teoria crítica marxista, compreendendo e assumindo décadas à frente o compromisso com a classe trabalhadora, como também resultando no Código de Ética do Assistente Social (1993), nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais (1996), entre outros.

De acordo com Braz e Botelho (2024) a aproximação do Serviço Social com o marxismo, deve-se primeiramente ao Movimento latino-americano de Reconceituação (1965-1975), e que influencia três momentos da aproximação no Brasil, a primeira a perspectiva da intenção de ruptura na sua emergência entre 1972-1975, seu período de consolidação entre 1975 até a década de 1980 e posteriormente a sua propagação entre a categoria. Desta forma,

> O acervo crítico em que se baseia a profissão hoje é produto de uma corajosa atitude de se repensar, de ampliar as lentes de análise e perceber a profissão como parte e expressão de uma dimensão macro ordenada pelo modo de produção capitalista. Desde os anos 1980 a profissão encarou esse desafio e na atualidade é impossível realizar qualquer análise de qualquer dimensão da sociedade ou do exercício profissional ignorando o modo de produção capitalista como mirante de análise e determinante das relações raciais (Assis, 2022, p. 239).

De fato, Marx não debruçou diretamente, em suas obras, sobre os recortes de diversidade sexual e/ou raça. É fundamental compreender que seu objeto central de investigação foi a sociedade burguesa e o modo de produção capitalista, e não, especificamente, as relações étnico-raciais. Ainda assim, o método por ele desenvolvido, bem como suas formulações acerca das desigualdades e das relações de exploração e opressão, constituem aportes teóricos essenciais para fundamentar as lutas antiopressões.

A partir desse referencial, torna-se possível apreender tais fenômenos para além de suas manifestações imediatas, superando a aparência e alcançando sua essência no próprio

movimento do real. Isso implica compreendê-los em sua inserção na totalidade das relações sociais capitalistas, o que permite construir mediações entre o método marxista e o debate das opressões em contextos específicos, como o de países de economia periférica, marcados por heranças coloniais, raciais e patriarcais. Nessa direção, conforme destacam Cisne e Santos (2018), a categoria de totalidade implica reconhecer o caráter histórico e relacional do ser social, sem desconsiderá-lo enquanto um "complexo de complexos", evidenciando a articulação entre sociabilidade e individualidade, bem como a centralidade da luta de classes e das contradições que atravessam a vida social.

Tomemos como exemplo as mediações realizadas por Clóvis Moura, no prefácio do seu livro Dialética radial do Brasil negro, escrita por Oliveira (2004, p. 11), sinaliza que o pensamento moureano está para além de sinalizar as origens e implicações das relações raciais no Brasil, mas realiza "uma proposta teórico-conceitual sofisticada de pensar o Brasil [...] estuda a dinâmica das relações raciais como um elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira". O marxismo diferente da fórmula de Bhaskara não determina na sua aplicação uma ordem rígida a ser seguida, com métodos e resultados já definidos, sem possibilidade de modificação. O método indica metodologicamente caminhos a serem considerados mediante as suas categorias.

Elpidio (2025, p. 568), chama atenção para um "acerto de contas" necessário, devido a ausência do debate na formação acadêmica durante tanto tempo. Essa condição de omissão foi imposta aos próprios assistentes sociais que previamente trouxeram o debate para o cerne da profissão, disputando durante a história que fosse realizada uma articulação entre a realidade identificada e o trabalho profissional, sendo necessário o debate racial, de etnias, de sexualidade, de gênero, vinculado às classes sociais. A autora ainda destaca o silenciamento de importantes contribuições de autores marxistas de outras áreas que discutiram a temática racial no Brasil, por exemplo, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento e tantos estudiosos e militantes. Afirmar que essa base intelectual é nova, portanto, inexperiente é desmerecer e apagar os importantes avanços que foram possíveis a partir dos estudos desenvolvidos pelos autores citados, inviabilizando o protagonismo dos que antecederam o debate e semearam o caminho para a discussão.

Um apontamento importante realizado por Elpídio (2025), trata da necessidade de reconhecer os processos vivenciados pela profissão a partir do acesso à teoria marxista, com isso a necessidade de examinar as tendências reducionistas feitas ao marxismo para que assim possa avançar no debate e assim superar essa concepção. Desta maneira, a defesa de um caráter anticapitalista vinculado à luta de classe, também reflete na defesa do fim das dominações e desigualdades na sociedade. Essa postura implica concretamente na defesa das lutas antirracistas, da população indígena, quilombola, cigana, LGBTQIAPN+, feminista, entre outros.

A pesquisa nacionalmente realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS intitulado de “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional” (2022), evidencia que, segundo a autodeclaração dos participantes, 92,92% dos profissionais se identificam como do gênero feminino e 6,97% como do gênero masculino. No que se refere à categoria “outras expressões de gênero”, esta corresponde a 0,10% do total, equivalente a 46 profissionais. Dentre esse grupo, foram registradas diferentes identidades: 7 pessoas (15,22%) se identificaram como transexual masculino, 5 (10,87%) como transexual feminino, 5 (10,87%) como travesti, enquanto a maioria, composta por 29 profissionais (63,04%), declarou não se identificar com nenhuma das opções de gênero disponibilizadas no instrumento de pesquisa.

A pesquisa aponta que uma grande maioria de entrevistados se identificam, quanto ao gênero, a partir de um sistema binário, porém há uma parcela, mesmo que pequena, que se autodeclara dentro de outras expressões. Nesse sentido, mesmo que esses sujeitos compreendam uma minoria de indivíduos, é necessário que discussões sejam movimentadas em detrimento deste público, pois é notório que o “modelo binário de masculino e feminino não expressa a diversidade sexual, e requer uma compreensão baseada na totalidade da vida social” (CFESS, 2022, p. 25). Sobre os dados do item da pertença étnico-racial, informam que 50,34% das/os profissionais se autodeclararam como de cor/raça preta/negra/parda, 46,98% branca, 1,85% amarela, 0,32% indígenas e sem identificação 0,51%. Esses dados revelam a necessidade do debate do racismo e da diversidade sexual para além de responder às demandas dos usuários, mas também da própria categoria.

Os fatos que comprovem que o debate da diversidade na profissão e na academia foram restritos durante um longo período podemos identificar, no entanto, a seguir iremos mapear algumas das produções que representam marcos políticos e teóricos na categoria acerca do debate da diversidade.

No debate da questão racial no interior do Serviço Social, destaca-se uma entrevista concedida por Magali da Silva Almeida à Revista Libertas, em 2013, intitulada “Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social”. Na ocasião, a professora relata que, em 1988, quando estava vinculada ao Movimento Negro e ocupava a vice-presidência do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, a entidade, em articulação com o movimento social, contribuiu para a organização da Marcha Contra a Farsa da Abolição de 1988, integrando o núcleo estadual de organização. A partir dessa atuação, o CRESS-RJ passou a se constituir como referência, entre as entidades do estado, no debate e na articulação de ações de enfrentamento ao racismo.

Outro episódio marcante, rememorado pela entrevistada, refere-se ao Pré-CBAS realizado em 1989, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, ela e uma colega apresentaram o trabalho intitulado “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”, sendo recebidas com aplausos pela plateia. Esse momento contribuiu para impulsionar a

inserção do debate racial no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Contudo, à época, ainda não havia um Grupo de Trabalho específico para a temática étnico-racial, que acabou sendo incorporada ao debate mais amplo da diversidade humana e inserida no eixo temático "Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino-Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional".

Ferreira (2010), sinaliza apenas três publicações até 2010 na principal revista da profissão na atualidade, a Revista Serviço Social e Sociedade, são elas de autoria de Matilde Ribeiro em 2004, Sarita Amaro em 2005 e Roseli da Fonseca Rocha em 2009. No ano de 2010, o CFESS realiza publicamente o debate no seu encontro nacional e realizou a publicação do "CFESS Manifesta" no Dia Nacional Da Consciência Negra. A "Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo" (2017-2020), realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS). Em 2018, a ABEPSS lançou os "Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social", sua elaboração destaca a criação de um projeto de formação profissional antirracista como uma de suas prioridades políticas, reconhecendo a importância do debate étnico-racial na história do Brasil e na prática do Serviço Social. A publicação em 2018 da "Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia" pelo CFESS.

O volume oito da Biblioteca Básica do Serviço Social em 2018, é o primeiro da coleção a dar ênfase e centralidade ao debate da discussão da diversidade sexual, do patriarcado e do racismo, intitulado de "Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social" de autoria de Mirla Cisne e Silvana Mara. A criação em 2020 da "Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo". A coletânea "Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos", organizado em 2021 por Maria Beatriz Costa Abramides, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamento Marxista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo (Neam/PEPGSS/PUC-SP) em comemoração aos 25 anos de existência. No mesmo ano, a publicação da coletânea "Questão racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos" organizado por Márcia Campos Eurico, Rachel Gouveia Passos, Magali da Silva Almeida, Tereza Cristina Santos Martins reúne produções de assistentes sociais que tratam a interseção entre questão racial e a questão social no Brasil. O lançamento da "Plataforma Antirracista" em 2022 pela ABEPSS e no mesmo ano a publicação da coletânea "Antirracismos e Serviço Social" organizados por Márcia Campos Eurico, Maria Liduina de Oliveira e Silva, Rachel Gouveia Passos e Renata Gonçalves, resultado de debates desenvolvidos no curso "Movimentos Antirracistas, Marxismo e Serviço Social".

No debate da diversidade sexual, o CFESS foi o primeiro Conselho profissional a nível Federal que passou a garantir a utilização do nome social no seu Documento de Identidade Profissional (DIP), decretado na Resolução CFESS nº 785/2016. O Conjunto CFESS/CRESS

realiza campanhas para conscientização da temática, como por exemplo, “O Amor Fala Todas as Línguas” (2007), “Livre orientação e expressão sexual” (2008), “Nem Rótulos Nem Preconceitos. Quero Respeito” (2014), Caderno nº 4: Assistente Social no Combate ao Preconceito- Transfobia” e o documento normativo com orientações para atendimento de pessoas trans e travestis (2019).

Assis (2022, p. 237), aponta a importância de estudarmos a gênese da profissão para apreender de que forma a profissão se posicionou - ou não - frente a inserção do debate racial, e as marcas deixadas por esse processo, para isso, necessita considerar a ideologia racial vigente nesse período de gênese. Nesse sentido, ainda acrescentaria que também devemos compreender as concepções hetero patriarcais vigentes no período. Netto (1992, p. 69), é enfático ao afirmar que “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica”. A profissão criada com a intenção de atender aos interesses da ordem burguesa capitalista, encontra no marxismo um embasamento teórico para interpretar de maneira autônoma as implicações ocasionadas.

Assim, o referencial marxista não oferece uma neutralidade ou uma solução imediata, mas um instrumental crítico que permite ao profissional interpretar limites, construir mediações e buscar estratégias de intervenção que, ainda que parciais, apontam para a transformação social. Desse modo, ao se apropriar do marxismo, o Serviço Social não apenas reconfigura sua base teórica, mas também redefine seu posicionamento político e ético, assumindo uma perspectiva crítica diante da ordem vigente e das formas de reprodução das desigualdades.

Diante dessas concepções, abordar as temáticas sobre a diversidade é envolver diretamente nas “situações concretas da vida singular dos indivíduos bem como dos sujeitos políticos [...] relacionados, dentre outras questões, à sexualidade, á afetividade, a viver sob os ditames do patriarcado, da misoginia, do racismo e da LGBTfobia” (Cisne; Santos, 2018, p. 23). Não é recente a percepção, presente em determinados segmentos da esquerda, de que o debate acerca das opressões se configura como uma pauta identitária, acessória e/ou desvinculada da luta de classes.

É necessário reconhecer que, no interior do feminismo e dos movimentos antirracistas, coexistem distintas correntes teóricas e políticas que disputam sentidos e estratégias de atuação, entre as quais se destacam perspectivas liberais, pós-modernas e aquelas centradas na identidade. No âmbito deste artigo, parte-se do referencial do Marxismo para problematizar abordagens que tendem a tratar o racismo de forma dissociada das determinações estruturais do capitalismo.

Nessa direção, não se afirma, de maneira generalizada, que o enfrentamento ao racismo seja considerado secundário, mas busca-se tensionar leituras que, ao não

articularem raça e classe, podem limitar a compreensão das bases materiais que sustentam as desigualdades raciais. Assim, sustenta-se que a análise do racismo, quando desvinculada da crítica à sociabilidade capitalista, corre o risco de apreender o fenômeno de forma parcial, o que reforça a necessidade de abordagens que considerem a totalidade das relações sociais e suas múltiplas determinações.

Essa postura evidencia os limites e que ainda apresentam dificuldades em estabelecer uma aproximação concreta com as vivências cotidianas da população negra, das mulheres e da população LGBTQIAPN+, segmentos que, em grande medida, compõem as frações mais exploradas da classe trabalhadora. Nesse sentido, compreender o racismo como estrutural e estruturante da sociedade brasileira implica reconhecer sua relação intrínseca com a divisão racial e sexual do trabalho (Moreira, 2021).

Assim, análises que não incorporam essas determinações tendem a apreender de forma parcial a realidade social. À luz do Marxismo, torna-se fundamental avançar para além da aparência dos fenômenos, buscando suas determinações mais profundas e suas mediações com a totalidade social. Isso exige reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é atravessada por dimensões raciais, étnicas e de gênero, que não podem ser dissociadas da análise de classe. Desse modo, a desconsideração dessas mediações pode fragilizar a construção de estratégias articuladas de enfrentamento ao capitalismo, ao limitar a compreensão das múltiplas formas de exploração e opressão. Em contrapartida, a incorporação destas dimensões contribui para o fortalecimento de análises mais consistentes e de práticas políticas capazes de ampliar a unidade na luta anticapitalista.

De acordo com Madeira (2025), para compreender a questão racial no Brasil é imprescindível examinar as condições objetivas e subjetivas da sua existência, de forma que desenvolvam a produção e reprodução da vida. Desse modo, a luta antirracista e as lutas antiopressões, são podem ser consideradas desconexas do movimento do real, das implicações nas relações sociais, elas devem ser associadas a transformação social, conectadas com a persistências nas desigualdades. Esse debate, como identitarismo e vitimismo, é uma modalidade sofisticada de racismo se manifestar.

3 CONSIDERAÇÕES APROXIMATIVAS FINAIS

Diante das ausências históricas no tratamento dessas temáticas, torna-se fundamental atentar também para aquilo que não está explicitado, interrogando os silenciamentos e as intencionalidades que os sustentam. Essas lacunas não são neutras, elas expressam determinações vinculadas a uma sociabilidade marcada por bases racistas, heteropatriarcais e capitalistas, nas quais a aparente ausência de conflito pode ocultar tensões e disputas profundas. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as relações sociais contemporâneas são produto de um passado estruturado por desigualdades, mas

também por intensos processos de luta e resistência. Assim, opressão e resistência constituem dimensões indissociáveis da realidade concreta e da própria dinâmica da luta de classes.

As reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de oferecer respostas acabadas ou soluções prescritivas. Ao contrário, buscam provocar o debate e estimular a problematização crítica, convidando não apenas estudantes e profissionais do Serviço Social, mas a sociedade em geral, a reconhecer essas determinações frequentemente invisibilizadas. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de construção de mediações que possibilitem a incorporação de posicionamentos comprometidos com o enfrentamento às opressões, articulados a uma perspectiva anticapitalista, orientada pela transformação social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Quase 85% da população preta afirma ter sofrido discriminação racial: dado faz parte de pesquisa apoiada pelo Ministério da Igualdade Racial. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/quase-85-da-populacao-preta-afirma-ter-sofrido-discriminacao-racial. Acesso em: 23 jul. 2025.

ALMEIDA, Magali da Silva. Entrevista com a professora Magali da Silva Almeida. **Revista Libertas,** Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18263. Acesso em: 26 mar. 2026.

ALMEIDA, Silvio de. Prefácio de Asad Haider: Armadilha da identidade. **Insurgência**, 5 jan. 2021. Disponível em: https://www.insurgencia.org/blog/silvio-almeida-prefacio-de-asad-haider-armadilha-da-identidade. Acesso em: 22 jul. 2025.

ASSIS, Eliane Santos de. **A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no Serviço Social**. 2022. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/30905/1/Eliane%20Santos%20de%20Assis.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Lançamento da plataforma antirracista. **ABEPSS**, Brasília, 2022. Disponível em: https://abepss.org.br/lancamento-da-plataforma-antirracista/. Acesso em: 26 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Subsídios para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. **ABEPSS**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

BRAZ, Marcelo; BOTELHO, Marcos. Teoria social e as Diretrizes Curriculares de 1996: processo e afirmação da tradição marxista na formação profissional. *In*: GHIRALDELLI, Reginaldo; ELIAS, Michelly (org.). **Diretrizes curriculares e formação em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2024.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Assistente social no combate ao preconceito: transfobia. **CFESS**, Brasília, DF, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Carta de princípios da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. **CFESS**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-principios-frentecombateracismo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: 1ª Conferência Nacional GLBTT. **CFESS**, Brasília, DF, [*s.d.*]. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta1aconferencianacionalGLBTT.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: Dia Nacional da Consciência Negra. **CFESS**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2010.11.20_CFESSManifesta_ConscienciaNegra.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). CFESS Manifesta: o amor fala todas as línguas – assistente social na luta contra o preconceito. **CFESS**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Nota técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia. **CFESS**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. **CFESS**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Resolução CFESS nº 785, de 2016. **CFESS**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/ResCfess7852016.pdf. Acesso em: 26 mar. 2026.

ELPÍDIO, Maria Helena. Por uma formação antirracista no Serviço Social. **Temporalis**, v. 25, n. 49, p. 565–574, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/48729. Acesso em: 22 jul. 2025.

FERREIRA, Camila Manduca. **O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936–1947)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Diretrizes curriculares do Serviço Social, debate étnico-racial e os desafios contemporâneos para uma formação emancipatória. **Temporalis**, v. 25, n. 49, p. 44–54, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/48710. Acesso em: 22 jul. 2025.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. A indissociabilidade entre as lutas antirracista e anticapitalista: aproximações necessárias. *In*: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org.).

Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40654/1/9786587387635.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). Relatório 2024. **Grupo Gay da Bahia**, 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

OLIVEIRA, Dennis de. Prefácio: uma análise marxista das relações raciais. *In*: MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.

SERVIÇO SOCIAL CONTRA O RACISMO. **Serviço Social contra o racismo.** Disponível em: https://servicosocialcontraracismo.com.br/. Acesso em: 26 mar. 2026.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34–51, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dQkkhqYS3WDkMNX3N44JCKf/. Acesso em: 22 jul. 2025.

Recebido em: 26/11/2025
Aceito em: 18/06/2026

DO ALTAR AO *FEED*: DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE A SEXUALIDADE DE PASTORES NO INSTAGRAM

DEL ALTAR AL FEED: DISCURSO MEDIÁTICO SOBRE LA SEXUALIDAD DE PASTORES EN INSTAGRAM

Leonardo Magela Lopes Matoso[1]
Josenildo Soares Bezerra[2]

Resumen: este artigo investiga como o Instagram produz narrativas sobre a sexualidade de pastores evangélicos, tensionando fé, moralidade e corporalidade. Ancorado na genealogia foucaultiana da sexualidade articulada a aportes decoloniais e queer, propõe uma cartografia genealógica-digital como metodologia para mapear como escândalos, moralidade e prazer se entrelaçam nesse espaço. A partir de casos midiáticos, evidencia-se a persistência da colonialidade de gênero no discurso religioso, expressa na condenação da homossexualidade, nas terapias de "cura" e em abusos sexuais. Com base em Michel Foucault (2014), Maria Lugones (2020), Paul Preciado (2018), David Le Breton (2016) e Judith Butler (2003), a análise demonstra como a figura pastoral, símbolo de pureza, é desestabilizada quando sua corporeidade, atravessada pelo desejo, torna-se pública. No ambiente digital, tais narrativas reconfiguram as fronteiras entre o sagrado e o profano, convertendo a sexualidade em espetáculo farmacopornográfico.
Palavras-chave: Sexualidade; Mídia; Pastores; Homossexualidade.

Resumen: este artículo investiga cómo Instagram produce narrativas sobre la sexualidad de pastores evangélicos, tensionando fe, moralidad y corporalidad. Anclado en la genealogía foucaultiana de la sexualidad, articulada con aportes decoloniales y queer, propone una cartografía genealógica-digital como metodología para mapear cómo escándalos, moralidad y placer se entrelazan en este espacio. A partir de casos mediáticos, se evidencia la persistencia de la colonialidad de género en el discurso religioso, expresada en la condena de la homosexualidad, en las terapias de "cura" y en los abusos sexuales. Con base en Michel Foucault (2014), Maria Lugones (2020), Paul Preciado (2018), David Le Breton (2016) y Judith Butler (2003), el análisis demuestra cómo la figura pastoral, símbolo de pureza, se desestabiliza cuando su corporalidad, atravesada por el deseo, se vuelve pública. En el entorno digital, tales narrativas reconfiguran las fronteras entre lo sagrado y lo profano, convirtiendo la sexualidad en un espectáculo farmacopornográfico.
Palabras clave: Sexualidad; Medios; Pastores; Homosexualidad.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O debate em torno da sexualidade e da religião, sobretudo no Brasil, não pode ser lido apenas como um choque entre fé e desejo, entre dogma e prazer. O que se joga nesse campo é mais profundo. Trata-se da atualização de um mecanismo colonial que, como aponta Maria Lugones (2020), articulou cristianismo, racismo e patriarcado para ordenar corpos, classificá-los, hierarquizá-los e submetê-los a um regime de disciplina[3]. O que

[1] Doutor em Estudos da Mídia pela UFRN. Doutorando em Saúde Coletiva pela UFRN. Enfermeiro, Jornalista e Psicanalista. Bolsista da CAPES/CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa CORPOLÍTICA: Grupo de Estudos Interdisciplinares, Práticas Discursivas e Política dos Corpos.
[2] Doutor em Estudos da Linguagem. Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro fundador da Red Latinoamericana de investigadores en Publicidade/Colômbia.
[3] O regime de disciplina é uma forma moderna de poder que atua não apenas pela repressão ou violência direta, mas pelo controle contínuo dos corpos, comportamentos e subjetividades, como defende Michel Foucault (2014).

chamamos de “moralidade cristã” é, nesse sentido, inseparável da colonialidade de gênero, cuja permanência molda tanto as práticas cotidianas quanto as arenas políticas e midiáticas.

Não por acaso, a sexualidade jamais foi um dado “natural”. Sempre esteve sob vigilância, convocada a funcionar como instrumento de regulação. A condenação das homossexualidades, a imposição da heterossexualidade compulsória e as práticas de “cura” ou “correção” não são desvios episódicos, mas engrenagens de uma mesma máquina colonial que insiste em sobreviver, sobretudo no discurso evangélico brasileiro. Um discurso que não apenas ecoa nas igrejas, mas ressoa com força no Estado e na mídia.

Um dos episódios que ganhou ampla circulação nas redes sociais em 2025 envolve o pastor Eduardo Costa, cuja exposição pública colocou em tensão as normas morais que ele próprio anteriormente defendia. Conforme reportado por Pedro Cards e Ranyelle Andrade (2025), o caso veio à tona quando o pastor foi flagrado em trajes socialmente associados ao feminino – utilizando calcinha azul e peruca loira – após ter proferido, em pregações, que pessoas homossexuais e adúlteras deveriam “morrer”. O episódio explicita a fricção entre práticas corporais e discursos normativos, evidenciando como o corpo, ao escapar às prescrições que o regulam, desestabiliza a própria autoridade que pretende discipliná-lo. Nesse deslocamento, o corpo que outrora foi silenciado pela moral religiosa irrompe como denúncia, expondo a violência simbólica de uma ética que condena o desejo enquanto é, ela própria, atravessada por este.

Não se trata apenas de um escândalo passageiro, mas aquilo que Michel Foucault (2014) nomeou como o regime da confissão, no qual o sujeito é convocado a produzir discursos sobre si mesmo como forma de regulação. A intimidade, antes confinada ao segredo penitencial, explode na cena pública. O corpo pastoral, compreendido socioculturalmente como espaço de pureza, torna-se narrativa de falha, desejo e poder.

E é precisamente nesse ponto que a genealogia foucaultiana nos serve de guia. Se os regimes de verdade[5] sobre o sexo não brotaram da natureza, mas das práticas discursivas que moldaram afetos, desejos e subjetividades, então a confissão foi seu dispositivo exemplar. O sujeito cristão aprendeu a falar de si para vigiar-se a si mesmo (Foucault,

[4] A utilização do termo mídia neste estudo ancora-se em duas compreensões teóricas complementares, que, em diálogo, permitem uma apreensão mais complexa do fenômeno. A primeira delas, seguindo a contribuição seminal de Lúcia Santaella (1996), que concebe a mídia como um sistema dinâmico e integrado de linguagens e tecnologias, no qual diferentes matrizes midiáticas coexistem e convergem no ambiente digital. Essa “cultura das mídias” transforma as relações entre produção, recepção e autoria, fazendo com que os sujeitos atuem simultaneamente como produtores, divulgadores e receptores de conteúdo. A segunda compreensão, fundamentada na obra de Michel Foucault (1996), desloca o foco das estruturas tecnológicas para as relações de poder que a mídia instaura e sustenta. Neste quadro teórico, a mídia é compreendida como um "dispositivo" e um "regime de verdade". Como tal, ela não se limita a transmitir informações, mas é uma instância produtora de discursos que definem, validam e normaliza o que a sociedade deve reconhecer como verdadeiro, legítimo e normal. Dessa forma, a mídia funciona como um potente mecanismo de controle social, que classifica, hierarquiza e governa os indivíduos e os corpos por meio de suas práticas discursivas.

[5] Para Foucault (2014), a verdade não é uma essência eterna que espera ser descoberta. Ela é resultado de práticas históricas que articulam saber e poder. Quando uma sociedade define o que é doença mental, o que é sexualidade ‘normal’ ou o que conta como conhecimento científico, ela não está apenas descrevendo fatos. Está criando um regime de verdade: um conjunto de regras, procedimentos e discursos que estabelecem o que pode ser dito, quem tem direito de falar e como se decide o que é verdadeiro.

2014). Tornou-se cúmplice da norma que o disciplinava. E o pastor, herdeiro desse regime, encarna a promessa de pureza e autocontrole absolutos. Sua corporeidade é extensão da doutrina, espetáculo vivo da disciplina que anuncia. Mas, quando esse corpo vaza, quando se mostra atravessado pelo desejo e exposto na arena digital, a ficção de sua intangibilidade se quebra. E o que se abre é um campo fértil para narrativas de prazer, de escárnio e de queda.

Mas não é apenas no terreno do escândalo que essa ficção se desfaz. A jornalista Gabriela Bento (2024) expõe casos de violência sexual praticados por líderes evangélicos no Jornal da CNN Brasil em 2024, como a prisão de um pastor na Paraíba, condenado por estupro de menores. Assim como, a Folha de São Paulo (2023) midiatizou o fundador de uma entidade de combate à pedofilia, suspeito de abusar de adolescentes em Belo Horizonte. Esses casos ilustram a instrumentalização da autoridade religiosa como dispositivo de acesso e controle dos corpos mais vulneráveis. Aqui, a confiança da comunidade, tão exaltada como dom pastoral, revela-se um meio de violência. O que Lugones (2014) descreve como disciplinamento colonial das hierarquias sexuais reaparece, atualizado, no interior da igreja.

A insistência em "curar" o desejo dissidente vai na mesma direção. As denúncias de terapias de reversão no Tocantins expostos por Thomaz Coelho e Mariana Grasso (2024) e os testemunhos de pastores que se declaram "ex-gays" (Folha de São Paulo, 2019) mostram como a moral cristã ainda fabrica narrativas que patologizam o prazer fora da norma. O desejo é lido como doença, possessão ou erro a ser corrigido. A sexualidade, mais uma vez, é reduzida à engrenagem que sustenta a ordem heteropatriarcal.

Entretanto, como nos alerta Paul Preciado (2018), já não vivemos apenas sob o regime da confissão, mas sob o regime farmacopornográfico. A sexualidade, hoje, é espetáculo e mercadoria. No Instagram, a intimidade pastoral se transforma em objeto de circulação e consumo, onde fé, escândalo e entretenimento se misturam sem pudor. O que antes era segredo se converte em visibilidade monetizável. O pecado desloca-se para o espetáculo.

David Le Breton (2016), por sua vez, convida-nos a pensar o corpo como território simbólico, lugar de inscrições múltiplas. O corpo do pastor nas redes não é apenas carne ou biologia, ele passa a ser palco de projeções, de acusações, de fantasias coletivas. Santidade e hipocrisia, pureza e falha, tudo se inscreve sobre ele, como se fosse uma tela compartilhada.

E, muito além desse paralelismo, Judith Butler (2003) provoca pensar que os corpos religiosos expostos nas redes mostram essa precariedade com intensidade particular. Não são apenas símbolos de uma moralidade em ruína: são vidas vulneráveis, que carregam em sua exposição a fragilidade das normas que pretendiam encarnar. Ao se tornarem visíveis,

esses corpos interpelam: Quem pode falhar? Quem pode desejar? Quem pode existir para além do limite do reconhecimento?

Não se trata, portanto, de casos isolados nem de meros escândalos midiáticos, mas da persistência de regimes coloniais e heteropatriarcais que, ao mesmo tempo em que disciplinam, também se deixam expor no espaço digital. O Instagram e outras plataformas não apenas reproduzem narrativas religiosas sobre a sexualidade: eles reconfiguram as fronteiras entre o sagrado e o profano, entre a norma e a transgressão, entre espiritualidade e espetáculo.

Nesse aspecto, este estudo, não se limita a descrever escândalos. Seu objetivo é compreender como as redes sociais digitais, especialmente o Instagram, produzem sentidos sobre a sexualidade de pastores evangélicos, tensionando fé, moralidade e corporeidade. Por meio de autores como Foucault (2014), Lugones (2014), Butler (2003), Preciado (2018) e Le Breton (2016), essa discussão buscou explorar como esses corpos em rede se tornam cenário e discurso, espaço em que o político e o íntimo, o desejo e a religião, a lei e a falha se cruzam e se reinventam.

Para analisar as narrativas sobre a sexualidade de pastores no Instagram, foi elaborado um estudo de caráter interdisciplinar, inspirada na genealogia foucaultiana e ampliada por perspectivas decoloniais e *queer*. Nomeamos esse método de *Cartografia Genealógica-Digital*, pois não apenas descrevemos conteúdos, mas rastreamos os fios históricos, afetivos e políticos que sustentam e atravessam tais narrativas. Essa proposta se organiza em três eixos interdependentes, que dialogam entre si e que compõem um movimento investigativo.

O primeiro eixo consiste na **coleta de material digital**, realizada a partir da seleção de casos de ampla circulação entre julho e setembro de 2025, incluindo notícias, perfis, *posts, reels* e *stories* que expuseram publicamente lideranças religiosas. A coleta manual reúne publicações, comentários e reações, acompanhada do registro de elementos contextuais, como número de curtidas, compartilhamentos, *hashtags* e veículos que repercutiram os episódios, permitindo compreender tanto a dimensão da viralização quanto os circuitos de legitimação midiática envolvidos.

O segundo eixo diz respeito à **análise genealógica** dos discursos, na qual se identificam os enunciados que emergem das interações digitais, tais como pecado, escândalo, curiosidade, moralidade, desejo e hipocrisia. Esses enunciados são mapeados em sua relação com regimes históricos, desde a confissão cristã e a moral sexual colonial até a espetacularização midiática contemporânea, buscando compreender as continuidades e rupturas que se atualizam nas redes. A análise também se dedica a tensionar as diferenças entre narrativas midiáticas (jornais, portais de notícias, reportagens) e narrativas de usuários (comentários, memes, reações), apontando os modos como se constituem zonas de conflito, ironia e resistência.

Por fim, o terceiro eixo se volta para a **cartografia afetiva e corporal**, focalizando as marcas simbólicas atribuídas ao corpo pastoral exposto nas redes. Fragilidade, transgressão, objeto de desejo ou alvo de julgamento, o corpo do pastor torna-se território de múltiplas inscrições.

2 O TEMPLO DE GESSO: PERFORMANCE MORAL E SUAS RACHADURAS

O corpo do pastor evangélico, na contemporaneidade digital, é moldado por uma mistura tensa entre a estrutura da tradição religiosa e a performance midiática. Ele se projeta no horizonte das redes sociais como um edifício simbólico que reivindica solidez, erguendo-se não apenas como expressão de fé, mas como encenação contínua de um ideal de pureza ao mesmo tempo sustentado e atravessado pelas lógicas do espetáculo.

Suas paredes, pintadas com os símbolos da fé e da moral, buscam esconder a materialidade porosa e quebradiça do próprio corpo que o sustenta. Esta seção adentra esse templo não para venerá-lo, mas para discutir as rachaduras que percorrem sua superfície, por onde escapam o desejo, a contradição e o eco de uma engrenagem de poder muito mais antiga.

A arquitetura deste templo corpóreo não é um projeto recente. Seus alicerces foram escavados há séculos pelo que Foucault (1984) identificou como o dispositivo da sexualidade, um intricado mecanismo de poder que tomou o corpo e seus prazeres como objeto central de governo. No coração do cristianismo, operou-se uma tecnologia específica de controle: o poder pastoral, que exige do pastor não apenas guiar, mas oferecer sua própria vida como exemplo, tornando-se o primeiro súdito de suas próprias normas.

Segundo a concepção de Foucault (2006, p. 231), o poder se manifesta como uma teia de incontáveis "[...] relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas", as quais permeiam todos os níveis do tecido social. Esses embates microfísicos configuram-se como um agir sobre as ações possíveis, um mecanismo pelo qual o poder atua moldando e modulando tanto a materialidade dos corpos quanto o universo interior das subjetividades.

Nessa ideia, pressupõe-se que o corpo pastoral é, portanto, mais disciplinado, o mais vigiado, o mais confessado. Ele se transforma, assim, na própria encarnação de um espetáculo vivo da disciplina, uma prova corpórea da vitória possível do espírito sobre a carne (Debord, 1997). No palco hipervisível das redes sociais (como Facebook, X, TikTok e Instagram), esse espetáculo atinge seu ápice, em que cada postagem é um ato ritual de reafirmação dessa arquitetura moral.

Contudo, a solidez aparente é uma ilusão necessária. Esta performance da santidade, como Butler (2003) aponta, é constitutiva do próprio sujeito. A identidade moral do pastor é um efeito de atos reiterados – o sermão equilibrado, o traje impecável, o olhar sereno, a família harmoniosa postada às segundas-feiras. É na repetição incessante desses gestos que

a ilusão do templo sólido se mantém. A autoridade, nesse contexto, não precede a performance; ela é por ela produzida, num trabalho contínuo e fatigante de autovigilância e encenação.

Essa construção, porém, carrega, em suas entranhas, as marcas de uma violência fundadora. A figura do pastor como modelo de masculinidade contida e autoridade inquestionável não é um arquétipo universal, mas uma atualização daquilo que Lugones (2014) nomeou como a "engrenagem colonial". Trata-se de um sistema que, ao impor um modelo binário e hierárquico de gênero, raça e sexualidade, forjou o corpo do colonizador e, por extensão, de suas lideranças religiosas, como símbolo de ordem e racionalidade, em oposição aos corpos "selvagens" e "indisciplinados" dos colonizados. O corpo do pastor contemporâneo, portanto, é um território simbólico (Le Breton, 2016), no qual se reinscreve, de forma atualizada, essa lógica colonial. Ele é um bastião de uma moralidade que é, em última instância, política, servindo para demarcar fronteiras e manter intactas as estruturas de poder.

E é precisamente por ser uma performance que o templo religioso está condenado a rachar. A falha não é um acidente externo, mas uma possibilidade intrínseca à sua natureza performática. A plataforma do Instagram, por exemplo, que exige uma intimidade encenada e uma autenticidade calculada, torna-se um campo minado por excelência onde esses desvios se tornam visíveis. Um *like* num perfil ambíguo, um comentário num corpo sedutor, uma foto que revela um luxo excessivo ou uma expressão de vulnerabilidade, gestos ínfimos que funcionam como pequenos terremotos do *status quo*.

Casos como os do Pastor Eduardo Costa – flagrado de calcinha e peruca loira[6], entrando em carros de outros homens – exemplificam a explosão farmacopornográfica (Preciado, 2018) do escândalo, em que a intimidade vazada se transforma instantaneamente em espetáculo, circulando como *hashtags* e memes que consomem a própria autoridade que pretendiam denunciar.

Em um registro mais profundo e doloroso, a trajetória de Sergio Viula – ex-pastor que pregava a cura gay – ilustra a violência do poder pastoral sobre a subjetividade. Por 18 anos, ele encarnou a figura do ex-gay, tornando-se um produto da "cura" que defendia. Sua história revela como o dispositivo da sexualidade opera através da repressão interna e da confissão forçada, esculpindo um corpo e um desejo sob o jugo da norma. Seu posterior rompimento e a descoberta de uma identidade até então negada demonstram o caráter

[6] Em diversas sociedades – incluindo o Brasil – peças como a calcinha e a peruca são hoje amplamente associadas a signos visíveis de feminilidade, funcionando como marcadores quase naturalizados do "ser mulher". No entanto, essa leitura é historicamente situada e atravessada por deslocamentos. Até o final do século XVIII, por exemplo, a peruca não era um adorno exclusivamente feminino, mas um elemento de distinção social compartilhado, sobretudo entre os homens de elite. Seu uso entrou em declínio acentuado após a Revolução Francesa, quando passou a ser percebida como emblema de um excesso aristocrático a ser rejeitado. Assim, aquilo que hoje se apresenta como evidência de gênero revela-se, em perspectiva histórica, como construção contingente, sujeita a rearranjos políticos, culturais e simbólicos.

frágil e construído dessa mesma norma, apontando que a "verdade" do sujeito é sempre um campo de batalha.

Já a narrativa de Moisés Cavalcante expõe as falhas discursivas desse sistema. Sua transição de ator pornográfico a pastor evangélico e atleta não o livrou da lógica perversa que transforma corpos em mercadoria. Ao relatar em sua página no Instagram e no *TikTok* que pastores lhe ofereceram "regalias" em troca de favores sexuais, ele revela como a autoridade religiosa pode ser instrumentalizada para acesso a corpos vulneráveis, perpetuando um ciclo de assédio e hipocrisia sob o manto da fé. Sua luta por aceitação, mesmo após a "conversão", mostra que a pureza performada é um ideal inatingível e seletivo, cujos benefícios são negados àqueles cujos passados são considerados mancha indelével.

Coletivamente, esses casos demonstram que a rede social não é meramente um espelho que reflete escândalos, mas um ativo produtor de narrativas. Ela é o espaço onde a confissão migrou do altar para o *feed,* onde o pecado é simultaneamente condenado e consumido, e onde as fissuras na arquitetura moral do poder pastoral se tornam o espetáculo através do qual a sociedade contemporânea debate, sem resolver, as complexas relações entre desejo, fé e hipocrisia.

2.1 DO PÚLPITO AO POST: DA PUREZA AO ESCÂNDALO

A migração da autoridade religiosa do púlpito de madeira para a liquidez do *feed* do Instagram não é um simples deslocamento de plataforma. É uma transmutação alquímica em que o sagrado, o íntimo e o mercantil se fundem em novas formas de existência e controle. Se o púlpito erguia o pastor acima da congregação, demarcando uma hierarquia física e espiritual, o *post* o lança em um mar de *likes* e comentários, em que a aura de santidade deve ser negociada a cada atualização.

No cerne dessa transmutação, está a apropriação digital da confissão. Foucault (2014), ao analisar o poder pastoral, destacou a confissão como uma tecnologia fundamental para a produção da verdade do sujeito, um ritual em que o falar sobre os desejos mais íntimos era condição para a purificação.

Nas redes sociais, esse regime migra e se expande exponencialmente. Já não se confessa apenas no segredo do gabinete pastoral, mas se performa uma intimidade calculada para uma audiência de milhares. A vida transforma-se em conteúdo, e a luta espiritual contra o pecado vira uma narrativa em tempo real, uma série aonde a pureza é o protagonista frágil.

No entanto, essa confissão pública não visa apenas à absolvição divina, mas ao engajamento métrico. Nesse regime, a sexualidade, as identidades e os afetos são transformados em produtos farmacológicos (a serem controlados) e signos pornográficos (a serem circulados e consumidos). A imagem do pastor com a família perfeita, o testemunho

de superação da tentação, a exibição de um corpo saudável e disciplinado são *scripts* visuais que produzem e gerenciam o desejo, tornando a própria moralidade um espetáculo a ser consumido e um padrão a ser seguido (Preciado, 2018).

O caso do pastor Eduardo Costa consolida-se como exemplar na demonstração da lógica farmacopornográfica que governa a espetacularização da moralidade religiosa nas redes sociais. Divulgado inicialmente pelo "portal Leo Dias (@leodias)" em agosto de 2025, o episódio atingiu repercussão nacional em poucas horas. As imagens, registradas por um morador de Goiás mostravam o pastor trajando uma peruca loira e curta, camisa branca e um short curto azul, enquanto transitava pela rua em horário noturno e adentrava veículos desconhecidos (Imagem 1).

IMAGEM 1 - Registro do pastor extraído do vídeo do Instagram do Leo Dias



Fonte: Dias (2025)

A escolha específica dos elementos visuais – a peruca loira, as roupas curtas que insinuam uma corporalidade não autorizada para um líder religioso – transformou a cena em uma potente criptografia de significados contraditórios. Essa composição visual não foi um mero registro, mas uma narrativa pronta para ser decodificada e consumida como um espetáculo da hipocrisia. A ambientação noturna e a entrada em carros desconhecidos adicionaram camadas de suspense e conotação sexual imediata ao episódio, alimentando a máquina de especulações e memes. O caso, portanto, não se resumiu ao fato em si, mas à sua transformação em um artefato midiático complexo, no qual a intimidade vazada é rapidamente convertida em um bem de consumo simbólico que alimenta tanto a indignação moral quanto o entretenimento digital.

O vídeo, no entanto, não foi a única publicação sobre o caso. Após a repercussão, o pastor gravou um conteúdo em suas redes sociais ao lado da esposa para se explicar. Nele,

confirmou a autenticidade da gravação anterior, justificando que o uso dos trajes se devia a uma investigação noturna. Além disso, afirmou que a ação ocorreu com pleno conhecimento e consentimento de sua parceira. Mesmo após o esclarecimento, o pastor continuou a ser visto nas ruas de Goiás, o que ampliou a notoriedade do fato e gerou ainda mais comentários jocosos a seu respeito.

A análise dos comentários sobre o caso do pastor flagrado vestindo calcinha e peruca é um rico espectro de reações que ilustram as complexas dinâmicas discursivas geradas por falhas na performance religiosa no ambiente digital. Os posicionamentos variam da zombaria à reflexão teológica, configurando um verdadeiro campo de batalha interpretativo no qual se negociam os limites entre o público e o privado, o sagrado e o profano.

Predomina, significativamente, o registro do humor e da ironia como mecanismos de desconstrução da autoridade religiosa. Comentários que associam a cena a personagens como "He-Man" ou "A Julia Roberts de Goiás em uma linda mulher" ou, ainda, fazem referências à "investigação do pai do bebê". São discursos que operam uma rápida dessacralização da figura pastoral através do riso. Esse humor funciona como uma ferramenta crítica que expõe a contradição entre o discurso moral e a prática revelada, reduzindo a solenidade do pastor a um espetáculo ridicularizável. A repetição de emojis de risada expressa como o escândalo é metabolizado como entretenimento, conformando-se à lógica farmacopornográfica que transforma a intimidade em conteúdo viral.

Em um segundo eixo, surgem comentários que focam na incoerência e na quebra de confiança. Usuários destacam o abismo entre a pregação e a conduta, classificando-a como "vergonhosa" e enquadrando o pastor na categoria de "falso profeta". Essas falas articulam um julgamento moral baseado na expectativa de integridade inerente ao ministério religioso, reforçando a noção do corpo do pastor como templo que deve guardar pureza. A crítica não se dirige necessariamente à prática do *crossdressing*[7] em si, mas à hipocrisia de quem a realiza enquanto impõe padrões de conduta restritivos aos outros.

Um contraponto notável é oferecido por comentários que, mesmo reprovando a conduta, defende uma postura de acolhimento e compaixão em detrimento do julgamento. Este discurso, de teor pastoral, desloca o foco do escândalo para a responsabilidade coletiva da comunidade de fé, enfatizando as consequências humanas da exposição, como a depressão e o risco de suicídio. É uma tentativa de resgatar um *ethos* cristão de perdão em meio a críticas sociais.

De forma mais pontual, observam-se tentativas de patologização "deve ser tratada" ou de explicação através de lógicas conspiratórias "tudo combinado para ganhar likes", que buscam racionalizar o evento, reinscrevendo-o em quadros de referência compreensíveis. A menção política "NEM PRECISA PERGUNTAR EM QUEM ELE VOTOU" demonstra, ainda, como o caso é absorvido por guerras culturais mais amplas, tornando-se um signo político.

[7] O crossdressing é a prática de usar roupas e, por vezes, acessórios e maquiagem, que culturalmente e socialmente são associados a um gênero diferente daquele que a pessoa é identificada.

O caso do pastor Eduardo Costa se interconecta com o caso de Sérgio Viula e Moisés Cavalcante. Tratam-se de conexões estruturais que desnudam, com precisão, os mecanismos de poder, performatividade e controle que atravessam a interseção entre religião, sexualidade e mídia digital. Operam como faces de uma mesma engrenagem com pontos de tensão que, a partir de rupturas distintas, tornam visível o mesmo regime de produção de normas, vigilâncias e desejos.

A trajetória do Ex-Pastor Sergio Viula não é apenas a história de um indivíduo; é a narrativa viva de como o poder atua sobre os corpos e os desejos, esculpindo subjetividades à força de uma norma. Durante 18 anos, Sergio foi tanto vítima quanto agente desse dispositivo de controle. Recalcou sua orientação sexual gay em um pecado a ser curado. Um estado a ser negado pelo dogmatismo do evangelho. E, durante sua pregação no púlpito da igreja, pregava a cura gay. Seu corpo tornou-se um campo de batalha onde a engrenagem colonial de que fala Lugones (2014) operava com força total, exigindo a performatização de uma heterossexualidade e uma masculinidade que eram, no seu caso, uma prisão (Imagem 2).

A análise dos comentários acerca do caso do Sergio foi extraída da página “o fuxico gospel (@ofuxicogospeloficial)”. A publicação que divulga sua história é um microcosmo dos discursos que circulam na sociedade sobre fé, identidade e moralidade, ilustrando uma acirrada disputa pelo sentido da própria vida do Sergio.

IMAGEM 2 - Pastor que pregava cura gay abandona igreja e se assume homossexual, 2025



Fonte: @ofuxicogospeloficial (2025)

Em muitos comentários, lê-se um discurso religioso ortodoxo, que reitera a estrutura de poder que Sergio acabou por rejeitar. Comentários como “Deus abomina, ele apostatou da fé ou prestará contas a Deus” operam uma dupla manutenção: a da norma heteronormativa e a da autoridade eclesiástica. Esse discurso não nega a homossexualidade

de Sergio; pelo contrário, confirma-a para, em seguida, condená-la como desvio e pecado. A solução apresentada é a renúncia, um conceito-chave que substitui a ideia de cura sem abandonar a premissa de que o desejo homoafetivo é intrinsecamente errado. É fascinante, e ao mesmo tempo trágico, observar como essa retórica da renúncia individual ignora completamente a violência psicológica e social exercida pela expectativa de negação de si. Um comentarista chega a afirmar: "Não existe ex gay. Existe renúncia pra viver uma vida com Cristo". Essa fala exemplifica como a identidade gay é anulada em prol de uma identidade religiosa que deve ser construída sobre a supressão constante do desejo.

Outros comentários emergem como vozes de apoio e afirmação identitária. Expressões como "finalmente se libertou ou ao menos deixou a igreja para ser quem realmente é" celebram a coragem de Sérgio não apenas ao assumir sua orientação sexual, mas também ao romper com um sistema religioso percebido como opressivo. Este discurso enxerga sua trajetória não como uma queda ou apostasia, mas como um processo de libertação. A frase "não existe cura para o que não é doença" surge como um mantra laico, desmontando a premissa patologizante que sustentou a vida de Sergio por quase duas décadas. Aqui, a rede social funciona como uma plataforma de validação e acolhimento, oferecendo um contraponto à rejeição que ele sofreu em seu círculo religioso original. É um discurso que defende a autenticidade contra a performatividade forçada.

Permeado de ironia e humor, outros discursos revelam um conhecimento popular sobre a hipocrisia. Comentários como "quem muito crítica é porque quer fazer ou sempre assim os que mais julgam são os que mais gostam" apontam para uma desconfiança generalizada em relação aos discursos moralistas mais veementes. O riso, nesse contexto, é uma ferramenta de desconstrução política. Ele expõe o que Butler (2003) chamaria de a fragilidade inerente à performance normativa: quanto mais rígida e publicamente ela é encenada, mais suspeita se torna. A piada vira uma forma de crítica social, sugerindo que a repressão exercida sobre os outros é frequentemente um sintoma de conflito interno não resolvido.

O caso do Sérgio ilustra um arco de saída, uma deserção pública do sistema que o oprimiu. No entanto, o caso de "Moisés Cavalcante (extraído da página @ofuxicogospeloficial)" introduz uma camada ainda mais complexa e contraditória nessa análise. Se Sérgio representa a coragem em assumir a própria orientação sexual e sair da igreja, Moisés parece encarnar uma tentativa de permanência dentro do sistema religioso, mesmo carregando um passado e um presente que o colocam em permanente estado de tensão. A sua trajetória não é de ruptura limpa, mas de uma negociação contínua e cheia de fissuras, revelando os limites da assimilação dentro de estruturas rígidas (Imagem 3).

IMAGEM 3 - Ex-estrela do pornô gay vira pastor e denuncia assédio de líderes religiosos, 2025



Fonte: @ofuxicogospeloficial (2025)

Moisés Cavalcante é, talvez, a figura que melhor sintetiza as contradições da fé performada na era digital. Sua persona pública é um amalgama de identidades que, no imaginário conservador, seriam mutuamente excludentes: "ex-ator pornográfico gay, pastor evangélico e atleta de elite". Diferente de Eduardo Costa, cuja falha foi exposta por um vazamento, e de Sérgio Viula, que narra sua saída, Moisés tenta ativamente orquestrar sua própria narrativa de redenção. No entanto, sua fala é marcada por contradições que os comentários não deixam passar despercebido. A negação veemente de sua homossexualidade – "Era só filme. Nada daquilo era verdade" – soa como um eco da própria lógica de cura que ele, paradoxalmente, parece desafiar ao planejar uma academia inclusiva para atletas LGBTQIA+.

Como observa um comentarista de forma perspicaz: "a conta não bateu com tanta incoerência nas falas dele". Essa incoerência não é necessariamente uma falha de caráter, mas o sintoma de um sujeito preso na engrenagem colonial, onde o sujeito busca o reconhecimento dentro de uma instituição cujas normas exigem a negação de parte fundamental de sua história: o seu verdadeiro eu (Lugones, 2020).

Os comentários em sua publicação mostram um público cético e cansado das hipocrisias do meio gospel. Se no caso de Sérgio a discussão se polarizava entre julgamento religioso e celebração da autenticidade, aqui o tom predominante é o da desconfiança e da exposição dos bastidores. Comentários como "tem muita hipocrisia dentro das igrejas, infelizmente e o que mais tem são pastores assim, pastores da minha cidade já deram em cima de mim" funcionam menos como um julgamento individual a Moisés e mais como uma confirmação coletiva de uma verdade amplamente sabida, mas pouco verbalizada publicamente: a de que a moralidade sexual pregada no púlpito é frequentemente violada nos corredores e salões secretos. A denúncia de Moisés sobre pastores que o assediam em troca de regalias é recebida não como surpresa, mas como a confirmação de uma prática endêmica. O riso que permeia muitos comentários – "novidade kkkk, esses pastores tão foda

viu kkkkk" – é um riso de reconhecimento, uma forma de desarmar o poder ao expor seu segredo sujo.

A mesma plataforma que permite a Moisés construir sua persona de pastor redimido é também o espaço onde seu passado é incessantemente re-consumido e onde as fissuras de seu discurso são imediatamente apontadas. A sua história torna-se um produto discursivo no qual o sagrado e o profano, a redenção e o desejo se confundem. A pergunta de um comentarista – "por que tem que virar pastor?" – vai ao cerne da questão. Nessa economia de signos, a função pastoral surge como o principal recurso simbólico para ressignificar um passado visto como manchado; ao mesmo tempo, é a identidade que mais o expõe ao escrutínio público e às acusações de hipocrisia.

O caso de Moisés demonstra que a crise da autoridade pastoral não se resume aos escândalos de quem cai ou à libertação de quem sai. Ela se manifesta também na figura ambígua de quem tenta permanecer negociando sua existência na fronteira difusa entre a norma e a transgressão. Moisés Cavalcante não é um herói da libertação como Sérgio, nem um vilão espetacularizado como Eduardo. Ele é a personificação do labirinto contemporâneo: um homem tentando encontrar um caminho de dignidade em um mundo onde a fé, o desejo e o mercado colidem, e onde o corpo, sempre o corpo, permanece o território último e mais disputado de todas as batalhas.

Ao final, as histórias desses pastores e ex-pastores e a torrente de reações que provocam demarcam um fenômeno crucial: o Instagram e as plataformas similares transcendem a condição de meros palcos de exibição para se consolidarem como arenas discursivas fundamentais. Nesses espaços, travam-se lutas pelo poder de definir a verdade de um corpo e a legitimidade de um desejo. A vida desses homens transforma-se em um texto público, e cada comentário, seja de julgamento, escárnio, seja de apoio é uma tentativa ativa de interpretá-la e, com isso, exercer um poder de enquadramento sobre suas narrativas e, por extensão, sobre as normas que regem todos os corpos.

A análise dos três casos – Eduardo Costa, Sérgio Viula e Moisés Cavalcante – à luz da intersecção metodológica entre a análise discursiva, a genealogia e a cartografia afetiva, revela o Instagram como um palco fundamental no qual a autoridade religiosa é desmontada, negociada e ressignificada. A plataforma consolida-se não como um mero espelho de eventos, mas como um dispositivo produtivo que coloca o corpo do pastor no epicentro de uma batalha simbólica pela definição do sagrado na contemporaneidade.

Nessa arena, a migração do púlpito para o *feed* implica uma transmutação radical do regime da confissão foucaultiano. A performance da pureza, outrora confinada ao espaço ritualístico, transforma-se em mercadoria digital, sujeita às métricas de engajamento e à lógica da economia do escândalo. Os casos tornaram-se paradigmáticos, nos quais a imagem que subvertia a performance de masculinidade heteronormativa foi instantaneamente capturada pela máquina farmacopornográfica. Aqui, a intimidade vazada

se converteu em espetáculo para consumo rápido, memes e um vasto repertório de comentários que iam do escárnio à patologização. O escândalo, assim, não reside no ato em si, mas na sua conversão pública, em que a plataforma se revela uma arena ativa de dessacralização da autoridade clerical.

A análise genealógica dos discursos nos comentários demonstra a persistência e a atualização de estruturas profundas de controle. Os enunciados que emergem são herdeiros diretos de regimes históricos e coloniais de moral sexual. É no corpo pastoral, portanto, que estas tensões se corporificam de forma mais aguda.

Os comentários nas publicações são marcados pela desconfiança e pelo riso de reconhecimento, funcionam como uma exposição coletiva dos "bastidores" da hipocrisia institucional. Seu corpo torna-se a superfície por onde a comunidade projeta seu conhecimento tácito sobre a dissonância entre o pregado e o praticado, demonstrando que a crise não está apenas naqueles que caem ou saem, mas também naqueles que tentam permanecer, tornando visível a violência de um sistema que exige a negação de si.

As discussões elaboradas neste estudo demonstram que o fracasso da performance da pureza pastoral é um evento produtivo que gera uma torrente de narrativas concorrentes. A vida desses homens transforma-se em texto público, e cada comentário é uma tentativa de interpretá-la e, com isso, exercer um poder de enquadramento sobre as normas que regem a sexualidade, a fé e a verdade dos corpos. Essa dinâmica revela que a rede social é um agente central na redefinição do sagrado, tornando visíveis e disputáveis os mecanismos de poder que, outrora, pareciam inquestionáveis atrás da solenidade dos púlpitos. A rede, portanto, não apenas expõe as rachaduras no “templo de gesso” da moralidade, mas fornece as ferramentas afetivas e discursivas para que novas configurações de sentido surjam desse mesmo desmoronamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo sugere que os episódios envolvendo pastores evangélicos nas redes sociais não devem ser compreendidos de forma isolada ou meramente anedótica. Antes, indicam a existência de dinâmicas recorrentes nas quais sexualidade, autoridade religiosa e visibilidade digital se entrelaçam. No entanto, é importante reconhecer que tais dinâmicas não operam de maneira homogênea em todos os contextos religiosos, nem autorizam generalizações sobre o conjunto das experiências evangélicas no Brasil.

A partir dos casos analisados, observou-se que determinados regimes discursivos historicamente vinculados à moral sexual cristã e às heranças da colonialidade de gênero continuam produzindo efeitos concretos sobre corpos e subjetividades. Contudo, tais regimes não se apresentam de forma estática: nas redes sociais, são constantemente tensionados, reinterpretados e, por vezes, contestados por diferentes atores.

Nesse cenário, o corpo pastoral adquire uma centralidade particular. Mais do que representar uma suposta essência moral, ele se configura como um ponto de condensação de expectativas sociais, exigências institucionais e projeções coletivas. Sua exposição nas plataformas digitais aponta falhas individuais no que tange aos regimes da verdade, mas tornam visíveis os limites e as contradições das normas que esse corpo pastoral é convocado a encarnar. Ao mesmo tempo, é preciso cautela para não reduzir esses sujeitos a meros exemplos de incoerência ou hipocrisia, ignorando as condições históricas e institucionais que moldam suas trajetórias.

As redes sociais, especialmente o Instagram, aparecem como espaços de circulação de escândalos, mas como arenas nas quais sentidos são disputados. Comentários, memes e narrativas midiáticas reagem aos acontecimentos e participam ativamente da produção de significados sobre sexualidade, fé e legitimidade. Nesse processo, observa-se tanto a reprodução de discursos normativos que reiteram condenações e patologizações quanto a emergência de falas que apontam para acolhimento, crítica ou deslocamento dessas mesmas normas.

Por fim, este estudo indica a necessidade de investigações futuras que ampliem o escopo empírico e considerem outras denominações, contextos regionais e experiências religiosas, evitando leituras totalizantes. Também se mostra relevante aprofundar a análise das dimensões afetivas e políticas que atravessam as interações digitais, especialmente no que diz respeito às formas de exposição, ao julgamento e ao reconhecimento.

Dessa forma, mais do que oferecer respostas definitivas, este trabalho busca contribuir para a construção de um campo de reflexão atento à complexidade dos fenômenos contemporâneos, no qual fé, sexualidade e mídia digital não são compreendidos como esferas separadas, mas como dimensões que se constituem mutuamente em contextos históricos e sociais específicos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Gabriela. Pastor evangélico é preso após condenação por estupro contra menores na Paraíba. **CNN Brasil**, 25 out. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pastor-evangelico-e-preso-apos-condenacao-por-estupro-contra-menores-na-paraiba/. Acesso em: 16 abr. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COELHO, Thomaz; GRASSO, Mariana. Pastor é denunciado por “cura gay” em menor de idade no TO: “Vai casar com homem”. **CNN Brasil**, São Paulo, 9 dez. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pastor-e-denunciado-por-cura-gay-em-menor-de-idade-no-to-vai-casar-com-homem/. Acesso em: 16 abr. 2026.

FOLHA DE S. PAULO. Pastor que fundou entidade de combate à pedofilia é preso; suspeito de abuso sexual de menores em BH. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2023. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/pastor-que-fundou-entidade-de-combate-a-pedofilia-e-preso-suspeito-de-abuso-sexual-de-menores-em-bh.shtml. Acesso em: 22 set. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. Pastor se diz "ex-gay" e afirma ter sido curado por Deus e terapia de reversão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2019. Cotidiano. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/pastor-se-diz-ex-gay-curado-gracas-a-deus-e-a-terapia-de-reversao.shtml. Acesso em: 23 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 265-278.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Tradução: F. Morás. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/SNkLc5c4qW94WX8Rw5W3M8G/?lang=pt. Acesso em: 22 set. 2025.

OFUXICOGOSPELOFICIAL [@ofuxicogospeloficial]. Publicação sobre Moisés Cavalcante. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ofuxicogospeloficial/p/DNGAwf2uLHx/. Acesso em: 23 set. 2025.

OFUXICOGOSPELOFICIAL [@ofuxicogospeloficial]. Publicação sobre Sérgio Viula. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/ofuxicogospeloficial/p/DM0M0SaurxA/. Acesso em: 22 set. 2025.

PORTAL LEODIAS [@leodias]. Pastor flagrado usando calcinha: 1º vídeo. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/leodias/reel/DNQ5IIet7zC/. Acesso em: 23 set. 2025.

PORTAL LEODIAS [@leodias]. Pastor flagrado usando calcinha: 2º vídeo. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/leodias/reel/DNQ7uPSgNXq/. Acesso em: 22 set. 2025.

PORTAL LEODIAS [@leodias]. Pastor flagrado usando calcinha: 3º vídeo. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/leodias/reel/DNRz-b-Kqkn/. Acesso em: 23 set. 2025.

PORTAL LEODIAS [@leodias]. Pastor flagrado usando calcinha: 4º vídeo. **Instagram**, [s.d.]. Disponível em: https://www.instagram.com/leodias/reel/DNTzWy0Ozo8/. Acesso em: 22 set. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Recebido em: 17/12/2025
Aceito em: 01/07/2026

ENTRE O RECONHECIMENTO E A EXCLUSÃO: LIMITES ESTRUTURAIS DAS COTAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

BETWEEN RECOGNITION AND EXCLUSION: STRUCTURAL LIMITS OF TRANS QUOTAS IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL

Jonathan Machado Domingues[1]

Resumo: o presente artigo analisa os limites estruturais das cotas trans no ensino superior brasileiro. Interroga-se em que medida tais políticas produzem mais reconhecimento simbólico que inclusão efetiva. Trata-se de estudo teórico-analítico, baseado em revisão crítica da literatura especializada. Também se apoia na análise de narrativas acadêmicas e institucionais sobre ações afirmativas. Os achados indicam que as cotas trans operam, sobretudo, como reconhecimento institucional. Asseguram visibilidade e legitimação formal a sujeitos historicamente afastados da universidade. Contudo, pouco incidem sobre desigualdades que antecedem e condicionam o acesso. A subutilização das vagas decorre da evasão forçada e da escolarização interrompida. Somam-se a isso a precarização da vida e exclusões persistentes no percurso educativo. Conclui-se que, sem políticas estruturais, as cotas são insuficientes para inclusão efetiva.

Palavras-chave: Ensino superior; Políticas de reconhecimento; Escolarização interrompida; Inclusão educacional.

Abstract: this article examines the structural limits of trans quotas in Brazilian higher education. It questions the extent to which such policies generate more symbolic recognition than effective inclusion. The study is theoretical-analytical in nature and grounded in a critical review of specialized literature. It is also supported by the analysis of academic and institutional narratives on affirmative action. The findings indicate that trans quotas operate primarily as mechanisms of institutional recognition. They ensure visibility and formal legitimacy for subjects historically excluded from universities. However, they have little impact on inequalities that precede and condition access. The underutilization of vacancies results from forced dropout and interrupted schooling trajectories. This is compounded by precarious living conditions and persistent exclusions throughout education. It is concluded that, without structural policies, such quotas remain insufficient for effective inclusion.

Keywords: Higher education; Politics of recognition; Interrupted schooling; Educational inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Nos derradeiros anos, o Brasil tem ensaiado passos, ainda que tímidos e por vezes vacilantes, na edificação de políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas trans e travestis no âmbito do ensino superior. A instituição de cotas específicas vem sendo alçada à condição de instrumento de reconhecimento de identidades historicamente apartadas dos claustros universitários e dos espaços legítimos de produção do saber.

[1] Coordenador do Projeto Direitos Humanos e Educação. Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo, com estágio de doutorado sanduíche na Universidad de Murcia. Mestre em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação, Gêneros e Sexualidade e em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguaçu. Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Matemática pela Universidade Estácio de Sá. Atuou na Avaliação Pedagógica de obras didáticas submetidas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2027-2030), na área de Matemática dos Anos Iniciais, em atividade coordenada pela Coordenação-Geral de Materiais Didáticos do Ministério da Educação.

Tal iniciativa inscreve-se, conforme sustentam Sartori e Pereira (2024), em um horizonte mais largo de Direitos Humanos e Diversidade, no qual a universidade deixa de ser mero *locus* de transmissão do conhecimento para converter-se em arena privilegiada da disputa por cidadania, visibilidade e legitimação social.

Não é coisa pouca, pois, como outrora se diria, trata-se de disputar quem pode falar, quem pode saber e, sobretudo, quem pode existir no interior da ordem acadêmica.

Todavia, e aqui reside o nó da questão, a outorga formal do acesso não se mostra suficiente para assegurar a inclusão efetiva de pessoas trans no quotidiano universitário. As cotas, quando desatadas de políticas de permanência e de uma transformação substantiva das práticas institucionais, acabam por reproduzir, segundo a análise de Sartori e Pereira (2024), as mesmas lógicas heteroformativas que atravessam e ordenam a vida acadêmica.

A universidade, destarte, opera em duplicidade: ao mesmo tempo em que franqueia a entrada, erige obstáculos simbólicos e materiais que reinscrevem a exclusão sob novas roupagens. Tal ambivalência não é fortuita, mas antes constitutiva de instituições que se pretendem inclusivas sem renunciar aos seus fundamentos normativos mais arraigados.

Um dos limites estruturais mais contundentes das cotas trans jaz nas trajetórias educativas interrompidas que marcam a experiência escolar de larga parcela dessa população.

Como bem assinalam Sartori e Pereira (2024), os processos de exclusão de pessoas trans não se inauguram no ensino superior, mas têm seu nascedouro, não raro, na educação básica, por meio de dinâmicas persistentes de estigmatização, violência institucional e evasão escolar forçada.

Tais vivências deixam marcas profundas nos percursos formativos, condicionando decisivamente os níveis de escolarização alcançados e, por conseguinte, o próprio acesso à universidade.

Assim, a subutilização das vagas reservadas não pode ser lida à chave de um suposto desinteresse individual, mas antes como expressão de desigualdades estruturais longamente acumuladas ao longo do percurso educativo, desigualdades estas que a política de cotas, isoladamente, não logra desfazer.

A dissociação entre a política de acesso e as condições materiais de escolarização e permanência produz, ademais, efeitos políticos de grande valia e, também, juridicamente sensíveis.

Quando as ações afirmativas são implementadas de modo fragmentário, sem a correspondente construção de garantias institucionais de sustentação, elas tendem a operar mais como respostas contingentes a pressões sociais do que como políticas públicas estruturalmente comprometidas com a igualdade material.

Nesse contexto, as fragilidades analíticas apontadas por Domingues e Sena (2023) deixam de figurar apenas como abstrações teóricas e passam a manifestar-se de maneira

concreta nas trajetórias individuais de pessoas trans que, mesmo após o ingresso no ensino superior, seguem expostas a dinâmicas persistentes de exclusão simbólica e material.

É nesse horizonte de precariedade normativa e institucional que se insere a fala de Geike, em entrevista concedida a York (2020), em janeiro de 2019, a qual apresenta vestígios dos limites concretos de uma política de acesso dissociada de mecanismos efetivos de permanência e proteção contra a exclusão simbólica e material.

> Houve um caso de transfobia/vista grossa operada por colega de classe em um evento sobre gênero que organizei, mas não foi direcionada a mim. E houve outro caso de transfobia operado por pessoa próxima sem a minha presença. De resto, consigo medir a transfobia pela precarização dos meus afetos, durante todo o primeiro ano do mestrado. A sensação é a de que parece haver uma distância, que me coloca sempre no lugar do objeto e do exótico. **A minha permanência só foi permitida pela PROAE, após eu ter perdido parcialmente meu apoio familiar, após uma agressão física, dentro de casa. Na Proae, obtive escuta e apoio financeiro** (York, 2020, p. 136 - entrevista de Geike concedida a Sara York em janeiro de 2019, grifo nosso).

Nessas conjunturas, a baixa ocupação das vagas é prontamente mobilizada como prova da alegada ineficácia ou ilegitimidade das cotas, abrindo caminho para tentativas de esvaziamento ou mesmo de supressão da política pública. Opera-se, então, um deslocamento perverso da responsabilidade: o fracasso estrutural é imputado aos próprios sujeitos historicamente excluídos, como se lhes faltasse mérito, empenho ou vocação acadêmica — argumento velho, mas sempre redivivo.

Neste cenário, impõe-se problematizar a celebração reiterada de trajetórias individuais excepcionais, notadamente aquelas que culminam na obtenção de títulos de pós-graduação por pessoas trans.

Tal como advertem Domingues e Sena (2023), a exaltação de casos isolados pode reforçar narrativas meritocráticas que velam, sob o brilho do êxito individual, as barreiras estruturais que persistem no acesso e na permanência no ensino superior.

A recorrente comemoração da "*primeira pessoa trans*" a ocupar determinados espaços acadêmicos, longe de sinalizar uma abertura generalizada, indica, antes, o quão tardio, restrito e profundamente desigual segue sendo o acesso a tais instâncias.

À vista dessas reflexões, o presente artigo objetiva analisar os limites estruturais das cotas trans no ensino superior brasileiro, interrogando sua efetividade quando implementadas à revelia de políticas amplas de escolarização e permanência.

Parte-se da hipótese de que as cotas trans, quando operadas de forma isolada, tendem a concentrar seus efeitos no plano do reconhecimento simbólico, mostrando-se insuficientes para reverter as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias educativas de pessoas trans e travestis.

Tal configuração contribui não apenas para a subutilização das vagas, mas também para a fragilização política da própria ação afirmativa, ao expô-la a disputas institucionais que questionam sua legitimidade sem enfrentar as causas estruturais da exclusão.

Em síntese, *em que medida as cotas trans no ensino superior brasileiro, quando não articuladas a políticas estruturais de escolarização e permanência, produzem mais reconhecimento simbólico do que inclusão efetiva?*

Para responder a essa problematização, o presente trabalho delineia-se como um estudo teórico-analítico de natureza qualitativa. O percurso metodológico ancorou-se em uma revisão crítica da literatura especializada no campo das ações afirmativas, dos estudos de gênero e das teorias do reconhecimento. Complementarmente, procedeu-se à análise documental e ao exame de narrativas acadêmicas e institucionais, com destaque para os estudos de York (2020) e Nascimento (2022), buscando rastrear os nexos entre as formulações normativas das cotas e as barreiras materiais e simbólicas vivenciadas pelos sujeitos.

2 COTAS TRANS E O CAMPO DAS POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO

As cotas trans no ensino superior brasileiro inscrevem-se, em larga medida, no domínio das políticas de reconhecimento. Sua formulação responde a uma demanda histórica por visibilidade, legitimação institucional e reparação simbólica diante de um longo e persistente processo de exclusão de pessoas trans e travestis dos espaços formais de instrução e saber.

Nesse sentido, o reconhecimento assume feição de categoria política central, pois afirma a existência social de identidades que, por séculos, foram negadas, patologizadas ou lançadas para fora da esfera pública e do campo legítimo do conhecimento. É, pois, um gesto de nomeação que pretende reparar o silêncio imposto.

Todavia, como adverte York (2020), as políticas de reconhecimento não são neutras, tampouco necessariamente libertadoras. Segundo a autora, o reconhecimento pode operar tanto como instrumento de ampliação de direitos quanto como mecanismo de administração e gestão de populações tidas por "*excepcionais*", produzindo formas de inclusão reguladas, condicionadas e normativamente vigiadas.

No caso das pessoas trans, o reconhecimento estatal e universitário costuma encontrar-se atravessado por exigências de inteligibilidade, respeitabilidade e adequação aos cânones institucionais, o que limita, não raras vezes, o alcance transformador dessas políticas. Reconhece-se, mas sob condição; admite-se, mas com reservas.

À vista disso, as cotas trans não devem ser compreendidas apenas como política de acesso, senão como dispositivo que redefine quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo no interior da universidade.

York (2020) sustenta que o reconhecimento, quando desacompanhado de transformações estruturais, corre o risco de produzir uma inclusão seletiva, na qual somente certos corpos, trajetórias e narrativas trans são reputados dignos de habitar os espaços acadêmicos. Assim, o acesso deixa de figurar como direito amplamente universalizado e passa a operar como privilégio regulado por critérios tácitos de aceitabilidade.

Tal debate dialoga com críticas mais amplas ao paradigma do reconhecimento, mobilizadas pelas tradições teóricas que York (2020) convoca em sua análise. Desde esse campo crítico, o reconhecimento dissociado de políticas redistributivas e de intervenção estrutural tende a produzir uma inclusão meramente simbólica, incapaz de alterar as condições materiais da existência.

No âmbito educacional, isso se traduz na admissão formal de estudantes trans e travestis sem a garantia efetiva de condições de permanência, bem-estar e produção acadêmica. A universidade reconhece a identidade, mas conserva incólumes suas engrenagens excludentes.

Nesse cenário, as cotas trans podem ser compreendidas como aquilo que York (2020) denomina política de visibilidade controlada, na medida em que autorizam a entrada de determinados corpos no espaço universitário sem, contudo, garantir condições efetivas de circulação de saberes, experiências e vozes dissidentes.

Essa lógica de reconhecimento condicionado não apenas limita o alcance transformador das cotas trans, como também prepara o terreno para sua apropriação por racionalidades institucionais que convertem a diferença em ativo administrável.

A presença trans e travesti passa a ser tolerada e, por vezes, celebrada nos discursos institucionais, mas permanece quantitativamente restrita, simbolicamente excepcional e permanentemente submetida a disputas morais e burocráticas.

Assim, a política de reconhecimento corre o risco de operar mais como um dispositivo de gestão da diferença do que como um mecanismo de transformação estrutural da universidade.

A partir desse cenário, impõe-se a necessidade de delimitar as fronteiras conceituais que operam nesta análise.

O reconhecimento simbólico localiza-se no plano da visibilidade e da legitimação formal da identidade por parte do Estado ou da instituição, sem que isso altere a dinâmica material de exclusão.

Quando essa concessão de visibilidade é capturada pela burocracia institucional para converter a diferença em um ativo mensurável e governável, uma 'estética da inclusão' que tolera corpos dissidentes desde que adequados aos cânones vigentes, transita-se para o reconhecimento administrado.

Em oposição a esses modelos, a inclusão efetiva pressupõe a indissociabilidade entre o direito de acesso e as condições materiais, pedagógicas e assistenciais de permanência,

garantindo que o sujeito não apenas ingresse, mas circule, produza saberes e tensione a própria estrutura universitária

Louva-se a diversidade, mas preservam-se intactas as normas, os regimes de verdade e as hierarquias que historicamente produziram a exclusão desses sujeitos.

Foucault (1971) ao tratar acerca das prisões oferece elementos analíticos para compreender os limites das políticas de reconhecimento quando estas não se articulam à produção coletiva de saber.

Embora o estudo de Foucault (1971) encontra-se situado no campo do sistema penal, sua crítica dirige-se a um problema mais amplo: a transformação de experiências de opressão em narrativas administradas, silenciadas ou mantidas no registro do caso individual, sem que alcancem estatuto de saber socialmente legitimado.

Embora as instituições possuam naturezas distintas, a transposição de sua análise para o campo educacional justifica-se pela analogia entre os mecanismos de gestão de populações marginalizadas: em ambos os casos, o poder institucional tende a tratar a opressão como um 'caso individual' ou um 'desvio' isolado para evitar que a experiência subjetiva se converta em contestação política.

> [...] queremos que eles possam se comunicar entre si, transmitir o que sabem e falar se de prisão a prisão, de cela a cela. [...] é preciso que essas experiências, essas revoltas isoladas se transformem em saber comum. [...] não temos a pretensão de fazer com que os detentos e suas famílias tomem consciência das condições que lhe são dadas. [...] é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo (Foucault, 1971, p. 05-07).

Transposta para o debate das cotas trans no ensino superior, essa formulação permite compreender como o reconhecimento institucional, quando não acompanhado da legitimação das experiências vividas como conhecimento coletivo, tende a manter sujeitos historicamente marginalizados em uma posição de visibilidade sem potência política.

Ou seja, o reconhecimento institucional, quando não articulado à produção de um saber coletivo a partir das experiências vividas, tende a manter as populações historicamente marginalizadas em uma posição de silêncio político.

As pessoas trans e travesti, assim como os sujeitos encarcerados mencionados por Foucault (1971), não carecem de consciência acerca das violências que atravessam suas trajetórias; o que lhes é sistematicamente negado são os meios legítimos de transformar tais vivências em conhecimento socialmente reconhecido.

Dito isto, as cotas trans somente adquirem potência emancipatória quando ultrapassam a lógica individual do acesso e se convertem em espaços de articulação coletiva, capazes de fazer circular narrativas, produzir saberes situados e tensionar os

regimes normativos que estruturam a universidade. Do contrário, a política permanece confinada à exceção, impedindo que a experiência trans se transforme em força epistemológica e política.

É justamente nesse cenário de reconhecimento regulado e quantitativamente restrito que se abre espaço para a captura neoliberal das políticas de reconhecimento. Segundo York (2020), a diversidade passa a operar como valor institucional quando pode ser exibida, mensurada e incorporada aos discursos de responsabilidade social das universidades, sem que isso implique a revisão de suas estruturas excludentes.

> As CISoperacionalidades (normas, governanças, governabilidades etc) são as orquestrantes dessa exclusão. Exclusões que são modulares e muitas vezes imperceptíveis aos próprios agentes causadores, uma vez que estão alicerçadas em relações de alteridade. Quando, em 2014, acessei o sistema superior de educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, a partir da crítica feita pelo meu filho e três anos e meio depois estava formada e com diploma em mãos, pensava que o passar por aquele espaço havia sido o suficiente para a solidificação de políticas de inclusão (ao menos, quanto ao nome social, já que não possuía, à época, a documentação de adequação do registro cível). Ao contrário, a inclusão do nome social foi temporária (estética da inclusão). Abriram o campo de nome social nos autos e, assim que deixei de compor o corpo discente daquele núcleo, meus registros no consórcio CEDERJ/SISTACAD foram mantidos como anteriormente e os registros da UERJ mantidos para outros futuras/os/es egressos. Em se tratando de regras do CISmundo, para corpos expulsos de convívio (York, 2020, p. 54).

Um ponto que se impõe à análise nessa encruzilhada diz respeito à recorrente celebração de trajetórias individuais excepcionais, frequentemente mobilizadas como emblemas de avanço coletivo.

A exaltação da "*primeira pessoa trans*" a ocupar determinados espaços acadêmicos ou a alcançar títulos de mestre ou doutor em campos científicos específicos, embora politicamente mobilizadora, tende a operar como um dispositivo de legitimação institucional.

> Nós, travestis mais jovens, reconhecemos o trabalho das irmãs que nos precederam, aquelas a quem se atirava ao rosto o insulto *travesti*, *traveco*. Ao assumir essa identidade, queremos transmitir uma mensagem política. Quando digo: "Sou professora universitária e travesti", quero que as pessoas pensem: "Olha, aquela travesti que era insultada na rua nos anos 1970, hoje há uma que é professora na universidade!". **Não precisamos mudar nem higienizar nossa identidade para sermos reconhecidas como pessoas com uma identidade política e uma identidade de gênero.** Nós, travestis, sentimos esse conceito de "mulher transgênero" como uma imposição universitária. A transidentidade ganha força na universidade (e isso é ótimo) e faz referência a uma série de experiências. Certamente, a mulher transgênero representa tanto a travesti quanto a transexual, mas sentimos isso como um

> apagamento da nossa identidade travesti. **Esse termo, transgênero, é um termo guarda-chuva que higieniza nossas identidades, como se ser travesti fosse feio — então mudam o termo, usam transgênero, que é uma palavra bonita, uma palavra que a universidade gosta, uma palavra elegante; não é uma palavra suja, vulgar, da rua — mas nós somos filhas e filhos da rua. Aquelas e aqueles que querem nos chamar de transgêneros nunca nos acolheram de fato**. Nós éramos e continuamos sendo as da rua, nós mesmas. Sou travesti e continuarei sendo travesti (Nascimento, 2022, p. 15, tradução nossa, grifo nosso).

Ao converter a exceção em vitrine, tal narrativa contribui para obscurecer a persistência das estruturas de exclusão e para naturalizar a rarefação do acesso, como se a presença pontual de alguns corpos fosse suficiente para atestar a efetividade das políticas adotadas.

Nesse deslocamento, a responsabilidade estatal e institucional pela garantia de condições materiais de acesso, permanência e produção de saber é sutilmente transferida aos indivíduos exemplares, cujas trajetórias passam a cumprir uma função pedagógica e disciplinar: demonstrar que o sistema "funciona" para aqueles que conseguem se ajustar às suas normas.

Esse mecanismo de responsabilização individual, sustentado pela lógica da exceção bem-sucedida, não opera apenas no plano material das políticas públicas, mas também no campo da produção de conhecimento.

Ao eleger determinados sujeitos como prova da funcionalidade do sistema, silencia-se a crítica às epistemologias dominantes que definem quem pode falar, sobre o quê e a partir de quais experiências.

Nesse sentido, a disputa não se limita ao acesso institucional, mas envolve a própria legitimidade dos saberes produzidos, historicamente filtrados por matrizes cisnormativas que relegaram as experiências trans e travestis à marginalidade, à negação ou à inexistência epistemológica.

> Ocorre que, historicamente, o feminismo nos excluiu por meio de discursos transfóbicos, abstendo-se, na maioria das vezes, de produzir qualquer tipo de conhecimento sobre nossas experiências, sob a justificativa de que seríamos, "na verdade", homens. O transfeminismo, portanto, passou a produzir saberes feministas socialmente localizados, feitos por e para mulheres transgênero e travestis, e foi, pouco a pouco, afirmando-se como uma corrente do feminismo, com o objetivo de atuar politicamente em seu interior e de pensar suas próprias epistemologias (Nascimento, 2022, p. 20–21, tradução nossa).

A emergência do transfeminismo, tal como apontada por Nascimento (2022), indica que a produção de saber não é um efeito automático da inclusão institucional, mas

resultado de lutas políticas e epistemológicas travadas no interior dos próprios campos de conhecimento.

Ao reivindicar o direito de produzir epistemologias situadas, mulheres trans e travestis tensionam os limites das políticas de reconhecimento que se contentam com a visibilidade ou com a presença simbólica.

Trata-se, portanto, de deslocar o foco da excepcionalidade individual para a transformação das estruturas que historicamente negaram a essas populações não apenas o acesso aos espaços acadêmicos, mas também o estatuto de sujeitos legítimos de conhecimento.

Jesus e Alves (2010) afirmam que:

> Os movimentos de mulheres transexuais – e das travestis, integrantes de uma parcela numerosa e historicamente mais visível da população trans – têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso para resistirem e construírem suas próprias forças quando confrontadas, no cotidiano, com vivências de opressão impostas pela dominação masculina.O feminismo transgênero ou transfeminismo é, particularmente, um movimento intelectual e polí-tico que: 1) desmantela e redefine a equiparação entre gênero e biologia; 2) reitera o caráter interacional das opressões; 3) reconhece a história de lutas das travestis e das mulheres transexuais, e as experiên-cias pessoais da população transgênero de forma geral; e 4) é aberto, e pode ser validado por quaisquer pessoas, transgênero ou cisgênero.O último aspecto supracitado do feminismo transgênero é substantivo para sua preservação, por-que amplia a extensão das questões associadas às vivências trans e reforça o caráter indispensável de solidariedade com e entre todas as pessoas, no afã de superar o sexismo e o machismo que fazem sofrer e limitam o potencial humano de homens e mulheres (Jesus; Alves, 2010, p. 14-15).

Desse modo, o reconhecimento opera de maneira profundamente ambígua. De um lado, afirma a existência e a legitimidade das identidades trans; de outro, estabelece um limiar de aceitabilidade que apenas algumas trajetórias conseguem transpor.

Tal modelo engendra uma cidadania condicionada, na qual o acesso aos direitos depende da capacidade do sujeito de conformar-se às normas vigentes, e não da transformação das estruturas que produzem e reproduzem a desigualdade.

No campo do ensino superior, essa tensão manifesta-se com particular acuidade. As cotas trans reconhecem a exclusão histórica, mas não enfrentam, por si sós, os processos de expulsão escolar, precarização da vida e violência institucional que antecedem o ingresso na universidade. Assim, o reconhecimento torna-se retrospectivo e limitado, incidindo sobre os efeitos sem alcançar, de modo estrutural, as causas.

Dessa feita, compreender as cotas trans como políticas de reconhecimento exige ultrapassar sua dimensão meramente celebratória.

3 DA EVASÃO ESCOLAR À CONTESTAÇÃO INSTITUCIONAL: A ESCOLARIZAÇÃO INTERROMPIDA E A VULNERABILIDADE POLÍTICA DAS COTAS TRANS

A discussão em torno das cotas trans no ensino superior tem-se concentrado, em larga medida, no instante do acesso. Tal ênfase, contudo, tende a obscurecer um elemento de natureza estrutural que antecede e condiciona qualquer política afirmativa: a escolarização interrompida[2] de pessoas trans e travestis. A exclusão do sistema educacional não se inaugura na universidade; ao revés, manifesta-se de forma precoce e sistemática ao longo da educação básica, conformando trajetórias atravessadas pela evasão, pela expulsão simbólica e pela violência institucional.

Consoante assinalam diversos estudos críticos no campo da educação e do gênero, a escola operou historicamente como um dos principais dispositivos de normalização dos corpos e das identidades (Esposti, 2025; Pinheiro Filho, 2022; Ribeiro; Moraes; Kruger 2019; entre outros).

Para as pessoas trans e travestis, tal espaço raramente se apresenta como lugar de formação; antes, constitui-se como cenário de disciplinamento, silenciamento e negação da existência.

A consequência imediata desse processo é a ruptura das trajetórias escolares, o que limita, de modo objetivo, a possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de escolarização.

> Grupos marcados por gênero, etnias/raça, classe e orientação sexual inconformes acabam não usufruindo de seus direitos e pessoas que se autodefinem trans vivenciam processos de exclusão, abjeção, mas também forjam lutas e resistências na tentativa de garantir seu direito à educação. Nas escolas, torna-se urgente desestabilizar a homofobia e a transfobia. Essas e outras formas de discriminação e violência têm sido problematizadas no âmbito individual, coletivo e institucional, com a denúncia do caráter estruturante da violência, do preconceito e das desigualdades de gênero. Claro que a escola não pode ser plenamente responsabilizada pelos processos aos quais pessoas trans* estão submetidas em diversas instituições. É necessário que haja esforços por parte do Estado na promoção de políticas públicas que visem à promoção de igualdade de oportunidades e efetivação de direitos sem que haja distinções baseadas nas desigualdades de gênero. Há muitas minorias que ainda lutam pelo seu reconhecimento como sujeito para ter acesso a direitos

[2] Escolarização interrompida não se restringe à evasão escolar compreendida como decisão individual ou descontinuidade episódica do percurso educacional. Trata-se de um conceito de natureza estrutural, que designa processos sistemáticos e reiterados de exclusão produzidos ao longo da trajetória escolar de pessoas trans e travestis, especialmente na educação básica. Essa interrupção é forjada por dinâmicas persistentes de violência institucional, estigmatização, negação do reconhecimento identitário, precarização material e expulsão simbólica dos espaços escolares, que inviabilizam a permanência contínua e segura no sistema educacional. Assim compreendida, a escolarização interrompida não constitui um evento pontual, mas um processo cumulativo, cujos efeitos se prolongam no tempo e condicionam os níveis de escolarização alcançados, as possibilidades de acesso ao ensino superior e as condições de permanência acadêmica. Ao incidir de forma precoce e sistemática sobre os percursos formativos, esse processo reduz drasticamente o contingente de pessoas trans que conseguem chegar ao ensino superior, fazendo com que políticas de acesso, como as cotas trans, operem sobre um universo previamente rarefeito. Desse modo, a escolarização interrompida configura-se como elo central — e frequentemente invisibilizado — entre a exclusão educacional de base e a fragilidade estrutural das ações afirmativas no ensino superior.

> básicos, como o simples direito de ir e vir, ter direitos básicos de cidadania, de ter sua identidade de gênero reconhecida e validada, ter acesso ao sistema público de saúde, ou de ter uma expectativa de vida maior do que a de 35 anos de vida, como é o caso das pessoas trans (Xavier; Vianna, 2023, p. 20).

Sob essa perspectiva, a baixa ocupação das cotas trans no ensino superior não pode ser compreendida nem como falha no desenho da política universitária, nem como desinteresse da população trans. Trata-se, antes, do efeito cumulativo de desigualdades estruturais que impedem parcela significativa dessa população de alcançar os requisitos mínimos da escolarização formal.

O acesso, nesse sentido, é ofertado a sujeitos que, em grande número, foram previamente expulsos do próprio sistema educacional.

> A formação em curso superior no Brasil reflete diretamente na renda mensal do indivíduo. A educação de qualidade é um direito, porém o ensino superior é concedido pelo Estado de forma meritocrática, ou seja, depende do resultado de rigorosos processos seletivos. A baixa oferta de vagas nos processos seletivos para o ingresso ao ensino superior gratuito no Brasil tem como resultado a exclusão de indivíduos, especialmente grupos minoritários desfavorecidos historicamente. A "Lei de Cotas" nº 12.711/2012 objetivou amparar esses grupos minoritários, mas não conseguiu acolher as pessoas transgêneros que não conseguem alcançar o ensino superior. Somente 0,02% das pessoas transgêneros conseguem uma formação superior; por isso, com o objetivo de acolhimento, com base no princípio da autonomia universitária concedido pela Constituição Federal, esculpido no art. 207, algumas Universidades Federais do país implementaram ações afirmativas de cotas para pessoas transgêneros (transexuais e travestis) em seus processos seletivos (Nunes; Santos, 2023, p. 202).

O dado apresentado por Nunes e Santos (2023), segundo o qual apenas 0,02% das pessoas trans conseguem alcançar uma formação superior, assume centralidade analítica no debate sobre as cotas trans.

Longe de constituir mera estatística descritiva, esse percentual expõe a profundidade da exclusão educacional acumulada ao longo das trajetórias escolares dessa população. Trata-se de um indicador extremo de desigualdade estrutural, que indica não apenas dificuldades de acesso à universidade, mas, sobretudo, a quase completa interrupção dos percursos formativos muito antes do ensino superior.

A compressão desse percentual (0,02%) exige contextualizá-lo à luz das realidades demográficas e sociais mapeadas por relatórios de direitos humanos no Brasil, os quais apontam que a expectativa de vida de pessoas trans é de apenas 35 anos, frequentemente empurradas para a marginalidade e para a prostituição compulsória como principal meio de subsistência.

Esse índice residual de inserção no ensino superior não reflete uma incompetência cognitiva, mas sim o afunilamento violento provocado por um 'apartheid escolar' que se inicia na infância e na adolescência.

Outrossim, o dado denuncia que as universidades, ao formularem suas políticas de cotas na pós-graduação ou na graduação, estão disputando uma fração estatisticamente invisível da população, ignorando o contingente majoritário que sequer concluiu o ensino médio

Tal dado permite deslocar o foco interpretativo da política de cotas: a baixa ocupação das vagas não decorre da ausência de demanda potencial, mas da inexistência material de sujeitos que consigam chegar, em condições minimamente equitativas, ao ponto de disputar o acesso universitário.

Em outras palavras, a política incide sobre um universo drasticamente reduzido, produzido por décadas de evasão forçada, violência institucional e precarização da vida escolar de pessoas trans.

Avaliar as cotas exclusivamente por sua taxa de ocupação, à luz desse dado, equivale a ignorar o processo social que determina quem pode, de fato, candidatar-se ao ensino superior.

Nesse sentido, o percentual de 0,02% não denuncia a ineficácia das cotas trans, mas expõe seus limites estruturais quando desacopladas de políticas educacionais de base. Ele evidencia que o acesso universitário ofertado pelas ações afirmativas alcança apenas uma fração residual da população trans, justamente aquela que conseguiu, a despeito das engrenagens sistemáticas de exclusão, manter sua trajetória escolar relativamente intacta.

Assim, o dado estatístico transforma-se em argumento crítico central: as cotas operam sobre os efeitos tardios da exclusão, sem incidir sobre as condições estruturais que a produzem.

Esse deslocamento do problema para o momento do acesso produz uma distorção analítica de relevo. Ao não reconhecer a escolarização interrompida como eixo central do debate, as cotas trans passam a ser avaliadas exclusivamente por seu desempenho numérico.

A política é julgada por sua taxa de ocupação, sem que se interrogue o processo social que define quem pode, efetivamente, disputar tais vagas. A subutilização, assim, deixa de ser lida como sintoma de exclusão estrutural e passa a ser interpretada como ineficiência da ação afirmativa.

Tal cenário abre um campo de riscos políticos consideráveis. Políticas de ação afirmativa que não apresentam resultados quantitativos visíveis tornam-se particularmente vulneráveis em contextos marcados por disputas morais e investidas conservadoras.

A subutilização das cotas trans converte-se, então, em argumento para sua contestação institucional, reforçando narrativas que as qualificam como desnecessárias, excessivas ou meramente simbólicas.

Conforme sinaliza Domingues e Sena (2023), a fragilidade política dessas políticas intensifica-se quando o debate público é capturado por uma lógica celebratória, dissociada de uma análise estrutural. A insistência na visibilização de conquistas individuais, como o acesso de pessoas trans a títulos acadêmicos de alto prestígio, tende a produzir uma ilusão de avanço coletivo.

A excepcionalidade dessas trajetórias, contudo, não atesta a democratização do acesso; antes, evidencia a profundidade do abismo educacional que separa a maioria da população trans da universidade.

Nesse ponto, impõe-se problematizar o papel de certos discursos hegemônicos no interior do próprio movimento social. A centralidade conferida à representatividade simbólica e à ocupação de espaços de prestígio acadêmico pode operar, ainda que involuntariamente, como mecanismo de ocultamento da exclusão estrutural.

Ao priorizar a visibilidade de poucos casos bem-sucedidos, dilui-se a urgência de enfrentar a evasão escolar, a precarização da vida e a ausência de políticas públicas de base.

Tal ênfase no êxito individual, embora politicamente mobilizadora, pode produzir efeitos paradoxais. A narrativa de ascensão acadêmica reforça a ideia de que o acesso se encontra disponível àquelas e àqueles que "resistem o suficiente", deslocando a responsabilidade do Estado e das instituições para os próprios sujeitos. Nesse enquadramento, a subutilização das cotas deixa de ser compreendida como problema estrutural e passa a ser interpretada como déficit de mérito, persistência ou preparo.

A universidade, por sua vez, beneficia-se desse deslocamento discursivo. Ao instituir cotas desvinculadas de políticas consistentes de escolarização, permanência e assistência estudantil, a instituição satisfaz formalmente uma agenda de inclusão, ao mesmo tempo em que se exime de enfrentar as causas profundas da exclusão educacional. A política afirmativa converte-se, assim, em dispositivo de reconhecimento institucional que não tensiona as estruturas produtoras da desigualdade.

Compreender a escolarização interrompida como o elo invisibilizado do debate acerca das cotas trans permite reposicionar a discussão em um plano verdadeiramente estrutural. As cotas não fracassam por ausência de sujeitos; fracassam porque esses sujeitos foram, reiteradamente, expulsos antes mesmo de alcançar a universidade. Ignorar tal processo não apenas compromete a efetividade da política, como expõe as próprias cotas a um processo contínuo de desgaste e eventual deslegitimação.

Nesse sentido, o maior risco não reside na subutilização em si, mas na naturalização de uma política de acesso dissociada de um projeto educacional integral. Sem enfrentar a

exclusão escolar em suas múltiplas dimensões, as cotas trans correm o risco de se tornarem frágeis, simbólicas e politicamente descartáveis.

Reconhecer tal limite não implica rejeitá-las, mas, ao contrário, afirmar a necessidade de radicalizar o debate e deslocar o foco do acesso isolado para a construção de trajetórias educacionais efetivamente possíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que medida as cotas trans no ensino superior brasileiro, quando não articuladas a políticas estruturais de escolarização e permanência, produzem mais reconhecimento simbólico do que inclusão efetiva?

As cotas trans têm desempenhado papel de relevo no plano do reconhecimento institucional. Sua existência afirma, de modo explícito, que a exclusão histórica dessa população não decorre de insuficiência de mérito individual, mas de desigualdades de natureza estrutural.

A universidade, ao instituir tais políticas, reconhece formalmente a legitimidade das identidades trans como sujeitos de direito e de produção de saber. Todavia, esse reconhecimento tem-se exposto, em larga medida, de ordem simbólica, na medida em que não se converte, de modo automático, em ampliação real, contínua e sustentada do acesso e da permanência no ensino superior.

A subutilização das cotas sugere que o limite central dessa política quando dissociada de uma ação educacional de caráter integral. A maioria das pessoas trans que não alcança o ensino superior não o faz por ausência de interesse ou de capacidade, mas porque suas trajetórias escolares foram sistematicamente interrompidas muito antes do momento do ingresso universitário.

Nesse sentido, as cotas incidem sobre um ponto tardio do percurso educacional, ofertando acesso a sujeitos que, em número expressivo, já haviam sido previamente expulsos do sistema escolar.

Tal dissociação produz um efeito político particularmente problemático. Ao serem avaliadas primordialmente por seu rendimento quantitativo, as cotas trans passam a ser interpretadas como políticas ineficazes, frágeis ou excessivamente infladas.

O reconhecimento simbólico, que a princípio se apresenta como conquista, converte-se em fator de vulnerabilidade política, abrindo espaço para questionamentos institucionais e discursos que disputam sua legitimidade. Assim, uma política concebida para enfrentar a exclusão corre o risco de ser deslegitimada justamente por não incidir sobre suas causas estruturais.

Outro efeito digno de nota dessa configuração reside na excepcionalização das trajetórias individuais. A celebração reiterada de casos isolados de êxito acadêmico de

pessoas trans, embora dotada de forte potência simbólica, não se constitui em indicador de inclusão efetiva.

Ao contrário, evidencia o caráter restritivo do acesso e reforça narrativas meritocráticas que deslocam a responsabilidade do Estado e das instituições para os próprios sujeitos. A exceção passa, então, a operar como prova do funcionamento do sistema, ocultando a persistência da exclusão estrutural.

Dessa maneira, as cotas trans, quando implementadas à margem de políticas de escolarização básica, permanência, assistência estudantil e enfrentamento da violência institucional, tendem a consolidar-se como políticas de reconhecimento administrado.

Reconhecem identidades, mas não transformam as condições materiais que tornam possíveis trajetórias educacionais contínuas. Incluem no plano simbólico, mas excluem no plano estrutural. Afirmam a diversidade sem desestabilizar os mecanismos que produzem a desigualdade.

Reconhecer tais limites não implica rejeitar as cotas trans, mas, antes, afirmar a necessidade de radicalizar o debate. A inclusão efetiva não se realiza unicamente pela abertura de vagas, mas pela construção de trajetórias educacionais possíveis desde a educação básica até a universidade.

Sem essa articulação, as cotas correm o risco de converter-se em políticas frágeis, politicamente descartáveis e funcionais a uma lógica institucional que celebra a diversidade sem assumir o ônus de se transformar.

Para que as ações afirmativas superem o teto do simbolismo, as instituições de ensino superior e o Estado devem articular de modo objetivo as seguintes políticas estruturais criação de programas de busca ativa e cursinhos populares preparatórios voltados especificamente para a população trans, combatendo os efeitos da escolarização interrompida antes do vestibular; garantia de auxílios financeiros específicos (bolsas de permanência), moradia estudantil e assistência psicológica continuada e despatologizante; letramento em gênero e diversidade compulsório para o corpo docente e administrativo, desarticulando a transfobia institucional e as violências quotidianas nos registros e no uso do nome social; vinculação das cotas universitárias a redes públicas de saúde mental, assistência social e empregabilidade, assegurando a subsistência do estudante fora dos muros da academia

Em síntese, as cotas trans no ensino superior brasileiro produzem, hoje, mais reconhecimento simbólico do que inclusão efetiva, na medida em que não enfrentam, de forma estrutural, a escolarização interrompida e a precarização da vida que atravessam a maioria das pessoas trans.

Superar tal limite exige deslocar o foco do acesso isolado para uma política educacional integral, capaz de converter o reconhecimento em permanência e a visibilidade em direito efetivo.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Jonathan Machado; SENA, Matheus Reuter. Dinâmicas de inclusão e exclusão: Uma análise das políticas de cotas para pessoas transexuais no contexto brasileiro. **Direitos Democráticos & Estado Moderno**, *[S. l.]*, v. 3, n. 9, p. 43–60, 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM/article/view/62407. Acesso em: 22 dez. 2025.

ESPOSTI, Cleber Felipe. Policiamento de corpos masculinos e a normalização da heterossexualidade no ambiente escolar. **Diversidade e Educação**, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. 800–822, 2025. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/19993. Acesso em: 22 dez. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150. Acesso em: 22 dez. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Le transféminisme**: Genres et transidentités. s/l: ANACAONA Editions, 2022.

PEREIRA, Bruno Gomes; SARTORI, Thiago Luiz. Eu não vou me calar: suspensão de cotas para pessoas trans no ensino superior e o silenciamento das discussões sobre gênero. **Diversidade e Educação**, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 986–1004, 2024. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15244. Acesso em: 22 dez. 2025.

PINHEIRO FILHO, Vanderlei Barros. O controle de corpos e os estudos queer: a biopolítica como condicionadora do normativismo de identidade. **COR LGBTQIA+**, *[S. l.]*, v. 1, n. 3, p. 249–264, 2022. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/550. Acesso em: 22 dez. 2025.

RIBEIRO, Cristine Jaques; MORAES, Camila; KRUGER, Nino Rafael. A universidade e os corpos invisibilizados: para se pensar o corpo LGBT. **Diversidade e Educação**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 357–372, 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9305. Acesso em: 22 dez. 2025.

XAVIER,Thais Pimentel de Oliveira; VIANNA, Claúdia. A Educação de Pessoas Trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e124022, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/g8MwFhhYPQktwdH6tn737Dk. Acesso em: 22 dez. 2025.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação**: Des(a)fiando e ocupando os"cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Recebido em: 22/12/2025
Aceito em: 17/05/2026

O MAL-ESTAR DA NOMEAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DAS NARRATIVAS DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

THE DISCOMFORT OF SEXUAL NAMING: A PSYCHOANALYTC ANALYSYS OF THE NARRATIVES OF LESBIAN AND BISEXUAL WOMEN

Taila Alberton[1]
Andre Alonso Marques[2]
Gustavo Angeli[3]

Resumo: o presente artigo propõe uma leitura psicanalítica sobre o processo de nomeação da sexualidade em mulheres lésbicas e bissexuais. Articula-se os conceitos freudianos de pulsão identificação e cultura aos estudos de gênero para problematizar a hipótese de que a nomeação sexual opera simultaneamente como forma de reconhecimento e como fonte de mal-estar, ao confrontar o sujeito com as exigências sociais de coerência e pertencimento. A pesquisa fundamenta-se no método psicanalítico extramuros e utiliza vinhetas clínicas retiradas de narrativas digitais, nas quais mulheres relatam diferentes formas de nomeação sexual. A análise evidencia que o desejo, por sua estrutura inconsciente, resiste à fixação em categorias identitárias estáveis, revelando a sexualidade como campo de atravessamentos entre o singular e o social. Conclui-se que o mal-estar contemporâneo não se limita à repressão da sexualidade, mas à tentativa de estabilizar o que é plural. A escuta psicanalítica, nesse contexto, deve acolher o não saber como potência e dialogar com os deslocamentos promovidos pelos estudos de gênero, reafirmando a importância de uma clínica ética e não normativa.
Palavras-chave: Psicanálise; Mulheres; Sexualidade.

Abstract: this article proposes a psychoanalytic reading of the process of sexual naming among lesbian and bisexual women. It articulates Freud's concepts of drive, identification, and culture with gender studies to discuss the hypothesis that sexual naming operates simultaneously as a form of recognition and as a source of discomfort, as it confronts the subject with social demands for coherence and belonging. The research is grounded in the extramural psychoanalytic method and draws on clinical vignettes taken from digital narratives in which women describe different forms of sexual naming. The analysis reveals that desire, due to its unconscious structure, resists fixation within stable identity categories, unveiling sexuality as a field traversed by both the singular and the social. It concludes that contemporary discomfort is not limited to the repression of sexuality, but rather to the attempt to stabilize what is fluid and plural. In this context, psychoanalytic listening must embrace not-knowing as a form of potency and engage in dialogue with the displacements promoted by gender studies, reaffirming the importance of an ethical and non-normative clinical practice.
Keywords: Psychoanalysis, Women, Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise sobre a nomeação da sexualidade em mulheres lésbicas e bissexuais que, em muitos casos, não se reconhecem em uma terminologia fixa ou alteram essa identificação ao longo da vida. Busca-se compreender esse processo a partir

[1] Psicóloga graduada pelo Centro Universitário de Brusque, pós-graduanda em Psicologia Escolar e Educacional, psicóloga clínica e psicóloga educacional da Prefeitura de Brusque (SC).
[2] Psicólogo clínico graduado pelo Centro Universitário de Brusque. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na área de Psicologia Social e Cultura, e na linha de pesquisa em Psicanálise Política e Cultura. Pesquisador membro no Laboratório de Psicanálise, Política, Arte e Sociedade na UNIFESP.
[3] Pós-doutor e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Psicologia Social e Cultura e linha de pesquisa Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, psicólogo pela Universidade Regional de Blumenau.

de diálogos entre a construção de gênero e a psicanálise, considerando como hipótese central que a nomeação sexual envolve, simultaneamente, uma forma de identificação e a escolha de um objeto amoroso. Para tanto, a discussão articula o período de latência e a formação da meta sexual no desenvolvimento do sujeito, bem como o conceito de pulsão, entendido como força psíquica que não se restringe a um objeto sexual, a práticas específicas ou a modos fixos de se relacionar. Assim, pretende-se refletir sobre a experiência amorosa, os vínculos afetivos e o reconhecimento de si como sujeito desejante, evidenciando a pluralidade e a fluidez que atravessam a sexualidade.

Para entender e sustentar a concepção do sexual, Freud (1905; 2016) nos diz que a sexualidade não é algo dado ou estável, mas construída na infância, e atravessada pelo complexo de édipo, ou seja, pela forma como a criança se posiciona frente ao desejo dos pais e às interdições impostas pela castração, o que influenciará diretamente a escolha do objeto amoroso e na construção da sexualidade. Para Nasio (2020) o complexo de édipo é inevitável e estruturante, dessa forma, nenhuma criança passa por ele sem que isso marque seu desejo e sua subjetividade. Em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016), Freud apresenta a teoria da sexualidade infantil, rompe com a ideia de que o impulso sexual surge apenas na puberdade, descreve suas características: composta por pulsões parciais, inicialmente autoeróticas e desvinculadas da genitalidade, que se organizam ao longo do desenvolvimento psicossexual em diferentes fases.

A sexualidade infantil ocorre no período que antecede a puberdade, marcado por novas formas de buscar prazer, diferencia-se da sexualidade adulta. Desde os primeiros anos de vida, a criança já manifesta uma sexualidade, expressa por zonas erógenas que proporcionam ao sujeito uma satisfação. Assim, entende-se que como a meta sexual infantil, tudo aquilo que remete ao seu prazer, vinculado a suas necessidades e funções fisiológicas, como mamar no seio materno, manipular o próprio corpo, aprender coisas novas ou exercer controle sobre o esfíncter (Freud, 1905; 2016). Esse prazer, no entanto, não está inicialmente ligado à genitalidade, mas à satisfação promovida por partes específicas do corpo, configura o que Freud denomina de fases do desenvolvimento psicossexual.

A concepção das fases de organização da libido, como proposto por Garcia-Roza (1994), passa a ser possível após a apresentação do conceito de “organização pré-genital” na primeira edição de Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016). Neste sentido a noção de “fase libidinal” diz respeito a uma etapa do desenvolvimento sexual da criança que se caracteriza por uma organização da libido que é determinada ou pela predominância de uma zona erógena ou por um modo de se relacionar com o objeto. Neste sentido, foi a partir dessa noção de zona erógena e da suposição de que algumas partes do corpo são “predestinadas”, no que se refere a uma erroneidade, que Freud passa a desenvolver o importante conceito de organização de libido (Garcia-Roza, 1994).

Neste sentido, a primeira fase da evolução sexual pré-genital é denominada como fase oral. Nela o prazer tem ligação com a ingestão dos alimentos e a com a excitação da mucosa dos lábios e da cavidade bucal. Nesta fase o objetivo sexual consiste na incorporação do objeto, e isso funcionará como um protótipo para futuras identificações. Ao utilizar a distinção feita por Freud entre fonte, objetivo e objeto da pulsão, pode-se dizer que no caso da fase oral, a fonte é a própria zona oral da criança, enquanto o objeto é o seio materno e o objetivo é a incorporação do objeto (Garcia-Roza, 1994).

A fase anal-sádica, é a segunda fase pré-genital da sexualidade infantil (acontece entre os dois e quatro anos aproximadamente). Nesta fase, a organização da libido está sob o primado da zona anal e pelo modo de relação com o objeto. Impregna-se o valor simbólico, a capacidade de dar e receber do sujeito. Já na fase fálica a organização da libido se volta para as zonas genitais, e nesta fase apresenta-se um objeto sexual e alguma convergência dos impulsos sexuais sobre o objeto. A importância dessa fase está ligada ao fato de que ela assinala o ponto culminante e o declínio do complexo de Édipo pela ameaça a castração (Garcia-Roza, 1994).

Dessa forma, as fases de desenvolvimento sexual infantil fazem parte de um processo psíquico típico da construção da sexualidade do sujeito, e podem resultar em desvios parciais da meta sexual. Freud (1905; 2016) define a meta sexual como o objetivo para o qual tende a pulsão sexual, sendo, no adulto, geralmente associada ao sexo, como tocar, olhar, ser olhado ou provocar dor. No entanto, esses não são os únicos destinos possíveis da pulsão. A criança busca prazer de maneiras como brincar, aprender, se relacionar. Compreender essas manifestações e não patologizá-las permite reconhecer as expressões legítimas da complexidade pulsional que constitui a sexualidade humana. Ao mesmo tempo, esse entendimento amplia a noção de sexualidade para além de uma finalidade genital, revela a pluralidade do desejo e sua abertura a diferentes formas de gozo.

A fluidez que marca a constituição da sexualidade também se expressa nas escolhas amorosas e nas formas de desejo. A sexualidade humana perpassa diversas formas e não se resume à normatividade social. Freud (1905; 2016) contesta a ideia de que exista um instinto sexual voltado exclusivamente à relação homem-mulher, como sustenta o senso comum. Propõe o termo inversão, para descrever configurações do desejo que não se alinham à heterossexualidade normativa, termo que, embora datado e marcado por uma visão médica da época, já apontava para a existência de outras formas legítimas de amar e desejar.

A heteronormatividade, enquanto estrutura simbólica e cultural que estabelece a heterossexualidade como modelo legítimo de vínculo amoroso e identitário, opera como um imperativo silencioso na constituição do sujeito na sociedade. Como uma implicação social, a heteronorma perpassa nosso cotidiano constantemente, com padrões rígidos do comportamento sexual e de gênero, que atribuem, desde o berço, como o “rosa para

menina" e o "azul para o menino" no senso comum. Roudinesco (2000) apresenta esse padrão como um discurso normativo que reduz a subjetividade a modelos binários de identidade, apaga a complexidade dos desejos e das identificações possíveis, e que, por isso, deve ser criticado tanto no campo social quanto na escuta clínica.

Dessa forma, também perpassa meios sociais e impacta em outros aspectos dentro da comunidade LGBT+[4] mesmo se opondo contra esse padrão de binariedade, segue com uma ideia de homem-mulher hierarquicamente dentre termos como ativa-passiva. Assim, entende-se que nomeação faz parte de um contexto que demarca um lugar além da norma, numa visão política de visibilidade, entretanto, a psicanálise propõe uma escuta que sustente o conflito e abra espaço para a elaboração subjetiva das identidades, sem reduzi-las à lógica do pertencimento normativo.

Nesse sentido, a apropriação dos desejos e da escolha do objeto amoroso pode ser ambígua: pode oferecer rigidez, por meio de rótulos e do estigma que os acompanha, ou, ao mesmo tempo, representar um ponto de apoio simbólico, funciona como forma de inscrição subjetiva. Nomear-se pode cristalizar o desejo em categorias pré-estabelecidas, mas também pode auxiliar na organização do sujeito.

A sexualidade não se constitui sem a mediação do social e a psicanálise aponta para a tensão entre a necessidade de nomeação e os efeitos dessa nomeação sobre o sujeito. Reconhecer-se para além da heteronormatividade, entendida como a estrutura cultural que estabelece a heterossexualidade como norma, pode gerar angústia e impulsionar o sujeito à busca de novas identificações: "Se não sou heterossexual, então o que sou?".

A nomeação sexual é esse meio para se compreender em um lugar, mas é importante questionar até que ponto os rótulos são necessários ou limitantes. Mais do que buscar uma definição ou um nome fixo, importa compreender e aceitar a subjetividade, abrir espaço para uma vivência do desejo menos normativa. A escuta psicanalítica permite tensionar os processos de identificação sexual, reconhecendo o sujeito como atravessado por marcas inconscientes, culturais e afetivas, que moldam tanto suas escolhas de objeto quanto sua psique. A saída da heteronorma, nesse sentido, não implica necessariamente em uma não classificação, mas na entrada em um novo sistema de nomeações (como "lésbica" ou "bissexual"), que também pode se tornar limitante ou fonte de angústia. Como aponta Goffman (1988), os rótulos identitários, quando fixados como identidade única, podem funcionar como estigmas, apagando a complexidade subjetiva.

O presente artigo se sustenta, como estratégia de produção de conhecimento, na análise de vinhetas clínicas com narrativas e fragmentos de mulheres LGBT+, que se reconhecem lésbicas ou bissexuais, e muitas vezes questionam essa posição ou até mesmo mudam de escolha, extraídas de espaços digitais como blogs, redes sociais e páginas. A

[4] A sigla LGBT+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas transgêneras, sendo o sinal de "+" utilizado para incluir outras identidades e expressões de gênero e sexualidade, reconhecendo a pluralidade das vivências que não se limitam às categorias nomeadas.

psicanálise, ao sustentar o desejo como plural e como construção simbólica e inconsciente, propõe uma escuta subjetiva não normativa, que se afasta das tentativas de totalização. Como destacam Rosa e Domingues (2010), a psicanálise não precisa permanecer restrita ao *setting* clínico, mas pode se fazer presente nos campos da cultura, da política e dos discursos públicos, numa perspectiva extramuros. Minerbo e Figueiredo (2006) reforçam que essa escuta também pode se dirigir às produções simbólicas e sociais, desde que se mantenha fiel à atenção flutuante e à ética da transferência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A FORMAÇÃO DA SEXUALIDADE: DA INFÂNCIA À META SEXUAL

A sexualidade se manifesta na infância, como Freud aponta em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905; 2016), ao questionar a concepção tradicional que restringia a sexualidade à puberdade e à função reprodutiva, propondo entendê-la também como uma realidade presente na criança. "A sexualidade não é algo dado ou estável, mas construída na infância, atravessada por pulsões parciais e desvinculadas da genitalidade" (Freud, 1905;2016, p. 42). Desse modo, a constituição do sexual envolve uma reorganização pulsional que tem início na infância, articulada ao complexo de Édipo e às experiências afetivas primárias.

Dessa forma, surge o conceito de meta sexual, que é compreendida no adulto, como o objeto para o qual se direciona a pulsão sexual, desde o beijo, o toque, o olhar, até sentir ou provocar dor. Para a criança, contudo, a busca por prazer é marcada por práticas não genitais, como mamar, brincar e manipular o próprio corpo, configurando um panorama amplo e multifacetado da sexualidade humana (Freud, 1905; 2016).

As fases do desenvolvimento psicossexual: oral, anal e fálico, constituem momentos fundamentais na organização do desejo. Cada uma dessas etapas apresenta formas específicas de satisfação pulsional, que não desaparecem na vida adulta, mas permanecem como marcas psíquicas passíveis de retorno ou deslocamento. Nesse sentido, compreender a sexualidade infantil implica reconhecer que o adulto não se constitui como um ser sexual apenas a partir da puberdade, mas como resultado de um processo contínuo de reorganização pulsional iniciado desde os primeiros anos de vida (Freud, 1905; 2016).

Outro aspecto central apresentado em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade é a noção de bissexualidade originária. Para Freud (1905; 2016), o sujeito nasce com potencialidades múltiplas de investimento libidinal, não determinadas à priori por um objeto ou direção única. Essa concepção rompe com a ideia de que haveria uma linearidade natural rumo à heterossexualidade e permite pensar a sexualidade como campo aberto a diferentes identificações e escolhas de objetos amorosos. Tal perspectiva mostra que a sexualidade não é estática, mas atravessada por contingências históricas, culturais e afetivas, que podem reorientar a posição subjetiva ao longo da vida. A bissexualidade

originária, portanto, funciona como um ponto de partida estrutural que abre espaço para a pluralidade das experiências do desejo, revela que a nomeação identitária nunca é capaz de capturar completamente a complexidade da vida psíquica.

Além da perspectiva freudiana, estudos contemporâneos destacam que a bissexualidade enquanto orientação sexual diz respeito à experiência adulta de desejo por mais de um gênero. A pluralidade do desejo não se limita à infância, mas se prolonga e se transforma ao longo da vida, atravessada por normas, estigmas e resistências sociais, a esse respeito, Méllo (2012) destaca que a constituição da sexualidade não ocorre em um vazio, mas é moldada por dispositivos sociais que produzem corpos inteligíveis a partir da heteronormatividade. Assim, desde a infância, o sujeito é interpelado por práticas discursivas e culturais que o direcionam para performances de gênero e desejos socialmente legitimados. Essa produção normativa do corpo-sexualidade reforça que a sexualidade, embora singular, está inevitavelmente atravessada por condicionantes históricos e políticos.

Esse entendimento rompe com a ideia de uma sexualidade normativa e fixa, evidencia sua pluralidade e fluidez. Laplanche (1992) reforça que as pulsões sexuais não possuem um fim natural ou necessário, mas se estruturam por meio de deslocamentos e desvios que podem se reorganizar ao longo da vida, inclui mudanças nas formas de nomeação e identificação sexual. Nesse sentido, compreender a sexualidade implica sustentar a tensão entre o que é da ordem do singular, o enigma do desejo, e o que é imposto pelo social, que insiste em oferecer nomes e categorias.

2.2 O SEXUAL COMO ENIGMA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE

Para Laplanche (1992), o sexual é, por excelência, um enigma, algo que escapa à totalização e que insiste no sujeito de forma deslocada. Esse caráter enigmático impede que o desejo seja plenamente nomeado ou reduzido a categorias fixas, faz da sexualidade uma experiência de permanente construção e reorganização subjetiva.

Goffman (1988) destaca que os rótulos sociais, quando fixados como identidade única, podem operar como estigmas, reduzindo a complexidade do sujeito a uma única característica. Nesse sentido, a escuta psicanalítica propõe-se a acolher o que resta da subjetividade para além da nomeação, reconhecendo o caráter fluido e mutável do desejo.

Ceccarelli (2000) acrescenta que o preconceito em torno da sexualidade está diretamente ligado à dificuldade em lidar com aquilo que escapa à normatividade. A tentativa de fixar identidades rígidas funciona como uma defesa frente ao enigma do desejo, produz exclusões e estigmas que reduzem a pluralidade da experiência subjetiva. Essa perspectiva reforça a necessidade de compreender que as manifestações da sexualidade não devem ser tomadas como desvios, mas como soluções singulares que cada sujeito elabora diante do caráter enigmático da pulsão. Nesse sentido, a psicanálise é

convocada a sustentar uma posição ética que acolha a diversidade das formas do desejo, recusando interpretações que o reduzam a categorias patologizantes.

A teoria freudiana sobre a homossexualidade feminina ganha relevo, pois evidencia tanto o esforço inaugural de pensar a sexualidade para além da norma, quanto os impasses de sua época. Inicialmente, Freud tratou o tema de modo indireto, associado a conceitos como bissexualidade, complexo de masculinidade e inveja do pênis. Em 1905, já reconhecia em sua clínica a presença do amor homossexual, como no caso Dora, mas ainda o compreendia a partir da noção de inversão do objeto sexual, o que revela sua dificuldade em considerar o papel central das relações femininas, especialmente o vínculo com a mãe, na constituição psíquica da menina (Pastana; Klipan, 2021).

O caso da jovem homossexual, apresentado em 1920, representou uma virada ao trazer a figura materna para o centro da compreensão da homossexualidade feminina. Nesse momento, Freud distinguiu identificação e escolha de objeto, mostra que uma mulher poderia identificar-se com o pai sem que isso implicasse necessariamente em um destino homossexual. A homossexualidade, então, passou a ser entendida como sustentada por uma fixação primária na mãe, o que ampliou a leitura sobre os múltiplos caminhos possíveis para a feminilidade (Pastana; Klipan, 2021).

Pastana e Klipan (2021) ressaltam que, ao longo da obra freudiana, a homossexualidade feminina ocupou lugar marginal e muitas vezes foi tratada indiretamente. No entanto, a partir do Caso da jovem homossexual (1920), Freud passa a reconhecer o papel central da mãe na constituição do desejo feminino. Nesse ponto, a homossexualidade deixou de ser entendida apenas como inversão do objeto sexual e passou a ser pensada como sustentada por uma fixação primária no vínculo materno. Tal leitura, ainda que marcada por limites de época, abriu caminho para compreender que toda feminilidade traz em si uma dimensão homossexual, manifesta ou latente, revela que o amor entre mulheres não pode ser reduzido à patologia, mas deve ser reconhecido como parte constitutiva da sexualidade.

Nos últimos escritos, Freud reformulou sua teoria ao diferenciar pênis e falo, reconhece o desejo da mãe como estruturante da subjetividade feminina. Ainda assim, manteve a feminilidade atrelada à maternidade, o que lhe rendeu críticas posteriores por restringir a compreensão do desejo e do gozo das mulheres. Desse modo, embora tenha sido fundamental para desvincular a homossexualidade da ideia de perversão, sua teoria permaneceu atravessada por impasses, sobretudo no que diz respeito à feminilidade e à posição homossexual como parte constitutiva da sexualidade feminina (Pastana; Klipan, 2021).

Nesse ponto, as análises de Ripoli Martins (2023) em Histórias da Margem ampliam a leitura ao situar a lesbianidade como categoria histórica, construída por discursos médicos, jurídicos e psicanalíticos que, desde o século XIX, procuraram enquadrar as relações entre

mulheres em registros de desvio, patologia ou anomalia. Ao mesmo tempo, o resgate de experiências invisibilizadas, como mulheres que recusaram o casamento, formaram comunidades ou priorizaram afetos femininos, evidencia que a lesbianidade também se constituiu como prática de resistência ao patriarcado e à heteronormatividade. Essa tensão entre patologização e resistência atravessa a própria história da psicanálise, em que a voz das mulheres lésbicas e bissexuais esteve muitas vezes silenciada, mas deixou marcas na clínica e nos debates inaugurais.

A leitura histórica proposta por Ripoli Martins (2023) permite compreender que a invisibilização das lesbianidades nos primórdios da psicanálise não se tratou apenas de um descuido teórico, mas de um reflexo da própria lógica patriarcal que sustentava as categorias diagnósticas da época. Ao examinar as Atas da Sociedade Psicanalítica de Viena, a autora identifica como a homossexualidade feminina era tratada de forma secundária em relação à masculina, muitas vezes reduzida a um apêndice das teorias sobre a perversão. Esse silenciamento evidencia o quanto a construção da sexualidade lésbica esteve marcada pela ausência de reconhecimento discursivo, impondo às mulheres que amavam mulheres a tarefa de existir à margem tanto do saber médico quanto do psicanalítico.

2.3 HETERONORMATIVIDADE E SEUS EFEITOS NA SUBJETIVIDADE

O percurso histórico reconstruído por Ripoli Martins (2023) mostra que, da Antiguidade à Modernidade, as formas de nomear o desejo entre mulheres foram progressivamente enquadradas por lógicas patriarcais. De práticas pedagógicas e comunitárias, tornaram-se pecado na Idade Média, crime na Idade Moderna e, finalmente, doença na sexologia do século XIX. Esse movimento revela como a heteronormatividade se consolidou como regime de poder, organizando a sexualidade em torno da reprodução e apagando a legitimidade dos vínculos entre mulheres.

Ao trazer à luz narrativas históricas de resistência de lésbicas e bissexuais, Ripoli Martins (2023) mostra que tais experiências não apenas escapavam às classificações normativas, mas também questionavam a própria ordem simbólica que sustentava a heteronormatividade. Ao não se orientar pelo falo nem pela função reprodutiva, opera como uma crítica radical às normas de gênero, desestabiliza categorias binárias e revela a insuficiência das classificações tradicionais para dar conta da pluralidade do desejo. Tal compreensão abre espaço para o diálogo da psicanálise com os estudos de gênero, sugere que a escuta clínica precisa estar atenta às formas de subjetivação que emergem fora dos padrões hegemônicos.

Toda a formação do senso comum em torno da sexualidade resulta em uma norma estabelecida de desejar e de amar, institui a heteronormatividade como estrutura simbólica e cultural que legitima apenas a heterossexualidade como vínculo identitário válido. Esse

regime normativo exerce um imperativo silencioso sobre os sujeitos, convoca-os a ocupar lugares previamente dados. Roudinesco (2000) alerta que esse padrão reduz a subjetividade a modelos binários, reforçados desde o nascimento por códigos culturais, que moldam expectativas sociais e afetam diretamente a constituição da sexualidade e do gênero. Esse enquadramento evidencia como o sujeito, ainda em formação, é atravessado por discursos normativos que buscam limitar a fluidez de suas experiências.

Mesmo dentro da comunidade LGBT+, a heteronormatividade mantém seus efeitos, organiza práticas e discursos a partir de oposições binárias. Pastana; Klipan (2021) observa que o sujeito contemporâneo se vê dividido entre a fluidez pulsional e a exigência de um lugar fixo na gramática social do desejo. Assim, a nomeação dentro do contexto LGBT+ pode representar, ao mesmo tempo, um gesto de visibilidade política e um novo enquadramento normativo. Essa tensão exige da psicanálise uma escuta ética, capaz de sustentar a singularidade do desejo sem reduzi-lo a categorias de pertencimento que, embora conferindo reconhecimento social, podem aprisionar a subjetividade.

Nesse horizonte, o feminismo lésbico oferece uma crítica radical à heteronormatividade, entendida não apenas como norma social, mas como regime político que sustenta categorias fixas de gênero. Inspirada em Monique Wittig, a análise apresentada por Agio (2024) destaca que “homem” e “mulher” não são essências naturais, mas categorias políticas e econômicas que reproduzem estruturas de dominação. A lesbianidade, ao recusar a heterossexualidade compulsória, constitui-se como possibilidade de desestabilização desse binarismo, abre caminho para formas subversivas de subjetivação. Esse entendimento dialoga com a psicanálise ao evidenciar que a identidade nunca se reduz a uma essência fixa, mas se constrói no tensionamento entre desejo, linguagem e laço social.

A psicanálise tem buscado deslocar a compreensão da sexualidade feminina de um eixo centrado na falta ou na ausência de falo, como frequentemente ocorria nas leituras clássicas, para uma concepção que privilegia a pluralidade do desejo e a complexidade do gozo. Autores atuais (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017) destacam que o feminino não se reduz a uma essência natural, mas constitui-se na relação entre linguagem, corpo e laço social, abrindo espaço para experiências de desejo que não encontram tradução imediata em categorias normativas.

Nesse movimento, observa-se também um esforço crítico de revisão dos preconceitos presentes nas teorizações iniciais da psicanálise sobre homossexualidade e lesbianidade. Trabalhos recentes evidenciam que a escuta clínica não deve estar orientada pela busca de um ideal normativo, mas pela sustentação da singularidade de cada sujeito, permitindo que ele nomeie, ou mesmo não nomeie, sua sexualidade sem que isso seja visto como déficit. Essa postura clínica contrasta com os modelos que historicamente patologizaram a

homossexualidade e, ao mesmo tempo, afirma a importância de reconhecer os efeitos de discurso da heteronormatividade na subjetivação (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

Além disso, pensar a sexualidade feminina implica reconhecer o atravessamento dos discursos culturais e políticos que buscam ignorar o sexual. A psicanálise, ao se abrir para o diálogo com os estudos de gênero e com o feminismo, tem mostrado que o feminino não pode ser entendido como destino biológico nem como essência fixa. Trata-se de uma construção atravessada pela linguagem, pela história e pelas relações de poder, e que, justamente por isso, oferece resistência às classificações rígidas. Assim, a clínica contemporânea se coloca diante do desafio ético de acolher a fluidez sexual sem reduzi-la a categorias estáveis (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

Pensar a sexualidade feminina implica reconhecer o atravessamento dos discursos culturais e políticos que buscam fixar modos de ser e de desejar. A psicanálise, ao estabelecer diálogo com os estudos de gênero e com o pensamento feminista, evidencia que o feminino não se constitui como um destino biológico nem como uma essência imutável. Trata-se de uma construção permeada pela linguagem, pela história e pelas relações de poder, o que lhe confere um caráter instável e em constante movimento. Nesse sentido, a clínica contemporânea se depara com o desafio ético de acolher a fluidez sexual, evitando reduzi-la a categorias normativas ou estáveis (Oliveira; Silva; Rodrigues, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A PESQUISA A PARTIR DO MÉTODO PSICANALÍTICO

O presente artigo fundamenta-se no método de pesquisa em psicanálise, pautado na escuta do sujeito, para além da prática clínica, como campo de saber capaz de operar diálogos com produções discursivas e culturais, numa perspectiva da psicanálise extramuros. Por meio dos fundamentos psicanalíticos esta é, antes de tudo, uma investigação que se apoia nos fundamentos da teoria e em sua ética. Ela não busca uma objetividade ou neutralidade, mas produzir saber a partir da escuta, da transferência e da implicação do pesquisador com o objeto estudado. É um tipo de pesquisa que envolve o sujeito do inconsciente, seja ele o pesquisador, o interlocutor, ou o campo simbólico que se pretende investigar (Hashimoto, 2001).

Pesquisar em psicanálise é sustentar uma escuta que se orienta pelo inconsciente e que atravessa o pesquisador, ou seja, exige que ele se implique naquilo que escolhe investigar, deixando-se afetar pelas questões que emergem ao longo do processo. Nesse sentido, não há separação entre sujeito e objeto, e a própria escrita se torna um espaço de elaboração e transformação subjetiva (Hashimoto, 2001).

Na psicanálise, como destaca Hashimoto (2001), o método não é uma técnica previamente estabelecida, mas um percurso que se constitui no processo e pela própria pesquisa. Desta forma, a teoria, o objeto e a posição do pesquisador não são elementos

separados, mas se encontram, de forma que o pesquisador é tomado como um sujeito atravessado pela própria investigação, implicado tanto nas escolhas temáticas quanto na leitura do material analisado.

A psicanálise extramuros é, conforme Minerbo e Figueiredo (2006), uma maneira de deslocar a psicanálise de sua posição tradicional de aplicação clínica para operá-la como ferramenta de leitura do sujeito em campos mais amplos. A psicanálise, nessa concepção, não se reduz a uma aplicação da clínica, mas conserva sua ética e seus princípios de escuta mesmo fora da relação analítica tradicional.

Partindo da perspectiva da teoria e conforme descrito anteriormente, por meio desse deslocamento, para os campos sociais e discursivos, foram selecionadas vinhetas clínicas, por meio da busca no *Google*, no meio da cultura digital, que vem se tornando cada vez mais presente na comunidade. Esses relatos públicos, disponíveis em redes sociais, entrevistas, vídeos e blogs, tratam de uma narrativa de sujeitos, em sua relação com a nomeação da própria sexualidade com o objetivo de criar um diálogo com pessoas que passam pela mesma situação.

A pesquisa utiliza essas vinhetas clínicas, como fragmentos de histórias em que o sujeito se confronta com o desafio de se reconhecer e se posicionar em relação à própria sexualidade, revela os efeitos subjetivos que esse processo produz sobre o desejo. Esses relatos narrados por mulheres que se nomearam lésbicas ou bissexuais na vida adulta, são lidos a partir do referencial psicanalítico, para extrair efeitos e sentido a partir das tensões discursivas e afetivas que ali se manifestam.

Dessa forma, após a pesquisa e leitura, e por meio da transferência, quatro (4) vinhetas clínicas foram selecionadas a partir da escuta implicada pela pesquisadora e os pesquisadores, sustentada em suas vivências e pelo atravessamento subjetivo que a temática lhes provoca. Assim, a pesquisa e a seleção foram compostas tanto pelas questões teóricas que a orientam quanto pela transferência estabelecida entre os pesquisadores e o material analisado. Essa transferência, entendida como elemento constitutivo da pesquisa em psicanálise, permite que as associações surjam a partir de um campo simbólico compartilhado, envolvendo gênero, identificação e os impasses da nomeação sexual (Hashimoto, 2001).

Por fim, esta pesquisa reconhece que não há produção de saber em psicanálise sem a implicação subjetiva de quem pesquisa. Hashimoto e Tavares (2001) apontam que a investigação teórica em psicanálise exige que o pesquisador esteja implicado no próprio processo, permitindo-se ser afetado pelo que escolhe estudar. Diante disso, formula-se a seguinte questão: como a nomeação da sexualidade pode operar, simultaneamente, como forma de subjetivação e como fonte de angústia em mulheres que se reconhecem lésbicas ou bissexuais? A partir dessa pergunta, propõe-se tensionar as relações entre desejo e linguagem, escutando os efeitos psíquicos da nomeação e os impasses que ela pode

produzir. Não se busca definir o que é ser lésbica ou bissexual, mas sustentar uma escuta do que escapa, inclusive, aos nomes. Além de ver e falar do sexual como algo plural e fluido, que não restringe o sujeito, e pode sofrer impacto, mudanças ao longo de sua vivência.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 AS NARRATIVAS DE MULHERES NAS REDES E O MAL-ESTAR DA NOMEAÇÃO

O campo da sexualidade, quando analisado sob a ótica psicanalítica, apresenta-se como lugar para se observar as tensões entre o social e o subjetivo. Freud (2010; 1930) em O mal-estar na civilização, aponta que a cultura exige do sujeito um processo contínuo de renúncia e regulação pulsional, estabelecendo normas de pertencimento que frequentemente entram em conflito com a experiência íntima do desejo. Logo no início da obra, ao discutir o chamado "sentimento oceânico", o autor descreve a possibilidade de dissolução das fronteiras do Eu em determinadas vivências, como no enamoramento, em que o sujeito se sente em comunhão com o objeto amoroso. Nesse estado, as demandas sociais parecem suspensas, pois a relação em si responde, ainda que provisoriamente, à questão do pertencimento.

A reflexão freudiana sobre o conflito entre pulsão e cultura permite compreender como a sexualidade se torna um campo privilegiado para escutar os modos pelos quais o sujeito lida com as exigências sociais e com o próprio desejo. A experiência amorosa, nesse contexto, não é apenas uma vivência íntima, mas também um acontecimento simbólico que articula reconhecimento e pertencimento. Quando o sujeito ama, encontra temporariamente uma forma de se situar no mundo, contudo, quando esse laço se desfaz, ele é novamente convocado a interrogar-se sobre quem é e sobre o que deseja. É nesse intervalo, entre o encontro e a perda, que emergem os relatos de mulheres lésbicas e bissexuais que transitam entre diferentes nomeações de sua sexualidade, revelando as complexas negociações entre o desejo singular e as categorias sociais disponíveis para nomeá-lo.

Sara[5] relatou em um fórum digital que, desde os 20 anos, se reconhecia como lésbica e, durante seu relacionamento de longo prazo com outra mulher, não via necessidade de questionar sua orientação sexual. "Tenho 29 anos e me assumi lésbica desde os 20. Identifiquei-me brevemente como bissexual aos 19, mas eventualmente concluí que minha atração por homens era apenas heterossexualidade compulsória. Eu vinha questionando levemente minha identidade nos últimos 10 meses, mas estava em um relacionamento de longo prazo com uma mulher, então não achei que valesse a pena desvendar, mas esse relacionamento terminou recentemente. Desde o término, tenho conversado com um homem que conheci online, e eu realmente, realmente gosto dele, o suficiente para saber que não posso mais me chamar de lésbica, pelo menos não sem ser desonesta sobre meus sentimentos".

[5] Cada relato conta com um nome simbólico para ilustrar as narrativas e preservar o sigilo das narrativas.

Apenas após o término da relação e o início de um vínculo afetivo com um homem foi confrontada pela impossibilidade de manter a mesma forma de se nomear, percebe-se bissexual. Seu relato evidencia que, durante a experiência amorosa, o vínculo é suficiente para responder à demanda social "sou lésbica porque tenho uma namorada", mas, com a ruptura, retorna à exigência de nomeação e reorganização subjetiva. O mal-estar emerge justamente nessa passagem entre duas posições: pertencer a um grupo socialmente reconhecido e, ao mesmo tempo, assumir para si o desejo que escapa às classificações estáticas.

A angústia expressa por Sara diante da necessidade de se reposicionar publicamente frente à sua sexualidade ilustra o conflito descrito por Freud (1930; 2010) entre o desejo singular e as exigências de pertencimento impostas pela cultura. Ao reconhecer seus sentimentos por um homem, ela vivencia internamente uma forma de satisfação libidinal, mas imediatamente se vê tomada por um mal-estar que não advém do desejo em si, e sim da antecipação do olhar e do julgamento social.

Em O mal-estar na civilização (1930; 2010), Freud aponta que o sujeito paga um preço pela vida em comunidade: "uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa" (Freud, 1930; 2010, p. 107). O medo de ser julgada ou rejeitada pela comunidade LGBT+, revela o quanto a culpa e o medo da desaprovação se instalam como marcas do supereu, expressão das normas sociais internalizadas. Assim, o conflito de Sara não se restringe à nomeação sexual, mas se inscreve no campo mais amplo da tensão entre a necessidade de amor e aceitação e a renúncia exigida pela cultura. Freud (1930/2010) sugere que a civilização busca estabilidade e controle sobre as forças pulsionais, dessa forma, o desconforto de Sara ao se reconhecer fora de uma categoria fixa evidencia a persistência desse ideal de ordem sobre o campo do desejo.

Ao nomear seus sentimentos, ela realiza um movimento de afirmação subjetiva, mas o mal-estar surge no instante em que tal afirmação precisa ser reconhecida pelo outro. A cultura, nesse sentido, aparece como cenário de um duplo movimento, pois ela oferece as palavras e categorias com as quais o sujeito pode nomear-se, mas também impõe o preço da conformidade. A passagem de Sara mostra que, para o sujeito moderno, a sexualidade continua a ser um dos lugares privilegiados em que se manifestam as contradições entre liberdade pulsional e pertencimento social, núcleo do mal-estar freudiano.

A reação do grupo diante de deslocamentos identitários, como o de Sara, também pode ser compreendida à luz do conceito de narcisismo das pequenas diferenças (Freud, 1917; 2010). Em muitos movimentos sociais, inclusive os que defendem a liberdade de expressão sexual, observa-se que a diferença interna, o "outro" dentro do mesmo grupo, pode gerar desconforto, por ameaçar a coesão simbólica que sustenta o pertencimento. Assim, o grupo que se propõe libertário pode, paradoxalmente, reproduzir mecanismos de exclusão, ao despotencializar sujeitos cujas vivências não se encaixam inteiramente nas

normas implícitas de coerência identitária. Esse paradoxo evidencia que o mal-estar não se restringe à relação entre o sujeito e a cultura hegemônica, mas atravessa também os coletivos que buscam resistir a ela.

Em outro depoimento nas redes, Beatriz compartilhou a culpa por ter se reconhecido como lésbica durante dois anos e, em seguida, nomear-se bissexual. O desconforto surgiu da sensação de que "mudar constantemente de sexualidade" poderia ser visto como instabilidade, em contraste com a expectativa social de coerência. Ainda assim, Beatriz reafirma que a sexualidade é fluida e não fixa, revela embate entre os rótulos e a experiência singular. A fala de Beatriz surge em resposta direta à de Sara, compondo um diálogo que evidencia como essas mulheres constroem, juntas, uma gramática compartilhada para lidar com o mal-estar da nomeação. Suas narrativas se entrelaçam no espaço virtual, funcionando quase como uma cena analítica, em que o reconhecimento mútuo permite sustentar a dúvida sem que ela precise ser imediatamente resolvida. "A maneira como você descreve sua história é muito semelhante à minha. Na verdade, muitas pessoas online que vejo falam principalmente sobre ir de bissexual para lésbica, mas nunca o contrário. Eu também sinto muita culpa por me identificar como bissexual depois de ter sido lésbica por 2 anos porque muitas pessoas me conhecem como lésbica e às vezes me sinto chata por mudar constantemente minha sexualidade, mas tenho que lembrar que a sexualidade é fluida e não é algo fixo". Observa-se, aqui, que o pertencimento social exige estabilidade de nomeação, enquanto o desejo subjetivo insiste em deslocar-se, produz o mal-estar caracterizado por Freud (1930; 2010) como efeito inevitável da vida em sociedade.

A distinção entre fixação simbólica e processos de identificação contribui para aprofundar essa análise. A primeira, associada à necessidade de continuidade e coerência, tende a oferecer pertencimento, mas pode aprisionar o sujeito em classificações rígidas. Já a identificação, tal como elaborada pela psicanálise, é processual e múltipla, permite deslocamentos e abre espaço para a fluidez da sexualidade. Assim, a mulher que se reconhece bissexual após um relacionamento longo com outra mulher não "abandona" uma definição anterior, mas revela um novo movimento de identificação, evidencia que a subjetividade não se reduz a categorias herdadas ou estáveis.

A nomeação, por sua vez, cumpre função ambígua, de um lado, protege o sujeito ao possibilitar reconhecimento social e inserção em comunidades, de outro, limita, pois não dá conta da singularidade da experiência do desejo. O rótulo responde ao coletivo, enquanto o singular permanece sempre em excesso, inapreensível por completo. Reconhecer a sexualidade como fluida implica admitir que o mal-estar contemporâneo não se restringe à repressão heteronormativa, mas também à exigência de coerência nos modos de se enunciar como sujeito desejante.

Ao observar as narrativas de mulheres que interrogam suas próprias nomeações sexuais, é possível reconhecer o modo como o discurso social sobre o sujeito desejante opera segundo matrizes que buscam fixá-lo em pares binários: lésbica ou bissexual, homossexual ou heterossexual. Conforme indicam Mériti e Langaro (2011), essas matrizes simbólicas são produtos de uma tradição filosófica ocidental pautada na metafísica da presença, que privilegia a lógica da unidade e da coerência. Essa estrutura de pensamento sustenta o ideal moderno de um sujeito dotado de uma configuração estável e transparente a si mesmo. O movimento de desconstrução proposto pelas teorias *queers* e os estudos de gênero permitem, contudo, deslocar o olhar da substância estável para os efeitos de subjetivação, compreender o sujeito como resultado de práticas discursivas reiterativas que se refazem no tempo.

Em outra narrativa nas redes sociais, Ana ilustra de modo expressivo essa tensão entre a busca por coerência e a experiência da indeterminação. Ela relata ter se assumido lésbica, mas, com o passar do tempo, começa a duvidar dessa definição. Nunca havia se relacionado com homens e reconhece gostar de mulher, ainda assim, a falta de experiências variadas desperta questionamentos sobre sua orientação sexual. Ao refletir sobre a "necessidade de se rotular", Ana percebe que o impulso de se nomear partia do desejo de "encaixar-se" em alguma categoria, acredita que o pertencimento só seria possível dentro de uma forma fixa de se reconhecer. Com o tempo, compreende que essa busca por uma "caixinha" era ilusória, e que o processo de se descobrir não depende de rótulos estáveis, "Eu não tenho certeza da minha sexualidade, eu me assumi lésbica, entretanto desde uns tempos pra cá me veio a dúvida se não sou bi, porque eu nunca beijei um homem. Meu primeiro beijo foi com minha amiga, que me ajudou demais a perceber o quanto gosto de mulheres, e ao mesmo tempo ela se descobriu bi. A questão é que tenho dúvidas pq tenho pouca experiência mesmo, mas não me imagino me relacionando sexualmente com homens, felizmente ou infelizmente". Sua fala revela o conflito entre a pressão cultural por coerência e a vivência subjetiva do desejo, que se apresenta como movimento, e não como essência. "Vejo um movimento de necessidade de se rotular, e que por um momento também tomou conta de mim. Vi que me pressionar não vai adiantar de nada, e com o tempo e talvez algumas experiências eu chegue a me entender melhor. Sobre essa necessidade de se rotular eu sinto como se eu quisesse me encaixar em alguma sexualidade, sabe? como se eu coubesse em uma caixinha. eu não poderia estar mais enganada".

O relato de Júlia também se inscreve nesse campo de tensão. Aos 20 anos, ela se reconhece como bissexual, mas narra sentir uma conexão emocional e afetiva mais intensa com mulheres. Com homens, o desejo existe, porém sem o mesmo "frio na barriga", o que a faz questionar o próprio lugar dentro das categorias disponíveis, "Minha primeira paixonite de jovem foi uma menina, então tenho certeza absoluta que gosto de mulheres Hoje com

20, nunca namorei, mas já sai tanto com mulheres como com homens mas, nunca fiz sexo com nenhum dos sexos. Com mulheres parece que a relação é mais profunda, além da atração tem uma amizade forte, o que gera uma entrega maior na relação. O que eu nunca senti com homens." Ao comparar as formas de entrega nas relações, Júlia descreve uma experiência que ultrapassa a lógica binária entre o emocional e o sexual, aponta para uma sexualidade que se constitui na relação, e não em classificações estáveis. Seu discurso evidencia o que Mériti e Langaro (2011) descrevem como a necessidade de desconstruir os pressupostos que organizam as matrizes simbólicas dominantes, pois estas operam segundo uma hierarquia que valoriza determinadas formas de desejo e relação em detrimento de outras.

Tanto Ana quanto Júlia expressam o esforço de subjetivação em meio ao conflito entre o singular e o universal, o vivido e o nomeado. Ao questionarem a rigidez dos rótulos, elas colocam em prática o que Derrida (2008) denomina *différance*, um movimento de adiamento e deslocamento de sentidos que impede a fixação de uma forma definitiva de ser. Suas trajetórias mostram que o processo de nomeação sexual não é estático, mas performativo, no sentido proposto por Butler (2002), em que o sujeito se constitui na repetição e na variação de práticas e discursos.

A partir desses relatos, compreende-se que as experiências de "não saber" ou "não caber" em uma forma fechada de reconhecimento não configuram indecisão, mas uma forma legítima de existência subjetiva. Como afirmam Mériti e Langaro (2011), o deslocamento dos sentidos atribuídos às categorias permite que a fixidez seja substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento. Assim, as histórias de Ana e Júlia não representam incoerência, mas o exercício ético e singular de reconstruir-se fora das fronteiras estáveis da heteronormatividade e da lógica binária que organiza o discurso social sobre o desejo.

Os relatos analisados revelam que o movimento de nomeação sexual não é simplesmente uma escolha identitária, mas um processo atravessado pela cultura, simbólico e inconsciente. A tentativa de inscrever o desejo em uma categoria estável mostra-se sempre insuficiente diante da complexidade da experiência subjetiva. A psicanálise, ao compreender o sujeito como subjetivo, aponta que o desejo nunca se satisfaz plenamente nas formas de nomeação, pois o inconsciente resiste à fixação. A oscilação entre rótulos e incertezas, longe de representar contradição, evidencia o próprio funcionamento do desejo, que se desloca e se reorganiza a cada nova experiência amorosa.

Nesse sentido, a análise dos testemunhos permite compreender que o mal-estar contemporâneo não deriva apenas da repressão da sexualidade, mas também da impossibilidade de estabilizar o que é, por natureza, fluido. As narrativas de Sara, Beatriz, Ana e Júlia desconstroem a noção de uma verdade sobre o sexual, revelando que o sujeito não é portador de uma essência, mas efeito de um processo contínuo de significação. A

sexualidade constitui-se como campo de atravessamentos entre o desejo, o olhar do outro e as exigências de pertencimento social. Nessa trama, a subjetividade emerge como movimento e não como substância, reafirmando que o lugar do sujeito no discurso é sempre provisório, aberto e em constante deslocamento.

Diante disso, torna-se fundamental que a psicanálise mantenha sua escuta aberta aos deslocamentos promovidos pelos estudos de gênero e pela teoria *queer*. Não se trata de abandonar o rigor conceitual da clínica, mas de reconhecer que os modos de nomear e viver a sexualidade se transformam conforme o discurso social se reconfigura. Escutar o sujeito contemporâneo exige considerar as novas formas de subjetivação que emergem fora das fronteiras tradicionais do masculino e do feminino. A interlocução entre psicanálise e estudos de gênero amplia o campo de escuta do desejo e reafirma a importância de uma clínica que acolha o não saber como potência, e não como falta. Contudo, é preciso atentar para o risco de que esse não saber seja rapidamente normatizado, convertido em uma nova forma de enquadramento que busca apaziguar a angústia do sujeito diante da incerteza. Pensar a clínica, portanto, implica sustentar esse intervalo, permitindo que o sujeito atravesse seus próprios caminhos de construção e encontre, nesse percurso, uma resposta singular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite compreender que o processo de nomeação sexual nas mulheres lésbicas e bissexuais é atravessado por uma tensão constante entre a necessidade de reconhecimento social e a singularidade do desejo. A partir de Freud (1905; 2016), observou-se que a cultura impõe limites à pulsão, cria formas de pertencimento que produzem tanto laço quanto sofrimento. As vinhetas analisadas evidenciam que o sujeito contemporâneo se encontra entre a fluidez pulsional e a exigência de coerência identitária, revela o mal-estar característico da civilização moderna.

A psicanálise, ao sustentar o desejo como enigmático e não redutível a categorias fixas, oferece uma via de escuta capaz de acolher as múltiplas formas de ser e de desejar. As narrativas de Sara, Beatriz, Ana e Júlia demonstram que as oscilações identitárias não são sinais de indecisão, mas expressões legítimas do movimento de subjetivação, no qual o sujeito se reconstrói a cada experiência amorosa. Nomear-se, nesse contexto, pode representar tanto proteção quanto limitação, um gesto que organiza, mas também aprisiona.

Assim, o presente manuscrito reafirma a relevância de uma psicanálise que dialogue com os estudos de gênero e com a teoria *queer*, reconhecendo que o discurso social influencia as formas de nomear e viver a sexualidade. Escutar o sujeito para além das categorias normativas é um exercício ético que amplia o campo da clínica e possibilita o reconhecimento da pluralidade dos modos de desejar. Conclui-se que o desafio

contemporâneo da psicanálise é o de sustentar a indeterminação como espaço fecundo de elaboração subjetiva.

A reflexão construída ao longo deste trabalho evidencia que pensar a sexualidade a partir da psicanálise é pensar os limites da nomeação. Desde Freud (1905; 2016), o sexual se apresenta como campo de indeterminação, o sujeito se constitui entre o desejo e a lei, entre o prazer e a renúncia. Ao articular a teoria psicanalítica com os estudos de gênero, foi possível perceber que o discurso contemporâneo sobre identidade tende a buscar fixações, enquanto o inconsciente insiste naquilo que escapa, abre fendas nas categorias. A contribuição deste estudo reside justamente nesse ponto de intersecção: compreender que a nomeação sexual, longe de encerrar o sujeito em uma definição, pode ser lida como uma tentativa de elaborar simbolicamente o enigma do desejo.

No campo clínico, tal compreensão implica uma escuta que acolha o conflito e a ambiguidade como constitutivos da subjetividade. A psicanálise confere ao sujeito um espaço de fala onde o mal-estar não seja tratado como erro, mas como efeito do encontro entre o inconsciente e a cultura. Escutar mulheres que transitam entre diferentes formas de nomeação é reconhecer nelas não uma inconstância, mas o esforço legítimo de subjetivação frente às exigências sociais de coerência. Trata-se de uma ética que não busca adequar o sujeito às normas, mas abrir possibilidades de elaboração e invenção de si.

Dessa forma, este trabalho reafirma a importância da psicanálise como saber vivo, em um cenário em que os discursos sobre sexualidade e gênero se multiplicam, a escuta analítica pode funcionar como contraponto à pressa da definição, favorecendo a reflexão e a construção de novas narrativas sobre o desejo. Analisar o processo de nomeação sexual em mulheres lésbicas e bissexuais permitiu vislumbrar como o mal-estar pode se transformar em potência, quando acolhido pela palavra e não silenciado pela norma.

REFERÊNCIAS

AGGIO, J. Revisitando o conceito de gênero pelo viés da heteronormatividade: a marca incontornável do feminismo lésbico. **Revista de Filosofia Aurora**, [*s.l.*], v. 36, n. 01, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rfilos/a/fmCXjMLScFkcVrJywFytjZG/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FIGUEIREDO, L. C; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 39, n. 70, p. 257–278, jun. 2006. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002126863. Acesso em: 22 ago. 2025.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: **Obras completas**, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Original publicado em 1905.

FREUD, S. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. *In*: **Obras completas**, v. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Original publicado em 1930.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o inconsciente**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 236 p. Original publicado em 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Marcos Marcionilo. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HASHIMOTO, S. A. O feminino na constituição do sujeito em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicologia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2001. Disponível em: https://www.revistabpsico.com.br. Acesso em: 22 ago. 2025.

LAPLANCHE, J. **Novas fundações para a psicanálise**: a sexualidade e o inconsciente. Tradução de Álvaro Cabral. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MÉLLO, R. P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 197-207, abr. 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822012000100022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/9ywzLKWFtfzTmpTJdhR5XTb/?lang=pt. Acesso em: 02 ago. 2025.

NASIO, J. D. **Édipo**: o complexo do qual nenhuma criança escapa. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PASTANA, C. P; KLIPAN, M. L. A homossexualidade feminina na teoria freudiana: correlações com a feminilidade. **Subjetividades**, v. 21, p. 1-30, 2021.

ROSA, M D; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 180–188, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/yKGKsrdH3QvCNdYkTkPqpfP. Acesso em: 02 ago. 2025.

RIPOLI MARTINS, Flávia. **Histórias da margem**: lésbicas, gays e os primeiros psicanalistas. São Paulo. Blucher, 2023.

SOUZA, M; LANGARO, F. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 569–584, jun. 2011.

SALES, J. J. B. de. **O dualismo antagônico na teoria do eros em Platão e na teoria pulsional em Freud**. 2015. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/228. Acesso em: 02 ago. 2025.

OLIVEIRA, S. T. S. de; SILVA, Juliana Andréa Cirino da; RODRIGUES, Hermano de França. Desejo e Prazer: A Feminilidade e o Gozo à Luz da psicanálise. Anais II CONBRACIS. Campina Grande: **Realize Editora,** 2017. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/29225. Acesso em: 02 set. 2025.

Recebido em: 15/01/2026
Aceito em: 18/06/2026

CATEGORIAS, GRADAÇÕES E FLUIDEZ DA SEXUALIDADE: SEXO BIOLÓGICO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE/EXPRESSÃO DE GÊNERO E PAPEIS SEXUAIS

CATEGORIES, GRADATIONS, AND FLUIDITY OF SEXUALITY: BIOLOGICAL SEX, SEXUAL ORIENTATION, GENDER IDENTITY/EXPRESSION, AND SEXUAL ROLES

Wellington Lourenço Oliveira[1]

Resumo: a literatura científica e o discurso social ainda apresentam imprecisões na distinção entre as categorias de (1) sexo biológico, (2) orientação sexual, (3) identidade de gênero, (4) expressão de gênero e (5) papéis sexuais — frequentemente utilizadas de forma intercambiável na caracterização da diversidade sexual e de gênero (LGBTQIAPN+). Diante disso, este estudo tem como objetivo sistematizar e analisar criticamente essas categorias, evidenciando suas inter-relações, gradações e a fluidez que as caracteriza. Trata-se de uma revisão narrativa, de caráter descritivo e reflexivo, fundamentada em artigos científicos, livros e documentos normativos, sem delimitação temporal pré-estabelecida. Os resultados indicam que essas dimensões são dinâmicas e socialmente construídas, desafiando classificações rígidas. Evidenciam-se também adversidades e limites na proteção legal. Conclui-se que sua compreensão integrada favorece uma leitura crítica e inclusiva da sexualidade humana, com implicações para educação, políticas públicas e saúde.
Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero; LGBTQIAPN+; Rótulos socioculturais; Sexualidade.

Abstract: the scientific literature and social discourse still present imprecisions in distinguishing among the categories of (1) biological sex, (2) sexual orientation, (3) gender identity, (4) gender expression, and (5) sex roles — often used interchangeably in characterizing sexual and gender diversity (LGBTQIAPN+). Therefore, this study aims to systematize and critically analyze these categories, highlighting their interrelations, gradations, and inherent fluidity. This is a narrative review with a descriptive and reflective approach, based on scientific articles, books, and normative documents, with no pré-established time frame. The findings indicate that these dimensions are dynamic and socially constructed, challenging rigid classifications. They also reveal adversities and limitations in legal protection. It is concluded that an integrated understanding of these categories fosters a more critical and inclusive reading of human sexuality, with implications for education, public policy, and health.
Keywords: Sexual and gender diversity; LGBTQIAPN+; Sociocultural labels; Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade, ao longo da história, esteve cercada por curiosidades, inverdades e incertezas. Sua manifestação, porém, não se restringe às práticas sexuais: constitui uma dimensão fundamental do desenvolvimento humano, presente em todas as fases da vida — do período intrauterino à finitude. É resultado de uma interação complexa entre fatores biológicos, genéticos, hormonais, psicológicos e sociais. Nesse percurso, abrange sensações corpóreas, afetos, vínculos, identidade e modos de existir, englobando relações amorosas, fraternas e amicais. Sua expressão está intrinsecamente vinculada aos contextos históricos, socioculturais, familiares e subjetivos, refletindo a complexidade das interações humanas (Conceição, 2007; Maia, 2010).

[1] Psicólogo e Professor Universitário. Doutorando e Mestre em Ciências pelo programa de pós-graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

A sexualidade humana é profundamente complexa e transcende o ato sexual, constituindo parte essencial da personalidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) a define como uma energia que motiva o encontro com amor, contato, ternura e intimidade, integrando-se ao modo como sentimos, nos movemos, tocamos e somos tocados, influenciando pensamentos, sentimentos, ações e interações, e impactando diretamente a saúde física e mental.

A visão tradicional da infância como fase de pureza e ausência de sexualidade mostra-se limitada. Desde o contato inicial do bebê com a mãe, surgem experiências de prazer que vão além do aspecto biológico e constituem a base da vida psíquica. A sexualidade infantil manifesta-se de diferentes formas e é essencial para o desenvolvimento integral, moldada pelas possibilidades individuais e pela interação social e cultural. O mundo adulto, permeado por crenças e valores, influencia diretamente essa vivência, e sua repressão pode gerar traumas na vida adulta. É na exploração do próprio corpo e na observação de outros, especialmente no contexto familiar, que a criança começa a se perceber como sexuada e a construir sua identidade de gênero, mediada pelos padrões sociais de papéis masculinos e femininos (Brasil, 1998; Silva; Oliveira, 2017). Freud, em "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" (1996 [1905]), foi pioneiro ao afirmar que a sexualidade é constitutiva da vida psíquica desde a infância, marcada por fatores individuais e sociais, fundamentais para a formação da identidade.

Apesar da amplitude do tema, persiste significativa confusão, tanto na literatura científica quanto na narrativa social, acerca das distinções entre as categorias: (1) sexo biológico, (2) orientação sexual, (3) identidade de gênero, (4) expressão de gênero e (5) papeis sexuais. Esses termos são frequentemente utilizados para descrever pessoas da diversidade sexual e de gênero[2] (LGBTQIAPN+[3]), mas nem sempre de forma precisa e consistente. A produção científica, muitas vezes fragmentada, contribui para ambiguidades e processos de exclusão social (Ervin *et al.*, 2023). Torna-se, portanto, imprescindível promover maior precisão conceitual e integração, favorecendo uma compreensão abrangente da sexualidade humana em sua pluralidade, sem diluir ou confundir os conceitos (Baams; Kaufman, 2023; Graves; Marques; Nogueira, 2023). Este trabalho busca sistematizar e discutir as distinções e conexões entre essas categorias, evidenciando suas gradações, os rótulos socioculturais que as acompanham e sua fluidez.

[2] Termo guarda-chuva alternativo às siglas existentes, que abrange identidades, expressões e práticas que não se alinham às normas hegemônicas da heterossexualidade e da cisgeneridade (Ervin *et al.*, 2023). Enquanto a sigla enfatiza visibilidade e identidade política, o termo privilegia abrangência e inclusão conceitual.

[3] Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/ Travestis/ Transexuais, Queer/ Questioning, Intersexo, Assexuais/Agênero, Polissexuais/Pansexuais e Não-binárias, sendo que o sinal de "+" indica a inclusão de outras identidades e orientações que não estão explicitamente nomeadas na sigla (Jesus, 2012).

Para além da descrição da diversidade, pretende-se também evidenciar as adversidades enfrentadas por essa população dissidente, justamente por não corresponder à "normose"[4] — isto é, ao padrão social cisgênero, heterossexual e aos papéis de gênero normativos. Por fim, o estudo aborda mecanismos de defesa de direitos e destaca a importância da educação em sexualidade voltada à população em geral como instrumento de promoção da compreensão, do respeito e da equidade. Trata-se de uma revisão narrativa, descritiva e reflexiva, fundamentada em artigos científicos, livros e documentos normativos, sem delimitação temporal pré-estabelecida.

2 SEXO BIOLÓGICO: DIVERSIDADE

O sexo biológico refere-se às características anatômicas e fisiológicas da espécie humana, classificando-se em macho, fêmea e intersexo — este último apresentando traços de ambos os sexos, de forma igual ou discrepante (Jesus, 2012). A intersexualidade vai além da simples morfologia de macho ou fêmea, envolvendo alterações em características sexuais como cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais, o que dificulta a classificação do sujeito como inteiramente macho ou fêmea. Essas variações podem incluir também dismorfismos sexuais, manifestados em aspectos como face, membros, voz, distribuição de pelos e formato corporal (Money; Ehrhardt, 1972).

Durante muito tempo, na medicina, a intersexualidade foi nomeada como "pseudo-hermafroditismo" e "hermafroditismo verdadeiro". O primeiro referia-se à presença de genitália ambígua associada a testículos (pseudo-hermafroditismo masculino) ou a ovários (pseudo-hermafroditismo feminino); já o segundo designava a coexistência de testículo e ovário, com ou sem genitália ambígua (Damiani; Guerra-Junior, 2007).

Ao longo da história, entretanto, o termo hermafrodita foi substituído por "intersexual" ou "intersexo", uma vez que pesquisadores das áreas da saúde e social sustentam que a nomenclatura anterior é estigmatizante e pejorativa, por estar excessivamente vinculada às características sexuais visíveis. Assim como não existem "pseudo-homens" ou "pseudo-mulheres", mas sim sujeitos em sua totalidade.

Essa condição pode ter impacto subjetivo significativo, especialmente quando relacionada ao nascimento com genitália ambígua. Nesse contexto, ativistas se posicionam contra a realização de cirurgias de "adequação do sexo" em neonatos e crianças, reivindicando a autonomia desses sujeitos. Outros ainda rejeitam tais procedimentos em qualquer fase da vida, criticando o binarismo, a normalização e a classificação do comportamento sexual (Gaudenzi, 2018).

Há propostas que recomendam a intervenção precoce, antes dos 24 meses de vida, defendendo que essa prática favorece a construção de uma identidade de gênero

[4] Uma condição patológica caracterizada pela submissão acrítica às normas sociais, em prejuízo da autoexpressão e da autenticidade individual, com excessiva valorização da opinião e da aceitação social (Weil; Leloup; Crema, 2017).

satisfatória, a partir da percepção corporal da própria criança em relação a si mesma. Por outro lado, existem correntes que defendem o adiamento da intervenção, permitindo que o jovem possa decidir, considerando casos em que pacientes não se ajustaram ao sexo designado no nascimento e posteriormente o rejeitaram. Nessas situações, pode ocorrer a necessidade de redesignação sexual em fases posteriores, o que tende a ser mais complexo. Em outros casos, pessoas intersexuais adultas reconhecem e aceitam sua condição humana e rejeitam qualquer tipo de intervenção médica, como terapias hormonais ou procedimentos cirúrgicos (Santos; Araújo, 2004).

3 ORIENTAÇÃO SEXUAL: DIVERSIDADE

No campo da orientação sexual, Alfred Kinsey (1894–1956) e seus colaboradores demonstraram que a homossexualidade não constitui doença mental, mas sim uma expressão natural da condição humana. Suas pesquisas revelaram a multiplicidade das manifestações sexuais em uma sociedade que, até então, reconhecia apenas duas possibilidades de orientação: heterossexual ou homossexual. Kinsey e sua equipe evidenciaram que existem gradações entre essas duas orientações, propondo uma compreensão mais ampla e dinâmica da sexualidade.

Essas conclusões estão registradas nas obras *Sexual Behavior in the Human Male*[5] (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948) e *Sexual Behavior in the Human Female*[6] (Kinsey *et al.*, 1953), nas quais os pesquisadores apontaram que a sexualidade é fluida e sujeita a transformações ao longo da vida. Em suas palavras:

> Os homens não são representados através de duas populações discretas, **heterossexual** e **homossexual**. O mundo não é subdividido em **carneiros** e **cabras**[...]. Quando se enfatiza a continuidade das gradações entre os heterossexuais e homossexuais exclusivos ao longo da história, parece ser desejável desenvolver uma gama de classificações que podem ser amparadas em quantidades relativas de experiências e respostas heterossexuais e homossexuais em cada caso[...] Um indivíduo pode ser associado numa posição da escala em cada período de sua vida[...] Uma escala de sete categorias aproxima-se de representar as várias gradações que existem atualmente (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948, p. 639, 656, tradução livre, grifo meu).

Kinsey e seus colaboradores utilizaram o método taxionômico como técnica de investigação, buscando medir, descrever e classificar as variações em séries ou categorias de indivíduos considerados representativos da espécie humana. Os pesquisadores reconheciam, contudo, o problema das generalizações decorrentes da observação e classificação de um grupo restrito de indivíduos, especialmente quando estendidas para

[5] Comportamento sexual no macho humano (tradução livre).
[6] Comportamento sexual na fêmea humana (tradução livre).

toda a população, dado que se trata de "um animal tão variável como o homem" (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948, p. 17).

A chamada "escala de Kinsey", ou escala de classificação heterossexual-homossexual, foi estruturada em sete categorias de respostas sexuais, indicando diferentes graus de orientação entre a homossexualidade e a heterossexualidade, tendo a bissexualidade como posição intermediária. Em ambos os livros de Kinsey e colegas há ainda uma nota adicional (listado como "x"), que corresponde à ausência de contato ou reação sociossexual, isto é, à assexualidade (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948).

Importante destacar que Kinsey e sua equipe privilegiaram avaliações de comportamento efetivo, em vez de rótulos socioculturais (tais como homossexual, bissexual, heretossexual, etc), para classificar os indivíduos na escala, reforçando a ideia de que a sexualidade deve ser compreendida como prática e experiência, que não é fixa. Nas pesquisas de Kinsey, observou-se que muitos homens casados, que publicamente se declaravam heterossexuais, relatavam ter mantido relações sexuais com outros homens. Esse dado evidencia a inadequação da dicotomia heterossexual/homossexual para descrever a diversidade das experiências sexuais humanas (Kinsey; Pomeroy; Martin, 1948).

De acordo com Jesus (2012), a orientação sexual é definida como a atração emocional, afetiva e sexual por alguém. Essa atração pode se direcionar a pessoas do gênero oposto (heterossexual), do mesmo gênero (homossexual), de ambos (bissexual) ou ainda de outros gêneros. A orientação sexual, frequentemente normatizada pela heterossexualidade, não deve ser compreendida como uma escolha consciente, mas como uma condição psíquica e social que emerge de múltiplos fatores. Geralmente manifesta-se no início da adolescência, antes mesmo de qualquer experiência sexual, e não se altera por tentativas voluntárias de modificação. Por isso, o termo adequado é "orientação sexual", e não "opção sexual", já que se trata de uma inclinação involuntária que acompanha a singularidade da vivência de cada sujeito ao longo da vida (Yared; Melo, 2018).

Na década de 1970, associações norte-americanas de psiquiatria e psicologia declararam oficialmente que a homossexualidade não constitui doença ou parafilia, sendo retirada da classificação de transtornos pela *American Psychiatric Association* (APA) em 1973 e pela *American Psychological Association* (APA) em 1975. Posteriormente, em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também adotou essa posição. Essas mudanças passaram a ser documentadas em manuais de referência: em 1987, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III, APA), e em 1993, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10, OMS).

Como ressaltaram Kinsey e seus colaboradores (1948; 1953), a orientação sexual deve ser compreendida como uma variação normal da expressão da sexualidade humana — envolvendo tanto o afeto amoroso quanto a direção do desejo sexual. Os pesquisadores ocuparam-se em descrever a diversidade dos comportamentos, deixando de lado os rótulos

socioculturais. Assim, o comportamento sexual é entendido dentro de um espectro, com múltiplas variações entre os polos da homossexualidade exclusiva e da heterossexualidade exclusiva. Nesse contexto, observa-se a pluralidade das orientações sexuais, como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, polissexualidade, pansexualidade e, ainda, a ausência de interesse sexual, caracterizada como assexualidade (Jesus, 2012; Dias, 2000).

O comportamento sexual é complexo e, conforme a *American Psychological Association*, qualquer conduta que não cause prejuízos físicos ou psicológicos ao sujeito, ao parceiro ou a terceiros deve ser considerada uma variante normal e positiva da orientação sexual humana (APA, 2009), merecendo, portanto, respeito.

4 IDENTIDADE DE GÊNERO: DIVERSIDADE

Harry Benjamin (1885–1986), pioneiro nos estudos sobre transgeneridade, desenvolveu em *The Transsexual Phenomenon*[7] (1966) a chamada "escala de Benjamin", que organiza diferentes gradações da identidade de gênero em seis categorias, destacando a diversidade e a complexidade das experiências trans. Essa tipologia descreve desde formas de travestilidade até diferentes níveis de transexualidade, demonstrando que a identidade de gênero transcende o binarismo homem/mulher (Benjamin, 1966).

A sociedade frequentemente difunde a ideia de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Pessoas cisgêneras se identificam com o gênero atribuído no nascimento, enquanto pessoas transgêneras (travestis e transexuais) não se reconhecem nesse gênero nem nos papéis sociais a ele associados. No entanto, pênis e vagina são apenas características biológicas e não determinam identidade — assim como a cor da pele não define quem somos. O sexo biológico refere-se as condições macho, fêmea ou intersexo, ao passo que o gênero é uma construção social, moldada pela cultura e variável conforme o contexto histórico. Em países nórdicos, por exemplo, há mulheres que apresentam traços considerados masculinos em outras culturas, evidenciando a relatividade dessas definições (Jesus, 2012).

Portanto, a identidade de gênero corresponde a uma identificação pessoal — a forma como cada indivíduo se percebe e se sente, não necessariamente em conformidade com o sexo biológico. Essa vivência pode envolver modificações na aparência, no corpo, na vestimenta ou nos modos de ser, reafirmando que gênero é uma dimensão subjetiva e social, e não meramente biológica.

Simone de Beauvoir (1908–1986), filósofa existencialista e feminista, em sua obra *The Second Sex*[8], publicada em 1949, diferencia sexo de gênero: o primeiro como condição biológica e o segundo como construção social. Para Beauvoir, ser homem ou mulher não é

[7] O fenômeno transexual (tradução livre).
[8] O segundo sexo (tradução livre).

algo natural, mas resultado de processos sociais e performáticos, nos quais cada cultura, ao longo da história, estabelece padrões de comportamento associados a determinado gênero. Como sintetiza sua célebre afirmação:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1980 [1949], p. 9).

Judith Butler (1956–), filósofa pós-estruturalista e expoente da Teoria Feminista e *Queer*, afirma que tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, não havendo distinção essencial entre ambos. Para Butler, o biológico também se inscreve no campo do social, e o gênero se manifesta no corpo de forma não permanente nem estável, constituindo-se ao longo do tempo. A cultura impõe práticas entendidas como femininas ou masculinas, reforçando essa construção denominada "performatividade", que exclui aqueles que não se enquadram nessa lógica (Butler, 1988; 1990).

A identidade de gênero é uma realização performativa, regulada por normas sociais e culturais que limitam sua expressão. A performatividade, ao mesmo tempo em que possibilita e potencializa, também restringe a identidade, tornando necessárias práticas subversivas para romper convenções normativas. Esse movimento revela a artificialidade das construções de gênero, exemplificada nas performances de *drag queens*, que estilizam o corpo e sobrepõem a biologia por meio da arte e da teatralidade (Butler, 1988; 1990).

As determinações médicas têm grande peso e responsabilidade ao estabelecer o que é considerado normal ou patológico. Na CID-10, as transidentidades, transexualidades e travestilidades eram classificadas como "transtorno de identidade de gênero" (OMS, 2003). Com a CID-11, aprovada em 2019 e em vigor desde 2022, a denominada "incongruência de gênero" deixou de compor o capítulo de transtornos mentais e passou a integrar o grupo de "condições relacionadas à saúde sexual" (OMS, 2022). Na psiquiatria, entretanto, o DSM-5-TR (2022) ainda mantêm as transidentidades sob a categoria de transtornos mentais, denominadas "disforia de gênero" (APA, 2022).

Essas classificações revelam como o campo médico e psiquiátrico molda diretamente a percepção social das identidades trans. No entanto, tais condições deveriam ser entendidas como variações legítimas da identidade de gênero, assim como ocorre com diferentes orientações e papéis sexuais. A manutenção da lógica binária e dicotômica dos sexos e dos gêneros resulta, inevitavelmente, em discriminação e estigmatização das diferenças corporais e identitárias (Caravaca-Morera; Padilha, 2015).

Os livros autobiográficos de João W. Nery, reconhecido como o primeiro homem trans do Brasil, revelam os dramas pessoais que espelham a realidade vivida por grande parte da

população trans. Em "Erro de pessoa: João ou Joana?" (1984) e "Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois" (2011), o autor expõe sua trajetória marcada por dor, resistência e busca por reconhecimento.

O primeiro livro foi publicado sete anos após sua cirurgia de transgenitalização, enquanto o segundo surgiu 34 anos depois, ampliando a reflexão sobre sua experiência. Nery descreve o sofrimento com a "monstruação" (menstruação), a sensação de habitar um "corpo errado" e de ser "estrangeiro de si mesmo", além da tristeza diante da impossibilidade de possuir um pênis. Joana, nome de registro de nascimento, era psicóloga com mestrado e carreira promissora, mas abandonou tudo para que pudesse nascer João.

O procedimento transexualizador foi realizado clandestinamente, já que na época era considerado ilegal e classificado como mutilação, o que poderia levar o médico à prisão. Para regularizar sua vida civil, Nery precisou mentir, alegando vir do interior sem documentos e necessitar de alistamento militar. Assim, surge legalmente João, que de mestre em ciências passa a ser considerado não alfabetizado. Toda essa experiência, marcada por solidão e enfrentamentos, reflete a "viagem solitária" que dá título à sua obra, tornando-se um testemunho fundamental da história das transidentidades no Brasil (Nery, 1984; 2011).

Portanto, não cabe afirmar que a identidade de gênero se refere a uma "ideologia de gênero", como denomina de forma leviana Scala (2011) e outros representantes de setores ultra/conservadores e fundamentalistas da sociedade. Esses opositores compreendem o termo "ideologia" como instrumento de dominação que atua por meio do convencimento prescritivo, alienando a consciência humana. Nesse sentido, o autor chega a classificar os defensores da causa como "ideólogos de gênero", acusando-os de serem "deformadores da realidade".

Contudo, a identidade de gênero não se trata de uma escolha arbitrária, mas da não identificação com padrões sociais pré-estabelecidos ou, em alguns casos, da experiência de viver em um corpo não reconhecido pela própria identidade, como exemplificado na trajetória de João W. Nery. Nas palavras de Jesus (2012, p. 15) "mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher" e "homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem".

5 EXPRESSÃO DE GÊNERO: DIVERSIDADE

Comumente escutamos "azul é cor de menino, rosa é cor de menina", porém as cores, assim como perfumes e tipos de roupas, nunca tiveram sexo/gênero. Essas associações são fruto de uma construção social que rotula o que seria "para homens" e o que seria "para mulheres". Há cerca de cem anos, o rosa era considerado mais adequado aos meninos, por ser visto como uma cor "forte e decidida", enquanto o azul era associado às meninas, por ser considerado "delicado e amável" (*Earnshaw's Infants' Department*, 1918). Um exemplo disso

pode ser observado no desenho animado Peter Pan (1953), em que Wendy veste azul e seu irmão Michael aparece de pijama rosa.

Outro ponto importante é a distinção entre "papéis de gênero" e "expressão de gênero". O primeiro refere-se às construções socioculturais, moldadas por grupos sociais e religiosos, crenças e tradições. O segundo diz respeito à forma como cada pessoa manifesta sua identidade, por meio de vestimentas, adereços, modificações corporais, estilos de cabelo, modos de agir e falar — escolhas que não se limitam ao feminino ou masculino, pois não há essa separação rígida (Jesus, 2012).

Enquanto os papéis de gênero e o uso de determinados objetos são considerados sociocultural e mercadologicamente como masculino ou feminino, os objetos em si não possuem gênero: trata-se de uma construção social. O fato de um homem usar roupa rosa, por exemplo, não implica em sua orientação sexual ou identidade de gênero. O que se observa, entretanto, é a objetificação dos corpos, tornando-os dóceis, adestrados e submissos às normas sociais, como analisa Foucault (2004 [1975]). Essa dinâmica evidencia como a cultura regula e disciplina as formas de expressão, ao mesmo tempo em que abre espaço para práticas de resistência e desconstrução. Em suas palavras: "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações" (Foucault, 2004 [1975], p. 126). Trata-se de micropoderes que atravessam todo o corpo social e interferem diretamente na constituição e no controle do corpo de cada sujeito.

As expressões artísticas de gênero incluem os transformistas, conhecidos como *drag queens*, *drag kings* e *drag queers*. São personagens criados em performances profissionais que podem assumir representações femininas, masculinas ou neutras, independentemente de gênero, orientação sexual ou corporalidade (Jesus, 2012). Entre os exemplos, destacam-se Pabllo Vittar, RuPaul, Silvetty Montilla, Mia Badgyal e Gloria Groove como *drag queens*, e Adam All, Chiyo Gomes, Oliver Assets e Sammy Silver como *drag kings*.

Outras expressões de gênero não estilísticas, independente das categorias da sexualidade, são a androginia e o *crossdressing*. A androginia desafia estereótipos ao fundir ou neutralizar traços masculinos e femininos, criando uma estética híbrida. O *crossdressing*, por sua vez, atravessa normas de vestimenta ao adotar roupas associadas ao "outro" gênero. Ambas questionam padrões de gênero, mas a primeira o faz pela fusão de traços, enquanto a segunda pela transgressão direta das convenções sociais (Jesus, 2012). Exemplos incluem Ladybeard e Diam's.

6 PAPEIS SEXUAIS: DIVERSIDADE

Os "papéis sexuais" (*sexual roles*) podem ser entendidos como um conceito abrangente que integra tanto experiências corporais quanto dimensões relacionais e simbólicas. Nesse sentido, incluem a "posição sexual" (*sexual position*), ligada ao ato físico —

quem penetra, quem é penetrado ou quem alterna entre os papéis —, e o "posicionamento sexual" (*sexual positioning*), que remete à dimensão identitária e performativa, refletindo significados culturais e sociais atribuídos a essas práticas (Dangerfield *et al.,* 2017; Rios; Paiva; Brignol, 2019; Wade *et al.,* 2025). Apesar da relevância do tema, ainda são escassos os estudos que o abordam diretamente, predominando pesquisas sob o viés biomédico, especialmente relacionado à saúde sexual (Domene *et al.,* 2022).

Entre os papéis mais recorrentes, destacam-se: ativo (*top*) — aquele que penetra, culturalmente associado à masculinidade, força e dominação; passivo (*bottom*) — aquele que é penetrado, frequentemente marcado por estigmas de feminilidade e subordinação; versátil (*versatile*) — aquele que alterna entre penetrar e ser penetrado, subdividido em versátil-ativo e versátil-passivo, representando fluidez e negociação de papéis; e sem penetração (*non-penetrative sex*) — práticas sexuais baseadas em atrito corporal ou genital, que também podem ser vivenciadas de forma ativa, passiva ou versátil, ampliando a diversidade de performances sexuais (Moskowitz *et al.*, 2022; Wade *et al.*, 2025).

O estudo qualitativo de Chaves (2022), com 85 homens cis e trans entre 18 e 45 anos, mostra que as categorias "ativo" e "passivo" não se limitam a funções corporais, mas mobilizam significados sobre poder e gênero. A valorização do ativo foi predominante, com 91,8% dos participantes associando-o à força, masculinidade e dominação, reforçada por expressões como "macho dominador". Em contrapartida, 72,9% apontaram que os passivos sofrem preconceito, sendo descritos por termos ligados ao feminino e à subordinação. Essas percepções reproduzem o binarismo homem/mulher e ideais de masculinidade hegemônica, refletindo a misoginia social e perpetuando hierarquias de gênero.

Assim, os papéis sexuais devem ser compreendidos não apenas como práticas corporais, mas como "performances sociais" que produzem e reproduzem dinâmicas de poder, identidade e gênero (Rios; Paiva; Brignol, 2019). Ativo, passivo e versátil são, portanto, posicionamentos sexuais carregados de significados culturais e hierarquias simbólicas, que podem ou não coincidir com a orientação ou identidade declarada. Mais do que funções fixas, tratam-se de práticas vinculadas às preferências individuais e às negociações simbólicas que emergem no contexto da experiência sexual, revelando como a sexualidade se constrói em diálogo constante com normas sociais e expectativas de gênero.

7 DIVERSIDADE E RÓTULOS SOCIOCULTURAIS

Apesar de todos os rótulos socioculturais e, por extensão, políticos[9], o ser humano não é plenamente classificável; tais distinções funcionam apenas como recurso explicativo, destinadas a favorecer a compreensão da complexidade da diversidade sexual e de gênero

[9] Entendido aqui não como referente à política institucional ou partidária, mas às relações de poder, aos processos de reconhecimento social e às disputas históricas que influenciam a construção e legitimação de identidades.

em sua expressão individual. Para fins de análise, apresentam-se categorias, definições e rótulos socioculturais — diversidade e gradações (Quadro 1).

QUADRO 1 - Categorias, definições e rótulos socioculturais

Categorias	Definições	Rótulos socioculturais
Sexo biológico	**Características** biológicas e anatômicas, como órgãos reprodutivos, hormônios e cromossomos.	Endossexual (macho, fêmea) ou intersexual.
Orientação sexual	**Por quem se sente atraída** afetiva e/ou sexualmente: por pessoas do mesmo gênero, de gênero diferente, de mais de um gênero ou pela ausência de atração.	Heterossexual, homossexual (gay e lésbica), bissexual, polissexual, pansexual, ginesexual, androsexual, sapiosexual, demissexual, ceterosexual, heteroflex, homoflex, alossexual, assexual (romântico e arromântico: demissexual, *grey-assexual*, *fray-assexual*, sapiossexual, autossexual), *questioning* (questionando), *queer*.
Identidade de Gênero	**Como se identifica**, se percebe ou se considera em relação ao gênero.	Cisgênero, transgênero, transexual, travesti, gênero não-binário, agênero, bigênero, gênero fluido, multigênero, *questioning*, *queer*.
Expressão de Gênero	**Como demonstra seu gênero**, por meio de comportamentos, interações e estilo de vestir, independente de identidade de gênero ou orientação sexual.	Masculina, feminina, não-binária/andrógina, crossdresser e transformistas (*drag queen*, *drag king*, *drag queer*), *queer*.
Papeis sexuais	**Como vivencia** a posição e o posicionamento sexual.	Com ou sem penetração (*goiunage*, *frottage* ou *fricção*): ativo, passivo, versátil (ou versátil-passivo e versátil-ativo).

Fonte: Elaboração própria, com base nos autores Jesus (2012); Perron, Kartoz e Himelfarb (2017a, 2017b); Dangerfield *et al.* (2017); Ervin *et al.* (2023); Wade *et al.* (2025).

O sexo biológico é frequentemente compreendido como uma condição anatômica e fisiológica, mas também pode ser interpretado como uma construção social e histórica, conforme discutido por Butler (1988; 1990). A expressão de gênero, por sua vez, é entendida como uma construção social que desafia papéis preestabelecidos, manifestando-se em modos de vestir, agir ou se apresentar socialmente. Isso se evidencia em estereótipos como “gays afeminados” e “gays não afeminados”, que refletem variações na expressão de gênero dentro da população homossexual.

Nesse contexto, o termo “cisgênero” designa a correspondência entre sexo biológico e identidade de gênero, em conformidade com expectativas sociais. Em contraste, “transgênero” refere-se à não correspondência entre essas dimensões, quando a identidade difere da designação inicial (Jesus, 2012; Ervin *et al.*, 2023). A identidade de gênero desenvolve-se, em geral, entre os 3 e 6 anos, quando a criança passa a reconhecer papéis de gênero; já a orientação sexual costuma emergir na puberdade e adolescência (Papalia; Martorell, 2022). Pessoas trans, assim como cis, podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou se reconhecer em outras orientações, mostrando que identidade de gênero e

orientação sexual são categorias distintas, embora inter-relacionadas (Jesus, 2012; Ervin *et al.*, 2023).

Pesquisas como as de Kinsey (1948; 1953) e Benjamin (1966) demonstram que tanto a atração afetivo-sexual quanto o gênero se manifestam em espectros contínuos e dinâmicos, desafiando classificações rígidas. Papéis sexuais também revelam gradações, como "versátil-passivo" e "versátil-ativo", indicando que não são categorias estáticas, mas contextuais e mutáveis (Dangerfield *et al.*, 2017). Essa perspectiva dialoga com estudos sobre a fluidez da sexualidade, como os de Lisa Diamond, que mostram que atrações não exclusivas são comuns, que experiências iniciais não determinam as posteriores e que a sexualidade pode se modificar em curto ou longo prazo, de forma esporádica, mas significativa (Diamond, 2008).

A fluidez da sexualidade envolve principalmente orientação sexual, identidade/expressão de gênero e papéis sexuais. A orientação sexual é o campo mais associado à fluidez; os papéis sexuais, embora menos explorados, revelam alta variabilidade; e os rótulos socioculturais mudam conforme o indivíduo se reconhece em diferentes categorias. Já o sexo biológico, por sua natureza anatômica e fisiológica, raramente é tratado como fluido, mas podem articular-se às vivências de gênero por meio de processos de transição corporal, como hormonização e cirurgias.

Nesse cenário, emerge a Teoria *Queer*, que funciona como um guarda-chuva para designar pessoas de gênero e sexualidade diversa, desafiando a suposta coerência entre sexo, gênero e desejo. Mais do que uma categoria identitária, *queer* é uma perspectiva crítica e política que questiona normas regulatórias e propõe novas formas de compreender e viver a sexualidade. Como afirma Louro (2004), *queer* é "um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina". Ao se contrapor à lógica cisheteronormativa e aos papéis de gênero estabelecidos, tal teoria evidencia que o ser humano não pode ser reduzido a categorias fixas e normativas, mas deve ser compreendido em sua pluralidade, diversidade e fluidez.

8 DIVERSIDADE E ADVERSIDADES

A população de gênero e sexualidade diversa enfrenta adversidades psicológicas, médicas, jurídicas e socioculturais que comprometem autoestima, pertencimento e visibilidade. Freud em "O mal-estar na civilização" (1996 [1930]) já apontava a tensão entre impulsos sexuais e as exigências normativas da vida em sociedade. No contexto contemporâneo, essa tensão se manifesta na persistência de preconceitos, estigmas e lacunas na proteção jurídica, agravadas pela insuficiência de legislação específica e pela subnotificação de casos (Politize, 2018). O termo "homofobia", inicialmente ligado a sentimentos negativos contra homossexualidades (Borrillo, 2015; Reis, 2021), evoluiu para

"LGBTfobia", abrangendo violências físicas e simbólicas contra minorias sexuais[10] e de gênero em espaços públicos e privados, incluindo família, instituições e Estado (Dias, 2000; Cisne; Santos, 2018). Além da violência externa, há também a LGBTfobia internalizada, quando a própria pessoa LGBT reproduz preconceitos contra sua comunidade, comprometendo a autoaceitação (Oliveira Neto; Moura Júnior, 2023).

Os impactos são alarmantes: em 2025, o Brasil registrou 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, mantendo-se como líder mundial nesse tipo de violência, com predominância de homicídios e maior incidência entre gays e mulheres trans (GGB, 2025). A subnotificação, contudo, revela que os números oficiais representam apenas parte da realidade. Internacionalmente, o relatório *Trans Murder Monitoring* (TGEu, 2025) registrou 320 assassinatos de pessoas trans em 25 países, com destaque para América Latina, evidenciando vulnerabilidade estrutural e brutalidade dos crimes.

Apesar de avanços jurídicos, como a criminalização da LGBTfobia pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019 (Brasil, STF, 2019; Brasil, Lei nº 7.716, 1989), o reconhecimento da união estável e do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo pelo STF em 2011 (Brasil, STF, 2011), regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2013 (Brasil, CNJ, 2013), e a criação da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em 2025 (Brasil, Portaria nº 1.825/2025), persistem desafios na implementação prática.

Decisões recentes ampliaram direitos, como a aplicação da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos e a mulheres trans e travestis pelo STF em 2025, e a autorização do gênero neutro em registros civis pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), reforçando o direito ao uso do nome social (Brasil, STJ, 2025). Tais avanços indicam um movimento institucional de reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade. No entanto, à luz de perspectivas que compreendem essas dimensões como fluidas e socialmente construídas, observa-se que o direito ainda opera predominantemente por meio de categorias normativas relativamente estáveis.

Nesse sentido, apesar dos avanços, a violência estrutural e a exclusão social continuam a fragilizar a cidadania dessa população. Nesse cenário, torna-se urgente ampliar políticas públicas, mecanismos legais e a consciência social para garantir proteção efetiva e respeito às diferenças. Além disso, cabe destacar que o Congresso Nacional, composto por deputados federais e senadores, ainda não legislou de forma abrangente sobre esses temas, o que contribui para a centralidade e a dependência de decisões do Poder Judiciário.

9 TERAPIAS DE CONVERSÃO E EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

A homossexualidade deixou de ser considerada doença pela OMS (1990), e Freud já havia afirmado em 1935 que se trata de uma variante legítima da sexualidade humana, não

[10] Termo que designa grupos cujos corpos, identidades/expressões de gênero e orientações sexuais divergem da norma cisheteronormativa, marcados por desigualdades, estigmas e exclusão social (ERVIN *et al.*, 2023).

passível de “cura” (Nogueira, 2020). Apesar disso, ao longo da história foram aplicados tratamentos invasivos e ineficazes, como eletrochoques, uso de apomorfina, cirurgias e castrações (Diehl; Vieira; Mari, 2014). Essas práticas se consolidaram nas chamadas “terapias de conversão”, ou “esforços de mudança de orientação sexual e identidade de gênero”, que não possuem fundamento científico e são amplamente reconhecidas como nocivas (APA, 2009; Blais *et al.*, 2022).

Pesquisas demonstram que tais práticas estão associadas a depressão, ansiedade, ideação suicida, traumas e exclusão social (APA, 2009; Ryan *et al.*, 2020; Stanford Medicine, 2024; Tran *et al.*, 2024). Estudos recentes revelam que jovens, pessoas trans e não-binárias, especialmente em contextos religiosos e familiares, são os mais expostos, sofrendo impactos duradouros na saúde mental e nas trajetórias sociais (Blais *et al.*, 2022; Ryan *et al.*, 2020). Isto é, práticas de tratamento cruel ou degradante.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017) reafirma que as orientações sexuais (Resolução CFP nº 01/1999) e as transidentidades (Resolução CFP nº 01/2018) não constituem patologias. Em conformidade com esse entendimento, o CFP proíbe psicólogos de colaborarem com práticas de “terapias de conversão” — embora, lamentavelmente, ainda haja profissionais que insistem em promovê-las. A obra *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs* (CFP, 2019) reúne relatos sobre os sofrimentos ético-políticos decorrentes de práticas discriminatórias e, simultaneamente, evidencia os processos de resistência e afirmação das subjetividades desse grupo.

Diante disso, especialistas defendem que, em vez de conversão, é necessária a educação em sexualidade e gênero, especialmente em escolas e espaços formativos. Essa abordagem promove respeito às minorias, combate preconceitos e contribui para a formação de valores, discutindo diversidade sexual e de gênero, papéis sociais, prevenção da gravidez precoce e proteção contra abusos (Bastos; Cruz; Dantas, 2018; Brancaleoni; Oliveira, 2016).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou que as categorias de sexo biológico, orientação sexual, identidade e expressão de gênero e papéis sexuais, embora analiticamente distintas, constituem dimensões inter-relacionadas, socialmente construídas e marcadas por diferentes graus de fluidez. Nesse sentido, mais do que classificações fixas, tais categorias configuram espectros dinâmicos, atravessados por transformações ao longo da vida e por contextos socioculturais específicos, o que evidencia também os limites de modelos normativos baseados em categorias rígidas, especialmente no campo jurídico e institucional.

A análise também permitiu compreender que a orientação sexual e a identidade de gênero não se configuram como escolhas conscientes, mas como dimensões constitutivas

da experiência humana. Quando submetidas à lógica cisheteronormativa, podem gerar conflitos psíquicos e sofrimento, expressos, por exemplo, na normose — condição em que a internalização de padrões considerados "normais" produz dissonâncias internas e sentimentos de inadequação.

Apesar dos avanços jurídicos e sociais, pessoas dissidentes de gênero e sexualidade ainda enfrentam diferentes formas de exclusão e violência. Diante disso, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas de enfrentamento à LGBTfobia, bem como ampliar a educação em sexualidade e gênero como instrumento de promoção de cidadania e direitos humanos. Além disso, a participação ativa dessas populações na formulação de políticas — conforme o princípio "nada sobre nós, sem nós" — mostra-se essencial para a construção de respostas mais justas e efetivas.

Assim, compreender a sexualidade em sua complexidade não se limita a um avanço teórico, mas constitui uma condição fundamental para a promoção de direitos, equidade e respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-II)**. Washington, DC: APA, 1973.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)**. Washington, DC: APA, 1987.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). **Resolution on sexual orientation change efforts**. Washington, DC: APA, 2009. Disponível em: https://www.apa.org/about/policy/resolution-sexual-orientation-change-efforts.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Discrimination against homosexuals**. 1975. Disponível em: https://www.apa.org/about/policy/discrimination. Acesso em: 1 maio 2026.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Texto Revisado. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BAAMS, L.; KAUFMAN, T. M. L. Sexual orientation and gender identity/expression in adolescent research: two decades in review. **Journal of Sex Research**, v. 60, n. 7, p. 1004-1019, 2023.

BASTOS, D.; CRUZ, I.; DANTAS, M. **Gênero e sexualidade nas escolas**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26362. Acesso em: 17 fev. 2026.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Publicado originalmente em 1949.

BENJAMIN, H. **The transsexual phenomenon**. New York: Julian Press, 1966.

BLAIS, M. et al. Sexual orientation and gender identity and expression conversion exposure and their correlates among LGBTQI2+ persons in Québec, Canada. **PLoS One**, v. 17, n. 4, e0265580, 2022.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. de. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. **Revista Elo – Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 2, out. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/elo/article/view/24309. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 15 maio 2013.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria nº 1.825, de 2025.** Institui a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Brasília: MDHC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mdhc. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: orientação sexual. Brasília: MECSEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **STJ autoriza inclusão do gênero neutro em registros civis e reforça o direito ao uso do nome social em documentos oficiais**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-autoriza-genero-neutro-em-registros-civis.aspx. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação direta de inconstitucionalidade por omissão n. 26/2013**. Relator: Min. Celso de Mello. Julgamento em: 13 jun. 2019. Brasília, DF: STF, 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br. Acesso em: 17 fev. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.277/DF; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 132/RJ.** Relator: Min. Ayres Britto. Julgamento em 5 maio 2011. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 14 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **STF amplia proteção da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos, travestis e mulheres transexuais**. Mandado de Injunção (MI) 7452, julgado em sessão virtual encerrada em 21 fev. 2025. Disponível em: https://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=XXXXX. Acesso em: 28 fev. 2026.

BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. London: Routledge, 1990.

BUTLER, J. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, p. 519-531, dec. 1988.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. A realidade transexual desde a perspectiva histórica e cisheteronormativa. **História da Enfermagem Revista Eletrônica**, v. 6, n. 2, p. 310-318, 2015.

CHAVES, M. S. Do passivo ao ativo: para repensar as estruturas discursivas do sexo. *In:* CHAVES, M. S.; THIENGO, E. R. (Orgs.). **Gêneros e sexualidade: em veredas dissidentes e resistentes.** Paraná: Atena Editora, 2022. p. 110-117. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/do-passivo-ao-ativo-para-repensar-as-estruturas-discursivas-do-sexo. Acesso em: 20 fev. 2026.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONCEIÇÃO, I. S. C. Sexualidade feminina. *In:* Tedesco, Julio; Cury, Alexandre (orgs.). **Ginecologia psicossomática**. São Paulo: Atheneu, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Nota sobre terapias de reversão sexual e a não patologização da homossexualidade.** Brasília: CFP, 2017. Disponível em: https://site.cfp.org.br/resolucao-cfp-no-01-1999/. Acesso em: 17 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 01, de 22 de março de 1999.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: CFP, 1999. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9013. Acesso em: 28 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs.** Brasília, DF: CFP, 2019. 220 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/publicacao/tentativas-de-aniquilamento-de-subjetividades-lgbtis/. Acesso em: 17 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01, de 29 de janeiro de 2018.** Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF: CFP, 2018. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/11106. Acesso em: 3 mar. 2026.

DAMIANI, D.; GUERRA-JUNIOR, G. As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte? **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**, São Paulo, v. 51, n. 6, p. 1013-1017, ago. 2007.

DANGERFIELD, D. T. 2nd et al. Sexual positioning among men who have sex with men: a narrative review. **Archives of Sexual Behavior**, v. 46, n. 4, p. 869-884, 2017.

DIAMOND, Lisa M. **Sexual fluidity**: understanding women's love and desire. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

DIAS, M. B. **União homossexual**: o preconceito e a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

DIEHL, A.; VIEIRA, D. L.; MARI, J. de J. A CID-11 não reconhecerá possibilidades de patologização da homossexualidade. **Revista Debates em Psiquiatria**, v. 4, n. 5, p. 20-25, set./out. 2014.

DOMENE, F. M.; et al. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3835–3848, 2022.

EARNSHAW'S INFANTS' DEPARTMENT. **Earnshaw's Infants' Department catalogue**. 1918. Disponível em: https://digital.library.lse.ac.uk. Acesso em: 17 fev. 2026.

ERVIN, J. et al. Gender identity and sexual orientation: a glossary. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 77, n. 5, p. 344-348, 2023.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Publicado originalmente em 1975.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Publicado originalmente em 1930.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Publicado originalmente em 1905.

GAUDENZI, P. Intersexualidade: entre saberes e intervenções. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, e00000217, 2018.

GRAVES, R.; MARQUES, A. M.; NOGUEIRA, C. Fluidez sexual: contextualização histórica e contributos teóricos. **Psicologia em Estudo**, v. 28, e53789, 2023.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil em 2025**: relatório anual. Salvador: GGB, 2026. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/2026/01/RELEASE-Mortes-Violentas-de-LGBT%5EM%5EJ-2025-GGB.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos. 2. ed. Brasília, 2012. *E-book*. Disponível em: http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

KINSEY, A. C. et al. **Sexual behavior in the human female**. Filadélfia; Londres: W. B. Saunders Company, 1953.

KINSEY, A. C.; POMEROY, W. B.; MARTIN, C. E. **Sexual behavior in the human male**. Filadélfia; Londres: W. B. Saunders Company, 1948.

LOURO, G. L. **O corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de sexualidade no processo de educação sexual. **Revista Psicopedagogia online – Educação & Saúde**, 2010. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155340/3/unesp-nead_reei1_ee_d06_s03_texto02.pdf. Acesso em: 17 fev. 2026.

MONEY, J.; EHRHARDT, A. A. **Man & woman, boy & girl**: differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972.

MOSKOWITZ, D. A. *et al*. Top, bottom, and versatile orientations among adolescent sexual minority men. **Journal of Sex Research**, v. 59, n. 5, p. 643-651, 2022.

NERY, J. W. **Erro de pessoa**: João ou Joana? Rio de Janeiro: Record, 1984.

NERY, J. W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, A. B. Entrevistas preliminares: o caso da "jovem homossexual" de Sigmund Freud. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 2, p. 177–181, 2020.

OLIVEIRA NETO, J. da S.; MOURA JÚNIOR, J. F. Homofobia internalizada: revisão sistemática de estudos em contextos universitários (2000–2020). **Folios**, n. 58, p. 3–16, jul./dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Doenças – CID-10**. Genebra: OMS, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Homossexualidade deixa de ser considerada doença.** 43ª Assembleia Mundial da Saúde, Genebra, 17 maio 1990. Disponível em: https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-05/ha-35-anos-oms-deixava-de-considerar-homossexualidade-uma-doenca. Acesso em: 28 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-11**: classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. 11. ed. Genebra: OMS, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde sexual**. Genebra: OMS, 2017. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/sexual-health. Acesso em: 17 fev. 2026.

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 14a ed., 2022.

PERRON, T.; KARTOZ, C.; HIMELFARB, C. LGBTQ youth. Parte 1: cultural competence for school nurses caring for LGBTQ youth – learning the culture and the language. **NASN School Nurse**, v. 32, p. 106-115, mar. 2017a.

PERRON, T.; KARTOZ, C.; HIMELFARB, C. LGBTQ youth. Parte 2: examining the health disparities and psychological struggles experienced by LGBTQ youth. **NASN School Nurse**, v. 32, p. 116-121, mar. 2017b.

POLITIZE. **LGBTfobia no Brasil**: fatos, números e polêmicas. 2018. Disponível em: https://politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas. Acesso em: 17 fev. 2026.

REIS, F. H. dos. LGBTfobia internalizada e os desafios da autoaceitação. *In:* **Terapia afirmativa**: estresse de minoria e interseccionalidade na clínica psicológica com pessoas LGBTQIA**+**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

RIOS, L. F.; PAIVA, V.; BRIGNOL, S. Passivos, ativos and versateis: men who have sex with men, sexual positions and vulnerability to HIV infection in the Northeast of Brazil. **Culture, Health & Sexuality**, v. 21, n. 5, p. 510-524, 2019.

RYAN, C. *et al.* Parent-initiated sexual orientation change efforts with LGBT adolescents: implications for young adult mental health and adjustment. **Journal of Homosexuality**, v. 67, n. 2, p. 159–173, 2020.

SANTOS, M. de M. R.; ARAUJO, T. C. C. F. de. Intersexo: o desafio da construção da identidade de gênero. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 7, n. 1, p. 17-28, jun. 2004.

SCALA, J. **Ideologia de gênero**: o neototalitarismo e a morte da família. São Paulo: Katechesis, 2011.

SILVA, M. da; OLIVEIRA, J. A sexualidade infantil em destaque: algumas reflexões a partir da perspectiva freudiana. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2017.

STANFORD MEDICINE. **Conversion therapy linked to poor mental health outcomes in LGBTQIA+ adults**. Stanford, 2024. Disponível em: https://med.stanford.edu/news/all-news/2024/06/conversion-therapy-lgbtqia.html. Acesso em: 18 fev. 2026.

TRAN, N. K. *et al.* Conversion practice recall and mental health symptoms in sexual and gender minority adults in the USA: a cross-sectional study. **The Lancet Psychiatry**, v. 11, n. 9, p. 707–718, 2024.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU**). Trans murder monitoring report 2025**. Berlim: TGEU, 2025. Disponível em: https://tgeu.org/trans-murder-monitoring/. Acesso em: 17 fev. 2026.

WADE, R. M. *et al.* That's the bottom line: Sexual positioning, gender expression, and psychological well-being among young sexual minority Black cisgender men who seek partners online. **Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity**, Advance online publication, 2025. Disponível em: https://psycnet.apa.org/fulltext/2026-35641-001.html. Acesso em: 17 fev. 2026.

WEIL, P.; LELOUP, J.-Y.; CREMA, R. **Normose**: a patologia da normalidade. Petrópolis: Vozes, 2017.

YARED, Y. B.; MELO, S. M. M. de. Opção sexual ou orientação sexual? A compreensão de professores de um curso de medicina sobre sexualidade. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 2, p. 175-195, dez. 2018.

Recebido em: 28/02/2026
Aceito em: 18/06/2026

A PINTURA COMO RECURSO TERAPÊUTICO NA INTEGRAÇÃO DO SELF NA TRANSGENERIDADE ADOLESCENTE

PAINTING AS A THERAPEUTIC TOOL FOR THE INTEGRATION OF THE SELF IN TRANSGENDER ADOLESCENTS

Arthur Luiz Carvalho Montargil[1]

Resumo: a presente pesquisa investiga a utilização da pintura como recurso terapêutico na Gestalt-terapia, voltada para a integração do self de adolescentes transgêneros. O estudo parte da problemática sobre como a expressão artística pode auxiliar na manutenção da congruência identitária diante de um cenário de vulnerabilidade social e normatividade de gênero. O objetivo geral consiste em analisar de que modo a pintura, articulada ao Experimento de Fantasia Semi-Dirigido, favorece o awareness e a expressão autêntica da experiência de si. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, baseada em revisão bibliográfica narrativa. A fundamentação teórica ancora-se nos conceitos de self e contato da Gestalt-terapia (Perls; Zinker) e na Psicologia da Arte (Vygotsky; Arnheim), relacionando-os às discussões contemporâneas de gênero (Bento; Butler). Os resultados indicam que a pintura atua como um experimento fenomênico que possibilita a externalização de conteúdos subjetivos não verbalizáveis, promovendo o ajuste criativo e o fortalecimento da autonomia. Conclui-se que a integração de recursos expressivos na clínica gestáltica amplia as possibilidades de acolhimento ético e inclusivo à população transgênera.
Palavras-chave: Gestalt-terapia; Pintura; Identidade de Gênero; Adolescência Integração do Self.

Abstract: this study investigates the use of painting as a therapeutic resource in Gestalt therapy, aimed at the integration of the self in transgender adolescents. The study is grounded in the question of how artistic expression may support the maintenance of identity congruence in contexts marked by social vulnerability and gender normativity. The main objective is to analyze how painting, in conjunction with the Semi-Directed Fantasy Experiment, fosters awareness and the authentic expression of lived experience. Methodologically, this is a qualitative, exploratory study based on a narrative literature review. The theoretical framework is grounded in Gestalt therapy concepts of self and contact (Perls; Zinker), as well as in the Psychology of Art (Vygotsky; Arnheim), in dialogue with contemporary gender studies (Bento; Butler). The findings indicate that painting functions as a phenomenological experiment that enables the externalization of subjective contents that are difficult to verbalize, promoting creative adjustment and the strengthening of autonomy. It is concluded that the integration of expressive resources in Gestalt clinical practice expands the possibilities for ethical and inclusive care for transgender populations.
Keywords: Gestalt therapy; Painting; Gender Identity; Adolescence; Self Integration.

1 INTRODUÇÃO

A experiência transgênera na adolescência é marcada pela divergência entre a percepção interna de gênero e o sexo designado ao nascimento (Bento, 2017), processo que ocorre sob intensa pressão pela normatividade binária. Nesse período crítico de consolidação da autoimagem (Erikson, 1968), o jovem frequentemente depara-se com introjetos sociais que fragmentam seu sentido de identidade, dificultando a expressão autêntica de si. Historicamente, as práticas e saberes da psicologia tradicional tenderam a endossar essa violência estrutural ao ler a dissidência de gênero a partir de uma ótica estritamente nosológica e patologizante, alinhando-se a discursos médicos que medicalizaram esses corpos e os reduziram a desvios ou transtornos mentais.

[1] Psicólogo clínico interessado na ecopsicologia junguiana, arte, expressão e movimento corporal.

Afastando-se dessa herança segregadora, a Gestalt-terapia se diferencia e se propõe a enfrentar esse cenário de silenciamento de forma ética e política. Por fundamentar-se em uma perspectiva clínica não patologizante, a abordagem gestáltica compreende o sofrimento e as crises de identidade não como uma disfunção ou essência intrínseca do indivíduo, mas como um fenômeno do campo, ou seja, um reflexo das disfunções na relação entre o organismo e um ambiente hostil. Assim, a clínica passa a priorizar o suporte ao ajustamento criativo e a validação da experiência fenomenológica imediata do sujeito. Essa atuação encontra-se respaldada diretamente nos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), dispositivo que postula o respeito à dignidade, à igualdade e à integridade do ser humano, posicionando o fazer psicológico como um instrumento de combate a qualquer forma de preconceito, discriminação, estigma ou violência institucionalizada.

A relevância desta investigação sustenta-se na urgência de práticas que respondam à severa vulnerabilidade psicossocial desta população no Brasil. Dados do Dossiê ANTRA (2024) e pesquisas da Fiocruz (2023) revelam um cenário preocupante: o país lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans, com cerca de 80% dessa população apontando uma elevada prevalência de ideação suicida e sofrimento ético-político (ANTRA, 2024; Fiocruz, 2023), intensificados por trajetórias de exclusão escolar e invisibilidade nos serviços de saúde. Tais indicadores evidenciam que a dor psíquica desses adolescentes não é um fenômeno isolado, mas o resultado direto da patologização e do estigma estrutural.

Nesse contexto, a Psicologia enfrenta o desafio de superar abordagens meramente verbais que podem reproduzir o silenciamento imposto pela sociedade. Validar o recurso pictórico como via de acesso ao *awareness* permite que o terapeuta atue em conformidade com a Resolução CFP nº 01/2018, promovendo uma prática não patologizante voltada à autodeterminação. Assim, este estudo justifica-se pela necessidade de oferecer subsídios metodológicos que transformem o consultório em um espaço de resistência e reconstrução do self.

A Gestalt-terapia, fundamentada no contato e no *awareness* (Perls; Hefferline; Goodman, 1951), oferece o suporte necessário para o acolhimento dessa pluralidade. Nesta pesquisa, a pintura é proposta como um experimento fenomênico: o ato de manejar cores e formas funciona como uma metáfora da ocupação do sujeito no mundo. Ao articular a expressão pictórica ao "Experimento de Fantasia Semi-Dirigido" (Zinker, 1977), busca-se facilitar o contato com conteúdos subjetivos silenciados, promovendo o ajuste criativo e a integração identitária.

Diante disso, este estudo questiona: como a pintura, integrada à Gestalt-terapia, pode auxiliar adolescentes transgêneros na construção de uma autorrepresentação de gênero autêntica e na manutenção de sua congruência identitária? O objetivo geral é investigar o potencial desses recursos expressivos como ferramentas de suporte ao *awareness* e à

integração de vivências fragmentadas, visando uma prática clínica mais inclusiva e sensível às especificidades desse público.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e caráter bibliográfico. O objetivo é subsidiar práticas clínicas voltadas à construção da identidade de adolescentes transgêneros, utilizando os fundamentos da Gestalt-terapia e as possibilidades terapêuticas da pintura.

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

A investigação fundamenta-se em um levantamento bibliográfico sistematizado, estruturado a partir de categorias teóricas que permitem compreender a pintura como mediadora da identidade. Inicialmente, realizou-se a triagem de materiais que abordam, direta ou indiretamente, o uso de recursos expressivos na clínica psicológica, com foco em metáforas de autorrepresentação, contato e integração do *self*. A análise parte de concepções fundamentais da Gestalt-terapia, priorizando o ciclo de contato e as funções do *self* (ego, id e personalidade). Para sustentar a discussão, o quadro teórico integra produções clássicas e contemporâneas da abordagem gestáltica (Perls; Hefferline; Goodman, 1951; Zinker, 2001; Oaklander, 1980), articulando-as a conceitos da Psicologia da Arte e da Fenomenologia (Vygotsky, 1999; Arnheim, 1980) e aos estudos de gênero e diversidade (Bento, 2017; Butler, 2003).

As etapas do levantamento envolveram a definição criteriosa de descritores e a combinação de termos como "Identidade de Gênero", "Transgeneridade", "Gestalt-terapia" e "Recursos Expressivos", aplicados em buscas nas bases de dados acadêmicas SciELO e PePSIC. Após a triagem por relevância e pertinência temática, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, culminando na organização do material segundo os eixos de construção identitária, processos de *awareness* e eficácia clínica da pintura.

Foram considerados, prioritariamente, estudos publicados nos últimos dez anos para garantir a atualidade do debate sobre transgeneridade, abrindo-se exceção para as obras fundamentais da Gestalt-terapia e da Psicologia da Arte que constituem a base epistemológica do trabalho. Por se tratar de uma pesquisa interdisciplinar, tornou-se imprescindível a utilização de produções científicas que transitem entre a Psicologia e as Ciências Sociais, permitindo uma compreensão ampliada de como o estigma e a exclusão social influenciam o ajustamento criativo de adolescentes transgêneros.

Esse mapeamento utilizou os termos-chave descritos abaixo, aplicados às bases de dados acadêmicas SciELO e PePSIC, permitindo mensurar a incidência do tema e sustentar a contribuição inédita do estudo. Confere-se:

QUADRO 1 - Mapeamento

ESTADO DA ARTE TOTAL		
TERMOS	**Scielo**	**PePsic**
Identidade de gênero OR Transgênero	6	4
Adolescência	8	6
Gestalt- Terapia	12	9
Pintura	7	5
Expressão simbólica OR Recurso expressivo	4	2
Interseccionalidade	3	1
Exclusão social	6	4
LGBT	9	7
Gestalt-terapia AND Pintura	2	1
Gestalt-terapia AND Expressão simbólica	3	2
Identidade de gênero AND Adolescência	4	3
Identidade de gênero AND Gestalt-terapia	2	1
Transgênero AND Adolescência	1	0
Transgênero AND Expressão simbólica	1	0
LGBT AND Exclusão social	3	2

Fonte: Autor (2026)

Com base nesse levantamento, evidencia-se que, apesar da relevância social do tema e da robustez da abordagem gestáltica, não foram encontrados estudos que articulem a pintura como recurso mediador na construção da identidade de gênero de adolescentes transgêneros sob a ótica da Gestalt-terapia. Esta lacuna reforça a originalidade e a relevância do presente trabalho, que se propõe a preencher um espaço ainda pouco explorado pela produção científica nacional, unindo a prática clínica expressiva às demandas urgentes da diversidade de gênero.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A coleta de dados desta investigação é operacionalizada através da extração de informações de três instrumentos fundamentais, selecionados para permitir a triangulação entre a normativa ética, a técnica clínica e a experiência vivida. No que tange à Dimensão Normativa, procedeu-se ao levantamento de diretrizes na Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o processo transsexualizador e o atendimento a pessoas trans. O foco desta etapa consiste em identificar o enquadramento ético proposto para o manejo da identidade e os limites da atuação profissional diante da diversidade de gênero, garantindo que a análise esteja ancorada nos parâmetros regulamentadores da profissão.

Complementarmente, a Dimensão Clínica é constituída pela extração de dados do estudo de caso clínico referenciado na obra de Zinker (2001), que aborda o manejo de processos criativos e bloqueios no ciclo de contato. A escolha deste caso justifica-se pela compatibilidade entre a metodologia do autor e a proposta de intervenção com pintura, permitindo analisar as fases de *awareness* e o ajuste criativo sob a ótica fenomenológica.

Por fim, a Dimensão Subjetiva contempla o levantamento de elementos visuais e narrativos em um portfólio ou narrativa artística de autoria transgênera disponível publicamente. Nesta fase, os dados coletados concentram-se nas escolhas cromáticas, na ocupação do espaço pictórico e nos temas recorrentes que emergem como figura, tratando-os como evidências concretas da autoexpressão e da busca pela integração do *self*. A articulação dessas três frentes permite que a pesquisa confronte o discurso institucional, a prática terapêutica e a realidade subjetiva do adolescente.

2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise do material coletado nas dimensões supracitadas, utiliza-se a Análise Fenomenológica de Conteúdo. Esta metodologia permite investigar como a realidade é construída simbolicamente através do gesto artístico e do relato da vivência, focando na "essência" do fenômeno conforme ele se apresenta à consciência (Amatuzzi, 2001).

O procedimento analítico seguiu três etapas: a leitura exploratória e exaustiva do *corpus*; a codificação dos sentidos percebidos com base nas categorias de ajustamento criativo e funções do *self*; e, por fim, a síntese interpretativa. Nesta última fase, os resultados empíricos foram ancorados ao referencial teórico da Gestalt-terapia, visando uma compreensão profunda da pintura como recurso de fortalecimento identitário para adolescentes transgêneros.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ADOLESCÊNCIA

A construção do gênero é um fenômeno complexo que articula dimensões históricas, sociais e psicológicas, materializando-se na organização de normas, papéis e relações de poder que ditam a legibilidade dos corpos na cultura. Conforme postula Butler (2003), o gênero não deve ser reduzido a um determinismo biológico, mas compreendido como o resultado de práticas sociais e culturais reiteradas que moldam a percepção de si e do outro. Para a autora, o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz; ele é constituído por atos socialmente regulados que definem e mantêm as normas de masculinidade e feminilidade.

Esse entendimento performativo é fundamental para legitimar as identidades que desafiam o binarismo tradicional, como a identidade transgênera, garantindo o reconhecimento de sua plasticidade e fluidez diante de categorias historicamente fixas e naturalizadas. A adolescência, por sua vez, representa um período crítico de desenvolvimento psicossocial. Para fins desta investigação, delimita-se esse estágio conforme os critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS), compreendendo a faixa etária dos 10 aos 19 anos. Esta delimitação é metodologicamente necessária, pois é nesse intervalo que a Função Personalidade passa por suas maiores reconfigurações e o jovem

demanda maior suporte ambiental para equilibrar as expectativas externas e a percepção interna de autenticidade.

Esta fase representa um período crítico de desenvolvimento psicossocial, marcado por intensas transformações que demandam o equilíbrio entre as expectativas externas e a percepção interna de autenticidade. Segundo Erikson (1968), a consolidação da autoimagem é a tarefa central dessa etapa, mas para o jovem trans, essa busca é atravessada por uma marginalização institucional profunda.

Louro (2004) destaca que a "vigilância de gênero" ocorre de forma contundente em espaços de socialização primária, como a escola, onde o binarismo é reforçado pela linguagem, pela divisão dos espaços e pelas práticas pedagógicas. Esse cenário produz o que a literatura denomina "currículo oculto", que pune a dissidência e invisibiliza a existência trans, gerando exclusão e evasão escolar precoce. A vulnerabilidade psicológica resultante desse processamento é corroborada por dados epidemiológicos densos que traduzem a urgência de uma clínica sensível às especificidades dessa população.

O Brasil mantém-se como o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, com uma expectativa de vida de apenas 35 anos, menos da metade da média nacional (ANTRA, 2024). No recorte da adolescência, os dados da Fiocruz (2023) revelam que o sofrimento ético-político se manifesta em taxas alarmantes: cerca de 80% dos jovens trans apresentam ideação suicida e 40% já tentaram o autoextermínio. Além disso, o Dossiê ANTRA aponta que cerca de 70% dessa população não concluiu o ensino médio devido ao bullying, o que empurra esses sujeitos para a informalidade socioeconômica desde cedo (ANTRA, 2024; Fiocruz, 2023).

A despeito da gravidade desses índices globais, faz-se imperativo sublinhar que essa vulnerabilidade psicossocial não se distribui de maneira homogênea entre os sujeitos. Para apreender a complexidade dessas vivências, torna-se essencial convocar o conceito de interseccionalidade, cunhado pela jurista e teórica do feminismo negro Kimberlé Crenshaw (1989/2002). A autora formulou o termo justamente para denunciar o modo como estruturas de opressão como gênero, raça e classe social não operam de forma isolada, mas se interconectam de maneira indissociável na produção de desigualdades específicas. No cenário da adolescência trans, a experiência de exclusão é profundamente clivada por tais marcadores: as barreiras de acesso ao suporte social e o risco de morte violenta se potencializam drasticamente quando a identidade de gênero dissidente se sobrepõe ao pertencimento a raças marginalizadas ou a estratos socioeconômicos vulneráveis (periferias). Assim, a opressão que atravessa o jovem trans não pode ser universalizada, demandando um olhar clínico e analítico que considere o entrelaçamento mútuo dessas condições materiais e raciais de existência.

Historicamente, a racionalização científica moderna medicalizou os corpos, tratando a transgeneridade como transtorno mental, visão superada formalmente apenas pela CID-11 e

pela Resolução CFP nº 01/2018. Hoje, o cenário é de hipervigilância nas redes sociais e estresse de minoria. Estudos demográficos indicam que essa população abrange cerca de 0,5% da população mundial (OMS, 2024), chegando a 2% entre jovens e adolescentes (Williams Institute, 2022). No Brasil, estimativas da UNESP/USP (2021) apontam que aproximadamente 2% da população adulta integra o espectro trans ou não-binário.

Nesse sentido, a clínica psicológica deve atuar como um espaço de resistência e reconstrução da subjetividade. Intervenções que reconheçam a pluralidade das vivências de gênero permitem que o adolescente fortaleça sua autoestima e desenvolva estratégias de enfrentamento diante das pressões sociais. Muitas vezes, esse fortalecimento começa em gestos fundamentais de reconhecimento, como o respeito ao uso do nome social na escola ou em casa. Para Bento (2014), o reconhecimento da identidade é uma forma de retirar o sujeito da invisibilidade e do estigma impostos por normas sociais rígidas. De acordo com Butler (2019), essa validação atua como um suporte necessário para que o adolescente possa existir fora das normas que frequentemente negam sua humanidade. Mais do que uma formalidade, essa validação atua como um suporte ambiental necessário para que o adolescente possa, enfim, relaxar suas defesas.

Ao diminuir a hipervigilância sobre si mesmo, a energia antes gasta no auto ocultamento pode ser redirecionada para a exploração de sua própria autenticidade. Ao oferecer suporte ao legitimar narrativas historicamente silenciadas, a terapia contribui para que o jovem trans possa habitar seu corpo e seu gênero com maior senso de agência. Esse processo permite integrar suas vivências fragmentadas em um self mais autônomo e resiliente, conforme sustentam as perspectivas contemporâneas da Gestalt e dos estudos de gênero (Bento, 2017; Louro, 2004).

4 GESTALT TERAPIA E INTEGRAÇÃO DO SELF

A Gestalt-terapia fundamenta sua compreensão do ser humano na perspectiva da totalidade, concebendo o indivíduo como um organismo indissociável de seu campo relacional. Sob essa ótica, a experiência subjetiva não ocorre de forma isolada, mas emerge continuamente na interação entre o sujeito e o meio, sendo organizada pela dinâmica entre figura e fundo. A "figura" representa a necessidade urgente que se destaca na consciência no centro da gravidade da experiência atual, enquanto o "fundo" constitui seus recursos, reservatório de potencialidades que produzem possibilidades de ações que dependem da disponibilidade do organismo (Perls; Hefferline; Goodman, 1951).

Quando a relação entre figura e fundo é flexível, o indivíduo consegue identificar suas demandas e agir para transformá-las em ações concretas. No entanto, em contextos de estigma social, esse processo pode tornar-se rígido, dificultando a percepção das reais necessidades do sujeito e impedindo a fluidez necessária para o crescimento. Sobre essa dinâmica, Zinker (2007) argumenta que o estado de saúde está vinculado à capacidade do

organismo de manter contato com o que é óbvio no campo, permitindo a formação de figuras nítidas e a mobilização de energia para a ação.

Para o adolescente transgênero, a dissonância entre sua percepção interna e a forma como é lido pela sociedade configura o que a Gestalt denomina como uma "Gestalt aberta" ou tarefa inacabada (Perls, 1981). Essa lacuna entre o sentir e o ser reconhecido consome uma quantidade massiva de energia psíquica, que é desviada para a manutenção de defesas contra um ambiente hostil. Segundo Perls essa organização da experiência é operacionalizada pelo self, que funciona como um sistema de contatos na fronteira-contato, sendo o limite psicológico invisível onde o indivíduo e o mundo se encontram, se diferenciam e se afetam mutuamente.

Na vivência transgênera, o self opera como uma fronteira de resistência. Enquanto a "função id", a dimensão do self que abarca as urgências corporais, as sensações pré-reflexivas e os desejos autênticos de transição que ainda não foram verbalizados, manifesta-se no campo, a "função ego", a instância ativa do self responsável por fazer escolhas, tomar decisões e estabelecer limites no mundo, que encontra-se paralisada por introjetos sociais, que são os valores e preconceitos externos engolidos sem crítica pelo sujeito (Robine, 2006). A integração do self culmina na atualização da "função personalidade": o processo pelo qual o sujeito assume sua própria história, apropriando-se de quem ele é e de como se define perante o campo, transformando a autopercepção em uma narrativa congruente (Polster; Polster, 2001).

O suporte indispensável para que essa integração ocorra é o awareness, a ferramenta que restabelece o fluxo entre figura e fundo e permite ao sujeito fragmentar a rigidez de figuras impostas pelo ambiente. É fundamental pontuar que a clínica gestáltica não busca identificar o "disfuncional", mas investigar como o sujeito está conseguindo se relacionar com o mundo. Como define Yontef (1998, p. 197), o awareness é uma forma de conhecer, no presente, o que se está sentindo, percebendo e fazendo, sem a interrupção de preconceitos ou julgamentos externos.

Por um meio hostil, o ciclo de contato do indivíduo com o mundo sofre interrupções rígidas e crônicas (Zinker, 2007). Na abordagem gestáltica, essa fixação defensiva na fronteira-contato é denominada bloqueio neurótico. Trata-se de uma manobra de autoproteção na qual o organismo, privado de suporte ambiental seguro, paralisa sua capacidade de discriminação e escolha (Robine, 2006). No caso do adolescente transgênero, o bloqueio neurótico se manifesta frequentemente por meio de mecanismos como a retroflexão, cenário em que a energia direcionada à autoexpressão e à ação no mundo é reprimida e voltada contra o próprio corpo. Desse modo, o bloqueio atua como uma barreira que perpetua a tarefa inacabada, impedindo o desenvolvimento do potencial do sujeito para evitar retaliações ou sofrimentos ainda maiores no campo social (Perls, 1981; Zinker, 1977).

No caso do adolescente trans, o sofrimento não emana de sua identidade, mas da rigidez de um campo social que não oferece suporte para que sua figura identitária emerja com clareza. Nesse cenário, as demandas psicológicas surgem da necessidade de fechar essa Gestalt aberta e encontrar novas formas de contato. Quando o processo de percepção é pleno, o organismo exerce seu ajuste criativo, que é a capacidade inerente ao ser humano de se transformar e modificar o meio para sobreviver e crescer, encontrando soluções originais mesmo diante de condições adversas, caminhando em busca por equilíbrio homeostático e autenticidade (Zinker, 1977).

Para viabilizar esse movimento em campos restritivos, a clínica utiliza recursos expressivos como a pintura. A arte atua como o suporte que flexibiliza o campo social e sensorial do adolescente, oferecendo uma linguagem onde a identidade trans pode deixar de ser uma tensão inacabada para se tornar uma figura nítida e integrada (Oaklander, 1980). Esse processo expressivo permite que o jovem retome a autoria de sua imagem, consolidando o awareness necessário para sua sustentação existencial e fortalecimento do self.

5 A PINTURA COMO RECURSO EXPRESSIVO E SUPORTE AO AWARENESS

A utilização de recursos expressivos na clínica gestáltica configura-se como um experimento fenomenológico que visa a ampliação do *awareness*. Sob a perspectiva de Perls (1947), o funcionamento psíquico guarda uma analogia direta com o metabolismo biológico, no qual o crescimento do organismo depende da capacidade de morder, mastigar e assimilar os nutrientes do meio. Sobre a importância dessa função agressiva para a saúde mental e a formação do pensamento, o autor afirma que:

> O organismo que não é capaz de morder e mastigar o alimento, mas que é forçado a engoli-lo inteiro, não pode digeri-lo e assimilá-lo. O mesmo ocorre no campo mental; se engolimos conceitos e atitudes inteiras sem "mastigá-las", elas permanecem como corpos estranhos os introjetos que impedem o desenvolvimento de um Self autêntico (Perls, 1947, p. 112).

A pintura atua como o suporte material que viabiliza a digestão mental da realidade. Ao manipular o pincel, o adolescente exerce a função metabólica de desestruturar o fundo amorfo da tela para a construção de uma figura nítida, utilizando a expressão pictórica como mediadora do metabolismo psíquico. Nesse processo, o instrumento artístico permite que o jovem "mastigue" suas vivências de gênero e as transforme em nutriente para sua identidade, em vez de apenas aceitar passivamente os introjetos e as definições normativas impostas pelo campo social (Zinker, 2007).

Essa dinâmica expressiva constitui um espaço fenomenológico voltado a matar a fome de um inconsciente que anseia por organização e visibilidade. Ao conferir contorno ao que se apresentava de forma difusa, o ato de pintar promove o deslocamento de conteúdos da Função Id para a Função Personalidade, permitindo que o sujeito integre suas figuras internas ao seu autoconceito. Dessa forma, a produção imagética funciona como o suporte técnico onde o adolescente organiza o caos experiencial e resgata a autoria sobre sua narrativa, consolidando o suporte necessário para o desenvolvimento de um Self autêntico (Perls, 1947).

A escolha da pintura como suporte técnico é fundamentada na isomorfia entre a fluidez do material e a fluidez do gênero. Enquanto recursos gráficos rígidos, como o grafite, impõem limites binários de "certo ou errado", a natureza líquida da tinta permite a sobreposição, a mistura e o erro, espelhando a plasticidade necessária para o ajuste criativo na transgeneridade. Segundo Oaklander (1980), materiais fluidos são essenciais para acessar camadas emocionais profundas, pois exigem que o sujeito renuncie ao controle intelectual para interagir com o inesperado.

Nesse sentido, o ato de pintar convoca a totalidade do organismo: o ritmo das pinceladas, a pressão exercida pelas mãos e o envolvimento muscular na manipulação das tintas devolvem ao adolescente o senso de agência sobre seu próprio corpo. Para o jovem trans, o manuseio da tinta não é apenas visual, mas cinestésico; é uma retomada da fronteira-contato através de um fazer corpóreo que legitima sua presença no campo (Oaklander, 1980; Arnheim, 1980).

Nise da Silveira (1981) reforça essa prática como ferramenta de soberania subjetiva. Através da experiência com o Museu de Imagens do Inconsciente, fundado em 1952 e detentor de um acervo de mais de 350 mil obras, Silveira demonstrou que o ato de dar forma ao material plástico exerce uma força integrativa capaz de organizar o núcleo da personalidade. Para a autora, a imagem atua como um "ponto de cristalização" em meio ao caos; no caso do adolescente trans, o pigmento na tela se torna um instrumento de autodefinição que impede a desintegração psíquica diante das violências do meio (Silveira, 1992).

Dessa forma, o processo criativo inaugura uma nova forma de projeção que transcende o espelho social deformador. Pintar deixa de ser uma representação do "eu" para se tornar a invenção do "eu", onde cada pincelada é um ajuste criativo que converte a angústia em matéria visível e tátil. Em meio ao caos de viver em um campo que muitas vezes nega a existência dessas subjetividades, o ato criativo surge como uma resposta técnica: o sujeito utiliza a desordem como matéria-prima para edificar uma nova organização existencial, transformando o "borrão" da vida em uma imagem nítida de presença (Polster; Polster, 2001).

Ao final, a clínica mediada pela pintura torna-se o palco de uma autonomia possível. Ao projetar o universo interno, o adolescente subverte a condição de objeto do olhar alheio e assume a autoria de sua própria narrativa. A imagem é, como assevera Silveira (1992), a evidência irrefutável da vida; ao materializar o que era invisível, o jovem encontra a base necessária para organizar sua história e habitar seu corpo com soberania, consolidando uma resiliência que nasce da capacidade de dar contorno ao que antes era apenas dor.

6 O EXPERIMENTO DE FANTASIA COMO MEDIADOR DO CONTATO

A operacionalização do Experimento de Fantasia Semi-Dirigido (Zinker, 1977) na clínica com adolescentes transgêneros configura-se como uma técnica de "provocação fenomenológica". Ao propor temas evocadores, o terapeuta não busca uma representação realista, mas sim a externalização de figuras que habitam o "Id do Self", sensações e desejos ainda não processados pela função ego. O convite para "pintar o espaço entre o sentir e o ser visto" atua como um suporte ambiental que permite ao adolescente projetar polaridades internas na tela. Esse processo transforma o consultório em um espaço transicional onde a resistência do material auxilia na delimitação de contornos identitários, facilitando a passagem do conteúdo pré-reflexivo para a consciência imediata do *awareness* (Zinker, 1977; Polster; Polster, 2001).

Segundo o roteiro proposto por Zinker (1977), a operacionalização dessa técnica deve ser estruturada em etapas que garantem a segurança e a eficácia do experimento. Inicia-se pela sensibilização, onde o adolescente é convidado a identificar sensações corporais difusas, seguida pela indução da fantasia, que converte essas sensações em imagens simbólicas. O fazer artístico propriamente dito atua como a fase de ação e contato, na qual a interação com os materiais permite a externalização de conteúdos da função Id. O processo encerra-se com a exploração fenomenológica, onde o terapeuta auxilia o jovem a reconhecer na obra os contornos de sua própria identidade. Para fins de sistematização, o fluxo da intervenção pode ser compreendido conforme o quadro abaixo:

QUADRO 2 - Fluxo do Experimento de Fantasia

FASE DO EXPERIMENTO	OBJETIVO PRÁTICO	CONDUÇÃO CLÍNICA (AÇÃO DO TERAPEUTA)	RESPOSTA ESPERADA DO CLIENTE (*AWARENESS*)
1. ENQUADRAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO	Preparar o ambiente e focar na experiência presente (aqui-e-agora).	Instruir o cliente a perceber o corpo, a respiração e o contato com os materiais (tintas, pincéis, tela).	Redução da ansiedade inicial, foco na propriocepção e identificação de tensões corporais
2. INDUÇÃO E PROJEÇÃO	Evocar figuras (temas/sentimentos) que estão no fundo da consciência.	Propor um tema evocativo (ex: "Dê uma cor e uma forma para a sua angústia hoje").	Emergência de imagens simbólicas e metáforas visuais para vivências difíceis de verbalizar.
3. AÇÃO E CONTATO (O FAZER)	Romper bloqueios emocionais (retroflexão) e externalizar a energia psíquica.	Incentivar o ato motor de pintar: explorar a pressão, a mistura de tons e a ocupação do espaço da tela.	Materialização dos conteúdos internos em algo externo ao corpo. Transformação da sensação em forma.
4. EXPLORAÇÃO FENOMENOLÓGICA	Integrar o material projetado à identidade do cliente (Função Personalidade).	Dialogar sobre a obra a partir da sua estrutura (cores, formas, espaços), usando perguntas abertas (ex: "O que essa forma te diz?").	Apropriação do significado da obra pelo cliente: "Isto sou eu/Isto é meu". Reconhecimento de partes de si na criação.
5. ASSIMILAÇÃO E ENCERRAMENTO	Validar a experiência, promover o fechamento da Gestalt e o auto-suporte.	Validar a expressão do cliente e encerrar o experimento, permitindo um momento de observação da obra finalizada.	Sentimento de congruência interna, alívio de tensão e aumento da auto-capacidade e autonomia.

Fonte: Elaborado pelo autor (2026), baseado em Zinker (1977) e Polster e Polster (2001).

A condução deste experimento exige uma postura dialógica e confirmadora do terapeuta, elemento essencial para o rompimento do mecanismo de retroflexão intensificado pela hostilidade do campo. Conforme dados da ANTRA (2024), o "estresse de minoria" e a exclusão sistemática forçam o adolescente trans a internalizar agressividades e tensões que o ambiente não permite expressar; ao utilizar a pintura, o jovem consegue externalizar esse sofrimento, transformando a energia paralisante em profusão criativa. Na prática, quando o adolescente é provocado a materializar, por exemplo, "o peso do olhar normativo", a dor ganha um contorno físico na tela, fora do corpo. Esse movimento permite que ele deixe de ocupar o lugar de alvo passivo da violência social para se tornar o autor da imagem que a representa, resgatando o protagonismo sobre sua própria experiência.

Nesse processo, o terapeuta sustenta a postura de não-saber, devolvendo ao sujeito as configurações da imagem, cores, formas e pressões como evidências de seu próprio processo, transformando o material projetado em um diálogo imediato no "aqui-e-agora" (Hycner, 1995; Yontef, 1998). A eficácia desta intervenção ultrapassa a externalização e completa-se no movimento de assimilação, onde o retorno do conteúdo à fronteira de contato permite ao jovem apropriar-se de sensações antes dispersas. Ao reconhecer a obra como parte integrante de sua experiência orgânica, o adolescente transita da posição passiva de "objeto do olhar alheio" para a posição ativa de sujeito que se define e se materializa.

A integração da pintura ao processo terapêutico possibilita, primordialmente, a atualização da função personalidade, instância do Self responsável pela representação social e pela narrativa histórica que o sujeito faz de si mesmo (Polster; Polster, 2001). Ao visualizar sua identidade materializada na tela e validada no campo clínico, o adolescente opera um ajuste criativo potente, integrando vivências antes fragmentadas em uma narrativa identitária congruente (Zinker, 1977). É nesse estágio de pós-contato que a experiência estética se torna nutriente para o Self, permitindo que o jovem assimile novas definições sobre sua existência e transforme sensações difusas em uma autoimagem resiliente (Zinker, 2007).

Por fim, esse movimento clínico atua no fechamento de gestalts abertas pela exclusão social, transmutando o "sofrimento ético-político" em uma produção estética dotada de sentido (Sawaia, 2001). Ao ocupar o lugar de criador, o adolescente consolida a autonomia e a soberania subjetiva necessárias para o enfrentamento das pressões ambientais. Dessa forma, a pintura na Gestalt-terapia deixa de ser apenas um recurso expressivo para se tornar um ato de resistência política frente à normatividade, fortalecendo o sujeito em sua caminhada de afirmação no mundo (Bento, 2017; Robine, 2006).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórica dos dados revela que a utilização da pintura na clínica gestáltica com adolescentes transgêneros não se limita a um recurso lúdico, mas configura-se como um suporte antropológico e clínico essencial para a integração do self. A triangulação entre a dimensão normativa, a prática clínica e a expressão subjetiva revela que o processo de tornar-se quem se é, em um contexto de vulnerabilidade, exige que a Psicologia ofereça ferramentas que alcancem o que a linguagem verbal, muitas vezes binária e estigmatizante, não consegue traduzir no espaço clínico tradicional.

No que tange à Dimensão Normativa, a Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) estabelece o fundamento ético da despatologização, funcionando como uma garantia de preservação do ajustamento criativo. Quando a normativa orienta o respeito à autodeterminação, ela oferece o suporte ambiental necessário para que o adolescente transite entre suas funções do self. Esse arcabouço normativo se alinha intrinsecamente às diretrizes estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005), o qual evoca o compromisso social da profissão na erradicação de barreiras excludentes. Conforme observado na prática clínica discutida por Figueira e Vale (2024), o manejo terapêutico com esse público demanda uma postura que neutralize a violência simbólica do binarismo e acolha rigorosamente a autodeclaração do sujeito, transformando o *setting* em um solo seguro de co-construção existencial.

As autoras destacam que o adolescente frequentemente chega à terapia em estado de retroflexão, uma interrupção de contato onde a dor do preconceito é voltada contra o

próprio organismo. Nesse estado, a energia que deveria ser utilizada para o contato com o mundo é encapsulada, resultando em sintomas de ansiedade e fragmentação identitária. Nesse cenário, o self funciona como um sistema de contatos (Robine, 1992) que busca uma unidade em meio ao caos social. Para ilustrar essa dinâmica, utiliza-se a analogia do espelho quebrado, onde o jovem recebe da sociedade reflexos distorcidos de si.

Ao tentar "montar-se" através desses reflexos externos, as bordas cortam, reforçando o retraimento. A introdução da pintura atua como um Experimento de Fantasia que subverte a lógica da retroflexão: ao invés de manter a tensão no corpo, o jovem é convidado à profusão, projetando no suporte artístico os conteúdos que o asfixiam. Através do gesto motor e do manuseio da tinta, ele recolhe esses estilhaços e, no fazer artístico, confere-lhes uma nova unidade estética e funcional, um mosaico que ressignifica a dor em uma figura potente e integrada, restabelecendo a saúde relacional.

Um exemplo notável dessa exteriorização é a obra de Greer Lankton (1958-1996), que utilizou a criação artística para plasmar as tensões de sua própria transição e as marcas da exclusão social. Na materialidade de suas produções, bem como nos portfólios de autoria trans analisados, a transição existencial ganha corpo através de contrastes cromáticos violentos e formas expressionistas que rompem com contornos rígidos e preestabelecidos. Elementos pictóricos inicialmente caóticos ou borrados simulam o fundo ameaçador da desatualização identitária, evoluindo gradativamente para figuras de traços firmes e cores soberanas.

Essa transmutação estética marca a passagem da energia da Função Id, caracterizada por sensações corporais difusas, angústias e impulsos pré-reflexivos de transição que habitavam o fundo da experiência para a consolidação da Função Personalidade. À medida que o jovem trans projeta seus afetos na tela, os contornos que antes aprisionavam o corpo se flexibilizam no espaço pictórico. O ato de pintar permite que as demandas viscerais e silenciadas (Id) sejam organizadas visualmente, culminando em uma representação na qual o sujeito assume o controle de sua narrativa, apropriando-se de quem ele é perante o campo social (Personalidade).

Ao dominar a tela, o adolescente desenvolve um senso de autocapacidade e autorrepresentação que a racionalização verbal muitas vezes limita. A pintura torna-se, portanto, uma abertura criativa: um local de viver de volta o simbólico necessário em um mundo marcado pela excessiva racionalização e patologização de corpos dissidentes. Nesse processo, a colorimetria aplicada à clínica funciona como um termômetro do awareness. A escolha cromática não é decorativa; conforme aponta Arnheim (1980), as cores possuem dinâmicas estruturais que afetam diretamente a percepção.

Tons saturados e quentes (como vermelhos e laranjas) sinalizam a mobilização de energia e a busca por visibilidade, enquanto matizes acinzentados ou a diluição excessiva da tinta servem como evidências fenomenológicas do retraimento no aqui-e-agora (Zinker,

2007), permitindo ao terapeuta acompanhar o ritmo do contato. O manejo das cores permite ao adolescente materializar polaridades como a tensão entre o "escondido" e o "revelado" através do uso de cores complementares e contrastes cromáticos que validam sua presença soberana e sua dignidade no setting (Oaklander, 1980).

Esse exercício estético gera um equilíbrio entre o sentir e o agir, onde o acreditar em si mesmo emerge como uma evidência materializada. Ao visualizar as funções do self ganhando forma e cor, a identidade trans deixa de ser um fundo ameaçador para tornar-se uma figura clara, cultivando a validação interna. A eficácia dessa intervenção reside na presença confirmadora do terapeuta na fronteira-contato. Conforme Hycner (1995), o terapeuta testemunha o processo criativo sem interpretá-lo precocemente, oferecendo o suporte necessário para o livre experimentar.

Todavia, é imperativo considerar que esse ajuste criativo é profundamente atravessado pela interseccionalidade. A disponibilidade de suporte ambiental para a emergência do awareness difere de forma drástica e assimétrica em função de marcadores estruturais de raça e classe social. Enquanto um adolescente trans de classe média alta frequentemente acessa redes de apoio privadas, espaços escolares mais permeáveis à diversidade e recursos materiais contínuos para a experimentação de sua identidade, o jovem trans negro e periférico enfrenta um cenário de hipervulnerabilidade.

Para este último, a fronteira-contato com o ambiente é marcada pelo estigma da criminalização territorial e pelo racismo estrutural, o que transforma o cotidiano em um exercício de hipervigilância defensiva e constante ameaça de aniquilação física e simbólica. Essas barreiras socioeconômicas e raciais impactam diretamente o acesso a recursos expressivos e artísticos, limitando as oportunidades de projetar o sofrimento em suportes seguros externos. Consequentemente, a ausência de um solo firme de acolhimento social restringe o awareness.

A urgência pela sobrevivência imediata sufoca a energia que seria necessária para a exploração criativa do self. A clínica gestáltica expressiva, portanto, deve despir-se de uma postura universalista, compreendendo que as opressões combinadas moldam e limitam as formas possíveis de existência na cultura (Sawaia, 2001; Bento, 2017). Dessa forma, a integração dos resultados aponta que a pintura facilita o awareness ao transformar o sentimento desorganizado em objeto artístico, promovendo o que Vygotsky (1999) conceitua como uma "catarse transformadora".

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa sustentam a hipótese teórica inicialmente formulada, evidenciando que a pintura, enquanto recurso terapêutico na Gestalt-terapia, atua como um potente mediador na integração do self de adolescentes transgêneros. A investigação demonstrou que a expressão pictórica manifesta simbolicamente a dinâmica do contato em

seus dois polos: o ajustamento criativo e o bloqueio neurótico. Essa duplicidade expressa-se na ambivalência entre a dor da fragmentação identitária e a potência da autodescoberta, revelando que o fazer artístico encarna as tensões fenomenológicas que atravessam o adolescente em seu processo de tornar-se.

A análise revelou que o suporte ao *awareness* é potencializado quando a clínica oferece ao jovem a oportunidade de resgatar sua vitalidade através da arte. Enquanto a esfera social muitas vezes projeta sobre o sujeito o estigma, funcionando como um introjeto que anula a autocapacidade, a pintura permite que o adolescente subverta essa lógica. Através do manuseio de materiais, o jovem transita do silenciamento para a autorrepresentação, encontrando na abertura criativa o equilíbrio necessário entre a pressão externa e a verdade interna. Esse processo de viver de volta o simbólico devolve ao sujeito a coragem necessária para habitar seu próprio corpo, transformando a transição em um ato de autoamor e validação pessoal.

Constata-se, portanto, que a hipótese da eficácia mediadora da pintura foi confirmada, uma vez que o experimento artístico favorece tanto a externalização de conflitos quanto a síntese integradora do self. Nesse sentido, a transição de gênero, vista pelo prisma da Gestalt-terapia, revela-se como uma busca contínua por fechamento de Gestalt, onde a arte provê o suporte estético para que o adolescente aprenda a acreditar em si mesmo e em sua capacidade de autorregulação orgânica. Tal processo alinha-se rigorosamente às diretrizes da Resolução CFP nº 01/2018 e da Nota Técnica nº 02/2023, que orientam uma prática pautada no respeito à autodeterminação e na dignidade das existências trans.

O estudo reafirma a fecundidade do diálogo entre a Gestalt-terapia, a Psicologia da Arte e os Estudos de Gênero. Ao articular conceitos como ciclo de contato e ajustamento criativo às leituras contemporâneas sobre transgeneridade, foi possível apreender a pintura não apenas como técnica, mas como expressão existencial. Por fim, ressalta-se que este trabalho, ao realizar uma análise qualitativa e interpretativa, concentrou-se no campo bibliográfico e documental. Sugere-se que futuras pesquisas explorem metodologias de intervenção direta com grupos de adolescentes transgêneros, de modo a captar como essas ferramentas expressivas são vivenciadas na prática do setting terapêutico e suas ressonâncias na saúde mental desta população.

REFERÊNCIAS

ANTRA. **Dossiê**: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2023. Brasília: ANTRA, 2024.

ARNHEIM, R. **Arte e Percepção Visual**: uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Pioneira, 1980.

BENTO, B. **A Reinvenção do Corpo**: Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. Natal: EDUFRN, 2017.

BUTLER, J. **A vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf . Acesso em: 19 mai. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 02/2023/DESP/GEACE/GOCONT/CFP**. Brasília, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 2018.

ERIKSON, E. H. **Identidade**: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIGUEIRA, A. C.; VALE, A. C. **Gestalt-terapia e Transgeneridade**: o manejo clínico na clínica escola. São Paulo: Revista de Gestalt, 2024.

FIOCRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na população trans e travesti**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2023.

HYCNER, R. **De pessoa para pessoa**: Psicologia dialógica. São Paulo: Summus, 1995.

LANKTON, G. **Greer Lankton**: A Memoir. New York: Participant Press, 2014.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OAKLANDER, V. **Descobrindo crianças**: abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. São Paulo: Summus, 1980.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World health statistics 2024: monitoring health for the SDGs**. Geneva: World Health Organization, 2024.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1951/1997.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 2001.

ROBINE, J.-M. **A Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2006.

ROBINE, J-M. O self como sistema de contatos. *In*: ROBINE, J-M. **O ciclo do contato**. São Paulo: Summus, 1992.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVEIRA, N. **Imagens do Inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

UNESP/USP. **Mapeamento das populações trans e não-binárias no Brasil**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista/Universidade de São Paulo, 2021.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WILLIAMS INSTITUTE. **Transgender Population Estimates**. Los Angeles: UCLA School of Law, 2022.

YONTEF, G. M. **Processo, Diálogo e Awareness**. São Paulo: Summus, 1998.

ZINKER, J. **Processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

Recebido em: 06/04/2026
Aceito em: 15/07/2026

“NEM SÓ DE NORMATIVAS ADMINISTRATIVAS VIVE A ESCOLA”: GÊNERO, CURRÍCULO E TENSÕES ENTRE DESIGUALDADES PERSISTENTES E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA

“SCHOOLS ARE NOT SUSTAINED BY ADMINISTRATIVE NORMS ALONE”: GENDER, CURRICULUM, AND TENSIONS BETWEEN PERSISTENT INEQUALITIES AND POSSIBILITIES FOR CHANGE

Marco Túlio da Cunha Silva Moreira[1]
Luana Solvelino[2]

Resumo: este artigo propõe refletir as relações de gênero no ambiente escolar, com foco na construção de identidades, nas normativas institucionais escolares e no papel discente nos processos de transformação social. A discussão sobre gênero na educação básica mostra-se relevante por impactar diretamente a formação social dos sujeitos e as dinâmicas de convivência no espaço escolar. O estudo parte do problema de como as relações de gênero se configuram no contexto escolar e de que modo a escola pode contribuir para práticas mais inclusivas diante das desigualdades persistentes. O objetivo geral consiste em analisar as representações de gênero na escola, considerando a construção de identidades, as práticas institucionais e o papel dos estudantes como agentes de mudança. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de referenciais teóricos e documentos oficiais relacionados à educação e gênero. Os resultados indicam que ainda existem distanciamentos entre as discussões acadêmicas e as práticas escolares, evidenciando desafios relacionados à formação docente, às práticas curriculares e à promoção de políticas educacionais inclusivas. Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades de gênero na educação demanda ações articuladas entre currículo, gestão escolar e comunidade, fortalecendo a escola como espaço de inclusão, diálogo e equidade.
Palavras-chave: Equidade; Diversidade; Escola; Sociedade; (R)existências.

Abstract: this article proposes a reflection on gender relations within the school environment, focusing on identity construction, institutional school regulations, and the role of students in processes of social transformation. The discussion on gender in basic education is relevant because it directly impacts the social formation of individuals and the dynamics of coexistence within the school space. The study is based on the problem of how gender relations are configured in the school context and how schools can contribute to more inclusive practices in the face of persistent inequalities. The general objective is to analyze gender representations in schools, considering identity construction, institutional practices, and the role of students as agents of change. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study grounded in the critical analysis of theoretical references and official documents related to education and gender. The results indicate that there are still gaps between academic discussions and school practices, highlighting challenges related to teacher education, curricular practices, and the promotion of inclusive educational policies. It is concluded that overcoming gender inequalities in education requires articulated actions involving curriculum, school management, and the school community, strengthening the school as a space for inclusion, dialogue, and equity.
Keywords: Equity; Diversity; School; Society; (R)existences.

[1] Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES) e membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Profissionais da Educação (GEPPFOR-UFV).
[2] Mestre em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente pela Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga (FADIP) .

1 INTRODUÇÃO

As relações de gênero e suas representações no contexto escolar constituem um campo de análise fundamental para compreender a escola como espaço de reprodução e de (r)existências[3] às normatividades sociais excludentes. A temática tem ocupado um lugar crescente nas mídias, na produção acadêmica e nas políticas públicas educacionais, posicionando-se como um instrumento essencial para a efetivação dos direitos previstos na legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) descrita na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) descrito na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014). Discutir gênero na escola, portanto, implica refletir sobre a democratização do ensino e sobre os corpos que o constituem.

Nesse aspecto, o debate entre educação e gênero emerge historicamente da interlocução entre movimentos feministas e a academia, com contribuições seminais de autoras como Scott (1995), que compreende gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e de Guedes (1995), que ampliou a análise para o cotidiano escolar. Nessa perspectiva, gênero transcende a dimensão biológica, configurando-se como uma construção social que atribui significados a comportamentos, identidades e práticas tidas como "masculinas" ou "femininas", uma distinção que, conforme Butler (2018), é performativa e regulada por dispositivos de poder.

No ambiente escolar, tais normas materializam-se em dinâmicas que frequentemente reproduzem hierarquias estruturais, como machismo, homofobia e racismo, muitas vezes naturalizadas no currículo oculto, conforme apresentado por Dayrell (2007). Contudo, a escola também pode constituir-se como espaço de transformação social, especialmente quando suas normativas administrativas e práticas institucionais assumem o compromisso com a diversidade e a inclusão, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (Brasil, 2013). Essa dualidade entre reprodução e (r)existência evidencia o problema central deste artigo: como as relações de gênero se configuram no espaço escolar e de que modo a instituição pode fomentar práticas inclusivas?

Diante desse problema, este estudo tem como objetivo geral analisar as representações de gênero no ambiente escolar, considerando a construção de identidades, as práticas institucionais e o papel dos estudantes como agentes de transformação social. De forma específica, busca-se examinar como as identidades de gênero são construídas no cotidiano escolar, analisar a presença da perspectiva de gênero nas normativas e práticas institucionais das escolas e discutir o potencial da comunidade escolar na promoção de práticas mais inclusivas. Parte-se da compreensão de que a abordagem interseccional,

[3] O termo "(r)existência" é uma junção entre "resistência" e "existência", utilizado para expressar modos de enfrentamento às opressões que não se limitam à negação ou oposição, mas que afirmam a vida, a cultura, os saberes e a identidade dos sujeitos historicamente marginalizados. A noção foi popularizada por autores como Moreira (2019) e pelo filósofo colombiano Fals Borda (1983), sendo amplamente empregada nos estudos decoloniais e nos debates sobre educação emancipatória.

conforme proposta por Akotirene (2019), ao articular os marcadores de gênero, sexualidade, raça e classe, contribui para a problematização das desigualdades estruturais e para a construção de práticas pedagógicas voltadas à inclusão e à diversidade.

Nesse cenário, a relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de problematizar as distâncias entre os avanços presentes nas políticas e diretrizes educacionais voltadas à diversidade e as práticas vivenciadas no cotidiano escolar, onde ainda persistem manifestações de violência simbólica e exclusão direcionadas a grupos historicamente marginalizados, conforme discutido por Bourdieu (2002). Ao articular discussões teóricas sobre gênero, currículo e instituição escolar, este artigo busca contribuir para o debate acerca da construção de práticas educacionais mais inclusivas e democráticas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As discussões sobre gênero e sexualidade no campo educacional brasileiro ganharam maior visibilidade e consolidação acadêmica a partir da década de 1990, especialmente em decorrência da ampliação dos debates sobre direitos humanos, diversidade e políticas públicas educacionais. Conforme destaca Vianna (2012), a incorporação dessas temáticas nas pesquisas em educação ocorreu de maneira articulada às transformações sociais, às reivindicações dos movimentos sociais e à formulação de políticas voltadas ao reconhecimento das diferenças no espaço escolar. Nesse contexto, a escola passou a ser compreendida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como ambiente atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e processos de construção identitária.

Diante disso, a análise das relações de gênero no contexto educacional demanda o diálogo com referenciais teóricos vinculados aos estudos de gênero, à teoria crítica da educação e às perspectivas socioculturais que compreendem as desigualdades como construções históricas e sociais. Com base nas discussões recorrentes da literatura acerca das dinâmicas escolares, das práticas institucionais e das experiências de inclusão e exclusão no ambiente educacional, está revisão teórica organiza-se em três eixos inter-relacionados: a conceituação de gênero como categoria analítica; a compreensão da escola como espaço que pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover transformações sociais; e as discussões sobre práticas pedagógicas voltadas à inclusão e à diversidade.

A concepção de gênero como categoria central nas relações sociais é marcada por contribuições pioneiras, como a de Scott (1995, p. 86), que define gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Tal perspectiva desloca o debate do determinismo biológico para o campo das construções socioculturais, compreendendo as desigualdades de gênero como resultados de relações de poder historicamente produzidas e socialmente legitimadas. Nessa direção, Butler (2018) expande a discussão ao compreender o gênero como uma performance socialmente

regulada, na qual normas heteronormativas atuam como mecanismos de controle sobre corpos, identidades e comportamentos.

A literatura também aponta a escola como um espaço marcado por tensões e disputas sociais. Guedes (1995) evidencia que a instituição escolar pode atuar como mecanismo de normalização ao reforçar hierarquias sociais por meio do currículo oculto e de práticas pedagógicas pouco reflexivas. De maneira complementar, Louro (1997) compreende a escola como espaço de disputa entre diferentes projetos sociais, nos quais as concepções de gênero e sexualidade permanecem em constante negociação. Já Dayrell (1996) analisa a escola como espaço sociocultural atravessado por relações de poder e por práticas que podem produzir exclusões e violências simbólicas direcionadas a sujeitos dissidentes.

O paradigma da interseccionalidade, discutido por Akotirene (2019), reforça a necessidade de compreender as articulações entre gênero, raça, classe e sexualidade nas práticas educativas. Em diálogo com essa perspectiva, Miskolci (2009) defende a problematização dos discursos normativos que regulam corpos e comportamentos, destacando a importância de práticas institucionais e curriculares comprometidas com a diversidade e a inclusão no ambiente escolar.

A revisão da literatura evidencia avanços importantes nas discussões sobre gênero e educação, mas também revela desafios relacionados à aproximação entre o conhecimento acadêmico e as práticas escolares. Nesse contexto, o presente artigo busca contribuir para esse debate ao articular os referenciais teóricos apresentados com a análise das dinâmicas institucionais e das relações de gênero no espaço escolar, enfatizando a necessidade de práticas pedagógicas e institucionais mais inclusivas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia se caracteriza como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (Minayo, 2002, p. 16), ou seja, o processo adotado e percorrido pelos pesquisadores para alcançar os objetivos do estudo. Dessa forma, alinhando-se ao pensamento De Bruyne, Herman e Schoutheet (1991), a metodologia são os procedimentos científicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

Assim, este artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Conforme Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos a partir de seus contextos e significados. Em relação à natureza bibliográfica, Lakatos e Marconi (2017) destacam que esse tipo de pesquisa é desenvolvido com base em materiais já publicados, possibilitando o contato com produções teóricas relacionadas ao objeto investigado. Nesse sentido, foram analisados referenciais teóricos e documentos voltados às discussões sobre gênero e educação.

O processo investigativo desenvolveu-se em três etapas fundamentais. A primeira consistiu em um levantamento bibliográfico sistemático, caracterizado, de acordo com

Lakatos e Marconi (2017), como a identificação, seleção e análise de obras, artigos acadêmicos e demais publicações relevantes ao tema em estudo. A etapa de levantamento bibliográfico foi realizada nas plataformas *SciELO*, *Google* Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando combinações dos descritores "gênero e educação", "escola e diversidade" e "formação docente e relações de gênero".

O recorte temporal compreendido entre 1990 e 2025 foi definido em razão da ampliação das discussões acadêmicas e institucionais sobre gênero e diversidade no campo educacional brasileiro a partir da década de 1990. Conforme aponta Vianna (2012), esse período é marcado pela consolidação dos estudos de gênero na educação, impulsionada pela ampliação de políticas públicas, debates internacionais sobre direitos humanos e pela emergência de grupos de pesquisa dedicados à temática. Desse modo, o recorte permite contemplar referenciais teóricos fundamentais para a compreensão das desigualdades de gênero no espaço escolar.

Além disso, a inclusão de produções publicadas até o ano de 2025 possibilita incorporar discussões contemporâneas relacionadas às práticas escolares, ao currículo, à diversidade e às transformações nas relações de gênero no contexto educacional. Dessa forma, busca-se reunir tanto contribuições clássicas quanto abordagens recentes que dialogam com os desafios atuais enfrentados pelas instituições escolares na promoção de práticas mais inclusivas.

Na segunda etapa da pesquisa, foram definidos critérios de inclusão e exclusão para a composição do *corpus* documental analisado. Como critérios de inclusão, selecionaram-se produções publicadas entre 1990 e 2025 que abordassem diretamente as relações entre gênero, educação, diversidade e contexto escolar, priorizando trabalhos vinculados ao campo da educação básica e aos estudos de gênero. Também foram considerados materiais amplamente referenciados na literatura da área e publicados em periódicos científicos, livros acadêmicos, dissertações e teses disponíveis nas bases consultadas. Como critérios de exclusão, desconsideraram-se produções duplicadas, trabalhos sem relação direta com o objeto investigado e publicações que não apresentavam discussão teórica consistente sobre gênero e educação.

A organização e seleção do material ocorreram por meio da leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e introduções das produções encontradas, buscando identificar aproximações com os objetivos da pesquisa. Ao final desse processo, constituiu-se um corpus composto por 37 produções, entre artigos científicos, livros, trabalho de conclusão de curso, legislações e normativas educacionais relacionadas à temática. Entre os principais referenciais mobilizados na pesquisa, destacam-se aportes de Scott (1995), Guedes (1995) e Louro (1997), Ribeiro (2004), Felix (2015), Leal *et al*. (2017) entre outros.

TABELA 1 – Organização do corpus teórico da pesquisa

Tipo de produção	Quantidade	Autoria / Referências
Artigos científicos	20	Carvalho (2004); Dayrell (1996, 2007); De Bruyne, Herman e Schoutheet (1991); Díaz-Aguado (2003); Esplendor e Braga (2009); Félix (2015); Guedes (1995); Guizzo (2022); Leal *et al* (2017); Mattos *et al*. (2016); Miskolci (2009); Moreira, Lopes e Monnerat (2024); ONU Brasil (2012); Ribeiro (2004); Rios, Cardoso e Dias (2018); Scott (1995); Silva e Duarte (2021); Torres e Silva (2021); Vianna (2012).
Livros	11	Akotirene (2019); Bardin (2016); Bourdieu (2002); Butler (2018); Fals Borda (1983); Junqueira (2009); Lakatos e Marconi (2017); Louro (1997); Lüdke e André (1986); Minayo (2002); Moreira (2019).
Trabalho de Conclusão de Curso	1	Rabelo (2021).
Legislações e Normativas Educacionais	5	Brasil (1996, 1997, 2013, 2014, 2018).
Total	37	

Fonte: Autores (2026)

Embora a pesquisa possui natureza bibliográfica, a análise do material selecionado foi orientada pelos procedimentos da análise de conteúdo, utilizados como estratégia de sistematização e interpretação crítica das produções acadêmicas, legislações e documentos normativos mobilizados no estudo. Para a interpretação do material selecionado, foi adotada a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), organizada em três etapas interdependentes. A primeira consistiu em uma leitura exploratória do material, com o intuito de identificar os eixos temáticos recorrentes. Na segunda etapa, realizou-se o fichamento sistemático, organizando os dados em núcleos temáticos como: construção social do gênero, currículo oculto, violência simbólica e estratégias pedagógicas transformadoras. A terceira e última etapa compreendeu a interpretação crítica dos dados, buscando identificar tanto os consensos teóricos quanto as contradições presentes no campo de estudos.

Como recurso auxiliar para a organização e sistematização do corpus documental, utilizou-se o *software Microsoft Excel*, no qual foram registradas informações referentes às produções selecionadas, tais como autoria, ano de publicação, tipo de material, principais conceitos abordados e aproximações temáticas com os objetivos da pesquisa, entre outras.

A utilização da ferramenta possibilitou a categorização e o agrupamento dos referenciais analisados, contribuindo para a identificação de recorrências, convergências teóricas e núcleos temáticos presentes nas produções selecionadas. Dessa maneira, o uso do *software* atuou como suporte técnico para a sistematização das informações e para a organização das etapas da análise de conteúdo desenvolvida na pesquisa.

A análise do material bibliográfico possibilitou a identificação de quatro categorias analíticas recorrentes nas produções selecionadas: (1) gênero como construção histórica e social; (2) mecanismos de reprodução das desigualdades no espaço escolar; (3) estratégias de (r)existência e transformação nas práticas pedagógicas; e (4) interseccionalidade como perspectiva analítica. Essas categorias foram definidas a partir das aproximações temáticas observadas durante a leitura e sistematização das obras, especialmente no que se refere às discussões sobre relações de poder, práticas institucionais, currículo e diversidade no contexto educacional. Desse modo, as categorias não foram tratadas de forma isolada, mas compreendidas em suas relações e articulações no cotidiano escolar.

A abordagem metodológica adotada buscou desenvolver uma análise crítica da produção acadêmica relacionada às relações de gênero no contexto educacional, considerando discussões sobre currículo, formação docente, práticas institucionais e diversidade no ambiente escolar. A partir da sistematização e interpretação dos referenciais teóricos selecionados, a pesquisa procurou compreender como as desigualdades de gênero têm sido discutidas no campo educacional e de que maneira essas discussões se articulam às dinâmicas escolares contemporâneas. Embora de natureza bibliográfica e não empírica, o estudo reúne contribuições teóricas que auxiliam na compreensão das relações de gênero na educação e dos desafios relacionados à promoção de práticas escolares mais efetivas e inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de gênero, conforme atribuído por Scott (1995), é uma ferramenta analítica que transcende a simples diferenciação biológica entre os sexos, possibilitando compreender como tais distinções são culturalmente construídas e historicamente situadas. A autora define: “Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Dessa forma, o termo assume uma dimensão multidimensional, articulando aspectos biológicos e sociais, sendo que estes últimos dizem respeito aos papéis, expectativas e significados simbólicos atribuídos às identidades de gênero nas diversas esferas da vida social, conforme destacado por Silva e Duarte (2021).

Nesta conjuntura, privilegia-se a compreensão do gênero como uma construção histórica, social e cultural, produzida a partir de relações de poder, normas sociais e processos de significação que atravessam os sujeitos e suas experiências. Tal perspectiva

afasta-se de interpretações estritamente biológicas ou essencialistas, compreendendo gênero como uma categoria analítica relacionada às formas pelas quais identidades, comportamentos e papéis sociais são socialmente produzidos e legitimados. Essa compreensão mostra-se especialmente relevante no contexto escolar, uma vez que a instituição educativa, inserida em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, pode tanto reproduzir quanto problematizar hierarquias e normas de gênero presentes no cotidiano social. Essa perspectiva é desenvolvida por Leal *et al.* (2017), que analisam como o cotidiano escolar ainda opera com base em padrões binários e excludentes, mas também pode ser campo de tensionamento e transformação dessas construções.

No Brasil, a inserção das discussões sobre gênero no contexto escolar ganhou maior visibilidade institucional a partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1997, especialmente nos documentos voltados ao Ensino Fundamental, que passaram a abordar temas relacionados à pluralidade cultural, cidadania e orientação sexual de forma transversal na Educação Básica (Brasil, 1997). Ainda que esse marco tenha representado um avanço importante nas discussões sobre diversidade e formação cidadã, observa-se que muitas práticas escolares continuam atravessadas por estereótipos e normas de gênero historicamente construídas. Nesse sentido, mais do que estabelecer definições conclusivas sobre a temática, este estudo busca refletir sobre como essas dinâmicas permanecem presentes no cotidiano escolar e demandam análises contínuas e aprofundadas acerca das relações entre gênero, educação e práticas institucionais.

Essa observação, ao ser analisada sob a ótica de Guizzo (2022), pode ser compreendida como reflexo do avanço do pensamento conservador, o que resulta em uma luta constante que impede a efetiva implementação das leis. Além disso, também se relaciona à formação docente, muitas vezes desprovida de abordagens que envolvam questões de gênero e sexualidade. Assim, esses padrões normativos, frequentemente não questionados, acabam por naturalizar diferenças que não têm base biológica, mas que são socialmente construídas, resultando em processos de exclusão e desigualdade que se manifestam de diversas formas no cotidiano escolar. O mais preocupante é que, como identificado por Rabelo (2021) em muitos casos, essas diferenças não apenas são ignoradas pelos educadores, como podem ser ativamente reforçadas por meio de práticas pedagógicas não reflexivas, aprofundando ainda mais as disparidades de gênero nos espaços educacionais.

Diante das assimetrias sociais que caracterizam o contexto brasileiro, é possível levantar a hipótese de que o sistema educacional possa contribuir para a reprodução e o reforço de estruturas de poder que favorecem determinados gêneros em detrimento de outros. Caso isso ocorra, os efeitos das desigualdades de gênero e dos preconceitos delas decorrentes tenderiam a afetar todos os membros da comunidade escolar, ainda que de formas distintas. Esses discursos potencialmente desiguais não estariam restritos apenas às

interações informais entre estudantes e professores, podendo também se manifestar em dimensões formais do processo educativo, como nos materiais didáticos adotados oficialmente.

Conforme apontam Esplendor e Braga (2009), é fundamental que educadores desenvolvam uma postura crítica diante da seleção e utilização de materiais pedagógicos, uma vez que esses recursos podem contribuir, mesmo de maneira sutil, para a manutenção de padrões e hierarquias de gênero no ambiente escolar. Em diálogo com essa perspectiva, Louro (1997) observa que determinadas expectativas relacionadas ao comportamento e ao desempenho estudantil ainda são frequentemente atravessadas por estereótipos de gênero, influenciando a forma como estudantes são percebidos e valorizados no cotidiano escolar. Tais práticas evidenciam que a escola não atua de maneira neutra, participando também da produção, legitimação e negociação de identidades e normas sociais.

No entanto, é fundamental compreender que a escola e sua comunidade escolar não estão condicionadas apenas à reprodução desses padrões sociais. Quando atravessadas por práticas pedagógicas críticas e reflexivas, podem constituir-se como espaços de diálogo, (r)existência e problematização das desigualdades de gênero. Nesse processo, professores, estudantes, gestores e demais sujeitos envolvidos no cotidiano escolar desempenham papel importante na construção de relações mais inclusivas, no questionamento de estereótipos e na valorização da diversidade.

O potencial transformador da escola torna-se ainda mais evidente ao reconhecermos que a educação básica corresponde a um período decisivo no processo de socialização e no desenvolvimento global dos indivíduos. É nesse momento que os sujeitos começam a expandir suas interações sociais, ultrapassando o ambiente familiar e estabelecendo vínculos com diferentes grupos e culturas. Conforme ressaltam Mattos *et al.* (2016), essa etapa é essencial para a construção de valores fundamentais como o respeito à diversidade, a convivência com as diferenças e o fortalecimento de atitudes inclusivas, elementos indispensáveis à constituição de uma sociedade mais democrática.

Neste processo, a construção de uma relação dialógica e colaborativa entre escola e família configura-se como um aspecto central para o êxito de ações voltadas à promoção da equidade de gênero no ambiente educacional. A literatura aponta que iniciativas educativas tornam-se mais eficazes quando há um alinhamento entre os valores trabalhados na escola e aqueles vivenciados no espaço familiar. Segundo Carvalho (2004), é justamente essa articulação que fortalece a coerência formativa e amplia as possibilidades de desenvolvimento integral dos sujeitos, sobretudo quando se trata de enfrentar estigmas e padrões discriminatórios relacionados ao gênero.

É necessário esclarecer que a abordagem das questões de gênero na Educação Básica não tem a intenção de questionar ou desrespeitar valores familiares, tampouco de impor orientações sexuais ou identidades de gênero. Trata-se, antes, de reconhecer a

complexidade dessas categorias e sua relevância para a formação dos sujeitos, considerando a escola como espaço de convivência, diálogo e respeito à diversidade. Nesse sentido, Carvalho (2004) afirma que as estratégias educacionais que valorizam a diversidade e respeitam os contextos familiares são essenciais para a construção de uma educação equitativa e inclusiva.

Complementando essa perspectiva, destaca-se o papel estratégico da educação como instrumento fundamental para a valorização da diversidade em suas diferentes dimensões, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Assim, Rios, Cardoso e Dias (2018) reforçam que:

> A educação cumpre uma função estratégica quando se almeja a valorização da diversidade, princípio básico para assegurar inclusão, viabilizar igualdade de oportunidades e confrontar/desconstruir toda espécie de preconceito, discriminação e violências, principalmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade (Rios; Cardoso; Dias, 2018, p. 102).

A reflexão apresentada pelos autores supracitados reforça a importância de que as discussões sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar sejam desenvolvidas de maneira crítica e comprometida com o respeito à diversidade. Quando incorporadas às práticas pedagógicas, essas discussões podem contribuir para a construção de relações mais inclusivas, para o enfrentamento de discriminações e para a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor às diferentes experiências e identidades presentes na comunidade escolar. Em contrapartida, a ausência ou a abordagem superficial dessas temáticas pode favorecer a permanência de desigualdades e situações de exclusão no cotidiano educacional.

Conforme destaca Louro (1997), as instituições escolares participam dos processos de construção das identidades sociais, sendo atravessadas por relações de gênero, classe e outros marcadores presentes na sociedade. Essa perspectiva evidencia que a escola integra processos de socialização e convivência que influenciam as experiências dos sujeitos no cotidiano escolar. Nesse contexto, o corpo assume papel relevante nas dinâmicas educacionais, sendo compreendido não apenas em sua dimensão biológica, mas também como expressão de experiências sociais, culturais e identitárias construídas ao longo da vida. Os sujeitos que compõem o ambiente escolar carregam diferentes vivências, formas de pertencimento e marcadores sociais que influenciam suas relações e experiências no espaço educativo.

Dessa maneira, a escola constitui-se também como um espaço em que emergem discussões, tensões e negociações relacionadas às diferenças e às desigualdades presentes na sociedade, tornando relevante a reflexão crítica sobre as práticas educativas e

institucionais e suas implicações na formação social dos estudantes. É nesse cenário que a presente pesquisa se insere, buscando refletir sobre as relações de gênero e os desafios que atravessam o cotidiano escolar.

As dinâmicas presentes nessas instituições revelam-se como produtos inevitáveis do encontro entre sujeitos diversos, cada um com suas particularidades e maneiras singulares de se relacionar com o mundo. Ao compreender a escola como um espaço atravessado por múltiplas relações sociais, está investigação busca refletir sobre como o ambiente educacional se constitui como cenário de convivências, disputas, negociações e diferentes formas de existência. Nesse contexto, as experiências cotidianas evidenciam dinâmicas sociais, culturais e institucionais que influenciam a construção das relações, das identidades e das formas de pertencimento no espaço escolar. De um lado, estão os sujeitos que se ajustam, voluntária ou compulsoriamente, aos padrões institucionais, enquanto, de outro, aparecem aqueles considerados "desviantes", cujas formas de existência e expressão desafiam as expectativas normativas vigentes. Conforme Louro (1997), essas classificações não são naturais nem neutras, mas produtos das tensões e conflitos que emergem das diferentes maneiras de compreender e viver o mundo.

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica pode ser observado nas aulas de educação física, um ambiente tradicionalmente marcado pelo reforço de estereótipos de gênero. Quando uma menina demonstra interesse em participar de atividades socialmente associadas ao universo masculino, como jogar futebol com os meninos, seu comportamento tende a ser interpretado como inadequado ou transgressor. Conforme apontam Leal *et al.* (2017), essa (r)existência às normas de gênero é frequentemente desencorajada, tanto pela limitação das oportunidades oferecidas às meninas quanto por meio de práticas mais sutis de exclusão social. Tal processo leva a uma conformação forçada, na qual as estudantes acabam restringindo suas escolhas às atividades tidas como "apropriadas" para o seu gênero, revelando assim o caráter estrutural e profundamente enraizado dessas desigualdades.

Ademais, ao examinarmos as estruturas que regulam os comportamentos de gênero na escola, torna-se imprescindível investigar como os corpos ocupam e experienciam os espaços educacionais. Segundo Ribeiro (2004), o ambiente escolar está impregnado de simbolismos que condicionam profundamente as vivências de seus frequentadores. Nesse sentido, para Moreira, Lopes e Monnerat (2024) destacam que a organização dos espaços escolares deve considerar as dinâmicas sociais, culturais e subjetivas presentes no ambiente educacional, uma vez que aspectos como disposição das salas, áreas de convivência, acessibilidade, iluminação e possibilidades de interação influenciam diretamente as experiências dos sujeitos no cotidiano escolar. A partir das discussões desenvolvidas pelos autores no campo da neuroarquitetura aplicada à educação, compreende-se que o espaço escolar não se configura como elemento neutro, mas como componente que participa dos

processos de socialização, pertencimento e construção das relações interpessoais. Dessa forma, o ambiente educacional tanto reflete quanto influencia valores, normas e práticas sociais presentes na comunidade escolar.

Esta perspectiva levanta reflexões acerca de como os espaços escolares acolhem, ou limitam, a presença de diferentes sujeitos e experiências no ambiente educacional, especialmente diante dos desafios relacionados à promoção de práticas escolares comprometidas com a diversidade, o respeito às diferenças e a participação dos estudantes no cotidiano escolar. Torres e Silva (2021, p. 196), afirma que "toda ação no ambiente educacional deve ser formativa e humanizadora", refletindo o ambiente como "[...] um local privilegiado para a formação de crianças e jovens que desenvolvam conhecimento, habilidades e valores éticos".

Diante disso, compreende-se que os desafios relacionados ao reconhecimento e ao acolhimento da diversidade no ambiente escolar não se restringem apenas à instituição em si, mas também envolvem práticas institucionais, normativas educacionais e relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar. Nesse contexto, os espaços físicos da escola assumem relevância nas experiências de pertencimento, convivência e socialização, uma vez que ambientes como salas de aula, corredores, pátios e áreas coletivas participam da construção das vivências cotidianas dos estudantes. Assim, a acessibilidade física, social e simbólica do espaço escolar ultrapassa uma dimensão meramente burocrática, relacionando-se às condições de permanência, participação e reconhecimento dos sujeitos no contexto educacional. Conforme destaca Ribeiro (2004), a organização e a coerência dos espaços escolares influenciam diretamente as práticas educativas e as possibilidades de construção de relações mais inclusivas no cotidiano da escola.

Esta preocupação com o espaço escolar fundamenta-se no reconhecimento de sua importância vital para a qualidade do processo educativo. A organização espacial não é cenário neutro da aprendizagem, mas elemento ativo na construção de conhecimentos e subjetividades. Garantir espaços verdadeiramente inclusivos é passo essencial para uma educação democrática, que só se concretizará através de políticas públicas comprometidas com a transformação das estruturas sociais que ainda permeiam nossas escolas. O desafio que se coloca é nada menos que repensar radicalmente a Geografia escolar à luz dos princípios de equidade, reconhecendo que cada detalhe arquitetônico e organizacional comunica valores e pode tanto reproduzir quanto desafiar desigualdades históricas.

Conforme enfatizam Leal *et al.* (2017), as discussões sobre gênero no contexto da Educação Básica permanecem atravessadas por disputas sociais, culturais e institucionais que influenciam a forma como a temática é compreendida e desenvolvida no ambiente escolar. Em muitos casos, tais discussões ainda são tratadas de maneira superficial ou cercadas por controvérsias, especialmente entre sujeitos em processo de formação. Nesse

sentido, os autores reforçam a importância de ampliar espaços de diálogo e reflexão crítica no cotidiano escolar, considerando a complexidade das relações de gênero e suas implicações nas experiências educativas e sociais dos estudantes.

A ausência de discussões sobre diversidade, gênero e respeito às diferenças no ambiente escolar pode contribuir para a manutenção de preconceitos, estereótipos e desigualdades historicamente presentes na sociedade. Como consequência, podem se tornar mais recorrentes práticas de exclusão, silenciamento e discriminação que impactam diretamente as experiências e formas de pertencimento dos sujeitos no cotidiano escolar. Conforme Louro (1997), a escola desempenha um papel central na produção de identidades e na reprodução das desigualdades sociais, de modo que a falta de uma abordagem crítica e inclusiva acaba reforçando essas estruturas de poder e limita a construção de subjetividades mais pluralistas e equitativas.

Neste contexto, compreende-se que a educação se revela como ferramenta essencial para desvelar os mecanismos sociais que constroem realidades distintas para diferentes indivíduos. Através de um processo educativo crítico e reflexivo, os estudantes podem desenvolver a capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças, compreendendo que as diversas formas de discriminação frequentemente têm suas raízes em falhas estruturais do próprio sistema educacional e em padrões sociais discriminatórios que se reproduzem ao longo das gerações. É importante ressaltar que essa função formativa não se limita aos discentes, esses igualmente necessitam de suporte e formação continuada para lidar adequadamente com essas questões.

Quando devidamente preparados, os educadores podem atuar como agentes transformadores, capazes de demonstrar aos alunos que, apesar das imperfeições presentes no sistema educacional brasileiro, é possível e necessário estudá-las, compreendê-las e empenhar-se na superação dessas limitações. Segundo Carvalho (2004), uma formação docente que incorpore uma reflexão crítica sobre as relações sociais e de poder no ambiente escolar é fundamental para promover uma educação mais igualitária e alinhada às complexas realidades sociais contemporâneas.

Para Félix (2015), a inserção da perspectiva de gênero na educação básica é essencial para promover uma reflexão crítica sobre as estruturas sociais e as relações que permeiam o cotidiano escolar. Essa abordagem desafia normas historicamente estabelecidas e amplia possibilidades para a construção de relações sociais mais inclusivas no ambiente escolar. Contudo, a autora destaca que superar as (r)existências frente ao ensino de gênero demanda mais do que a mera inclusão do tema nos currículos: é preciso implementar práticas diárias que promovam a inclusão real, combatam o sexismo[4] e adotem uma linguagem inclusiva em todas as interações da comunidade escolar.

[4] Com base em Díaz-Aguado (2003), o sexismo pode ser compreendido como um conjunto de crenças, valores e práticas sociais que produzem e legitimam desigualdades entre homens e mulheres, sustentando relações hierárquicas e padrões discriminatórios naturalizados nas interações sociais. Para a autora, essas

O papel dos educadores e da instituição escolar como um todo revela-se, portanto, determinante para que as relações de gênero sejam trabalhadas de maneira adequada e produtiva. Isso exige a criação de espaços escolares que favoreçam abordagens abertas, reflexivas e críticas sobre o tema, envolvendo toda a comunidade escolar no processo. Para tanto, torna-se imprescindível incluir o debate sobre gênero não apenas como componente pontual, mas como eixo transversal e permanente na formação docente, tanto inicial quanto continuada.

Ressalta Félix (2015), a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo de construção e reconstrução de saberes, no qual a integração consistente da perspectiva de gênero, tanto na formação quanto na prática pedagógica, permite que esses conhecimentos ultrapassem os limites escolares, impactando positivamente a vida dos estudantes e contribuindo para a construção de identidades democráticas, alicerçadas no respeito à diversidade e na valorização das diferenças; nesse sentido, as políticas públicas configuram-se como instrumentos fundamentais para a atuação em demandas sociais específicas, buscando responder a essas necessidades por meio de programas, ações e decisões estatais.

Nesse cenário, as políticas públicas, entendidas como um conjunto articulado de ações e medidas implementadas pelos entes federativos: União, Estados e Municípios, tornam-se instrumentos importantes para a garantia de direitos e para a promoção da equidade entre diferentes grupos sociais, culturais e étnicos. Embora seus impactos se manifestem em múltiplos âmbitos da sociedade, no contexto desta pesquisa destaca-se especialmente o campo educacional, em que tais políticas podem contribuir para o enfrentamento de desigualdades, para a ampliação do acesso a direitos e para o fortalecimento de práticas institucionais mais inclusivas no cotidiano escolar.

Entretanto, as discussões presentes em diretrizes e normativas que orientam o campo educacional brasileiro evidenciam que as questões relacionadas a gênero e diversidade ainda aparecem de maneira desigual e, muitas vezes, pouco aprofundada nos direcionamentos curriculares e institucionais. Embora documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não tenham constituído objeto específico de análise desta pesquisa, sua menção torna-se relevante por integrar o conjunto de referenciais normativos que influenciam as práticas educacionais em diferentes escalas. Nesse contexto, observa-se que os debates sobre gênero e diversidade permanecem atravessados por tensões políticas, sociais e institucionais, o que contribui para desafios relacionados à consolidação de práticas educacionais mais inclusivas e comprometidas com a pluralidade de experiências presentes no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o currículo pode ser compreendido não apenas como um conjunto de conteúdos e diretrizes pedagógicas, mas também como uma base estruturante do

manifestações podem ocorrer tanto de forma explícita quanto sutil, influenciando comportamentos, expectativas sociais e processos educativos.

funcionamento institucional da escola, uma vez que orienta práticas educativas, relações sociais e processos formativos no cotidiano escolar. Conforme discutem autores como Louro (1997) e Guedes (1995), os currículos, tanto em sua dimensão formal quanto nas práticas cotidianas que compõem o chamado currículo oculto, participam da produção de valores, normas e expectativas sociais que atravessam as experiências dos sujeitos no ambiente educacional. Assim, refletir sobre gênero e diversidade no contexto curricular implica considerar de que maneira as instituições escolares selecionam conhecimentos, legitimam discursos e organizam práticas que podem tanto reforçar desigualdades quanto favorecer experiências mais inclusivas e dialógicas.

As discussões sobre gênero e diversidade no campo educacional também aparecem em debates e orientações produzidos por diferentes instituições e organismos vinculados à educação. Entre essas contribuições, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destacou, a importância de práticas educacionais comprometidas com o respeito à diversidade e com a formação de sujeitos capazes de conviver com as múltiplas dimensões sociais e culturais presentes na sociedade (ONU Brasil, 2012). Ainda que tais documentos precisem ser analisados criticamente, considerando os contextos políticos e institucionais em que são produzidos, eles evidenciam a crescente inserção das discussões sobre diversidade e inclusão nos debates educacionais contemporâneos.

Esta perspectiva alinha-se com uma concepção de educação que transcende a mera transmissão de conteúdos disciplinares, assumindo-se como processo formativo integral que prepara os indivíduos para o convívio em sociedades marcadas pelas singularidades e a diversidade. A abordagem dessas temáticas na escola configura-se, portanto, não como opção pedagógica, mas como imperativo ético para a construção de uma cultura de paz, respeito mútuo e valorização das diferenças.

As normativas educacionais e institucionais podem contribuir para a construção de práticas escolares mais comprometidas com a inclusão, a diversidade e a formação cidadã. Entretanto, observa-se que muitas dessas medidas ainda encontram dificuldades em se materializar plenamente no cotidiano escolar, especialmente diante da permanência de desigualdades, discriminações e práticas excludentes historicamente presentes no contexto educacional. Nessa perspectiva, Félix (2015) destaca a importância de que as ações institucionais e educacionais sejam pensadas de maneira contínua e articulada, buscando não apenas responder a situações já consolidadas, mas também promover condições que favoreçam relações mais inclusivas e respeitosas no ambiente escolar.

Diversas estratégias podem ser adotadas para enfrentar as desigualdades de gênero e sexualidade no ambiente escolar, mas é imprescindível garantir o acesso igualitário às oportunidades e valorizar as singularidades dos sujeitos na construção de identidades pautadas em princípios democráticos. Um exemplo disso refere-se à escolha criteriosa dos

livros didáticos, buscando materiais que valorizem a diversidade e apresentem diferentes formas de vivências, identidades e experiências sociais, contribuindo para reflexões mais inclusivas no ambiente escolar.

Além disso, outras metodologias, como ações de integração social, exibição de filmes temáticos, dinâmicas de grupo e debates, contribuem significativamente para a formação identitária e humanizada do alunado. Como destacam Leal *et al.* (2017), a escola possui papel fundamental na desconstrução de estereótipos de gênero e deve incorporar práticas pedagógicas capazes de promover o respeito à diversidade desde os primeiros anos da formação.

Considerando o exposto, o ensino de gênero configura-se como um desafio ainda em processo de superação. A escola introduz importantes atores responsáveis por fomentar as discussões e reflexões, mas essa formação não se limita aos anos escolares; deve ser um instrumento levado para toda a vida, a cada dia aprimorado. Ensinar gênero significa promover reflexões que contribuam para a construção de relações mais inclusivas e menos condicionadas por padrões sociais rígidos, possibilitando o reconhecimento da diversidade e o enfrentamento de práticas discriminatórias historicamente naturalizadas. Félix (2015) complementa essa discussão ao destacar que a educação voltada para o enfrentamento das desigualdades de gênero exige uma abordagem pedagógica crítica e contínua, que ultrapasse os conteúdos escolares e se projete como prática reflexiva no cotidiano social.

As leis regulam currículos e a organização escolar para garantir o acesso universal à educação, sem distinções de gênero, classe, raça ou etnia. Porém, a elaboração e o uso dos materiais didáticos, bem como a organização dos espaços educacionais, físicos ou simbólicos, frequentemente promovem distinções e segregações. O discurso e as práticas educativas dos adultos também contribuem para essa reprodução de desigualdades. Assim, embora a escola seja mista, ela permanece binária, segregacionista e hierárquica. Como observa Ribeiro (2004), o espaço escolar não é neutro: ele participa ativamente da produção e reprodução de normas sociais, influenciando simbolicamente os modos de ser, agir e interagir dentro e fora dos muros da escola.

Nesse contexto, torna-se urgente repensar as abordagens pedagógicas sobre as questões de gênero no ambiente escolar. Conforme aponta Junqueira (2009), uma escola comprometida com os princípios da inclusão e da justiça social, conforme preconiza a legislação brasileira, deve assumir uma postura ativa no combate a todas as formas de discriminação, especialmente aquelas relacionadas à sexualidade e identidade de gênero. Isso implica não apenas reconhecer os conflitos e desigualdades que permeiam as relações escolares, mas também investir em formações continuadas, projetos pedagógicos e ações institucionais que contribuam para a construção de um ambiente educacional mais democrático, plural e equitativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu constatar que a escola, enquanto instituição social, participa de dinâmicas ambivalentes relacionadas às questões de gênero, podendo tanto reproduzir padrões normativos e desigualdades historicamente construídas quanto favorecer reflexões críticas e possibilidades de transformação no cotidiano escolar. A análise desenvolvida evidencia que a ausência de abordagens mais críticas sobre gênero no ambiente educacional contribui para a permanência de hierarquias sociais e práticas excludentes que impactam diretamente as experiências e formas de pertencimento dos sujeitos no espaço escolar.

O estudo também demonstrou que a incorporação das discussões de gênero nas práticas educativas ultrapassa os limites estritamente pedagógicos, assumindo dimensões sociais, culturais e institucionais mais amplas. Nesse sentido, a problematização das relações de gênero no contexto escolar pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes das desigualdades presentes na sociedade e das múltiplas experiências que atravessam o cotidiano educacional. Tal perspectiva evidencia a importância da reavaliação das normativas educacionais e institucionais que orientam as práticas escolares em diferentes escalas, bem como da ampliação de processos formativos comprometidos com a diversidade e com o enfrentamento de perspectivas essencialistas.

Ao longo da pesquisa, também foi possível reconhecer que os desafios relacionados às discussões de gênero na educação permanecem atravessados por (r)existências culturais, limitações institucionais e disputas presentes no próprio contexto social. Ainda assim, compreende-se que a ampliação de práticas pedagógicas mais inclusivas e reflexivas pode contribuir para relações escolares mais pautadas no respeito às diferenças e na valorização da diversidade. Dessa forma, fortalecer discussões sobre gênero no ambiente escolar não se restringe apenas a uma demanda educacional, mas relaciona-se à construção de condições mais democráticas de convivência social.

Por fim, compreende-se que as reflexões desenvolvidas neste estudo não se restringem apenas ao espaço escolar, uma vez que as relações de gênero são atravessadas por diferentes instituições, práticas sociais e contextos culturais. Nesse sentido, discutir gênero e diversidade no campo educacional implica também refletir sobre as normativas institucionais e pedagógicas que orientam as práticas escolares, bem como sobre os processos de formação docente, organização curricular e construção das relações cotidianas no ambiente educacional. Embora esta pesquisa não tenha se dedicado à análise específica de documentos como o Projeto Político Pedagógico (PPP), entende-se que tais instrumentos podem representar importantes espaços de mediação e debate acerca da diversidade, da inclusão e das desigualdades presentes no contexto escolar.

Dessa maneira, considera-se relevante ampliar as discussões sobre gênero para além dos conteúdos curriculares formais, incorporando práticas de diálogo, socialização e

formação continuada que favoreçam reflexões críticas no cotidiano das instituições educacionais. Mais do que apresentar respostas definitivas ou modelos prontos de intervenção, este estudo busca contribuir para o fortalecimento de debates que problematizem as desigualdades persistentes e ampliem as possibilidades de construção de práticas pedagógicas e institucionais mais inclusivas, democráticas e sensíveis à pluralidade de experiências presentes na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3. reimp. da 1. ed.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kuhner. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 121, p. 1–7, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Maria E. P. de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 41–58, jan./abr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/nz4YCkY5vtkF8NKYSsVHWTr/?lang=pt & format=pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

DAYRELL, Juarez T. A escola como espaço sócio-cultural. *In*: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. Disponível em: https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-espaço-socio-cultural.pdf. Acesso em: 28 mai. 2026

DAYRELL, Juarez T. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em:

https://pt.scribd.com/document/338395898/Bruyne-Herman-Schoutheete-Dinamica-da-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Os-polos-da-pratica-metodologica. Acesso em: 20 abr. 2026.

DÍAZ-AGUADO, María J. Adolescencia, sexismo y violencia de género. **Papeles del Psicólogo**, Madrid, n. 84, p. 35-44, 2003. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/778/77808404.pdf. Acesso em: 25 abril. 2026.

ESPLENDOR, Elizabeth V. dos S.; BRAGA, Eliane R. M. **Condutas pedagógicas sobre as questões de gênero na escola**. Curitiba: SEED, 2009. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2274-8.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

FALS BORDA, Orlando. **Conocimiento y Poder Popular**. Siglo XXI Editores, México, 1983.

FÉLIX, Jeane. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 223–231, maio–ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/rec.2015.v8n2.223231/13923. Acesso em: 20 abr. 2026.

GUEDES, Maria E. F. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 15, n. 1–3, p. 4–11, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/np6zGkghWLVbmLtdj3McywJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2026.

GUIZZO, Bianca S. Questões de gênero e sexualidade nas políticas educacionais no Brasil de 1981 a 2021. **Em Aberto**, Brasília, v. 35, n. 113, 2022. Disponível em: http://200.130.24.27/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5259. Acesso em: 20 abr. 2026.

JUNQUEIRA, Rogério (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC; SECAD; UNESCO, 2009.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEAL, Nathalia C.; ZOCCAL, Sirlei I. L.; SABA, Marly; BARROS, Cláudia R. dos S. A questão de gênero no contexto escolar. **Leopoldianum,** Santos, v. 43, n. 121, p. 115–128, 2017. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/758/639. Acesso em: 20 abr. 2026.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MATTOS, Andreza; FIAMENGHI-JUNIOR, Geraldo A.; CARVALHO, Sueli; BLASCOVI-ASSIS, Silvana M. Inclusão social de crianças com deficiências múltiplas no cotidiano escolar. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 184–207, 2016. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/108. Acesso em: 20 abr. 2026.

MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, ISBN: 85-326-1453-1, 2002.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150–182, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/BkRJyv9GszMddwqpncrJvdn/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2026.

MOREIRA, Adilson J. **Racismo recreativo**. Coleção Feminismos Plurais — coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOREIRA, Marco Túlio. da C. S; LOPES, Lêda das G. P; MONNERAT, Lúcia. P. Repensando a escola: a Neuroarquitetura como aliada no ensino e no desenvolvimento integral de sua comunidade acadêmica. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 54, out./dez. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.15019198. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/5951. Acesso em: 25 abril. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU Brasil). **Atlas da UNESCO mostra que acesso à educação secundária ainda é desafio para meninas**. Brasília, 2012. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/59114-atlas-da-unesco-mostra-que-acesso-%C3%A0-educa%C3%A7%C3%A3o-secund%C3%A1ria-ainda-%C3%A9-desafio-para-meninas. Acesso em: 28 mai. 2026.

RABELO, Karoline R. **Narrativas docentes sobre gênero no contexto das escolas públicas municipais de Humaitá – AM**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Humaitá, AM. Orientadora: Rozane Alonso Alves. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6040/7/TCC_KarolineRabelo.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

RIBEIRO, Solange L. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 31, p. 103–118, jul./dez. 2004. DOI: https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi31.7929. Acesso em: 20 abr. 2026.

RIOS, Pedro P. de S.; CARDOSO, Helma de M.; DIAS, Alfrácio F. Concepções de gênero e sexualidade d@s docentes do curso de licenciatura em pedagogia: por um currículo queer. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 98–117, 2018. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/272. Acesso em: 20 abr. 2026.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 20 abr. 2026.

SILVA, Daniela G. N. e; DUARTE, Gustavo de O. Gênero e educação: dissidências, resistências e transgressões. **Horizontes**, Itatiba, v. 39, n. 1, e021041, 2021. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/857. Acesso em: 20 abr. 2026.

TORRES, Mariana S.; SILVA, Stella A. R. da. Práticas inclusivas para a população LGBTQIA+: uma abordagem necessária nas escolas. *In*: **Saúde e tecnologias educacionais**: dilemas e desafios de um futuro presente. *[S.l.]*: EPITAYA, 2021. v. 1, p. 193–204. Disponível em: https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/251. Acesso em: 20 abr. 2026.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127–143, maio de 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/#top. Acesso em: 20 abr. 2026.

Recebido em: 20/04/2026
Aceito em: 03/07/2026

ASSIMETRIAS DE GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E EMPREGABILIDADE LGBTQIAPN+ EM PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE ESTÁGIO NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO EM ALAGOAS

GENDER ASYMMETRIES, INTERSECTIONALITIES AND LGBTQIAPN+ EMPLOYABILITY IN PROFESSIONAL INTERNSHIP PRACTICES IN THE FEDERAL EDUCATION NETWORK OF ALAGOAS IN BRAZIL

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti[1]
João Pedro Fradique de Lima[2]
Bruno Rafael da Silva Batista Porfirio[3]

Resumo: este artigo advém de uma investigação realizada na Rede Federal de Educação, tendo o propósito de analisar, no campo da Linguística Aplicada Queer/Cu-ir/Transviada (LAQ), os processos de inserção qualitativa e o combate às assimetrias de gênero nos cursos de nível médio integrado ao técnico ofertados em um dos campi do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). O estudo é motivado pela recorrência de dados que apontam para a não-empregabilidade formal de pessoas Trans em Alagoas, seguidamente, nos anos de 2022, 2023 e 2024. A pesquisa teve a sua centralidade pautada em problematizar as relações evidenciadas na oferta de vagas em estágios profissionais, que podem ser influenciadas pela busca de um perfil cisheteronormativo masculino, perpetuando a exclusão em cursos de tradição patriarcal e sexista. A metodologia é qualitativa, empregando a análise documental e o estudo de caso em seu percurso, com a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas junto às coordenações de curso e à Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE) do lócus da pesquisa. O propósito foi o de investigar como o currículo tem compreendido a prática profissional e, ao mesmo tempo, teve o papel de identificar os perfis de estagiários solicitados pelas empresas conveniadas, em uma perspectiva interseccional de gênero e de raça. Os resultados apresentam um Produto Educacional, elaborado em formato de Manual/Guia Educativo para Empresas, que possibilita o contato com um debate qualificado sobre a necessidade de promoção de práticas de inclusão direcionadas à população LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho no contexto alagoano.
Palavras-chave: Linguística Aplicada Queer/Cu-ir/Transviada(LAQ); Currículo Escolar; População LGBTQIAPN+; Assimetrias de Gênero; Interseccionalidade.

Abstract: this article stems from research conducted within the Federal Education Network, aiming to analyze, within the field of Queer/Cu-ir/Transviada Applied Linguistics (LAQ), the processes of qualitative inclusion and the fight against gender asymmetries in integrated secondary and technical courses offered at one of the campuses of the Federal Institute of Alagoas (Ifal). The study is motivated by the recurrence of data pointing to the non-formal employability of Trans people in Alagoas, consistently in the years 2022, 2023, and 2024. The research focused on problematizing the relationships evidenced in the offer of professional internship positions, which may be influenced by the search for a cisheteronormative male profile, perpetuating exclusion in courses with a patriarchal and sexist tradition. The methodology is qualitative, employing document analysis and case study in its development, with the application of semi-structured questionnaires and interviews with course coordinators and the Business and Alumni Relations Coordination (CREE) at the research site. The purpose was to investigate how the curriculum has understood professional practice and, at the same time, to identify the profiles of interns requested by partner companies, from an intersectional

[1] Professor Titular do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), Campus Maceió. Coordenador do Nugedis, Campus Maceió/Ifal; Líder do Grupo de Pesquisa DIGENERI (CNPq/Ifal). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT/Ifal, Campus Benedito Bentes.
[2] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), Área de Concentração: Linguística Aplicada, da Faculdade de Letras (Fale) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Corpo, Gênero, Diversidade e Inclusão (Digeneri/CNPq/Ifal) e do Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis/Ifal-Maceió).
[3] Graduando em Letras-Português pelo IFAL e bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEAL. Pesquisador de Linguística Aplicada Queer/Transviada e Estudos de Gênero nos núcleos NUGEDIS e do Grupo de Pesquisa DIGENERI (CNPq/Ifal). Autor do ebook "Guia de empregabilidade LGBTQIAPN+" e premiado em 2º lugar no Prêmio Renildo José dos Santos.

perspective of gender and race. The results present an Educational Product, developed in the form of an Educational Manual/Guide for Companies, which enables contact with a qualified debate on the need to promote inclusion practices directed at the LGBTQIAPN+ population in the world of work in the Alagoas context.
Keywords: Applied Linguistics Queer/Cu-ir/Transviada (LAQ); School Curriculum; LGBTQIAPN+ Population; Gender Asymmetries; Intersectionality.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a voltar-se, em uma análise ainda que neste manuscrito de forma sucinta, mas multifacetada, aos processos e às práticas de ensino-aprendizagem no contexto do ensino médio integrado ao técnico, especificamente em um dos *campi* pertencente à Rede Federal de Educação no contexto alagoano no que diz respeito a questões que recaem sobre as abordagens curriculares e como elas dialogam com a preparação dos/as estudantes para uma inserção qualitativa no mundo do trabalho, neste caso, a população LGBTQIAPN+, composta por estudantes do nível médio integrado ao técnico.

Com efeito, destacamos que essa perspectiva de análise não se pauta a analisar aspectos ligados à aquisição de saberes técnicos, na formação profissional desses/as estudantes, mas se desloca à consideração crítica de como as categorias de performance de gênero e suas interseccionalidades são percebidas, negociadas ou silenciadas dentro do ambiente escolar e, por extensão, no acesso a oportunidades profissionais no mundo do trabalho, em específico, no contexto alagoano no Nordeste brasileiro.

A motivação central para este estudo emerge de uma preocupação recorrente a partir da atuação do grupo de autores-pesquisadores deste manuscrito na realidade social local, nesse caso, no contexto formativo a que nos propusemos a estabelecer o estudo. Nesse sentido, a motivação adveio de inquietações voltadas à manutenção das assimetrias de gênero e, de modo ainda mais alarmante, a não-empregabilidade e a exclusão sistemática – e correntemente – de pessoas transgêneras e travestis no mercado de trabalho formal do estado de Alagoas, conforme apontam dados da Plataforma Transempregos, que demonstram que não houve contratação formal de pessoas Trans[4] –, de maneira recorrente nos anos de 2022, 2023 e 2024.

Esse cenário de iniquidade social contrasta com a existência dos 16 *campi* do Instituto Federal de Alagoas, capilarizados por todo o estado de Alagoas, do litoral norte ao alto sertão alagoano. Esses espaços de formação humana integral, que, em seu bojo, têm como premissa a oferta de um Ensino Médio Integrado ao Técnico que, dentre outras possibilidades, deve fomentar meios para que estudantes pré-egressos/as desenvolvam as suas práticas profissionais em empresas conveniadas com a instituição na perspectiva de possibilitar experiências sobre o desenvolvimento da prática profissional em seus processos

[4] Termo guarda-chuva utilizado pela professora acadêmica brasileira e pesquisadora da área de Gênero e Educação, Profa.Dra Letícia Nascimento (2021), docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI), para se referir às identidades não-cisgêneras.

formativos profissionais de nível médio, estando na condição de conclusão de seus percursos formativos.

Além disso, é preciso ter em conta que, mediante a Resolução CS n. 17/2017, que possibilita o uso do nome social para os/as estudantes, mediante a autorização das famílias, em caso de serem menores, ou por meio de autodeclaração para os/as maiores de 18 anos, o Instituto Federal de Alagoas contempla, em seu vasto número de estudantes, uma parcela que faz o uso desse dispositivo legal para afirmação de sua identidade e pode, com isso, ser reconhecida como pertencentes a uma população não cisgênera e, portanto, no dizeres de Nascimento (2021), à População Trans.

A pergunta de pesquisa esteve, portanto, centrada em verificar criticamente se *os mecanismos de inserção profissional promovidos pela instituição, notadamente as vagas de estágio profissional supervisionado, têm operado sob a égide de uma lógica cisheteronormativa e patriarcal?*

Nessa direção, busca-se analisar se a demanda e a oferta de estágios, em particular, nos cursos técnicos de nível médio que a instituição disponibiliza, alinha-se a uma tradição de ideário patriarcal (aquele historicamente dominado por narrativas e por corpos masculinos, cisgêneros, preferencialmente, heterossexuais), em vista de, tacitamente ou explicitamente, serem requeridos perfis de trabalhadores masculinos cisheteronormativos e heterossexuais, estabelecendo, a partir disso, uma barreira invisível que restringe, ao tempo em que impede, a inserção qualitativa e a direção voltada a outras possibilidades de performances de gênero para esses/as estudantes Trans*. Em última análise, problematiza-se como essa cristalização de perfis atua como um obstáculo estrutural para a inserção equitativa de pessoas Trans* no mundo do trabalho.

Ademais, a investigação se dispôs a transcender à mera análise de vagas de estágio, uma vez que se propôs a discutir aspectos cruciais ligados às JuventudeS que frequentam o Ifal, jovens cujas experiências são entremeadas e moduladas por múltiplos marcadores sociais (raça, classe, território, sexualidade, identidade de gênero etc).

A escola, nesse contexto, é convocada a ir além da mera transmissão de conteúdos, assumindo um papel político-pedagógico fundamental na formação de alianças e no fomento a atitudes de respeito, ao reconhecimento à divesidade e combate à discriminação. Entender como o currículo opera, em sua dimensão formal e oculta, para desafiar ou perpetuar preconceitos é uma das centralidades de nossa discussão.

Para tanto, o estudo se ancora em um referencial teórico robusto, indo ao encontro de fontes alinhadas à Linguística Aplicada *Queer*/Cu-ir/Transviada (LAQ), que, neste caso, permite uma desestabilização da linguagem e das categorias fixas, além dos debates promovidos por Louro (2000; 2014; 2022) no que respeita à Pedagogia da Sexualidade.

O conceito de performance de gênero (Butler, 2003; 2022) é mobilizado como ferramenta analítica para desnaturalizar as práticas escolares que, ao reproduzirem e

cristalizarem padrões sociais pré-estabelecidos, não apenas reforçam a LGBTQIAPN+fobia e o sexismo, mas também preparam sujeitos para um mercado de trabalho (em nossos dizeres, mundo do trabalho) igualmente excludente.

A interface com o mundo do trabalho nas discussões mobilizadas está pautada nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na Rede Federal de Educação, desde a sua criação, em 2008, e no papel de relevância, nesse sentido, nas práticas profissionais por meio da oferta de estágios supervisionados, já que a forma como são contempladas tais discussões nos foram acessadas por meio do acesso aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), dos 07 cursos onde desenvolvemos a nossa investigação, entre julho e dezembro de 2025, com a intenção de promoção um debate qualificado, que culminou na proposição de políticas inovadoras e interventivas em prol da equidade social e de gênero na instituição escolar em tela – especialmente, em tensionamentos a respeito do currículo escolar na formação profissional ofertada – na qual estamos inseridos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: TENSIONANDO CONCEITOS E EPISTEMOLOGIAS LIGADAS A GÊNERO, À SEXUALIDADE E À DIVERSIDADE, SOBRETUDO, NO CONTEXTO ESCOLAR

O presente estudo se fundamenta em um tripé teórico que articula as discussões sobre a (des)naturalização de práticas sociais com/no contexto educacional e profissional investigado. A primeira base é a Linguística Aplicada *Queer*/Cu-ir/Transviada (LAQ), tendo em conta as contribuições de Moita Lopes (2022) e Borba (2015), uma vez que, segundo esses autores, esse campo do conhecimento não apenas desafia as categorias linguísticas fixas, mas também se propõe a desestabilizar discursivamente as normas de gênero e sexualidade que operam socialmente e, por extensão, no currículo escolar. Nesse tocante, vamos além ao debatermos essa desestabilização, nada incipiente, mas acentuadamente recorrente, promovendo tensionamentos acerca da necessidade de um currículo escolar promotor da justiça social a todos os corpos que estão presentes e adentram no espaço escolar, sobretudo, em nosso caso, em espaços de formação profissional de nível médio na Rede Federal de Educação.

No que tange à LAQ, cabe ressaltar o posicionamento crítico que esse campo de estudos tem diante de discursos positivistas e reducionistas dos sujeitos, que ainda se fazem presentes nos estudos linguísticos, sobretudo, o que assumem uma perspectiva formalista de consideração de aspectos voltados aos estudos linguísticos. Em vista disso, reconhecemos o papel da língua(gem) na legitimação ou, opostamente, na deslegitimação de práticas sociais linguageiras em diversos contextos, incluindo a produção de normatividades sobre gênero e sexualidade mediante discursos propagados em um regime Farmacopornográfico (Preciado, 2014), isto é, no conjunto de aparatos da mídia, da

medicina ou da indústria farmacêutica que criam, reforçam e legitimam as distinções de gênero e a naturalização dessa categoria. Em diálogo direto com esse campo de investigação da Linguística Aplicada, a LAQ mobiliza os debates sobre a Pedagogia da Sexualidade (Louro, 2000; 2014; 2022) e a Teoria Performatividade de Butler (2003 [1990]). A Pedagogia da Sexualidade permite investigar como a escola, por meio de seus currículos visíveis e/ou ocultos, atua como um agente ativo na (re)produção e na regulação dos/as corpos/as e dos desejos, cristalizando padrões sociais que resultam na LGBTQIAPN+fobia e no sexismo (Cavalcanti; Fradique de Lima, 2025). Por seu turno, a Teoria da Performatividade de Butler (2003 [1990]) é essencial para desnaturalizar a ideia de gênero como uma essência, tratando-o como um efeito de repetição normativa. Analisar a performatividade de gênero no ambiente escolar permite verificar como as expectativas de masculinidade e feminilidade normativas limitam as possibilidades de ser e atuar no mundo, afetando diretamente a autorrepresentação e a inserção de estudantes trans e travestis, tanto no contexto escolar, de forma plena, mas também, e sobretudo, no mundo do trabalho em suas articulações e em seus desdobramentos, não restritos aos momentos destinados ao cumprimento das práticas profissionais, por meio dos estágios curriculares, mas mediante a contratação formal de egressos/as, membros/as da população LGBTQIAPN+, sobretudo, da população trans. Para esse atendimento, defendemos ser necessária uma breve explicação a respeito de duas categorias centrais na compreensão da teoria *butleriana,* a saber: 1) a performance e 2) a performatividade.

A performance é aqui compreendida como um conjunto de atos corpóreo-discursivos constantemente repetidos pelos indivíduos que permitem localizar aquele sujeito como pertencente a um dado grupo social. Gusmão (2020 *apud* Cavalcanti; Fradique de Lima, 2025) argumenta que a performance deve dialogar com sentidos cristalizados na memória social, seja para romper com esses sentidos ou reiterá-los. A performatividade, por seu turno, pode ser compreendida como uma estrutura rígida e externa aos sujeitos que, coercitivamente e imperiosamente, tenta limitar os seus contornos performáticos para que possam se localizar dentro dos limites daquilo que é considerado “normal” e “legítimo” para a categoria social que lhe é atribuída. Nesse sentido, podemos compreender como performatividades discursivas lançam expectativas a respeito de como esses sujeitos – corpos dissidentes – devem agir socialmente, a partir de dispositivos coercitivos e de controle, a exemplo de: “homem não usa maquiagem/saia”, “mulher deve ser contida, realizar trabalhos domésticos, se colocar em um local de inferioridade”.

Ao tomar gênero como uma construção discursiva por meio da qual os sujeitos mobilizam diversas semioses na construção de suas performances, não afirmamos que tais atos são voluntários e conscientes e que os indivíduos podem escolher, de forma aleatória, o gênero que pretendem performar em dado contexto, mas, ao contrário, as performances de gênero existem e ganham sentidos dentro de uma ampla estrutura sociohistórica de

regulamentação das performances, nas quais dadas semioses ganham legitimidade e outras não. É a constante vigilância das fronteiras entre natural e o transgressivo, e a repetição das performances de gênero legitimadas que estabelece a frágil construção de uma naturalidade linear entre sexo-gênero-desejo na cisheteronormatividade.

Em nosso percurso investigativo, elegemos uma segunda âncora teórica, a saber: aquela que estabelece a interface entre Currículo, Gênero e o Mundo do Trabalho, cujo enfoque está centrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de nível médio e, por conseguinte, nas práticas profissionais por meio dos Estágios Supervisionados, que, no caso desses cursos de nível médio, possuem carga horária de 200 (duzentas) horas para o cumprimento da nomeada Prática Profissional, conforme constam nos 07 PCC dos diferentes cursos analisados, mas, em todas as situações, com essa prerrogativa de similaridade. A partir do contato e feita a análise documental, entendemos que o Estágio não é – tampouco pode sê-lo – visto apenas como uma etapa técnica, mas como um espaço de negociação de identidades e de reprodução (ou subversão) das lógicas de mercado de trabalho.

Sob essa ótica, os 07 Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), incluindo as especificidades de cursos como o Proeja Artesanato, foram analisados para compreender como se delineiam a parte destinada à Prática Profissional e, implicitamente, o perfil do sujeito-trabalhador almejado. Essa observação foi crucial para identificar se a concepção de "qualificação" profissional está intrinsecamente ligada a um perfil cisgênero e masculino – e também numa matriz heterossexual –, limitando, assim, as oportunidades de outros/as corpos/as e de outras vivências fazerem parte desse nicho externo ao campo da formação profissional no qual foi desenvolvida a pesquisa. Portanto, o debate qualificado reside na proposição de políticas de maior alcance inclusivo para o Ifal, focadas na equidade e no combate à exclusão estrutural no acesso ao trabalho.

Para tanto, contamos ainda com as contribuições de Dayrell (2003) e Peralva (1997), por, igualmente, abordagem as diversas JuventudeS que integram os contextos educativos, em afinidade com questões sociais e discursivas atreladas aos temposespaços nos quais se localizam/inserem. Com isso, a pretensão foi a de analisar como essa categoria de sujeitos sociais é atravessada por uma multiplicidade discursiva, que legitima ou deslegitima suas performances sociais e seus modos de existir, especialmente, em contextos de formação profissional, sendo considerados preteridos em função de suas dissidências de gênero.

3 METODOLOGIA: PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS NUMA ABORDAGEM INTER-RELACIONADA À LINGUÍSTICA APLICADA *QUEER*

A presente investigação contou com uma abordagem qualitativa (Minayo, 2012), considerando que o seu objetivo principal se centrou em c*ompreender, em alguma abrangência, os processos sociais, discursivos e curriculares que envolvem a inserção de*

estudantes de nível médio no mundo do trabalho, especialmente no que tange às performances de gênero e suas interseccionalidades (grifos nossos).

O delineamento metodológico utilizado foi, em primeira instância, a análise documental, em vista do contato imediato com os PCC dos 07 cursos aos quais direcionamos, seguida da abordagem teórico-metodológica do estudo de caso (Lüdke; André, 1986), em vista da concentração, mais detidamente, da realidade na qual os pesquisadores estavam imersos, num dos *campi* pertencente à Rede Federal de Educação, no contexto alagoano de ensino, o que possibilitou uma análise mais acurada, em vista dos procedimentos adotados na consideração dos PPC e das autodeclarações das práticas cotidianas adotadas por docentes, nas condições de coordenadores/as de cursos da área profissional, agentes integrantes da Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE) e de discentes pré-egressos/as dos diversos cursos-alvo de nossa investigação, em todos os casos, a partir de adesão voluntário ao instrumento questionário semiestruturado aplicado a cada um dos grupos. Os questionários continham estruturadas, baseadas na Escala Likert de 06 pontos, bem como contava com questões semiestruturadas. Em todas as situações, além do convite em cada espaço das turmas pertencentes aos 07 cursos, às 07 coordenações e aos/às agentes que estavam alocados/as na mencionada CREE. Esses/as participantes da pesquisa foram delineados/as no momento em que foi desenhada a proposta de pesquisa e submetida ao edital à qual foi submetida e aprovada na consideração de que são agentes estratégicos/as na articulação entre formação profissional, neste caso, de nível médio, e a inserção qualitativa, tanto nos momentos destinados ao estágio quanto posteriormente a esse momento, no mundo do trabalho, em vista da articulação escola e empresa.

A coleta de dados foi feita por meio da triangulação dos diferentes instrumentos aplicados, em vista dos/das diferentes participantes. Como tratamos sucintamente, inicialmente, foi realizada uma análise documental abrangente, focada na avaliação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para identificar a concepção de Prática Profissional presente nesses documentos. Além disso, foram examinados os normativos institucionais que tratavam da temática, com destaque para a Resolução CS n.17/2017, que chancela a utilização do nome social no âmbito da instituição de ensino foco de nossa investigação.

A segunda fase da coleta consistiu na aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas, direcionados a coordenadores/as, servidores/as e a estudantes. As questões elaboradas pelo grupo de pesquisadores, autores deste manuscrito, buscaram levantar informações sobre a existência (ou não) de um perfil profissional requerido pelas empresas parceiras (conveniadas) e verificar a natureza e a abrangência das discussões sobre diversidade de gênero e sexualidade promovidas explicitamente pelo currículo escolar ofertado.

Para a análise de dados, foi utilizada a Análise Temática (AT) e também a Análise de Conteúdo (AC), visando à identificação sistemática de padrões, categorias e significados nos documentos e nos discursos dos/as participantes. As categorias emergentes serão fundamentalmente ancoradas nos pressupostos teóricos da Linguística Aplicada *Queer/*Cu-ir/Transviada (LAQ), permitindo que a análise se concentre nos mecanismos discursivos que produzem a exclusão ou a inclusão desses sujeitos, estudantes pré-egressos/as, no ambiente profissional.

Além disso, durante a investigação, contamos com a utilização de diários de campo para tomar nota de dados e de categorias relevantes, que emergiram durante o processo de coleta de dados e de contato com os dados gerados. Nessa mesma direção, debruçamo-nos sobre aspectos que julgamos relevantes na perspectiva de ampliação do escopo de análise da pesquisa e, por extensão, para a elaboração do Guia de Empregabilidade LGBTQIAPN+ como um Produto Educacional, de acesso livre e gratuito, depositado no eduCAPES em dezembro de 2025, momento em que, em nosso cronograma, finalizaram as fases da pesquisa proposta.

4 DISCUSSÃO: SUTILEZAS ADVINDAS DA GERAÇÃO DOS DADOS

Na direção de verificar aquilo que já havia sido produzido quanto às questões voltadas às assimetrias de gênero nas práticas profissionais de estudantes que frequentam a Rede Federal de Educação, realizamos uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), por meio do acesso ao Google Acadêmico, tendo em conta os seguintes descritores ou *strings* de busca: “juventudes” AND “prática profissional” AND “Educação Profissional e Tecnológica” AND “gênero”.

Ao realizar o recorte de maneira atemporal, foi encontrado um total de 229 trabalhos por intermédio do uso desses descritores; ao realizar um recorte temporal para trabalhos desenvolvidos e publicados nos últimos 5 anos (2020-2024), o número de produções reduziu para 115 trabalhos, das quais, apenas 2 dialogavam com os objetivos da pesquisa e com os descritores utilizados. Isso comprova, em alguma medida, a escassez de produções voltadas ao recorte proposto, revelando lacunas significativas no campo de atuação e reforçando, assim, a relevância e a necessidade de aprofundar investigações nessa temática em proposições de pesquisas futuras.

Nessa esteira, dedicamo-nos no desenvolvimento de ações com a intenção de coletar as impressões iniciais dos/as agentes que lidam diretamente com as práticas de estágio dos/as discentes. Nesse sentido, encontramos algumas resistências e, houve, um receio em responder ao questionário direcionado aos/às coordenadores/as dos cursos e ao setor responsável pelas práticas de estágio do *Campus*, denominado de Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE). Durante a divulgação presencial dos questionários aos/às coordenadores/as dos cursos ofertados no Ensino Médio Integrado da instituição de ensino,

um/a dos/as coordenadores/as, antecipadamente, revelou suas impressões no tocante à realização da carga horária destinada à prática profissional enquanto Estágio Profissional. Esse/a agente, na articulação das relações entre empresas externas que desejam ofertar vagas de estágio para a instituição aos/às discentes, afirma, utilizando, neste manuscrito, uma forma nossa de paráfrase, em vista de nossas anotações de campo: *existe pouco ou nenhum movimento da instituição para a formação de parcerias, ao menos, na área em que atua como coordenador/a, o que reduz consideravelmente as vagas de estágio oferecidas aos/às discentes da instituição independentemente do gênero, sexualidade ou raça* (paráfrase nossa).

Há continuidade nessa apreciação por parte de um/a dos/as agentes participantes, pertencente ao grupo de coordenadores/as de cursos quanto à preferência, por parte das empresas, em relação ao público masculino, com a justificativa de serem mais capazes para executar atividades que demandem esforço físico, e, com isso, não observa outro tipo de perfil de estagiário/a requerido/a em sua área de atuação. Revelou, ainda, nessa mesma direção, que existe uma resistência por parte dos/as discentes em realizar o cumprimento de sua carga horária de prática profissional com a realização de Estágios Profissionais, tendo em conta os discursos e estereótipos circulantes a respeito do/a estagiário/a e das funções desempenhadas, pelo receio de serem alocados em funções diferentes das previstas ou, ainda, de serem forçados/as a destinar trabalhos que consideram “humilhantes”, algo sintomático do constante movimento de precarização e exploração do trabalho, de modo amplo, o que deixa evidente a lacuna que ainda existe para a seguridade de direitos trabalhistas para a população como um todo e, asseverando, no caso de estagiários/as e menores aprendizes.

Quanto ao currículo escolar, mais especificamente o tópico que aborda a respeito das práticas profissionais, em vista dos princípios e das concepções da Rede Federal de Educação estarem circunscritos num trabalho pautado no desenvolvimento de uma formação humana integral, politécnica, não serem levados em consideração aspectos relacionados às dificuldades e às diferenças de atuação de grupos sociohistoricamente abjetados/invisibilizados nesse contexto. Historicamente, o trabalho realizado por aqueles/as corpos/as dissidentes, ou seja/ os/as corpos/as que não se limitam – tampouco, se prestam – ao que seriam considerados/as como voltados/as a um sujeito hegemônico, em uma perspectiva eurocêntrica e colonial, a saber, em seu contrário: mulheres, negros e negras, pessoas cujos gênero e a sexualidade se localizam além dos limites do “normal” e do “legitimo”, têm sido desvalorizados e precarizados, por vezes, desconsiderados, mediante discursos que não reconhecem as potências e as habilidades desses sujeitos na perspectiva de produzirem um trabalho que atenda às demandas locais, mas que, ao mesmo tempo, considerem e respeitem as suas existências.

Por conseguinte, as discussões neste trabalho desenvolvidas compõem um recorte de quatro pesquisas de Iniciação Científica, que vêm sendo realizadas no âmbito da instituição

de ensino foco de nosso estudo, a considerar o seu início em agosto de 2023, por parte do grupo de pesquisadores deste manuscrito. O conjunto inclui as pesquisas intituladas: 1) "Performatividades LGBTQIAPN+: narrativas autobiográficas e percepções sobre o mundo do trabalho", concluída em 2024, 2) "Juventudes LGBTQIAPN+: performatividades e narrativas de formação profissional na Rede Federal de Ensino", concluída em 2025 – ambas com fomento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – e 3) "Assimetrias de gênero em práticas profissionais de estágio curricular em cursos de nível médio integrado ao técnico na rede federal de ensino - *Campus* Maceió do Ifal", com financiamento próprio do *Campus* e finalizada em dezembro de 2025. Atualmente, o ciclo se estende com mais uma investigação que se encontra em andamento: 4) "Estágio curricular em cursos de nível médio integrado ao técnico na rede federal de ensino: juventudes, interseccionalidades, currículo escolar e mundo do trabalho", também com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No decorrer da pesquisa, houve uma mudança de bolsista, em razão do primeiro ter se desligado do curso com a colação de grau, decorrente de sua aprovação em um programa de pós-graduação em Linguística, em uma Universidade Federal alagoana.

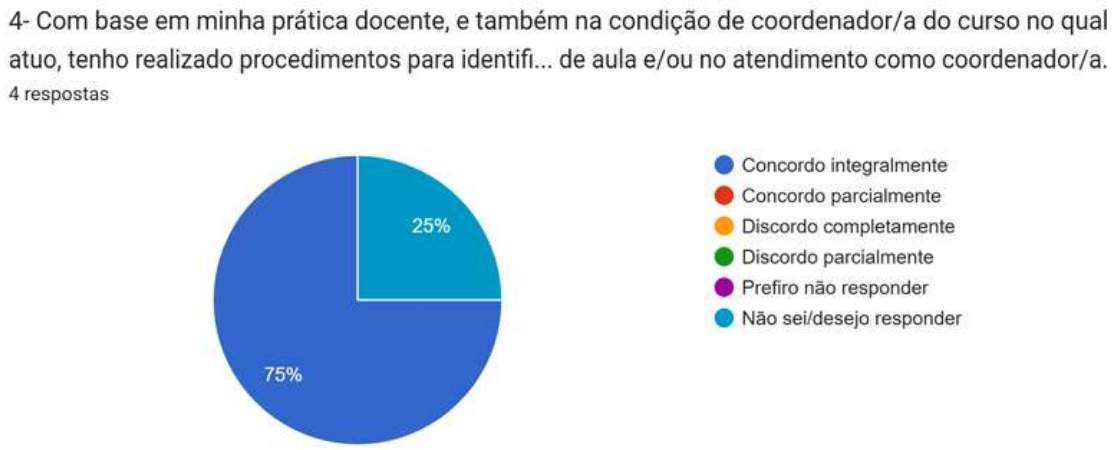
Cabe salientar que durante as pesquisas realizadas, alguns dados nos chamaram a atenção por se mostrarem recorrentes durante o nosso percurso de investigação, ao longo dos dois anos de pesquisa, tendo dado sequência por meio de outra pesquisa, que ampliou outras categorias no mesmo tocante, e que pode ser acessado por meio dos relatos por parte dos/as agentes e estudantes egressos/as da instituição relativas a práticas e a eventos LGBTQIAPN+fóbicos. Essas evidências escancaram a escassez de oportunidades de estágio e uma nítida preferência por parte das empresas conveniadas, ou não, à instituição na busca por um perfil cisheteronormativo, que é imposto socialmente, diminuindo, com efeito, o acesso dessas/es estudantes ao estágio e, consequentemente, ao mundo do trabalho de forma mais efetiva *a posteriori*.

Na direção de dar prosseguimento aos dados obtidos no percurso investigativo, realizamos a aplicação de questionários semiestruturados, como anunciado, com base na escala de Tipo Likert de 06 pontos, aos/às coordenadores/as das áreas da formação profissional, no qual contamos com 07 cursos (total relativo à oferta nesse lócus) e, portanto, um número equivalente de coordenadores/as, e do/as servidores/as da Coordenação de Relações Empresariais e Egressos (CREE), que, na instituição foco de nossa pesquisa, contou, no momento da coleta, entre agosto e dezembro de 2025, com apenas 04 servidores/as neste setor.

Com o fito de triangular os dados, elaboramos os questionários de maneira que dialogassem, ao máximo possível, para que, notadamente, obtivéssemos uma dimensão mais ampliada dos setores institucionais responsáveis pela articulação entre escola (instituição formadora) e as empresas parceiras conveniadas para a oferta de estágios. Nesse

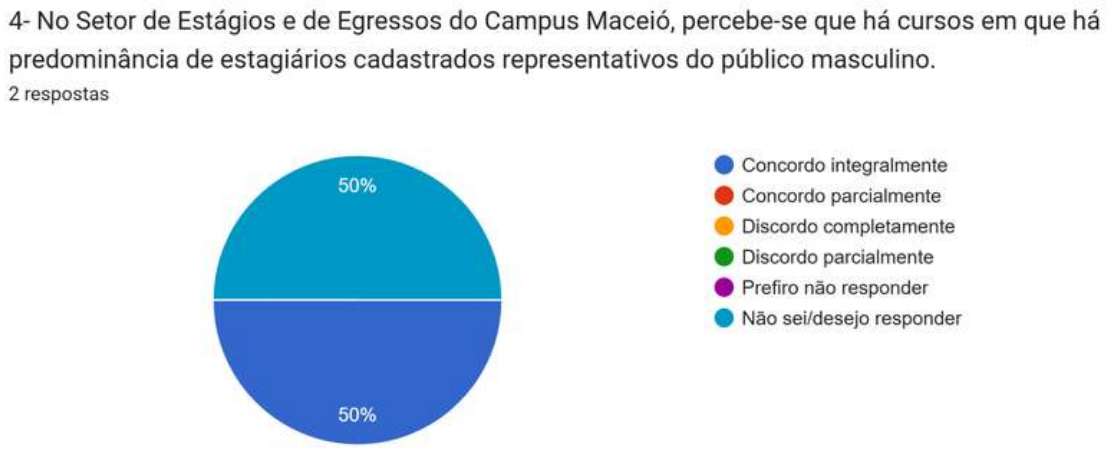
sentido, nos Gráficos 1 e 2, que se seguem, podemos notar uma contradição entre o que tem sido realizado e a realidade material de estágios cadastrados.

GRÁFICO 1 - Questionário direcionado a Coordenadores/as da área profissional



Fonte: Autores (2026)

GRÁFICO 2 - Questionário direcionado a servidores/as da CREE



Fonte: Autores (2026)

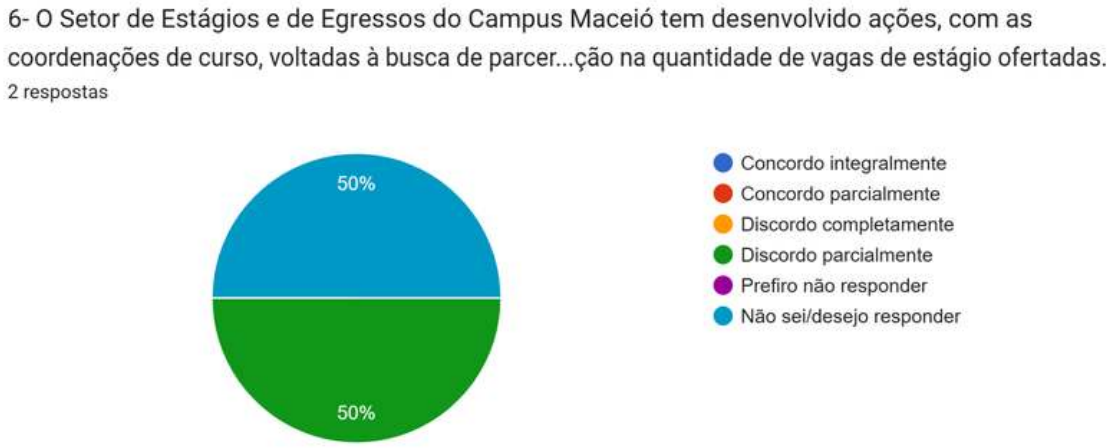
Os Gráficos 1 e 2 apresentados demonstram uma contradição não explícita, ao passo em que demonstra que grande parte dos/as coordenadores/as afirma estar desenvolvendo ações para reconhecer e lidar com a diversidade de gênero e sexualidade presente nas salas de aula onde atuam, o que não se observa nas bases de cadastro da CREE mudanças significativas na participação do público em sala de aula.

A predominância de um público masculino e a manutenção de assimetrias de gênero nas práticas de estágio curricular confirma a hipótese de pesquisa lançada ainda em fase de

submissão da proposta de pesquisa, o que confirma semelhanças entre a microrealidade institucional, no que diz respeito aos públicos beneficiados com as vagas ofertadas de estágios externos à instituição e a realidade macrocontextual do mundo do trabalho, na qual ainda se observa a perpetuação das assimetrias advindas entre o quantitativo das vagas ocupadas.

Além disso, é ponto de reflexão as ações que estão sendo realizadas institucionalmente para lidar com as diversidades de gênero e sexualidade em sala de aula, na medida em que não têm sido notadas reverberações consideráveis desse movimento, sendo necessário repensar a efetividade das políticas de inclusão e de combate às assimetrias realizadas nesse ambiente de ensino, tendo em vista a premissa de oferta de uma educação humana integral, como disposto nos diversos documentos que regem o Ensino Médio Integrado ao Técnico, de oferta na Rede Federal de Educação em cenário nacional e, em específico, em Alagoas.

GRÁFICO 3 - Questionário direcionado à CREE da instituição de ensino



Fonte: Autores (2026)

As assimetrias de gênero notadas nos cadastros discentes são asseveradas, principalmente, ao considerarmos o Gráfico 3, que demonstra a alegação quanto a ações e a articulações visando a parcerias institucionais para a aplicação das ofertas de estágio. Essa percepção compartilhada pelos/as servidores/as que fazem parte das coordenações das áreas profissionais, que pode vir a ampliar a contribuir com as assimetrias ora presentes, representa, em nosso entendimento, mais uma das facetas de exclusão de outros grupos sociohistoricamente marginalizados, a exemplo de pessoas que possuem marcadores sociais pertencentes à população negra, estudantes PCDs, estudantes Trans* ou travestis e representantes da população LGBTQIAPN+.

Em vista da ampliação do panorama dessa realidade, decidimos, pois, proceder com o instrumento entrevista, que se voltou a egressos/as de cursos de nível médio integrado ao técnico, da instituição foco de nossa investigação. O/A egresso/a, pertencente à população LGBTQIAPN+, contribuiu para que, assim, pudéssemos ter um panorama histórico de como as suas percepções poderiam contribuir, inclusive, para repensar o currículo ofertado nesses cursos ofertados pela instituição, em vista da acentuação das assimetrias de gênero em práticas de estágio. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de contar com a relevante participação de um/a estudante que faz parte da população trans, que já usufruir do nome social, quando esteve estudante da instituição, que, por meio da entrevista que lhe foi direcionada, faz o seguinte relato, presente no Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 - Relato de egresso/a pertencente à população LGBTQIAPN+

É muito comum ver essa preferência por homens ou enfim, pessoas masculinas no geral, e é uma misoginia que ela se estende também que as mulheres trans e se misturam com transfobia. **Eu sinto aqui os professores, com certeza dão muito mais atenção e credibilidade pra os alunos.**

Fonte: Autores (2026, grifos nossos)

Ao analisar o que está contido no relato disposto no Quadro 1, notamos que, ao desconsiderar na organização do currículo ofertado ao Ensino Médio Integrado ao Técnico, no contexto investigado, as atuações profissionais de discentes cujas interseccionalidades fazem parte de grupos socialmente marginalizados, por não se enquadrarem numa perspetiva de sujeito ideal, perpetuado pela ideologia hegemônica, a saber: o homem branco, de fenótipos europeus, de matriz religiosa judaico-cristã, de sexualidade heterossexual...a escola reitera e, mais que isso, corrobora esse pensamento hegemônico, desconsiderando, assim, aquilo que, inclusive, está preconizado nos PPC dos cursos analisados no que diz respeito à oferta, irrestrita, de uma formação humana integral na perspectiva de garantia do pleno exercício da cidadania a todos/as que acessam a instituição formadora, inserida nesse contexto alagoano, cuja tradição, lamentavelmente, é coronelista e reforçadora, em alguma medida, do machismo, impera, *pari passu*, a partir do contato analítico dos nossos dados na realidade local e atualmente.

5 CONSIDERAÇÕES, QUE NÃO SE TENHAM COMO FINAIS

Em vista da fase atual da pesquisa intitulada "Estágio Curricular em cursos de Nível Médio Integrado ao Técnico na Rede Federal de Ensino: Juventudes, Interseccionalidades, Currículo Escolar e Mundo do Trabalho", cujo término está previsto para meados de 2026,

com financiamento pelo CNPq, temos nos detido a análises de dados, que são externos e internos à instituição, e que apresentam a urgência e a relevância da amplificação de debates a respeito da temática, que tomamos como objeto de estudo, com o fito de estabelecer maiores – e certamente, melhores – condições de inserção qualitativa da população LGBTQIAPN+ no combate às assimetrias de gênero, bem como a promoção do debate sobre temáticas, que, em vista de deturpações – ou clivagens discursivas – desvirtuam o propósito de fazer com que a escola problematize o currículo escolar oferecido aos/as seus/suas estudantes na intenção de possibilitar uma justiça curricular social.

O percurso investigativo que desenvolvemos até o presente momento nos revela que os dados coletados, a partir de fontes como o site Transempregos, correspondentes ao período recorrente entre 2022 e 2024, especificamente, no contexto alagoano, evidenciam um cenário de recorrente exclusão e de marginalização, uma vez não houve registros significativos de contratação formal da população Trans, apesar de, segundo o próprio estudo, realizado anualmente, haver usuárias/os cadastradas/os e da presença de pessoas Trans já formadas, em cursos profissionalizantes, tanto em cursos de nível médio quanto em nível superior, a exemplo das/os egressas/as com os/as quais tivemos contato a partir do nosso lócus investigativo. Além disso, a oferta de vagas destinadas a pessoas trans também apresentou recuo significativo, tendo em vista que os estados do Maranhão e de Alagoas, sequer, aparecem nos gráficos referentes à contratação de pessoas trans em vista das vagas cadastradas no repositório disponibilizado e a quantidade de usuários/as cadastrados/as.

Reiteramos que esse ponto nos chama à atenção, pois se contrasta com a realidade da instituição onde as pesquisas, cujas temáticas envoltas a gênero e à sexualidade se desenvolvem sucessivamente. Cabe destacar que embora a instituição possua dispositivo para recepção de estudantes com nome social, a baixa adesão formal a essa prerrogativa, na qual apenas 05 estudantes utilizam do nome social, segundo dados colhidos em setor diretamente responsável pela matrícula de estudantes, em um universo de 7.000 (dados de agosto de 2025), na consideração de estudantes de nível médio, de cursos de licenciatura, tecnológicos e bacharelados, além de cursos de especialização *lato sensu* ofertados nesse ambiente, embora, a partir de contato com estudantes que, mesmo informalmente utilizam nomes sociais, exclusivamente nas dependências do *campus*, sem que os seus documentos tenham sido retificados – tanto pela falta de autorização dos pais/mães e/ou responsáveis, no caso de menores, ou por outros motivos quaisquer, alegados por estudantes maiores – representa, em nosso entendimento, barreiras que esses/as corpos/as tem enfrentado voltadas à inserção no mundo do trabalho, inclusive, após o término de suas formações profissionais.

Ainda nesse seguimento, convém destacar que dados do Observatório da Educação Profissional Tecnológica (EPT) corroboram a sutileza da situação, uma vez que 17% das juventudes alagoanas enfrentam a falta de inserção, em vista de estarem com os seus

percursos escolares concluídos, em nível médio, no mundo de trabalho. Esse percentual representa quase o dobro da taxa geral de desemprego, com desocupação acentuada entre mulheres jovens (20%) e a população negra (16%), segundo os dados do Observatório da Educação Profissional e Tecnológica.

Diante disso, os dados acessados apontam para a urgência da ampliação do debate, o que, em nosso caso, se coaduna com a proposição de investigações sobre o acesso qualitativo por parte de discentes, que não se enquadram nos padrões hegemônicos, no que diz respeito a gênero, raça, classe e sexualidade, no mundo profissional, o que nesse caso se constata pela ausência de vagas destinada ao desenvolvimento da prática profissional como estágio supervisionado. É imprescindível considerar como essas interseccionalidades se articulam para garantir ou, inversamente, excluir esses sujeitos de uma formação humana, verdadeiramente, integral, principalmente a elevarmos a coerência entre as teorias acessadas e a prática profissional requerida, conforme previsto nos PCC (Projetos Pedagógicos de Curso) do Ensino Médio Integrado ao Técnico, na Rede Federal de Educação no contexto investigado.

Nessa direção, o currículo escolar, no que concerne às práticas profissionais, demonstra não levar em conta os diferentes sujeitos que acessam o *campus* e de que maneira os discursos hegemônicos, que legitimam ou deslegitimam as suas existências, impactam, diretamente, no acesso dessa parcela de discentes negros/as, mulheres cisgêneras e pessoas LGBTQIAPN+ aos estágios supervisionados.

Conclui-se, portanto, que a omissão ou a desconsideração das assimetrias de gênero, que já impactam o mundo do trabalho alagoano, pelo currículo ofertado, corrobora a manutenção e a cristalização dessa realidade desigual, que se apresenta como machista, racista, misógina, patriarcal e LGBTQIAPN+fóbica, uma vez que exclui esses corpos/as do mundo do trabalho. Os resultados dispostos neste estudo alcançaram significativo reconhecimento. O artigo “Assimetrias de Gênero, Interseccionalidades e Empregabilidade LGBTQIAPN+ em Práticas Profissionais de Estágio na Rede Federal de Educação em Alagoas”, oriundo da pesquisa orientada pelo professor Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti, em parceria com o bolsista graduando Bruno Rafael da Silva Batista Porfirio e o mestrando João Pedro Fradique de Lima , recebeu a 2° colocação no Prêmio Renildo José dos Santos, em Alagoas, que emergiu em atendimento a uma iniciativa do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT-AL), a partir de edital aberto à comunidade acadêmica alagoana, validando, assim, a urgência e a necessidade da investigação sobre o nosso estudo e, mais que isso, no fulcro da investigação proposta, em dezembro de 2025, ter sido lançado o Guia de Empregabilidade LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**, *[s. l.]*, v. 9, n. 1, p. 91-107, jan. 2015. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/10378. Acesso em: 08 out. 2025.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Tradução de Aléxia Bretas, Ana Luiza Gussem, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa.; FRADIQUE DE LIMA, João Pedro. de. Narrativas autobiográficas em processos formativos profissionais: as juventudes LGBTQIAPN+ da Rede Federal de Educação no contexto alagoano. **Caderno Pedagógico**, *[S. l.]*, v. 22, n. 13, p. e21243, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n13-031. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/21243. Acesso em: 5 nov. 2026.

FRADIQUE DE LIMA, João Pedro; PORFÍRIO, Bruno Rafael da Silva Batista; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. **Guia de empregabilidade LGBTQIAPN+**: narrativas trans em contexto formativo alagoano. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1133168. Acesso em: 6 dez. 2025.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, *[S. l.]*, v. 1, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 out.2025.

FRADIQUE DE LIMA, João Pedro; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. **Corpo, Gênero e trabalho**: tensionando reflexões sobre a inclusão LGBTQIAPN+ na Rede Federal de Educação. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1132170. Acesso em: 10 dez. 2025.

GUSMÃO, Rony. Entre a performance e a performatividade: (Re)visitando o gênero pelo campo da memória. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, *[S. l.]*, v. 8, n. 2, p. 316–340, 2022. DOI: 10.9771/cgd.v8i2.48508. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/48508. Acesso em: 28 nov. 2025

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes (organizadora). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 07-35.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, *[S. l.]*, v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833. Acesso em: 10 out. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, etapas e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626 Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/. Acesso em: 29 jun. 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar:** gênero, sexualidade, raça e classe. São Paulo: Parábola, 2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismos**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, *[S. l.]*, v. 6, n. 5, p. 15, dez. 1997. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/000939291. Acesso em: 10 out. 2025.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

Observatório da Educação Profissional e Tecnológica. **Censo 2023**. Disponível em: https://observatorioept.org.br/estados/panorama/al. Acesso: 18 de set. 2025.

Recebido em: 22/05/2026
Aceito em: 05/09/2026

DISSONÂNCIAS E CRÍTICAS À CRONONORMATIVIDADE NAS RELAÇÕES GAYS EM APLICATIVOS DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO THREADS

DISSONANCES AND CRITIQUES OF CHRONONORMATIVITY IN GAY RELATIONSHIPS ON DATING APPS: A CASE STUDY BASED ON THREADS

Thiago Medeiros Fernandes[1]

Resumo: este artigo problematiza o enquadramento social dos sujeitos, produzido pela crononormatividade, a partir de relatos de homens cisgays que expõem experiências afetivas vividas no Tinder, publicados na rede social Threads. Compreendida como espaço de circulação de narrativas da comunidade LGBTQIAPN+, a plataforma constitui o material empírico a partir do qual são analisadas as formas como os usuários narram frustrações, expectativas e negociações afetivas relacionadas ao uso de aplicativos de relacionamento. O estudo de caso busca compreender como essas narrativas são atravessadas por normas sociais que regulam expectativas de progresso, estabilidade e realização amorosa, identificando tensões entre temporalidades queer e ideais heteronormativos. Metodologicamente, a pesquisa utiliza a Análise do Discurso Digital (Dias, 2018) para examinar a produção e a negociação de sentidos nos relatos publicados no ambiente digital. O corpus é constituído por um pequeno conjunto de relatos selecionados segundo critérios relacionados às experiências afetivas, à frustração, à temporalidade e às expectativas amorosas. Embora provenientes de publicações de acesso público, os dados foram tratados com cuidados éticos, mediante a anonimização dos usuários e a supressão de informações que pudessem possibilitar sua identificação. Os resultados evidenciam que os discursos analisados tensionam a crononormatividade ao reivindicarem outras formas de vivenciar o amor e a sexualidade, contudo, essas experiências permanecem atravessadas pelo capitalismo emocional, que mercantiliza os vínculos por meio das redes sociais. Conclui-se que a ruptura com as temporalidades heteronormativas constitui um processo contínuo de reconstrução subjetiva e de afirmação de formas plurais de existência.

Palavras-chave: Temporalidade queer; crononormatividade; enquadramento social.

Abstract: this article examines the social framing of individuals shaped by "chrononormativity" through accounts from cisgender gay men regarding their romantic or sexual experiences on Tinder, as shared on the social media platform Threads. Viewed as a space for the circulation of narratives from the LGBTQIAPN+ community, this platform serves as the empirical basis for analyzing how users recount their frustrations, expectations, and negotiations within the context of dating apps. The case study explores how these narratives are influenced by social norms that govern expectations regarding progress, stability, and romantic fulfillment, identifying tensions between "queer temporalities" and heteronormative ideals. Methodologically, the research employs Digital Discourse Analysis (Dias, 2018) to examine the production and negotiation of meaning within these digital accounts. The corpus consists of a small selection of narratives chosen based on criteria related to romantic/sexual experiences, frustration, temporality, and expectations in love. Although the data originated from publicly accessible posts, they were handled with ethical care; users were anonymized, and any information that could lead to their identification was removed. The findings reveal that the discourses analyzed challenge chrononormativity by asserting alternative ways of experiencing love and sexuality; however, these experiences remain shaped by "emotional capitalism," which commodifies human connections through social media. The study concludes that breaking away from heteronormative temporalities is an ongoing process of subjective reconstruction and the affirmation of diverse modes of existence.

Keywords: Queer temporality; chrononormativity; social framimg.

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor de História dos municípios de Caucaia e Maranguape, no estado do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

A relação que estabelecemos com o tempo, por vezes, reflete ambiguidades determinadas por fatores históricos, geográficos e, sobretudo, políticos. Sendo assim, à medida que nos apropriamos de novas formas de comunicação, a sociedade estabelece seus próprios sistemas de interação social, especialmente no âmbito da comunicação em massa, como blogs, sites, aplicativos e redes sociais. Isto é, o ato de estabelecer relações afetivas por meio de aplicativos de relacionamento, como o *Tinder*, atravessa perspectivas discursivas que estão diretamente vinculadas às normas estabelecidas na sociedade contemporânea, aqui refletidas pela crononormatividade.

Os diálogos estabelecidos na rede social *Threads* por usuários do aplicativo *Tinder* reforçam o quanto essas dissonâncias estão vívidas na construção desses sujeitos e, mais detidamente, o quanto isso atravessa múltiplas temporalidades do existir social. Com isso, a discursividade digital encontrada revela que a coerção social entre os sujeitos está, decerto, forjada pelos mecanismos de influência digital e, sobretudo, pelo capitalismo emocional (Illouz, 2011).

A partir das reflexões de Eva Illouz (2011), o capitalismo emocional refere-se ao processo pelo qual as emoções, os desejos e as relações íntimas passam a ser organizados, racionalizados e atravessados pela lógica do mercado. Não se trata apenas de vender produtos ligados ao amor, mas de estruturar a própria experiência afetiva segundo princípios como escolha, desempenho, comparação, eficiência e consumo. Dessa forma, compõe-se um mosaico assimétrico que nos permite refletir sobre as diversas temporalidades que dão sentido à existência dos sujeitos, algo que repercute diretamente na autodescoberta do próprio existir diante dos silenciamentos que os atravessam.

No percurso metodológico, este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada a partir do mapeamento de postagens na rede social *Threads* que abordam experiências no *Tinder*, e o material foi submetido à Análise do Discurso Digital, que investiga os sentidos produzidos, que circulam e se transformam nas materialidades digitais, considerando categorias como sujeito, tecnologia, memória, arquivo, espaço urbano, política e capitalismo. Dessa maneira, a discursividade digital configura-se como espaço histórico-ideológico de construção de sentidos, em constante reformulação e circulação no ciberespaço (Dias, 2018).

Para este aprofundamento, o estudo está dividido em duas seções, com o objetivo de analisar e suscitar questionamentos sobre o enquadramento social dos sujeitos que utilizam aplicativos de relacionamento: a) Temporalidade queer e a regulação do amor romântico gay; e b) A normalização do tempo nas negociações afetivas digitais. A primeira seção busca estabelecer as relações teóricas fundamentais para a compreensão dos conceitos de temporalidade queer, progresso histórico e crononormatividade, além de apresentar os

critérios metodológicos definidos para a delimitação do público-alvo e as ferramentas analíticas utilizadas no exame das fontes.

Já na segunda seção, o objetivo é dialogar com as fontes e os conceitos selecionados, estabelecendo conexões entre as negociações afetivas e a coexistência com normas instituídas pelo binarismo social hegemônico. Tais normas impõem parâmetros sociais como homem-mulher, heterossexual-homossexual, entre outros.

De que modo as frustrações e ironias produzidas nas dinâmicas afetivo-digitais das postagens do *Threads*, em que pessoas comentam suas experiências do *Tinder*, incidem sobre a constituição subjetiva dos homens cisgays na sociedade contemporânea? Ao tensionarmos essas experiências à luz da crononormatividade, do capitalismo emocional e da temporalidade *queer*, somos convocados a problematizar as engrenagens de poder que regulam desejos, expectativas e projeções de futuro. Repensar tais dinâmicas implica questionar os mecanismos de enquadramento social – compreendidos como moldura esquemática e compartilhada pelos sujeitos para experienciar, atribuir sentido e definir o que está acontecendo em um determinado momento social (Goffman, 2012) -, sobretudo no espaço digital, que naturaliza o ideal do "amor romântico". Nesse sentido, também se tornam relevantes os roteiros temporais que nos são apresentados como destino, muitas vezes reduzidos à adesão automática a um fluxo linear de existência, moldado por padrões heteronormativos e mercadológicos.

2 TEMPORALIDADE *QUEER* E A REGULAÇÃO DO AMOR ROMÂNTICO GAY

A universalização da linguagem digital e a consolidação das redes dos sistemas de comunicação geraram condições estruturais para a constituição de um amplo espaço de comunicação dinâmica. Manuel Castells (2025) reforça que a comunicação deixa de ser apenas um meio de interação para tornar-se um recurso estratégico de poder e de disputa simbólica, no qual identidades são construídas e significados são moldados pelo tempo atemporal — "é o tempo do poder na sociedade em rede" (2025, p. 33). Sendo assim, a sociedade já não se enquadra no mesmo ritmo relacional de outrora, pois a circulação das subjetividades, constantemente exposta no painel digital que são as redes sociais, impõe novas dinâmicas de visibilidade e interação.

Considerando os aplicativos de relacionamento, como o *Tinder*, esse arcabouço permite compreender que a afetividade circula de maneira condicionada, mediada por algoritmos, métricas de visibilidade e lógicas de mercado que organizam desejos, corpos e performances identitárias. Assim, as emoções tornam-se dados, as interações convertem-se em capital relacional e a busca por conexão amorosa passa a operar dentro de uma racionalidade informacional. Nesse sentido, o desdobramento do capitalismo informacional descrito por Castells (2025), no qual subjetividade, desejo e reconhecimento social são

incorporados às dinâmicas de produção e circulação de valor na sociedade digital, dialoga com os estudos de Illouz (2011) acerca do capitalismo emocional.

Os recursos tecnológicos proporcionaram novos espaços de aprendizagem e, sobretudo, instituíram novos modos de relacionamento por meio de aplicativos, como o *Tinder*. Essas inovações reverberam no desenvolvimento de plataformas que assumem a função de mediadoras das experiências sociais dos sujeitos. Ressalta-se que esta análise será delimitada aos sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+[2], especificamente aos homens cisgays que utilizam aplicativos de relacionamento na busca por reconhecimento e enquadramento social de caráter afetivo[3].

Na sociologia de Erving Goffman (2012), o enquadramento consiste em uma estrutura de sentido implícita que permite aos indivíduos reconhecer, entender, localizar e reagir àquilo que ocorre em sua realidade. Em um ecossistema de múltiplas interatividades, esse esquema induz o sujeito relacionar o cenário social fornecido, os participantes envolvidos e os papéis assumidos (Spirandeo; Martino; Marques, 2023) –, dinâmica observada no contexto imposto pelo ambiente digital, a exemplo dos relacionamentos no *Tinder* e de suas repercussões em narrativas publicadas no *Threads*. Goffman (2012, p. 15) destaca que um "exemplo do processo de enquadramento da realidade é aquele exercido pela mídia de acordo com as notícias cotidianas veiculadas". Com isso, essas narrativas construídas nos espaços midiáticos, sobretudo no *Threads*, ao serem publicadas e consumidas no território digital, reforçam o enquadramento social desses sujeitos no imaginário coletivo.

Alertamos que a pesquisa, em si, apresenta foco restrito e amostra limitada. Embora o estudo esteja delimitado ao homem cisgay, sua validade está baseada em um número reduzido de *prints* de comentários publicados na rede *Threads*. Esses relatos ilustram frustrações específicas, mas podem apresentar limitações quanto à representatividade da complexidade e da diversidade das experiências afetivas digitais de toda a comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, ainda que os dados analisados sejam provenientes de publicações públicas no *Threads*, adotaram-se cuidados étnicos quanto à exposição dos usuários, priorizando-se a preservação de suas identidades e evitando-se informações que pudessem possibilitar sua identificação direta.

Como apregoa Ferreira (2021), o *Tinder* é uma ferramenta conectiva que integra seus usuários geograficamente com finalidade romântica por meio de *smartphones*. Lançado em outubro de 2013, está disponível na *App Store* e no *Google Play*. Dessa maneira, o aplicativo assume um papel crucial como mediador entre espaços virtuais e físicos, promovendo conexões íntimas na constituição das relações entre os sujeitos envolvidos na experiência

[2] LGBTQIAPN+ é uma sigla que reúne diferentes identidades sexuais e de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais e pessoas não binárias, incluindo outras possibilidades representadas pelo sinal "+".

[3] Cis-gay é o indivíduo que nasceu com características sexuais masculinas e se identifica como homem (cisgênero) e a orientação sexual é gay.

de dar *match* (expressão utilizada para indicar compatibilidade no aplicativo) com alguém que poderá vir a ser um par romântico.

Logo, é fundamental distinguir, analiticamente, três dimensões que atravessam o *Tinder*: sua caracterização técnica enquanto aplicativo, as experiências subjetivas vivenciadas pelos usuários e a forma como a própria plataforma se apresenta no mercado digital. Enquanto dispositivo tecnológico, o *Tinder* opera por meio de geolocalização, algoritmos de compatibilidade e uma interface centrada na imagem, estruturando interações rápidas e orientadas pela lógica do *match* (Ferreira, 2021).

No plano das experiências, entretanto, os sujeitos mobilizam expectativas, frustrações, desejos e projeções afetivas que extrapolam a funcionalidade técnica da ferramenta, inscrevendo-a em suas trajetórias identitárias e temporais. Por fim, é preciso considerar que o *Tinder* se apresenta como uma plataforma comercial cuja narrativa institucional promove a ideia de conexão autêntica, pertencimento e possibilidade de encontrar o "amor verdadeiro", ao mesmo tempo em que monetiza a visibilidade, a interação e a própria economia do desejo.

Sendo assim, essa distinção permite compreender as tensões entre o discurso publicitário da marca e as vivências concretas dos sujeitos na sociedade digital, revelando que o *Tinder* não cria, por si só, relações íntimas. Como afirma o Usuário A: "É tão cafona ficar colecionando '*matches*' e nunca trocar uma ideia com as pessoas ali". Esse relato reforça que a prática de colecionar *matches*, associada à ausência de diálogo, distancia os sujeitos da construção de relações mais profundas, destoando do objetivo inicial proposto pelo aplicativo: a busca pelo "amor romântico".

Na contramão dos sites de namoro que exigem extensos formulários e detalhamento informacional, o *Tinder* consolida-se como uma plataforma cuja centralidade recai sobre a imagem e a dinâmica do *match*, limitando os dados biográficos disponibilizados (Ferreira, 2021). Essa simplificação ultrapassa a neutralidade técnica, expressando uma reorganização do regime de visibilidade e escolha afetiva. Em um contexto marcado pelo capitalismo neoliberal, o tempo da construção relacional é comprimido, acelerado e submetido à lógica da performance, de modo que a arquitetura do aplicativo passa a operar simultaneamente como dispositivo de mediação e de regulação das subjetividades.

Nesse enquadramento, a inserção social dos sujeitos que utilizam o *Tinder* pode ser compreendida à luz da crononormatividade. Conforme Freeman (2010), o tempo funciona como tecnologia de normalização da vida, organizando expectativas de progresso segundo marcos etários e roteiros socialmente prescritos. Ao tensionar essa perspectiva com as experiências afetivas digitais, observa-se que o aplicativo além de conectar sujeitos, também os inscreve em um regime temporal que regula quando, como e com quem se deve amar, produzir vínculos ou projetar estabilidade.

O amor romântico, historicamente consolidado no século XIX como modelo normativo de intimidade (Giddens, 1993), opera como matriz simbólica dessa regulação. Construído como ideal monogâmico, heteronormativo e legitimador de pertencimento social, ele institui parâmetros de felicidade e realização que ultrapassam a esfera privada. Quando apropriado pelo homem cisgay, esse ideal pode funcionar como estratégia de reconhecimento e positivação subjetiva; contudo, simultaneamente, reinscreve padrões históricos de normalidade e adequação (Oliveira; Soares, 2017). Em suma, mesmo em contextos dissidentes, a promessa de inclusão pode reproduzir estruturas normativas.

É nesse ponto que a contribuição de Illouz (2011) se torna fundamental. A racionalização contemporânea dos afetos evidencia a constituição de um amor romântico digital, no qual a promessa de "conexão verdadeira" e exclusividade conjugal convive com mecanismos de cálculo, comparação e consumo. Nos aplicativos, a busca pelo amor é atravessada por métricas de visibilidade, segmentação algorítmica e monetização da interação, revelando que a economia do desejo se integra plenamente às dinâmicas do mercado informacional descritas por Castells (2025).

Além da mercantilização das emoções, o capitalismo emocional transforma desejos em dados performáticos avaliáveis, mas também reconfigura o próprio ideal de amor romântico (Illouz (2011). Mediado por algoritmos e pela promessa de compatibilidade perfeita, o vínculo afetivo passa a ser apresentado como resultado de otimização técnica, deslocando a contingência do encontro para a lógica da eficiência. O que se observa, portanto, é a permanência do amor romântico em sua atualização em chave digital, articulada a regimes temporais e econômicos que reordenam as experiências subjetivas na sociedade em rede.

Dessa forma, trabalharemos com fontes virtuais, nascidas no ciberespaço (Barros, 2022), compreendendo-as como materialidades discursivas produzidas em ambientes mediados por tecnologias e algoritmos, atravessados por relações que ultrapassam a neutralidade dos registros. A plataforma escolhida foi o *Threads*, aplicativo desenvolvido pelo Instagram em disputa com o X (antigo Twitter). O objetivo consiste em identificar relatos de pessoas LGBTQIAPN+ sobre suas experiências em aplicativos de relacionamento, sobretudo o *Tinder*, e analisar como tais narrativas são atravessadas por regimes de visibilidade, expectativas afetivas e enquadramentos temporais. Isto é, a análise recai sobre a queixa pública que os usuários publicam no *Threads* sobre suas experiências afetivas no *Tinder*. Paralelamente, o recorte do estudo delimita homens cisgays, entendidos aqui como sujeitos inseridos em uma tensão constante entre reconhecimento social e normatividade.

Ao mobilizar a noção de temporalidade *queer*, adentramos um campo teórico que se constrói precisamente pela recusa de significados fixos. Conforme Solana (2017), trata-se de uma perspectiva que desestabiliza a linearidade progressiva do tempo moderno, evidenciando práticas, narrativas e experiências corporais que não se alinham aos roteiros

hegemônicos de desenvolvimento da vida. Distante da perspectiva cronológica, a temporalidade *queer* representa uma crítica política à organização normativa do tempo, que define quando se deve amar, assumir-se, constituir parcerias estáveis ou alcançar determinadas formas de reconhecimento social.

Nessa direção, a articulação entre tempo, subjetividade e sexualidade (Kveller, 2021) permite compreender que o *Tinder* opera como espaço de encontro, mas também como dispositivo que reinscreve os sujeitos em cronogramas socialmente regulados. Os depoimentos analisados revelam que, mesmo em um ambiente digital marcado pela promessa de liberdade e pluralidade, persistem expectativas temporalmente estruturadas, como a urgência de encontrar um parceiro "certo", a ansiedade diante do envelhecimento ou a frustração com relações que não evoluem. A plataforma, assim, preserva a normatividade temporal e, ao contrário, frequentemente a intensifica.

A crononormatividade, conforme definida por Freeman (2010), atua como tecnologia de poder que organiza corpos e vidas segundo marcos de produtividade, maturidade e estabilidade. Nos relatos de homens cisgays que se percebem "atrasados" ou deslocados em relação ao roteiro esperado (namorar, assumir publicamente a relação, consolidar um vínculo duradouro), evidencia-se que o tempo é experimentado como instância de cobrança e disciplinamento. O sentimento de inadequação decorre da experiência individual e da internalização de uma temporalidade social que hierarquiza trajetórias e estabelece parâmetros de sucesso afetivo.

Com isso, a percepção do tempo, longe de ser categoria abstrata ou meramente cronológica, constitui-se como dimensão central da experiência subjetiva. A temporalidade queer, ao tensionar a linearidade heteronormativa, preserva o amor romântico e o desejo de estabilidade, ao mesmo tempo em que expõe as estruturas que os organizam (Freeman, 2010). Entre a promessa algorítmica de compatibilidade perfeita e a vivência concreta da frustração, o que se evidencia é a disputa entre regimes temporais.

Por outro lado, a temporalidade queer emerge quando esses sujeitos tensionam ou recusam o percurso linear socialmente esperado, seja ao priorizarem vínculos não normativos, ao relativizarem a centralidade do "amor verdadeiro" ou ao viverem o presente da interação digital sem a obrigatoriedade de projetar um futuro conjugal estável. Em síntese, o tempo deixa de operar exclusivamente como sequência progressiva e passa a ser experienciado de modo fragmentado, negociado e situado (Freeman, 2010).

Nesse horizonte, a percepção temporal (objetiva ou subjetiva) estrutura a vivência afetiva no aplicativo, evidenciando como os sujeitos incorporam, negociam ou resistem às expectativas coletivas que regulam quando, como e com quem se deve amar. A experiência digital, portanto, mantém a normatividade do tempo e a reinscreve em novas formas de visibilidade e autoavaliação.

Para a sistematização das fontes, mobilizamos a Análise do Discurso Digital, ancorada em Dias (2018), compreendendo os depoimentos como relatos transparentes de experiência e, sobretudo, como materialidades discursivas produzidas em condições específicas de circulação, visibilidade e mediação tecnológica. Tal abordagem permite examinar os sentidos construídos na interface entre sujeito, tecnologia, memória e capitalismo.

Esses indivíduos expõem suas vivências por meio de comentários na plataforma *Threads* sobre suas experiências no *Tinder*, geralmente atravessadas pela idealização do amor romântico gay, que envolve a expectativa de encontrar um parceiro fixo, construir estabilidade afetiva e alcançar reconhecimento social, reproduzindo um modelo normativo de felicidade conjugal historicamente consolidado.

A seleção dos registros de tela (*prints*) foi realizada a partir de categorias analíticas construídas em diálogo com o referencial teórico adotado. Os relatos foram agrupados conforme evidenciassem: (1) manifestações de descontentamento amoroso associadas à frustração com a promessa de conexão; (2) discursos marcados por ceticismo afetivo e desencanto com a dinâmica algorítmica; (3) referências explícitas a enquadramentos sociais, especialmente ao etarismo como marcador temporal de valor; (4) reprodução ou tensionamento do ideal de amor romântico gay; e (5) questionamentos acerca da legitimidade, possibilidade ou durabilidade do afeto entre homens gays.

As narrativas intrínsecas às teorias *queer* refletem diretamente a contramão do tempo e do progresso, manifestando-se seja pela dinâmica estrutural dos saberes históricos e da memória, ou por sua provocação sistêmica à hegemonia tradicional científica (Atkinson, 2024). Tais percepções da relação dos sujeitos com o paradigma social ficam, no entanto, à margem da (des)construção identitária individual, principalmente quando o sujeito acessa mecanismos de imposição social, sejam eles oriundos de instituições coletivas (família, igreja, universidade, movimentos sociais, entre outros) ou, por vezes, de caráter individual, como nas relações afetivas (des)construídas pelo *Tinder*.

Como a lógica do progresso atua na organização institucional e subjetiva das dissidências sexuais? Ela opera por meio da imposição de marcos temporais que definem quando e como determinadas conquistas devem ocorrer: assumir publicamente a sexualidade, alcançar estabilidade financeira, formar um casal monogâmico e consolidar uma relação duradoura. Esses referenciais são reiterados por instituições como família, escola e mídia, que associam reconhecimento social e maturidade ao cumprimento de um roteiro afetivo linear.

No contexto do *Tinder*, essa lógica manifesta-se na expectativa de que o aplicativo funcione como etapa intermediária rumo ao “amor verdadeiro”. A pressão relacionada à idade, a ansiedade diante do “atraso” afetivo e a frustração com interações que não evoluem para vínculos estáveis revela como a crononormatividade atravessa as experiências digitais. Homens cisgays que não alcançam o ideal de relação estável até determinada faixa etária

passam a perceber-se fora do tempo considerado "correto", internalizando sentimentos de fracasso ou inadequação (Solana, 2017).

Diante disso, o progresso deixa de ser apenas uma narrativa histórica e transforma-se em dispositivo regulador da subjetividade. No ambiente digital, essa regulação é intensificada pela visibilidade constante de casais idealizados, pela comparação entre trajetórias e pela lógica algorítmica que hierarquiza corpos, idades e performances afetivas. Nessa perspectiva, o *Tinder* atua na mediação dos encontros e também participa da reprodução e, em alguns casos, da contestação dos roteiros temporais que estruturam o reconhecimento social das dissidências sexuais. Ao mesmo tempo, a plataforma atua na mediação das relações íntimas, embora se apresente comercialmente como promotora desse ideal, evidenciando um paradoxo entre discurso e prática.

A partir da análise dos relatos, compreendemos que as relações estabelecidas pela internet são frequentemente questionadas nas redes sociais, sendo percebidas como duvidosas quando têm origem em aplicativos de relacionamento, especialmente no *Tinder*. No relato do Usuário A, infere-se que tais tensões decorrem da imposição social de encontrar um par romântico, o que, para a comunidade gay, pode carregar um simbolismo de descrença e insegurança, reverberando na sensação de fracasso associada à dificuldade de alcançar o "amor verdadeiro". Essa inquietação reflete-se nos dados coletados na rede social *Threads*, onde os usuários expõem, em comentários públicos, suas experiências de frustração. Conforme o relato:

> Que gay 30+ sobrevive ao Tinder?
> Pelo amor. É tão cafona ficar colecionando "matches" e nunca trocar uma ideia com as pessoas ali. Solitários oi e olá nos campos de mensagens. Depois vem ao threads reclamar ou se lamentar por Estar só (Usuário A, 2024)[4].

Infere-se, no relato, o quanto a experiência imediatista proveniente dos aplicativos está associada a dinâmicas de poder, bem como atravessa estruturas políticas, sociais e culturais, inserindo-se na racionalização paradoxal da existência do par romântico. Para Illouz (2011), o amor moderno é moldado pela cultura de consumo que, concomitantemente, estabelece bases para a racionalização das emoções. Atravessado por um mercado que reorganiza expectativas afetivas, o processo de escolha amorosa passa a operar sob lógicas mercadológicas.

Se, para Bourdieu (1989), o *habitus* consiste em disposições socialmente incorporadas que orientam práticas e percepções, as análises de Illouz (2011) permitem compreender a existência de disposições emocionais moldadas pelo capitalismo contemporâneo. Pode-se,

[4] Descrição do Print de tela do Thread retirado no dia 06 de agosto de 2024. Usuário A realizou a postagem no dia 20 de outubro de 2024.

assim, falar em um *habitus* afetivo, no qual o amor é experienciado segundo lógicas de escolha, racionalização e consumo, intensificadas nos aplicativos de relacionamento.

Ao reinterpretarmos o relato do Usuário A a partir de seus dispositivos discursivos digitais, dialogamos com Illouz (2011) acerca do *habitus* afetivo, especialmente no que se refere às interações em aplicativos e sites de relacionamento. No *Tinder*, por exemplo, observa-se a prática de colecionar *matches*, muitas vezes associada à validação do ego ou à necessidade de sentir-se desejado, em detrimento da construção de vínculos mais profundos.

Delimitado por um campo de suposições heteronormativas de existência — nos quesitos corpos, realizações, finalidades e conquistas —, o progresso histórico nem sempre contempla sujeitos dissidentes que não se enquadram nessa lógica socialmente imposta (Atkinson, 2024). Esse progresso prevalece como força motriz de imposição social para os indivíduos que buscam se enquadrar no enredo da heteronormatividade (se casar, ter filhos e construir família) na busca do par romântico. Salientamos, aqui, que esse desejo de se adequar à sintonia da vivência do progresso histórico é forjado no homem cis-gay.

Para Atkinson (2024), o progresso histórico representa a necessidade de progredir, relacionando passado e presente a fim de mensurar o crescimento social. Contudo, Solana (2017) afirma que, para além de moldar nossa identidade e práticas sexuais, o progresso histórico, concomitantemente, faz com que o homem cis-gay reflita o tempo com um caráter desorganizado, que foge aos paradigmas sociais e hegemônicos estabelecidos pela temporalidade heteronormativa.

Sob essa perspectiva, prevalece um determinismo sobre a maneira de viver e, sobretudo, de ser social do sujeito. Este determinismo realça o controle social das temporalidades individuais diante da expectativa coletiva e da estrutura cultural estabelecida para o itinerário da vida.

A crononormatividade exerce uma coerção social mental, especialmente em fases como a puberdade, ao impor normas pré-determinadas. Para Atkinson (2024), isso se configura como uma categoria culturalmente estabelecida pela qual a sociedade mensura o desenvolvimento físico e mental da juventude com base em patamares atingidos. Compreende-se, portanto, o quanto essa codificação temporal pré-existente molda existências silenciadas na demarcação cultural dos sujeitos *queer*.

Numa perspectiva do Norte Global, indivíduos que não seguem suas padronizações temporais, a crononormatividade, ou seja, a crença social de que preexiste um tempo linear e supostamente correto para alcançar os marcos da vida, estão sujeitos ao estereótipo de "anormais". Tais sujeitos fogem da regra referencial do tempo evidenciado como hegemônico para o seu enquadramento social (Goffman, 2012). Essas dinâmicas temporais estão estabelecidas em múltiplos campos do desenvolvimento humano, como escolas, famílias e instituições políticas (Atkinson, 2024).

Na contramão dessa lógica hegemônica do Norte Global, grupos dissidentes seguem padrões próprios de sua identidade, como: corpos *queer*, transgêneros, intersexuais, pessoas com deficiência, entre outros (Atkinson, 2024). Consequentemente, esses grupos ficam sujeitos à violência psicossocial, física e, sobretudo, aos estigmas disseminados pelo imaginário coletivo. Há, contudo, gritos ensurdecedores contra o silenciamento desses corpos, que transbordam sua historicidade para tentar se encaixar nos padrões sociais heteronormativos.

Conforme Atkinson (2024), o tempo *queer* se apresenta como o contraponto da organização rígida das ideias crononormativas de progresso, desmistificando o ideal de fases da vida que visa determinar um parceiro monogâmico e seguir um fluxo pré-estabelecido. Dessa forma, o sujeito que se utiliza do tempo controlado por fatores culturais foge da possibilidade de pensar o tempo com um caráter dinâmico e compartilhado na construção atemporal da subjetividade.

Eve Sedgwick (2007) ressalta que o *queer* caminha por múltiplas possibilidades, sendo repleto de lacunas excessivas de significados. À vista disso, traçar o conceito *queer* para se pensar sua dinâmica social implica refletir sobre seu poder de reconstrução sistêmica das estruturas sociais estabelecidas. Implica também reconhecer suas transversalidades nos campos sociais, políticos e culturais e, acima de tudo, promover a libertação mental dos sujeitos em relação aos paradigmas estabelecidos pela heteronormatividade.

Soma-se a isso o paradoxo de haver dissidentes no próprio conceito *queer*. Este conceito está em constante transformação, sem a possibilidade de ser estático; é, pelo contrário, dinâmico na ruptura espacial de seu tempo. É o caso, por exemplo, de pensar o *Queer* em relação ao *Cuir* na perspectiva histórica. Sayak Valencia (2023) propõe que analisemos essa polissemia do *Queer* ao *Cuir* sob as perspectivas histórica, geográfica e linguística, e que reflitamos sobre como o próprio conceito sofre múltiplas modificações para se adequar às demandas dos dissidentes sexuais e, sobretudo, às exigências do seu tempo.

Dessa maneira, adentramos na forma como a crononormatividade atinge os sujeitos em sua formação social e, sobretudo, nas relações estabelecidas em aplicativos de relacionamento. Quais são, então, as projeções herdadas pelos sujeitos em seu modo de pensar e agir socialmente? São essas relações de poder que precisamos explorar, visto que suas dinâmicas projetivas induzem ao enquadramento social para a aceitação de uma coletividade que renega a diversidade do sujeito, tudo isso na busca por alcançar a predestinação do amor romântico gay midiático.

3 A NORMALIZAÇÃO DO TEMPO NAS NEGOCIAÇÕES AFETIVAS DIGITAIS

A Sociedade Digital nasce da revolução digital iniciada na última década do século XX. Consideramos este fenômeno ocorrido quando os recursos tecnológicos atingiram a

maioria da população do planeta. Isto é, o acesso à Internet e a expansão do uso do celular, um fato que se delineou em meados dos anos 1990. Nesse contexto, compreendemos a Internet como "a rede mundial de computadores interconectados" (Barros, 2022, p. 32).

Essas mudanças sociais, advindas da tecnologia, destacam-se na sociedade pela alteração no comportamento e nas interações sociais dos sujeitos, especialmente nos aplicativos de relacionamento. A Era Digital, portanto, surge nesse contexto de inovações tecnológicas com o propósito de processar informações em novos ambientes. Pierre Lévy (1999), precursor dos estudos sobre a internet comercial, salienta que o ciberespaço representa o espaço que possibilita o *locus* virtual de convergência de ideias, informações, percepções e, em especial, da memória.

Nesse ínterim, os aplicativos de encontro – *Grindr*, *Tinder*, *Scruff*, entre outros – tornam-se mecanismos sociais que estruturam paradigmas afetivos, masculinidades e feminilidades na Era Digital. Além disso, contribuem para delinear um perfil sociocultural que os sujeitos são, em certa medida, levados a seguir, como a idealização do amor romântico gay (Vasconcelos; Duque, 2024). Este é formado pela racionalização afetiva de um amor romântico digital que potencializa a lógica mercadológica e, ademais, monetiza a visibilidade dos sujeitos dissidentes (Illouz, 2011).

Christine Hine (2015) argumenta que a internet deixou de ser um objeto separado da vida e tornou-se incorporada ao cotidiano das pessoas, principalmente por meio de tecnologias de acesso móvel, como os *smartphones*. Ela explica que a difusão do acesso móvel transformou a rede em infraestrutura cotidiana, atravessando práticas sociais, corporais e contextos on-line e *offline*.

A consolidação dos *smartphones* como dispositivos móveis de acesso contínuo à internet transformou profundamente as formas de interação social na contemporaneidade. Para Hine (2015), a internet deixou de ser um espaço separado da vida cotidiana para tornar-se incorporada, corporificada e ordinária. Essa transformação é inseparável da popularização dos dispositivos móveis, que permitem conexão constante e atravessam as práticas diárias dos sujeitos. Por esse viés, a experiência digital ultrapassa um ambiente virtual delimitado, integra-se às dinâmicas sociais, emocionais e temporais da vida cotidiana.

No caso dos aplicativos de relacionamento, como o *Tinder*, o *smartphone* funciona como ferramenta técnica e, acima de tudo, como mediador permanente das experiências afetivas. A portabilidade do dispositivo possibilita que a busca por conexão, validação e reconhecimento ocorra em qualquer tempo e espaço, dissolvendo fronteiras entre o on-line e o *offline*. Desse modo, o aplicativo passa a organizar expectativas, ansiedades e projeções românticas de forma contínua, intensificando a racionalização das escolhas afetivas.

Essa integração tecnológica produz uma temporalidade específica: o afeto torna-se instantâneo, notificável e mensurável. *Matches*, respostas, visualizações e silêncios são

experimentados em tempo real, o que reconfigura a percepção subjetiva do tempo e pode intensificar frustrações, especialmente quando as expectativas românticas não se concretizam. Nessa perspectiva, Hine (2015) contribui para compreender que as dinâmicas do *Tinder* operam no plano simbólico e se incorporadas às rotinas corporais e emocionais dos sujeitos, mediadas pela presença constante do *smartphone*.

Na fonte a seguir, observamos um relato repleto de ironia sobre a dificuldade de encontrar um par romântico gay, com referência explícita a essa dificuldade no *Tinder*. Essa dificuldade se manifesta seja pelo âmbito cultural de que o indivíduo gay não encontra um "suposto amor verdadeiro", seja pela emergência sentimental dessa construção linear de vivência amorosa. Conforme o Usuário B:

> Minha querida comunidade LGBTQIAPN+, vocês andam falando muito no sofrimento em não conseguir encontrar um "verdadeiro amor" ou aquele MATCH com conexões intensas. Entendo vocês. Eu, queria muito que lançassem um TINDER BARBEIRO, Deus! Como é difícil encontrar um barbeiro. Gay, sofre (Usuário B, 2025)[5].

Diante disso, percebe-se o quanto essa obrigatoriedade atinge diretamente a construção afetiva dos sujeitos que utilizam o *Tinder*, uma vez que se observa uma imposição social oriunda da sociedade heteronormativa. Com base nisso, compreendemos que tal dinâmica de poder também é estabelecida pela reprodução afetiva da masculinidade na Era Digital, sobretudo no campo dos aplicativos de relacionamento. Esse fenômeno é denominado capitalismo emocional, definido como a incidência da lógica de mercado sobre as emoções humanas, transformando afetos e relacionamentos em mercadorias (Illouz, 2011; Vasconcelos; Duque, 2024).

Para Illouz (2011), o capitalismo moderno promoveu uma profunda articulação entre economia e vida emocional. A cultura de consumo transformou o amor romântico em ideal central de felicidade e, simultaneamente, submeteu as relações íntimas a critérios de avaliação e cálculo. A partir disso, os sujeitos aprendem a gerir suas emoções, interpretar seus desejos e selecionar parceiros como se estivessem diante de um mercado de possibilidades, conforme se observa no relato do Usuário B.

Nessa linha de análise, percebemos uma valorização de paradigmas hegemônicos, heteronormativos e viris, os quais excluem os sujeitos considerados "afeminados"[6]. Ademais, centralizaremos a discussão na questão da construção afetiva imposta pela cartilha do

[5] Descrição do Print de tela do Thread retirado no dia 06 de agosto de 2024. Usuário B realizou a postagem no dia 10 de maio de 2025.

[6] Os considerados "afeminados" são uma categoria que traz trejeitos femininos que, consequentemente, refletem uma hierarquia interna entre gays, chamada de homossexualidade imperante (Vasconcelos; Duque, 2024).

enquadramento social na busca de um suposto "amor verdadeiro". Trata-se de um ideal que é condicionado no seio familiar desde o nascimento e reforçado por outras instituições, como a igreja e a escola (Vasconcelos; Duque, 2024).

Seguir os ritos normativos é, primordialmente, aderir à crononormatividade. Este conceito representa processos históricos e sociais responsáveis por impor modos de pensar, valorizar e ordenar o tempo como se fossem naturais (Solana, 2017). Desse modo, estabelece-se uma regulação política dos corpos, o que se identifica nas frustrações dos sujeitos que utilizam o *Tinder* como mecanismo de busca por afetividade na comunidade gay.

Portanto, o tempo naturalizado é disseminado como fator de manipulação social e política que, paulatinamente, proporciona a coerção de paradigmas afetivos e sociais. Tais paradigmas atribuem significados ao modo como vivemos e imaginamos o tempo. Dessa maneira, o relato elucida o critério da idade na dinâmica para encontrar o suposto "amor verdadeiro". Isto é, essas formas essencialistas de impor o tempo aos sujeitos geram o enquadramento social nas negociações afetivas mediadas pelos aplicativos de relacionamento (Goffman, 2012).

Neste sentido, essa provocação acende um alerta sobre a temporalidade *queer*, a qual está relacionada com a construção sistêmica de (re)existência das formas de ser e estar dos sujeitos nas disputas das normas temporais heteronormativas. Seu objetivo é capturar discrepâncias e variedades entre os modos de existência *queer*, que são marcados pelo relógio socialmente comunicacional (Solana, 2017).

Ao analisarmos o relato, percebemos imediatamente como os marcadores sociais dificultam o encaixe em aplicativos de relacionamento. O fato de ser gay, gordinho, afeminado e monogâmico e, sobretudo, morar com os pais, torna-se um obstáculo para alcançar o discurso de "amor verdadeiro" vendido socialmente. Infere-se, assim, que a crononormatividade está profundamente presente na vivência desse sujeito, pois sua temporalidade é pautada por padrões socialmente impostos que visam o alcance de um "amor verdadeiro" e de uma vida monogâmica. Conforme o Usuário C:

> Que vontade de namorar, mas como se não tenho vida social, não saio a noite, e no Tinder ou qualquer aplicativo de relacionamento ninguém responde depois do match... Difícil ser gay, gordinho, afeminado e monogâmico morando com os pais ao 33 anos GayThreads (Usuário C, 2025)[7].

[7] Descrição do Print de tela do Thread retirado no dia 06 de agosto de 2024. Usuário C realizou a postagem no dia 31 de janeiro de 2025.

Conforme a análise, identificamos também o fator idade que contribui nessa suposta corrida, estabelecida no mundo digital, pela busca do "amor verdadeiro". Tal fenômeno pode ser analisado pela ótica da temporalidade *queer*, que evidencia os sujeitos que não seguem narrativas prontas de vivências pré-estabelecidas pela sociedade heteronormativa. Consequentemente, os sujeitos que optaram por aderir ao discurso do "amor verdadeiro" ficam à mercê das frustrações proporcionadas pela fragilidade do fracasso, enquanto os indivíduos que recusam o enquadramento social (Goffman, 2012) fogem da padronização de seguir relações monogâmicas, casar e ter filhos, um ato que representa um movimento *queer*[8].

No contexto dos aplicativos de relacionamento, essa dinâmica atinge um novo patamar. Como aponta Illouz (2011), os sites e plataformas digitais organizam as interações amorosas segundo princípios típicos do mercado, marcados pela abundância, escolha, competição, valor e desempenho. O sujeito é apresentado como um conjunto de atributos (idade, preferências, localização, imagens), e o encontro amoroso passa a ser mediado por filtros, algoritmos e critérios de seleção. Assim, o amor deixa de emergir apenas da convivência e passa a ser construído a partir da lógica da escolha racional e da otimização de oportunidades.

O resultado é uma tensão constitutiva: enquanto o aplicativo se vende como facilitador de conexões autênticas e como possível destino do "amor verdadeiro", simultaneamente estrutura as relações sob a lógica da abundância, da descartabilidade e da competição simbólica. O amor, nesse cenário, permanece, embora seja reorganizado, racionalizado e atravessado por dispositivos de mercado que moldam a forma como os sujeitos sentem, narram e projetam suas expectativas afetivas (Illouz, 2011).

Em vista disso, as relações estabelecidas por aplicativos evidenciam tensões entre o desejo por conexão emocional e o enquadramento social imposto pelo coletivo que, muitas vezes, reproduz valores tradicionais sob um modelo digital (Goffman, 2012; Pelúcio, 2016). Soma-se a isso o fato de o *Tinder* oferecer uma "pegação" digital racionalizada, representada pelo controle afetivo-sexual através da economia da abundância, da análise estética dos perfis e de critérios seletivos, como idade, corpo, masculinidade e localização (Sampaio, 2019)[9]. Isso reflete o modo como os marcadores sociais se estabelecem nas negociações afetivas desenvolvidas no *Tinder* (analisadas por meio dos relatos) e como se estendem, de forma implícita, à normalização do tempo linear desses sujeitos, determinando suas experiências.

Embora esses estudos tenham contribuído para compreender as relações estabelecidas em aplicativos de relacionamento a partir das dinâmicas afetivas,

[8] O movimento queer é caracterizado como diferente, estranho e minoritário e, sistematicamente, sofre um atravessamento popular que reivindica um modelo de política interseccional que questiona noções monolítica e dicotômica (Valencia, 2023).

[9] A "pegação" é associada ao ato de se relacionar sexualmente com outros sujeitos, no Tinder é marcada por padrões de gênero, estética e idade (Sampaio, 2019).

mercadológicas e das masculinidades, este artigo desloca o olhar para as narrativas produzidas pelos próprios usuários sobre essas experiências no *Threads*, delineados pelos aspectos de frustração e ironia. A contribuição proposta consiste, portanto, em compreender o aplicativo como espaço de negociação afetiva e consumo e, sobretudo, como parte de um regime temporal que produz expectativas sobre idade, estabilidade, progresso e realização amorosa. Ao tomar o *Threads* como materialidade discursiva para analisar as experiências vivenciadas no *Tinder*, buscamos evidenciar como essas expectativas são narradas, tensionadas e, em determinados momentos, recusadas pelos sujeitos, articulando a discussão sobre aplicativos de relacionamento às noções de crononormatividade e temporalidade queer.

Diante disso, o relato a seguir se destaca pelo questionamento: "Será que o amor gay realmente existe?" Tal indagação nos remete a duas vertentes cruciais sobre o pilar silenciado dessas dinâmicas de poder: o afeto em si e o fracasso. Ambos são estruturados por relações atemporais determinadas ao longo da História, sendo atravessados pela crononormatividade. Esta, indubitavelmente, serve de alicerce para o enquadramento nos padrões estabelecidos socialmente pela hegemonia heteronormativa. O Usuário D reforça que:

> Gente, sério... às vezes parece que namoro gay é tipo um unicórnio: todo mundo fala, mas ninguém vê. Você abre o Grindr e é só "curte agora", o Tinder vira um jogo de ghosting, e o Instagram parece um catálogo de situationships sem futuro. Mas será que amor gay não existe mesmo, ou a gente só tá procurando errado? (Usuário D, 2025)[10].

Com isso, a temática do enquadramento social (Goffman, 2012) e o fracasso ganham visibilidade nos relatos, sinalizando que as falas estão interligadas a pensamentos vazios e a um senso de abandono ao tentar buscar um amor romântico gay no *Tinder*. Portanto, conforme Jack Halberstam (2020, p. 7), "fracasso é algo que pessoas *queer* fazem e sempre fizeram excepcionalmente bem". O fracasso, nesse sentido, pode alertar para um pertencimento de aceitação à identidade que foi mascarada pela crononormatividade, revelando uma ligação à linguagem de resistência histórica.

Sendo assim, devemos exercitar o pilar da diversidade sob a ótica dos múltiplos marcadores sociais, sejam eles de classe, gênero ou raça, a fim de não mergulharmos nas imposições sociais refletidas pelo fracasso. Muito embora o fracasso recaia sob um tom negativo, é nesse repensar que assumimos a naturalidade de sermos sujeitos livres das amarras mentais da coletividade normativa. Decerto, devemos provocar aquilo que foi

[10] Descrição do Print de tela do Thread retirado no dia 06 de agosto de 2024. Usuário D realizou a postagem no dia 02 de abril de 2025.

negado como pertencimento histórico e, assim, possibilitar um pensamento atemporal à luz das experiências dos sujeitos diante das relações estabelecidas na contemporaneidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos relatos publicados no *Threads* permite compreender como homens cisgays narram frustrações, expectativas e desencantos relacionados às experiências afetivas vivenciadas no *Tinder*. As falas examinadas evidenciam, sobretudo, a presença de insatisfações diante da dificuldade de estabelecer vínculos considerados duradouros, bem como inquietações relacionadas à idade, à solidão e às expectativas socialmente construídas em torno do amor romântico. Nesse sentido, os relatos devem ser compreendidos como manifestações discursivas situadas, nas quais diferentes formas de experimentar e significar as relações afetivas são colocadas em circulação, sem que representem a totalidade dos usuários de aplicativos de relacionamento.

A ironia e a frustração presentes nos relatos analisados permitem perceber tensões em relação às expectativas de linearidade, estabilidade e realização amorosa. Quando os sujeitos questionam a possibilidade de encontrar o "amor verdadeiro", problematizam a ideia de que suas trajetórias afetivas devam necessariamente seguir um percurso marcado pela formação de um casal, pela estabilidade e pela consolidação de um relacionamento. Mais do que demonstrar uma ruptura efetiva com a crononormatividade, essas narrativas evidenciam momentos de questionamento e deslocamento diante dos roteiros temporais que organizam socialmente as experiências amorosas.

Nesse contexto, a noção de crononormatividade contribui para compreender como determinadas expectativas sobre idade, estabilidade e realização afetiva atravessam as experiências narradas. Os relatos sugerem que o sentimento de inadequação ou frustração decorre tanto da ausência de vínculos quanto da percepção de não corresponder a determinados parâmetros socialmente estabelecidos para a vida afetiva. A temporalidade, portanto, aparece como dimensão cronológica e também como elemento que participa da construção das expectativas e da avaliação das próprias trajetórias.

As narrativas analisadas também podem ser relacionadas ao capitalismo emocional, na medida em que expressam experiências de escolha, comparação, expectativa e avaliação presentes nas relações mediadas por aplicativos. Entretanto, considerando os limites do corpus, não é possível afirmar, a partir dos quatro relatos, como os mecanismos algorítmicos atuam diretamente sobre as experiências dos sujeitos. O que os dados permitem observar é que os usuários narram suas experiências em um ambiente marcado por dinâmicas de seleção e negociação afetiva, que podem ser interpretadas à luz das discussões sobre capitalismo emocional e mediação digital.

Desse modo, o *Threads* assume importância como espaço de acesso aos relatos e, acima de tudo, como lugar de circulação pública de discursos nos quais experiências

afetivas são narradas, compartilhadas e ressignificadas. O estudo de caso permite observar como sujeitos negociam discursivamente suas expectativas diante dos modelos de amor e de trajetória afetiva socialmente estabelecidos. A frustração e a ironia, nesse sentido, constituem manifestações que tensionam esses modelos, revelando fissuras, questionamentos e limites em sua experiência cotidiana nas redes sociais.

Por fim, a análise aponta para a necessidade de compreender as experiências afetivas de homens cisgays para além de uma única trajetória temporal considerada legítima. As narrativas examinadas evidenciam que as expectativas de amor, estabilidade e realização assumem diferentes formas de vivência, sendo continuamente negociadas pelos sujeitos. Assim, a reconstrução subjetiva pode ser compreendida como um processo contínuo, no qual diferentes formas de experimentar o afeto, o desejo e os vínculos coexistem e tensionam os modelos normativos de existência. Mais do que afirmar uma ruptura definitiva com as temporalidades hegemônicas, os relatos analisados permitem reconhecer a existência de experiências que questionem, negociem e reelaboram continuamente os sentidos atribuídos ao tempo, ao amor e às próprias trajetórias afetivas.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Izzie. Contra a crononormatividade: como um conceito de tempo queer pode desafiar as ideias tradicionais de progresso histórico? **Pluralidade**. Seção: Ciências Sociais. Vol. 1 – Ondas de Percepção, 2024. Disponível: https://www.medanthrotheory.org/plurality/article/view/10074. Acesso: 10 jul. 2025.

BARROS, José D'assunção. **História Digital:** a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 2: O poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 1-202.

FERREIRA, João Victor Pessanha. **Crenças sobre o aplicativo tinder**: um estudo na perspectiva da teoria da ação planejada. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maceió, 2021.

FREEMAN, Elizabeth. **Time Binds**: Queer temporalities, queer histories. Durham and London: Duke University Press, 2010.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas/ Tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis. Editora: Vozes, 2012.

HALBERSTAM, Jack. **A arte queer do fracasso**. Companhia Editora de Pernambuco – Cepe [Tradução], Recife – PE, 2020.

HINE, Christine. For na ethnography to the internet: changes and new challenges. Entrevista concedida a Bruno Campanella. **MATRIZes**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 167-173, jul./dez. 2015.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KVELLER, Daniel Boianovsky. **Dissidências sexuais, temporalidades queer**: Uma crítica ao imperativo do progresso e do orgulho. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre – RS, 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

OLIVEIRA, Sayonara Amaral de; SOARES, Mayana Rocha. Literatura gay: manual para se tornar um homossexual respeitável. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 6, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas inicias de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 309-333, jul-dez, 2016.

SAMPAIO, Fabrício de Sousa. Da "cara" ao match: os percursos digitais de "pegação" gay no tinder. **Anais do IV Desfazendo Gênero** – Revista Desfazendo Gênero, 2019.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. "A epistemologia do armário". **Cadernos Pagu**, 28: 19-54, (2007).

SOLANA, Mariela. Asincronía y crononormatividad. Apuntes sobre la idea de temporalidade queer. **El banquete de los Dioses**. Seção: Sexo, deseo, placer, discusiones sobre diversidade sexual y pensamento queer em la filosofia y la teoría política conteporáneas, v. 5, n. 7, novembro 2016 a maio 2017.

SPIRANDEO, Vanessa Neme; MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Enquadramentos em análises de dinâmicas interacionais: aproximações entre Goffman e Butler. **Sur le journalisme, About journalism**, v. 12, n. 1, p. 130-197, 15 jun. 2023.

VALENCIA, Sayak. Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Global. **Caderno Espaço Feminino** – Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEN), Uberlândia – MG, v. 36, n. 1, jan./jun, 2023.

VASCONCELOS, Mário Fellipe Fernandes Vieira; DUQUE, Tiago. Aplicativos de relacionamento como artefatos culturais tecnológicos: masculinidades em tempo de apagamento das diferenças. **Campos**. V. 25, n. 1, p. 51-73 – jan./jun, 2024.

Recebido em: 28/06/2026
Aceito em: 10/10/2026

ENSAIOS

“A LEI BASTA?”: DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES TRANS NEGRAS NA REDE BÁSICA DE ENSINO FRENTE A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

“IS THE LAW ENOUGH?”: CHALLENGES FACED BY BLACK TRANS STUDENTS IN BASIC EDUCATION IN LIGHT OF THE NATIONAL EDUCATION GUIDELINES AND FRAMEWORK LAW (LDB)

Lilian Alexandra[1]
Marco Túilo da Cunha Silva Moreira[2]

Resumo: o presente ensaio teórico analisa os desafios enfrentados por estudantes trans negras na educação básica brasileira, em interlocução crítica com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Parte-se do pressuposto de que, embora a legislação assegure princípios de igualdade de acesso e permanência, sua efetivação revela-se desigual quando atravessada pelas intersecções entre raça, gênero e identidade de gênero. O objetivo consiste em analisar os limites e possibilidades das garantias educacionais previstas na legislação brasileira diante das experiências escolares de estudantes trans negras, considerando como a produção acadêmica e os marcos legais evidenciam tensões entre igualdade formal e desigualdades estruturais. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de dispositivos legais, articulando contribuições dos campos dos estudos de gênero, sexualidade, interseccionalidade e relações raciais. A análise evidencia que a formulação universalizante das garantias educacionais, embora fundamental para a afirmação do direito à educação, apresenta limites diante das experiências marcadas pela articulação entre racismo e transfobia, apontando para a necessidade de políticas educacionais comprometidas com o reconhecimento das especificidades e com a equidade no contexto escolar.
Palavras-chave: Interseccionalidade; violência simbólica; inclusão; equidade; políticas educacionais.

Abstract: this theoretical essay analyzes the challenges faced by Black transgender students in Brazilian basic education through a critical dialogue with the National Education Guidelines and Framework Law (Law No. 9,394/1996). It is based on the assumption that, although legislation ensures principles of equal access and access and retention in education, its implementation becomes unequal when shaped by the intersections between race, gender, and gender identity. The objective is to analyze the limits and possibilities of the educational guarantees established by Brazilian legislation in relation to the school experiences of Black transgender students , considering how academic production and legal frameworks reveal tensions between formal equality and structural inequalities. Methodologically, this is a qualitative theoretical essay grounded in bibliographic review and documentary analysis of legal provisions, incorporating contributions from the fields of gender studies, sexuality, intersectionality, and race relations. The analysis demonstrates that the universalizing formulation of educational guarantees, although fundamental for affirming the right to education, presents limitations when confronted with experiences shaped by the articulation between racism and transphobia, highlighting the need for educational policies committed to recognizing specificities and promoting equity within the school context.
Keywords: Intersectionality; symbolic violence; inclusion; equity; educational policies.

1 INTRODUÇÃO

A educação básica brasileira, enquanto etapa estruturante dos processos formativos iniciais, orienta-se pelos princípios estabelecidos no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da

[1] Mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora(UFJF), é graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com atuação em pesquisas nas áreas de História da África, Educação Histórica e Patrimônio Afro-brasileiro.

[2] Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (PPGEO-UFV) e Licenciado e Bacharel em Geografia pelo Departamento de Geografia da UFV (DGE-UFV).

Educação Nacional (LDB), fundamentados na garantia de acesso, permanência e igualdade de condições para todos os sujeitos (Brasil, 1996); contudo, a efetivação desses princípios mostra-se desigual quando analisada a partir das experiências de estudantes trans negras, cujas trajetórias escolares são atravessadas por múltiplas e interdependentes formas de exclusão articuladas às dimensões de raça, gênero e identidade de gênero[3].

Embora se reconheçam avanços nas últimas décadas quanto à presença e valorização de corpos negros no ambiente escolar, especialmente com a implementação da Lei nº 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana com vistas ao reconhecimento da contribuição da população negra e ao enfrentamento do racismo (Brasil, 2003), a articulação interseccional entre raça e gênero, particularmente no que tange às vivências dessas estudantes, ainda se configura como um campo recente de debate e intervenção no contexto educacional, evidenciando a persistência de hierarquias e normatividades que limitam a plena concretização de uma educação efetivamente inclusiva.

Nessa perspectiva, a escola, para além de ser compreendida como espaço de formação e socialização, deve ser analisada como instância de produção, regulação e legitimação de normas sociais, operando, em um contexto historicamente marcado por hierarquizações, por meio da reiterada inscrição de padrões de gênero, sexualidade e raça que contribuem para a naturalização de práticas discriminatórias e para a reprodução de formas de violência simbólica que incidem sistematicamente sobre sujeitos dissidentes. Para Bourdieu (1998), a violência simbólica caracteriza-se por mecanismos sutis de imposição de significados e hierarquias que são incorporados como naturais pelos sujeitos, contribuindo para a reprodução de desigualdades. No ambiente escolar, essas práticas podem ser observadas na naturalização de padrões cisheteronormativos que regulam corpos, identidades e formas legítimas de existência. Nesse cenário, a ausência de um currículo comprometido com a pluralidade e de profissionais da educação preparados para dialogar com a diversidade tende a produzir um ambiente escolar profundamente desigual, ao reiterar padrões normativos historicamente estabelecidos que não convergem com a garantia das liberdades, da dignidade e do pleno desenvolvimento dos estudantes.

Essas dinâmicas não apenas comprometem os processos de inclusão na comunidade escolar, mas impactam diretamente a permanência e as trajetórias de sujeitos da comunidade LGBTQIAPN+, com enfoque, neste ensaio, nas estudantes trans negras, evidenciando barreiras estruturais que extrapolam o plano individual e se inscrevem nas políticas educacionais e nas práticas institucionais, o que impõe a necessidade de problematizar os limites das garantias legais frente às condições concretas de escolarização[4]. Nesse sentido, a análise da produção acadêmica sobre a temática constitui

[3] Pessoas transgênero, ou trans, são aquelas cujo gênero designado ao nascimento difere do gênero com o qual se identificam (Conder, 2024).

[4] LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias, entre outras (Conder, 2024).

ferramenta fundamental para a compreensão crítica dessas dinâmicas e para a identificação de caminhos teórico-metodológicos que contribuam para o enfrentamento do racismo e da transfobia no ambiente escolar, subsidiando a formulação de políticas educacionais e práticas pedagógicas mais inclusivas e comprometidas com a equidade, em consonância com o marco jurídico brasileiro, representado pela Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e pela decisão do Supremo Tribunal Federal na ADO nº 26 e no MI nº 4.733, que reconheceu a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo (Brasil, 1989, 2019).

Diante desse cenário, este ensaio parte da seguinte questão: em que medida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ao operar a partir de princípios universalizantes de igualdade, acesso e permanência escolar, consegue contemplar as experiências específicas de estudantes trans negras, cujas trajetórias são atravessadas simultaneamente por desigualdades raciais e de gênero? Sustenta-se, neste ensaio, que, embora a legislação representa um avanço fundamental na garantia formal do direito à educação, sua formulação abrangente tende a invisibilizar demandas específicas desses sujeitos, evidenciando a necessidade de políticas educacionais orientadas por uma perspectiva interseccional.

Este ensaio teórico caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de caráter crítico-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de marcos legais relacionados à educação, gênero, sexualidade, relações raciais, população trans e políticas educacionais. A reflexão desenvolvida parte do diálogo com produções acadêmicas selecionadas por sua relevância teórica para compreender as experiências escolares dessas estudantes e as tensões existentes entre garantias normativas e desigualdades estruturais.

Foram mobilizados estudos dos campos da educação, dos estudos de gênero, da interseccionalidade e das relações raciais, articulados à análise de dispositivos legais que orientam a organização da educação brasileira e a garantia de direitos. A análise foi realizada por meio de leitura interpretativa e organização temática dos referenciais selecionados, considerando como categorias centrais a interseccionalidade, a violência simbólica, a inclusão e a permanência escolar. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases acadêmicas digitais, incluindo Google Scholar, SciELO e repositórios institucionais, considerando produções publicadas entre 1996 e 2025, período delimitado pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas produções contemporâneas sobre diversidade, gênero e educação.

2 DESENVOLVIMENTO

Fundamentando-se em França (2025), a escola assume um papel essencial, visto que é uma das instituições centrais de socialização e formação de valores. Longe de se configurar como um espaço neutro ou meramente transmissor de conhecimentos, o

ambiente escolar constitui-se como um campo atravessado por disputas simbólicas, no qual valores, hierarquias e padrões sociais são continuamente reafirmados e naturalizados, refletindo, em grande medida, as estruturas e desigualdades presentes na sociedade mais ampla. Nesse sentido, apesar dos avanços legais, a realidade cotidiana nas escolas brasileiras ainda está longe de refletir plenamente esses princípios.

França (2025), destaca o ambiente escolar, como um espaço frequentemente permeado por tensões e insensibilidade às questões vinculadas à diversidade sexual e de gênero. Embora a LDB estabeleça princípios fundamentais para a organização da educação nacional, ancorados na garantia de acesso, permanência e igualdade de condições, sua efetivação no que concerne à inclusão de sujeitos historicamente marginalizados revela limites significativos. Conforme disposto no Art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996):

> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] XII – consideração com a diversidade étnico-racial; [...] XIV – respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Brasil, 1996, p. 11).

Ainda que o texto legal enuncie valores como igualdade, diversidade e respeito, tais formulações operam em uma perspectiva universalista, não explicitando as especificidades de sujeitos que vivenciam múltiplas formas de opressão, como as estudantes analisadas neste ensaio. Nesse sentido, observa-se que, embora haja menção à diversidade étnico-racial, a legislação silencia quanto às questões de identidade de gênero e às intersecções entre raça e gênero, desconsiderando as formas particulares de violência, exclusão e vulnerabilização que atravessam essas experiências no espaço escolar. Esse universalismo jurídico, embora fundamental para a afirmação do direito à educação, apresenta limites quando aplicado a sujeitos cuja experiência escolar é marcada por desigualdades que não se distribuem de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais.

Tal ausência evidencia não apenas um limite normativo, mas um entrave concreto à garantia de segurança e permanência desses sujeitos, tanto dentro quanto fora da escola. Assim, torna-se evidente a necessidade de que os dispositivos legais avancem para além de princípios abstratos, incorporando o reconhecimento explícito dessas existências e a formulação de medidas que assegurem, de fato, condições dignas de aprendizagem e pertencimento. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2025), apenas 25% das pessoas trans estão inseridas no mercado formal de trabalho no Brasil, além de apresentarem rendimentos, em média, significativamente inferiores aos da população geral;

nesse sentido, tais dados evidenciam como essas desigualdades extrapolam o espaço escolar, projetando-se de forma ampla nas dinâmicas socioeconômicas. Esses dados reforçam que a ausência de reconhecimento e proteção efetiva nos marcos institucionais contribui para a reprodução de desigualdades estruturais ao longo das trajetórias desses sujeitos, evidenciando a urgência de políticas públicas integradas que articulem educação, trabalho e direitos sociais.

Segundo Costa (2025) no que tange ao direito à educação das estudantes transexuais e travestis, são impostas múltiplas barreiras perante essas pessoas, seja para acessar o mercado formal de trabalho, a educação, e até mesmo os serviços públicos, sendo estigmatizadas socialmente. Inserida em uma estrutura social marcada por desigualdades históricas, a escola tende a privilegiar determinados modos de existência que se alinham a padrões hegemônicos, contribuindo para a marginalização de sujeitos que escapam a essas normatividades. A produção dessas desigualdades não se dá apenas por meio de práticas explícitas de discriminação, mas também através de mecanismos sutis e cotidianos que operam no nível simbólico, configurando formas de exclusão frequentemente invisibilizadas e socialmente legitimadas.

Tais dinâmicas incidem diretamente sobre as condições de permanência e sobre as possibilidades de desenvolvimento pleno desses sujeitos, evidenciando que a exclusão escolar não se limita à ausência física, mas se expressa também na negação de pertencimento e de legitimidade no espaço educativo. Para além do espaço escolar, essas dinâmicas se manifestam, por exemplo, na recusa sistemática ao reconhecimento do nome social em diferentes espaços sociais e institucionais, expondo pessoas trans a constrangimentos, violências simbólicas e situações de deslegitimação de suas identidades. Esse tipo de desrespeito, amplamente naturalizado na sociedade, impacta diretamente a autoestima, a segurança e as possibilidades de circulação desses sujeitos, repercutindo também em suas trajetórias educacionais. Desse modo, a análise da escola como espaço de normatização e produção de desigualdades permite compreender que os processos de exclusão não são episódicos ou individuais, mas estruturais, estando profundamente enraizados nas formas pelas quais a instituição escolar organiza, classifica e hierarquiza as diferenças.

Para Costa (2025), a análise das trajetórias escolares de estudantes trans negras requer a mobilização de uma abordagem capaz de apreender a complexidade das relações sociais que estruturam suas experiências. Isso ocorre devido ao preconceito que as pessoas têm ao que é considerado, na visão cisheteronormativa, diferente e pelo próprio desconhecimento sobre o que é ser uma pessoa transgênero. Nesse sentido, para Davis (2016), a perspectiva de articulação entre raça, gênero e classe constitui um instrumental analítico fundamental, ao evidenciar que as desigualdades não operam de forma isolada,

mas por meio da imbricação simultânea de diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e identidade de gênero.

A perspectiva interseccional permite compreender que raça, gênero e identidade de gênero não constituem dimensões isoladas da experiência social, mas categorias que se produzem mutuamente na organização das desigualdades. Conforme Crenshaw (2002), determinadas formas de opressão não podem ser analisadas a partir de um único marcador, pois sujeitos posicionados em diferentes sistemas de poder vivenciam formas específicas de discriminação. Nesse sentido, compreender as trajetórias dessas sujeitas exige ultrapassar análises que tratem separadamente racismo e transfobia, considerando como essas estruturas operam conjuntamente no espaço escolar.

Para Collins (2019), a interseccionalidade permite compreender como diferentes sistemas de dominação estruturam experiências sociais específicas, não apenas pela soma das desigualdades, mas pela forma como essas relações se articulam na produção de posições sociais distintas. Assim, as experiências sociais não podem ser reduzidas isoladamente ao racismo ou à transfobia, uma vez que essas estruturas operam conjuntamente na produção de vulnerabilidades e formas particulares de exclusão escolar. Dessa forma, a interseccionalidade não constitui apenas uma soma de categorias analíticas, mas uma ferramenta epistemológica capaz de evidenciar como estruturas de poder racializadas e generificadas produzem experiências escolares distintas e desiguais.

A condição dessas estudantes, nesse contexto, não pode ser compreendida a partir de uma lógica aditiva de opressões, mas sim como resultado de uma imbricação estrutural que produz formas específicas e qualitativamente distintas de exclusão. Segundo Esposti (2025) para quem experienciou a escola, compreende que ela pode ser tanto acolhedora para com a diversidade quanto opressora para quem é “diferente”. Trata-se de experiências situadas na confluência de sistemas históricos de dominação que se reforçam mutuamente, configurando um campo de vulnerabilidade acentuada no interior do espaço escolar. Essas dinâmicas manifestam-se tanto por meio de práticas explícitas de discriminação quanto através de mecanismos mais difusos e naturalizados. Ao entrevistarem estudantes trans negras no ensino básico de Pernambuco destacam Alves, Mascarenhas e Pereira (2024):

> É na escola que meninas são ensinadas sobre seu papel social e meninos ensinados como se comportarem na sua vida cotidiana, em especial, cumprindo o papel de ser homem ou mulher. É aquela máxima “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. É ainda no ensino básico que as crianças são separadas para exercerem atividades lúdicas com seus respectivos grupos, com a premissa de existir brincadeiras específicas de meninos e meninas, ou seja, o que prevalece é meninos jogam bola, enquanto meninas brincam de amarelinha ou outra atividade (Alves; Mascarenhas; Pereira, 2024, p. 7).

Ademais, os impactos dessas formas de exclusão incidem diretamente sobre as trajetórias educacionais desses sujeitos, afetando não apenas o acesso formal à escola, mas sobretudo as condições de permanência, pertencimento e desenvolvimento. Nesse sentido, a evasão escolar, as rupturas nos percursos formativos e os baixos níveis de engajamento não podem ser compreendidos como fenômenos individuais, mas como expressões de desigualdades estruturais que limitam, de maneira sistemática, as possibilidades de inserção plena desses estudantes no espaço educacional. Ainda segundo os autores Alves, Mascarenhas e Pereira (2024):

> Contudo, as pessoas que destoam desse padrão e têm sua expressão de gênero questionada, acabam vivenciando punições simbólicas. Mulheres trans e travestis são excluídas de suas relações interpessoais, e já a partir desse momento, são violentadas e discriminadas (Alves; Mascarenhas; Pereira, 2024, p. 7).

A existência de garantias normativas voltadas à igualdade educacional não elimina, por si só, as desigualdades produzidas nas práticas institucionais. A distância entre o reconhecimento formal de direitos e sua efetivação no cotidiano escolar evidencia que grupos historicamente vulnerabilizados continuam enfrentando barreiras que ultrapassam o âmbito jurídico. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar os mecanismos de implementação e acompanhamento das políticas educacionais, de modo a contemplar demandas específicas e assegurar condições concretas de inclusão, permanência e pertencimento.

No que se refere às experiências das alunas, essa lacuna torna-se ainda mais evidente, uma vez que a legislação, embora fundada em princípios universalistas, não contempla de maneira específica as particularidades decorrentes da articulação entre identidade de gênero e pertencimento racial. Nesse sentido, Costa (2025) destaca que, embora a adoção de políticas de cotas para pessoas trans e travestis represente um avanço e possa, em alguma medida, mitigar as desigualdades enfrentadas por essa população, tais iniciativas ainda se mostram insuficientes diante da complexidade das exclusões vivenciadas.

Nesse contexto, os dispositivos legais revelam-se insuficientes para enfrentar desigualdades concretas e historicamente produzidas, exigindo a incorporação de perspectivas que considerem a diversidade de experiências e as especificidades dos sujeitos que compõem o espaço escolar. A falta de mecanismos efetivos de implementação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais reforça a fragilidade dessas garantias no plano prático. Assim, a análise das políticas educacionais permite identificar não apenas avanços pontuais no reconhecimento da diversidade, mas também a

persistência de um modelo educacional que, ao operar sob lógicas normativas excludentes, ainda não se mostra capaz de assegurar, de forma plena, condições de inclusão, permanência e reconhecimento para estudantes trans negras na educação básica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos desafios enfrentados por estudantes trans negras na educação básica brasileira evidencia a presença de barreiras estruturais que atravessam e condicionam sistematicamente suas trajetórias escolares, de modo que, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabeleça princípios de igualdade de condições, acesso e permanência, a materialização dessas garantias é tensionada por dinâmicas sociais que produzem e reproduzem desigualdades no espaço escolar. Nesse sentido, o ensaio em diálogo com a literatura demonstra que tais desigualdades não constituem fenômenos isolados, mas expressões de uma lógica estrutural pautada em padrões normativos excludentes, sendo a articulação entre raça, gênero e identidade de gênero indispensável para compreender a complexidade das experiências dessas estudantes e a forma imbricada como diferentes sistemas de opressão operam na produção de processos de marginalização.

Assim, a questão apresentada no título “a lei basta?” revela que a existência de garantias normativas, embora indispensável, não é suficiente quando não acompanhada de políticas capazes de reconhecer sujeitos historicamente invisibilizados. A análise evidencia que o desafio não está apenas na ampliação dos direitos formalmente assegurados, mas na transformação das práticas institucionais que ainda reproduzem desigualdades no cotidiano escolar. Nesse sentido, evidencia-se que a garantia formal de direitos, quando dissociada de mecanismos efetivos de implementação, é insuficiente para assegurar condições concretas de inclusão e permanência, uma vez que a persistência de práticas discriminatórias e de violência simbólica aponta para a necessidade de revisão das bases que estruturam as políticas educacionais e as práticas institucionais.

Como limite, destaca-se que este ensaio não pretende esgotar a complexidade das experiências dessas alunas negras na educação básica, mas contribuir para a problematização das relações entre legislação educacional, desigualdades estruturais e práticas escolares. Desse modo, pesquisas futuras de caráter empírico podem aprofundar a análise das experiências desses sujeitos em diferentes contextos educacionais, investigando como políticas públicas e práticas institucionais são efetivamente construídas e vivenciadas no cotidiano escolar.

Assim, a construção de uma educação efetivamente inclusiva demanda não apenas o reconhecimento da diversidade, mas a incorporação de perspectivas críticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades historicamente produzidas, o que implica o desenvolvimento de políticas educacionais comprometidas com a equidade e a adoção de

práticas pedagógicas que promovam reconhecimento, pertencimento e valorização das diferenças, contribuindo para a consolidação de um ambiente escolar mais justo, plural e socialmente referenciado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriano de F.; MASCARENHAS, Aline D. N.; PEREIRA, Jônatan D. S. “Nem tudo são flores”: os desafios no acesso e permanência à educação básica e superior de pessoas transexuais e travestis em Pernambuco. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 3, p. 1764–1780, set./dez. 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ia.v49i3.79466. Acesso em: 09 abr. 2026.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil,** 1998. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioes/pages/arquivos/fabio_lanza/Textos_Soc.%20Relig/3.Mod_BOURDIEU%20P.%20O%20Poder%20Simbolico.pdf. Acesso em: 08 jul. 2026.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. Estudo do Ipea revela desigualdades persistentes na inserção de pessoas trans no mercado formal de trabalho. 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 09 abr. 2026.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal (STF)**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e Mandado de Injunção (MI) nº 4.733. Equipara a LGBTfobia ao crime de racismo. Julgado em 13 jun. 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053. Acesso em: 12 abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Boitempo**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/wp-content/uploads/2019/12/minilivroboitempo_patricia-hill-collins.pdf. Acesso em: 08 jul. 2026.

CONDER. Cartilha de orientação LGBTQIAPN+. **Salvador**: Comitê de Conduta Ética/DIPRE, 2024. Disponível em: https://www.conder.ba.gov.br/sites/default/files/2024-06/Cartilha_%20LGBTQIAPN_2024.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

COSTA, Mônica A. da. **O direito à educação das pessoas transexuais e travestis**: desafios e obstáculos para acesso e permanência na educação básica. 2025. Dissertação (Mestrado em

Direito) – Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/46977. Acesso em: 12 abr. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 08 jul. 2026.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPOSTI, Cleber F. M. **Normas de gênero e performatividade no contexto escolar**: implicações que violam o direito à educação de pessoas LGBTQIA+. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Área das Ciências da Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Joaçaba, SC, 2025. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/405cfc91000ef0bea5448b015ea07d18/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 20 abr. 2026.

FRANÇA, Magno de M. **Educação em direitos humanos**: a inclusão da temática LGBTQIAPN+ na formação escolar. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2025. Disponível em: https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/43749. Acesso em: 12 abr. 2026.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Formação Docente (GEPPFOR), vinculado à Universidade Federal de Viçosa (UFV). Agradecemos à Profa. Dra. Rita Márcia Andrade Vaz de Mello, coordenadora do GEPPFOR, e aos integrantes da Diretoria de Pessoas.

Recebido em: 04/05/2026
Aceito em: 15/07/2026

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA TERRITORIAL NO EXTREMO SUL DA CIDADE DE SÃO PAULO: ENCONTROS ENTRE SEXUALIDADE, CULTURA, TERRITÓRIO E RELIGIÃO

A TERRITORIAL EXPERIENCE REPORT IN THE FAR SOUTH OF THE CITY OF SÃO PAULO: ENCOUNTERS BETWEEN SEXUALITY, CULTURE, TERRITORY, AND RELIGION

Ryan Dutra Rodrigues[1]
Marcelo Vituzzo Perciani[2]

Resumo: a presente pesquisa apresenta um autorrelato que se debruça sobre territorialidade, cultura, religião e sexualidade. O território aqui descrito não é só uma extensão física, mas também simbólica da cultura, dos sujeitos que ali residem, afetam e se deixam afetar cotidianamente. Com a religião não é diferente, a narrativa explora as especificidades da capacidade religiosa humana e cultural de organizar a realidade. Nesse sentido, como objetivo geral, a pesquisa explorou um autorrelato sobre a experiência territorial de um homem gay em Parelheiros, extremo sul da cidade de São Paulo. Os métodos utilizados para o seu desenvolvimento, foram empregados a autoetnografia enquanto apropriação de histórias e narrativas pessoais e afetivas do território, confluindo com a escolha epistemológica sobre a égide da Psicologia social crítica, e da exploração qualitativa do autorrelato. Acerca dos resultados e da conclusão, a presente pesquisa elenca a importância acadêmica e sócio-histórica imbricada na autoetnografia enquanto exploração territorial e sócio-histórica da história pessoal e da memória enquanto dado historiográfico e potência de ação frente ao apagamento de histórias Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e demais dissidências sexuais e de gênero (LGBTQIA+).
Palavras-chave: Psicologia social; Território; LGBTQIA+; Psicologia Sócio-Histórica; Estudos da Religião.

Abstract: this study presents an autobiographical account focused on territoriality, culture, religion, and sexuality. The territory described here is understood not merely as a physical space, but also as a symbolic extension of the culture and of the individuals who inhabit it, shaping and being shaped by it through their everyday experiences. Religion is no exception, as the narrative explores the specificities of the human and cultural capacity to organize reality through religious frameworks. Accordingly, the general objective of this study was to explore an autobiographical account of the territorial experience of a gay man living in Parelheiros, in the southernmost region of the city of São Paulo, Brazil. The methodological approach employed autoethnography as a means of appropriating personal and affective histories and narratives related to the territory, in conjunction with the epistemological framework of Critical Social Psychology and a qualitative exploration of autobiographical narrative. Regarding the findings and conclusions, this study highlights the academic and socio-historical relevance of autoethnography as a method for territorial and socio-historical inquiry into personal history and memory, recognizing memory as both historiographical evidence and a source of agency in confronting the historical erasure of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transgender, Queer, Intersex, Asexual, and other sexually and gender-diverse (LGBTQIA+) histories.
Keywords: Social Psychology; Territory; LGBTQIA+; Socio-Historical Psychology; Religious Studies.

1 INTRODUÇÃO

Cultura, território e religião são temas complexos, porém corriqueiramente referenciados em estudos de psicologia social, sociologia e história. Essas ciências e áreas

[1] Psicólogo com atuação sócio-histórica e cultural e terapias afirmativas, Homem gay formado pela FMU (2024 - Prouni), Pós-graduado em Psicologia Social e Comunitária (2026), e Pós-graduado em Antropologia Cultural e Social e Religiões Comparadas (2025). Revisor e conselheiro editorial (Aurum editora).

[2] Mestre em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Professor Universitário. Coordenador de estágio e extensão e membro do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração à Distância da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo.rasil de então que tinha, como eixo principal de sua formação social, a escravatura como modelo de trabalho.

de estudo, apesar de epistemologias e atuações distintas, podem contribuir mutuamente para o enriquecimento de debates. Neste caso, a pesquisa em questão se baseia em um relato de experiência, mais especificamente, uma experiência narrativa territorial pessoal do pesquisador enquanto homem gay no extremo sul da cidade de São Paulo, na região de Parelheiros.

O relato de experiência pessoal surge como alternativa para uma exploração concreta e material de vivências psicossociais e comunitárias, uma releitura da "observação participante" que corriqueiramente se percebe em trabalhos de campo ou antropológicos. Neste caso, a história, a memória, os afetos e o sujeito são a matéria prima do estudo. A religião está no dia-a-dia da população brasileira, é praticamente impossível dissociar as diferentes religiões da cultura e da identidade do Brasil. Algumas religiões se destacam em detrimento de outras, considerando o objetivo geral, a pesquisa explora as narrativas de um relato de experiência de vivência territorial autoétinografica focada na expressão da sexualidade voltada a comunidade "Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual, Queer, Intersexo, Assexual e demais dissidências sexuais e de gênero" (LGBTQIA+) no extremo sul da cidade de São Paulo, buscando compreender especificidades que atravessam a subjetividade do homem gay. Toma-se como as palavras do pesquisador, as asserções levantadas por pervursores da psicologia Sócio-histórica acerca da psicologia atual e os motivos do desenvolvimento da presente pesquisa:

> A psicologia não tem sido capaz de, ao falar do fenômeno psicológico, falar de vida, das condições econômicas, sociais culturais na qual se inserem os homens. A psicologia tem, ao contrário, contribuído significativamente para ocultar essas condições. (...) fala-se da sexualidade sem falar da tradição judaico-cristã de repressão à sexualidade (...) fala-se do psicológico sem falar do cultural e do social. Na verdade, não se fala de nada. Faz-se ideologia! (Bock; Gonçalves; Furtado, 2002, p. 25).

O artigo foi apresentado ao curso de Pós-graduação (lato-sensu) em Psicologia Social e Comunitária da Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP), como trabalho de conclusão de curso (TCC) e obtenção de título de especialista. Visando contribuir com o debate da psicologia social, em especial ao que denomina-se psicologia social crítica, que busca explorar as influências na subjetividade dos sujeitos por meio de variáveis sócio-históricas, culturais e econômicas, também levando em consideração as relações de poder imbricadas nos atravessamentos das relações, esse trabalho amplia o debate sobre território e a influência dinâmica e dialética que ocorre entre a formação subjetiva de corpos diversos em um território.

Sua significância amplia o debate teórico com aproximações para a prática da psicologia social, neste caso, na concretude de um relato de experiência. Contribuindo para

essa aproximação de teoria/prática, pesquisador/objeto pesquisado, a presente pesquisa sustenta sua contribuição acadêmica e social, buscando ampliar e aproximar o estudo de campo como uma possibilidade concreta da atuação da Psicologia social, possível por meio de narrativas pessoais ou grupais, sem que o rigor metodológico e o escopo científico seja inviabilizado.

Considerações éticas do trabalho envolvendo dados oriundos da experiência humana. A resolução nº 510 do Conselho Regional de Saúde delibera:

> Art. 1 o Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: I – pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; II – pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011; III – pesquisa que utilize informações de domínio público (...) (Brasil, 2016, p. 1).

Em consonância com as práticas éticas em pesquisa científica e a utilização de experiências humanas como matéria prima para pesquisa, tanto a resolução nº 510 (2016), quanto o manual do pesquisador (2025), apontam que, somente pesquisas na qual os dados *explícitos* de participantes terceiros, sendo estes qualitativas ou quantitativas, devem ser submetidos ao comitê de ética, tal qual, a etnografia ou autoetnografia, não se isentam. Ainda assim, tal como descrito nos documentos oficiais, pesquisas que utilizem informações de domínio público, tal qual, nomes de bairro ou regiões da cidade, ou que contextualizam experiências pessoais sem a identificação de terceiros ou a facilitação do contexto para a identificação de pessoas terceiras, torna a pesquisa isenta de sua submissão ao comitê. A autoetnografia aqui elaborada, apesar de descrever experiências concretas, se concentra na subjetividade pessoal do pesquisador, isentando dados diretos a terceiros, utilizando-se de informações de domínio público ou autobiografia.

2 MÉTODOS

O presente relato de experiência territorial ancora-se em métodos que dialogam entre si e que dão sentido à obra enquanto uma extensão da subjetividade e da história viva do sujeito. Evoco a asserção de Marconi e Lakatos (2017, p. 96) acerca da descrição do método:

> Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Nesse sentido, a descrição territorial, a experiência individual do pesquisador enquanto matéria prima para o estudo e a exploração dos afetos, se caracteriza como uma abordagem autoetnográfica, que por sua vez "Refere-se à análise descritiva das sociedades humanas" (Marconi; Lakatos, 2017, p. 127), ou neste caso, uma análise descritiva da vivência pessoal de um homem gay, em um território.

A autoetnografia, tal como descrevem Gama, Raimondi e Barros (2021, p. 3):

> A escrita de si, além de uma forma de ação e participação no mundo, é também uma maneira de se curar e não adoecer (...) curar-se de experiências traumáticas. Não adoecer diante dos múltiplos silenciamentos que experimentamos (...).

A autoetnografia, não se trata somente de uma forma de escrita de si e sobre si, mas também uma forma de resistência e de afirmações e reafirmações de formas diversas e não-binárias de vivenciar o mundo. O método aqui, é uma extensão da epstemologia escolhida e da qualidade da pesquisa, que é qualitativa. A epistemologia da psicologia social crítica e sócio-histórica cultural, se debruça sobre a história e os afetos, pois são deles surgem os tensionamentos necessários para perceber a realidade, e quando se elabora sobre história e afetos, não se fala somente de dados e números, mas também de subjetividades, caracterizando-se como uma pesquisa qualitativa.

Por fim, complementando o "conjunto de atividades sistemáticas" e o percurso epistemológico que sustenta a autoetnografia, a revisão narrativa da literatura contou com onze livros e e-books (11), quatro artigos científicos (4) e duas normativas oficiais acerca da normatização em pesquisa científica com seres humanos e ética em pesquisa (2).

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente obra, evoca concepções e asserções da psicologia social crítica organizadas por: (Bock; Gonçalves; Furtado, 2002; Bonin, 2013; Campos, 2007 e Sawaia, 2014; 2020), que compreendem o sujeito como um ser sócio-histórico e cultural, negando uma "suposta natureza humana" pré-concebida ou escondida, pronto a ser descoberta. Essa corrente ancorada no materialismo-histórico e dialético em Marx e posteriormente em Vigotski, defende a investigação do sujeito por meio de sua história, do meio social na qual são concebidos, e a cultura (economia, religião, costumes, língua...), que

são fundamentais e dinâmicos em sua formação (que não é estática, mas está em movimento), nesse sentido, o sujeito não é só passivo e receptivo ao externo, mas parte dinâmica e fundamental de mudança e transformação, de afetar e ser afetado.

Confluem também ao estudo, os estudos culturais (Silva; Hall; Woodward, 2014) que observam a cultura, também como um produto histórico e cultural, fator importante para a construção e identificação da identidade e da diferença enquanto pontos dialéticos de sua construção, que é tanto simbólica quanto social (2014, p. 10).

Contribui-se também os estudos sobre territorialidade (Barbosa, 2017), que ampliam o debate acerca da influência cultural no território, as perspectivas históricas, institucionais e da religião (Berger; Berger, 1977; Silva; Belotti; Silveira, 2010; Nogueira; Pereira; Toitio, 2020; Souza; Pátaro; Mezzomo, 2022; Rodrigues; Almeida, 2024 e Rodrigues; Pereira, 2024), que delimitam a base material e simbólica da realidade, elencando asserções acerca da cultura, sexualidade e da religião, que potencializam o debate acerca dos atravessamentos que podem influenciar a subjetividade do sujeito em um determinado território. Percebe-se então, uma perspectiva multidisciplinar no estudo, que não se excluem em suas epistemologias distintas, mas que podem confluir para uma análise sólida, crítica e não dada ou "natural" de fatos sócio-históricos e culturais.

3 TERRITÓRIO E CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL BRASILEIRO

Antes de adentrar nas especificidades subjetivas do território, cabe aqui o situar do contexto sócio-histórico e cultural brasileiro, pois, se de um lado é desafiador elaborar as multiplicidades que atravessam um território, por outro, sem sua contextualização em espaço, tempo e culturas, essa tarefa se torna impossível, um recorte a parte da própria realidade do território, podendo causar o esvaziamento de especificidades que o colocam em movimento.

O território brasileiro em perspectiva ampliada (macro), tal como contextualizam Silva, Belotti e Silveira (2010); Nogueira, Pereira e Toitio (2020), é marcado por mudanças significativas que o produziram como hoje o conhecemos. O enfoque dos organizadores das obras se pautam a partir da influência direta e indireta, do processo colonizatório português em terras (hoje) brasileiras. Esse processo não só foi gradual, mas também imbuído de violência (física e simbólica), contra os povos originários que já residiam nesse território. O simbólico neste caso, se mescla com as investidas dos colonizadores contra a cultura (modos de ser e estar no mundo), seus ritos e crenças de povos oriundos do território e a inserção da cultura colonizatória.

A partir do processo colonizatório (físico e simbólico), o território que posteriormente passará a ser conhecido como Brasil, passou por transformações drásticas (tanto em sua religião nacional, quanto no modo de vida do povo que ali residia, quanto nos meios de governo e mudanças econômicas), porém, nos atentemos ao aspecto cultural das

transformações religiosas. O Brasil passa então, a ser uma potência cristã, com o início claro e direto da influência católica nas artes, no modo de vida ético e moral da população, e costumes (Karnal, 2010), ir à igreja aos domingos vira um rito comunitário que é socioculturalmente e historicamente construído. Porém, a inserção de múltiplas vertentes do cristianismo (em especial as chamadas protestantes), colocam novamente em movimento a subjetividade territorial brasileira. O discurso da predestinação, do "povo escolhido por Deus", ou até mesmo da criação de subgrupos dentro do próprio protestantismo, gera um novo tipo de "cultura gospel", tal como observa Belotti (2010, p. 65):

> A mídia evangélica foi um ingrediente crucial na formação de uma cultura evangélica brasileira. Ou, de um supermercado cultural evangélico, em que estilos de vida evangélica tornaram-se disponíveis a todos os gostos (...) Não somente os pentecostais apostaram na família e em um estilo de vida cristão, mas também os não-pentecostais, os avivados e os fundamentalistas.

A religião no contexto brasileiro, não é um dado cultural passivo, mas sim, um processo de articulação direta e indireta de construção e desconstrução de sentidos, morais e éticos, que adentram a subjetividade do povo brasileiro e que influenciam profundamente o território e consequentemente, sua gente. A doutrinação religiosa é complexa pois atravessa objetividades e subjetividades, afetos e organizações que também são simbólicas e sociais. Quando as religiões passam a organizar a dinâmica de vida dos sujeitos (no caso da história do Brasil, as religiões de base cristã), como: ditar o certo e errado conforme os dogmas, doutrinas e moral religiosa, é possível perceber um processo de 'identificação das diferenças', como situam os autores Silva; Hall; Woodward (2014), ou seja, são criados os "nós e os eles", "os escolhidos e os pecadores", "aqueles de bons costumes, que são "tradicionais" e sustentados pela moral e pela fé e os outros, os imorais que atentam contra a fé e a moral pré-estabelecida". O problema em si não é a diferença enquanto ponto focal para a construção identitária, mas sim, o processo de exclusão e violência empregado por esse processo, como por exemplo, a violência direcionada a populações historicamente marginalizadas no Brasil, com direitos básicos sucateados ou desprezados, como é o caso dos grupos LGBTQIA+.

Tais afirmações não buscam generalizar as religiões cristãs como um mal a ser combatido, mas sim, problematizar as relações de poder que podem ou não influenciar a subjetividade de indivíduos a favor de dogmas, moral e costumes específicos, homogeneizando e cristalizando subjetividades, almejando e incentivando a diferença como um mal a ser combatido e não uma potência a ser explorada.

3.1 PARELHEIROS: CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO

Quando Parelheiros é abordado na presente pesquisa, é preciso realizar a diferenciação entre o distrito Parelheiros e os bairros de Parelheiros e Jardim Silveira, na qual cresci e me desenvolvi no decorrer de 23 anos. Os bairros aqui citados estão localizados no distrito de Parelheiros, extremo sul da cidade de São Paulo, segundo a subprefeitura de Parelheiros:

> Lá, no extremo sul da capital, ficam os distritos de Parelheiros e Marsilac, que compõem a Prefeitura Regional Parelheiros. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma área de 353,5 km², representando quase que 25% dos 1.523,278 km² da cidade de São Paulo, com muitas nascentes de água, que fizeram brotar vários pesqueiros e que alimentam as represas Billings e Guarapiranga (...) segundo informações do Censo 2010, Parelheiros apresenta uma população de 139.441 habitantes, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (São Paulo, 2026, n.p.).

Se trata de uma região destoante do resto da cidade de São Paulo, que no senso comum, já é relacionada como uma grande metrópole, de grandes centros comerciais, uma grande população e um cenário de concreto monocromático. Parelheiros é o inverso, um lugar de grandes reservas naturais, extremamente arborizado e com um clima que se faz dissociar do restante da cidade. Em seu contexto sócio-histórico, econômico e cultural, a região de Parelheiros, antes, Santa Cruz (como era conhecida), foi sendo atravessada pela inserção de imigrantes europeus e posteriormente, japoneses:

> Parelheiros recebeu este nome devido às diversas corridas de cavalos (parelhas) entre germânicos e brasílicos. Antes era conhecido como Santa Cruz, porque existia uma cruz no local. Por determinação e convite do governo imperial, um grupo de 200 imigrantes chegou a São Paulo em 1827. Eram alemães, austríacos e suíços que vinham para o estabelecimento de uma colônia agrícola (...) por volta de 1940, a região passou a receber também imigrantes japoneses, que vieram para explorar a agricultura e também ajudaram no desenvolvimento da região (...) Hoje, a Igreja Messiânica, de origem nipônica, tem seu maior templo fora do Japão: o Solo Sagrado de Guarapiranga, inaugurado em 1995 (São Paulo, 2026, n.p.).

Aqui, o cristianismo se instaura, primeiro com a colonização portuguesa católica e após com o protestantismo. Apesar de ambas serem expressões oriundas de uma base cristã (2010), o catolicismo e o protestantismo, em especial as designações mais contemporâneas, possuem distinções claras em relação a doutrina e expressões da fé, e isso fica muito claro na relação com o território e com as experiências vivenciadas.

> "Me lembro que, o cristianismo fez parte de minha história em dois grandes momentos, o primeiro foi a inserção no catolicismo, na catequese e nas missas como uma vontade da família, em especial, a da minha vó que é católica. Os ritos e a doutrina católica vêm de um lugar mais filosófico, às vezes até difícil de entender, não me lembro de momentos expressivamente intolerantes ou homofóbicos em relação ao catolicismo em minha infância e adolescência, porém o que me lembro bem é de que a igreja sempre foi um lugar de pessoas idosas. Em outra parte da minha exploração pela religiosidade, adentrei a igreja evangélica por mediação de amigas da escola, porém nesse espaço, a noção de "salvação da alma", era muito mais claro e presente, nestes momentos sim, percebi de modo claro e direito que ali, a diversidade de sexo e de gênero não era uma opção a se levar em consideração". **R**

As asserções levantadas acima, demonstram que, das doutrinas católicas e protestantes derivarem de uma raiz em comum, suas expressões podem ser diferentes. O catolicismo se expressa de modo mais filosófico e sutil em relação ao pragmatismo protestante na qual a inflexibilidade pode ser maior e mais direta. Tal como Rodrigues e Pereira (2024, p. 17) relatam acerca da visão de religiões cristãs tradicionalistas e fundamentalistas: "Foram constatados que, entre os 8 artigos revisados entre os anos de 2003 até 2023, as religiões tradicionalistas e fundamentalistas do cristianismo: católicos e protestantes, possuem uma visão negativa acerca da comunidade LGBTQIA+", de modo sutil ou direto, não se pode negar a intolerância velada e desvelada presente na expressão das comunidades religiosas aqui presentes.

3.2 A ESCOLA

> "Me lembro de um ocorrido na aula de história. Entre a 6º e 7º série, um de meus colegas de classe começou a usar termos pejorativos para se referir a mim:
>
> -"viadinho, bicha, boiola...",
>
> Ao relatar isso a professora, com um semblante sério, me mandou sentar em meu lugar, retrucando que eu também estava procurando os insultos. Parando agora para refletir, somente no final do ensino médio fui ter contato com outras pessoas LGBTQIA+ como eu, porém, com bastante resistência e ainda no armário[3]". **R**

Retomam-se as concepções de Berger e Berger (1977, p. 193) "Já definimos a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade", e a escola não deixa de ser diferente e pode-se perceber isso exatamente pela professora, uma expressão direta da instituição, a negação da violência por meio do silêncio e do comando "mandar se sentar", evidencia a responsabilidade

[3] Termo corriqueiramente utilizado para descrever quando um homem gay ainda não revelou a familiares ou amigos sobre sua identidade sexual. Amplamente estudado pelos estudos afirmativos sobre sua relação com sua construção identitária exploração/internalização do mundo (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020).

institucional frente a homofobia que ainda é invisibilizada e abafada. A escola e seus funcionários representam a organização de poder dentro da instituição, por sua vez a instituição é dialética frente ao meio, pois produz e reproduz suas características, ou seja, o silêncio institucional também denuncia o silêncio da sociedade perante a violência sofrida por pessoas LGBTQIA+.

Sua função enquanto instituição social, é a multiplicação do conhecimento científico e cultural historicamente acumulado pela humanidade, tal como a socialização de futuros sujeitos, um passo importante para a inserção na sociedade. Porém, e quando essa instituição social perpetua padrões cristalizados de ser e se portar no mundo? As instituições que não se posicionam frente às violências físicas e simbólicas contra a existência e o direito humano de ser e estar no mundo, se tornam cúmplices, mesmo que de forma involuntária, desse modo de violência. Neste caso, o papel de socialização de sujeitos e formação cidadã plural se perpetua somente na teoria, sustentando então o inverso, a continuidade e perpetuação da violência perante a omissão.

> As desigualdades também se manifestam no campo da educação. A pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, realizada em 2015, expõe como as relações patriarcais segregam as pessoas num ambiente que deveria cultivar o respeito e valorizar a diversidade. Os dados indicam que 60% dos/as jovens e adolescentes LGBT se sentem inseguros no ambiente escolar em função de sua orientação sexual. E 48% destas pessoas relatam que ouviam com frequências comentários pejorativos proferidos pelos seus colegas (Nogueira, Pereira, Toitio, 2020, p. 164).

Cabe aqui salientar que, apesar de se tratar de uma instituição social que organiza sujeitos sociais, normas e a construção e exploração das ciências historicamente acumuladas pelos seres humanos, a escola ainda está inserida no território e imbricada em suas relações de poder e cultura. A perpetuação da violência contra a diversidade ou a velação em meio a violência, perpetua sintomas cristalizados da cultura territorial do bairro. Novamente a escola não é uma instituição a parte da trama sócio-histórica e cultural, é parte dialética do processo. O enredo resgatado da história pessoal do autor, traz uma narrativa importante e rica em atravessamentos que serão estruturados em segmentos acerca do território, uma extensão física do bairro, mas que também carrega afetos, memórias e relações de poder.

3.3 O TERRITÓRIO

> “No bairro na qual cresci, são raras as pessoas LGBTQIA+, e mais raros ainda espaços seguros para pensar, sentir e discutir a sexualidade e o gênero. Apesar de ser situada na capital de São Paulo, o bairro Jardim Silveira, na região de Parelheiros, é um

> lugar que sempre me senti a parte do mundo LGBT+. Logo aos 13 anos, pude perceber que meu desejo era diferente do de outros meninos e os estereótipos começaram a falar mais alto. Nasci e cresci nesse bairro, e ali residi até os meus 23 anos. Esse bairro é afastado do centro da cidade, e se encontra no extremo sul de São Paulo. Em meu bairro, são escassos ou inexistentes os locais de lazer, música, arte... porém alguns dispositivos ainda realizam esse papel, mesmo que de forma involuntária, como os centros de projetos sociais e beneficentes (CCA´s[4] ou CEDESP[5]) ou seja, só fui ter contato com dispositivos "lidos socialmente" de cultura e arte e consequentemente, de diversidade, ao adentrar nos bairros e locais mais centrais da cidade. A percepção que tenho até hoje do bairro na qual cresci, mesmo não morando mais ali, é de um lugar que parece ter parado no tempo". **R**

A escassez de diversidade sexual LGBT+ (artística, estética e de corpos) em locais mais afastados do centro da cidade ou periféricos, ocorre como um sintoma a violência simbólica e física contra essa população. Rodrigues e Almeida (2024) investigam a dinâmica de homens gays na cidade de São Paulo em relação a exclusão e violência simbólica e constatam sua insegurança em bairros periféricos em detrimento de bairros centrais. Apesar de constatada a dinâmica de inclusão perversa e exclusão simbólica, a pesquisa dos referidos autores, não se aprofundou nas dinâmicas sócio-históricas que podem influenciar as tramas dessa dinâmica perversa e violenta.

Assim como discorre Barbosa (2017, p. 18):

> Ao afirmar a complexidade e a diversidade da cultura, estamos reconhecendo que existem cenas e cenários de interação de trocas simbólicas e da existência de diferentes sujeitos em seus territórios simbólicos-existenciais (...) A ênfase em objetos e espaços físicos muitas vezes ignora territórios e sujeitos de criação e vivência estética.

Neste sentido, a complexidade dessa violência no território não se divide entre centros e periferias como um sinônimo de mais ou menos cultura. Concordando com as asserções de Barbosa (2017), os territórios não dependem exclusivamente dos estereótipos tradicionais de arte e cultura, como centros e instituições sociais denominadas 'disseminadores de cultura', cada território com suas especificidades, afetos, organizações e história, são imbuídos de cultura própria, porém, o que causa essa violência ao 'diferente'?. O autor sustenta a ideia de que a inflexibilidade em relação a diversidade e diferença no território, se deve aos processos estreitados e de cristalização, que fixam identidades, costumes, pré-conceitos... percebendo o diferente não como potência de movimento (que é necessário para sua qualidade atualizante de cultura) mas sim, como uma ameaça a ser combatida.

[4] Sigla para Centros para crianças e adolescentes (CCA).
[5] Sigla Para Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo (CEDESP).

> Quando defendemos as franjas de comunicação entre culturas e territórios significa afirmar que a circularidade de produtos, práticas e imaginários são indispensáveis para o enriquecimento de sociabilidades, e sobretudo, como um projeto de sociedade democrática (Barbosa, 2017, p. 8).

Ou seja, não se trata exclusivamente de delimitar os centros de grandes cidades como mais seguros e abertos a essa população em detrimento das periferias, mas sim de relatar a complexidade das relações entre cultura e território e se esses territórios possuem abertura ou estão dispostos a se permitir a diferença, não como ameaça, mas sim como um processo de alteridade e de potência. A religião surge como uma extensão pessoal do relato de experiência, porém também é um processo de subjetivação construído a partir das relações socioculturais do sujeito e de sua dinâmica diária.

Ainda assim, não se pode deixar de perceber que Rodrigues e Almeida também exploram a subjetividade de homens gays em relação ao seu bairro, a cidade e ao pertencimento, o território e sujeito são expressões dialéticas e não descolados um do outro. Tal como a autoetnografia aqui explorada demonstra, o território inflexível a diversidade pode sim afastar e excluir sujeitos que não se sentem pertencentes ao ambiente e que ao mesmo tempo, o sujeito também pode se excluir do território, por lugares mais seguros e que façam mais sentido a sua existência e na expressão saudável de sua sexualidade. As asserções de Rodrigues e Almeida (2024) falam da subjetividade e as de Barbosa (2017) fala sobre a complexidade em reduzir territórios, ambas potencializam o debate, concluindo-se que, o território pode ser um agente de expulsão de corpos diversos se existe uma inflexibilidade e preconceitos cristalizados em relação a diversidade de sexualidade e gênero e o sujeito pode se excluir do território dado a sua segurança, inexistência de sentido ou pertencimento, independe do território se encontrar no centro da cidade ou em seu extremo.

3.4 A RELIGIÃO

> “Cresci no catolicismo, com avó católica, fiz catequese e primeira comunhão. Falar sobre sexualidade era um medo porque o ambiente ao meu redor, em especial a religião, me diziam que o correto era a relação entre homem e mulher, como dita nos ensinamentos bíblicos. Da infância à adolescência, reprimi minha sexualidade enquanto homem gay por medo, não só de como minha família lidaria, mas também de punições “divinas”, e esse medo se intensificou ao flertar com as religiões evangélicas. Hoje agradeço as oportunidades ou acasos da vida que me fizeram entrar em contato com diferentes segmentos religiosos, como o espiritismo, a umbanda e o budismo, e essas experiências distintas, me mudaram de modo a pensar minha realidade de forma ampliada”. **R**

A cultura carrega em si, as multiplicidades dos territórios e espaços físicos/simbólicos, das diferentes línguas, costumes, arte, religiões e crenças, relações entre pares, modos de socialização, sexualidades e identidade, neste sentido, podemos associá la a um arcabouço das relações humanas, situada e contextualizada em cada tempo/espaço. Este arcabouço, tal como Barbosa (2017) relata, não é estático, tão pouco, pode ser descrito como um processo simples. Quando amplia-se o debate para uma das faces da cultura, neste caso: 'as religiões e crenças de um povo', considerando a capacidade da cultura de afetar/atravessar indivíduos e sujeitos em uma determinada sociedade e ainda sim, também ser transformada por eles. Levanta-se então a hipótese de que, as religiões e crenças também participam dessa mudança, ou seja, do processo atualizante da cultura e do território na qual se está inserida.

A religião e as crenças, tal como os historiadores Silva, Belotti e Silveira (2010) e pesquisas anteriores (Rodrigues; Almeida, 2024; Rodrigues; Pereira, 2024) especificam, não possuem papel neutro nas sociedades na qual são formadas ou se estabilizam. Enquanto instituições sociais, organizam a cultura e indivíduos, em prol de suas necessidades, sejam elas quais forem. Como exemplo, evocamos as influências diretas e indiretas do cristianismo na arte, costumes, moral e vida cotidiana do povo brasileiro. O problema ocorre quando esse processo se cristaliza/enrijece e ao invés de produzir diferença como uma das especificidades da diversidade e da alteridade, o processo se inverte, produzindo exclusão, separação e violência.

> Podemos perceber que o fato de a criança se sentir diferente dos seus pares, o que muitas vezes também é reconhecido pelos progenitores, faz com que reforcem a necessidade de que o indivíduo deve incorporar os valores dominantes da sociedade, em que as homossexualidades e as bissexualidades são entendidas como erradas, o que leva essas pessoas a sentirem-se não apenas diferentes , mas também incompreendidas (Souza; Pátaro; Mezzomo, 2025, p. 35).

Neste trecho extraído do estudo dos autores sobre a relação da sexualidade e da família de jovens católicos, é possível perceber um padrão que se estende em histórias, entrevistas ou auto relatos de pessoas LGBTQIA+ em relação a religiões cristãs não inclusivas ou fundamentalistas, a negação do outro enquanto diferente e a culpabilização de quem sofre pela violência que sofreu. Pessoas LGBT+ são inviabilizadas justamente por uma idealização moral sociedade, família, de "homens e mulheres" e relações construídas sócio-histórico e culturalmente pela religião, neste caso, a católica.

No relato autoetnográfico por exemplo, a sua perspectiva enquanto ser constituinte da cultura e do território, só passa a mudar em contato com a diferença enquanto alteridade, neste caso, com outros segmentos religiosos como o espiritismo, a umbanda e o budismo. Aqui a mudança é entendida enquanto resistência em prol de uma religiosidade

que faça sentido e que permita o pertencimento do sujeito, respeitando a diversidade não enquanto uma característica estranha, mas como parte constituinte de um sujeito sócio-histórico e cultural, ou seja, como alteridade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas e as asserções descritas no decorrer do desenvolvimento do artigo ampliam o debate acerca das influências sócio-histórico e culturais da religião (neste caso, a cristã) no desenrolar do território e sua cultura. Diante das narrativas, o território é visto não só como um pano de fundo para os acontecimentos do relato, mas também um local físico e simbólico na qual o sujeito passa pelos atravessamentos.

Elencam-se relatos pessoais do pesquisador para desbravar a questão central da autoetnográfia: "explorar as narrativas de um relato de experiência de vivência territorial LGBTQIA+ no extremo sul da cidade de São Paulo, buscando compreender especificidades que atravessam a subjetividade do homem gay". Essas especificidades quando ampliadas a partir da égide da psicologia social crítica e sócio-histórica, desvelam atravessamentos complexos, formados em um dado momento da história, sustentado socioculturalmente e repassado de geração em geração por relações de poder.

É o caso dos costumes religiosos de uma noção idealizada de sociedade (cristã) conforme seus dogmas: uma sociedade heteronormativa, cisgênero, patriarcal e que é naturalizada ou sustentada por um ideial sagrado a ser seguido. As relações de poder estão imbricadas na sustentação de uma ordem social que se auto beneficia, pois, de certa forma, não lhes interessa a manutenção da diversidade ou a inserção da alteridade, mas sim, manter sua influência sobre os corpos de indivíduos e sujeitos. A diversidade é vista então como uma ameaça a essa "suposta ordem social", que pelo contrário, não é divina ou natural, mas sim, sócio-histórico e culturalmente construída, sustentada, disseminada e cristalizada.

Somam-se com as asserções dos relatos, a literatura organizada pelo estudo na qual é possível perceber como os autores da psicologia, estudos históricos e culturais, compreendem a relação entre religião e cultura. Os dados estão descritos na tabela 1.

TABELA 1 - organização das literaturas acerca da dinâmica cultura x religião

Autor(es)	Dinâmica cultura x religião
Karnal, 2010.	Percebe a influência direta e indireta do catolicismo na constituição histórica e social do Brasil, com influência nas artes, costumes e vivências diárias.

Nogueira; Pereira; Toitio, 2020.	Compreende o etnocentrismo, na qual a religião cristã advinda da europa está incluída, como fator de repressão e violência contra os povos originários e escravizados, além de regras e normas sociais acerca do sexo e do gênero, gerando não só violência física mas também simbolica, contra corpos diversos.
Rodrigues, Almeida, 2024.	A religião está presente como pano de fundo das narrativas dos entrevistados, revelando processos de exclusão física e simbólica contra homens gays.
Rodrigues; Pereira, 2024.	A revisão bibliográfica constata uma predisposição em relação às religiões cristãs fundamentalistas e não inclusivas a perceberam pessoas LGBTQIA+ de forma negativa.
Silva; Belotti; Silveira, 2010.	Os historiadores compreendem a influência do cristianismo (catolicismo e protestantismo) na formação subjetiva e objetiva da identidade latino americana.
Souza; Pátaro; Mezzomo, 2022.	Os autores constatam por meio das entrevistas a pessoas LGBT+ processos de negação, violência e repressão internalizados contra sua diversidade sexual e identitária, provocando profunda complexidade e descompasso por uma busca saudável da diversidade sexual.

Fonte: Autores (2026)

A organização da literatura sugere uma ampliação das percepções de atravessamentos que podem estar presentes na relação do sujeito com a realidade concreta e simbólica, neste caso, do homem gay com o território. O presente estudo que se ancora tanto em dados concretos da realidade (formação histórica do território) e da subjetividade (recorte autoetnográfico de espaço e tempo) confirmam que o presente sujeito explorado, teve diferentes atravessamentos que moldaram a sua vida e a sua relação com a religiosidade. Historicizar (2002) as relações humanas em seus contextos e espaços de tempo/espaço, é dar representatividade e potencia de ação a sujeitos historicamente inviabilizados e histórias apagadas. Aqui leva-se em consideração a capacidade das religiões enquanto instituições sociais (1977), de se mesclam e organizarem a cultura e o território ao seu interesse (a autoexclusão do corpo gay do cristianismo dado a expulsão religiosa e simbólica cristã e a busca por religiões que fazem sentido e que são seguras) a não permanência no território dado a sua incapacidade de mudar o meio de modo direto, mas se apropriar de um território que faça sentido e seja seguro.

Aprendemos com autores sócio-históricos, dos estudos culturais e estudados da territorialidade, de que o sujeito não é um ser a parte da realidade concreta, do território ou da cultura, mas parte constitutiva e constituinte da mesma e a sua resistência frente ao preconceito pode ser diversa, a mudança de religião, a apropriação de diferentes espaços e a explanação das memórias e afetos enquanto expressão histórica e política do 'ser gay'.

Considerando as asserções da tabela 1, em conjunto com a organização narrativa de literatura e o auto relato, pode-se perceber que o território é a soma ou o conjunto de culturas, afetos, memórias e sujeitos, porém, para o homem gay esse atravessamento pode

ser marcado pela violência física e simbólica geminada no território, sentir-se a parte, excluído ou não conseguir vivenciar plenamente a sua existência.

Desconsiderar a influência (direta ou indireta) das diferentes religiões, ou especificamente, das religiões de base cristã na formação subjetiva do homem gay deste relato, é invalidar os processos sócio-histórico-culturais e territoriais que permeiam sua subjetividade e identidade, reforçando então, a noção do sofrimento ético-político (Sawaia, 2014; 2020) de corpos diversos em ambientes e territórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se debruçou sobre a autoetnografia como captura do real e do subjetivo enquanto matéria prima para uma pesquisa poliepistemológica e qualitativa. Em seu objetivo geral, a pesquisa descreve como o território e sua cultura, influenciados por instituições sociais como a religião e a família, podem contribuir para uma apropriação negativa da vivência relacional com a comunidade enquanto homem gay e pessoa LGBTQIA+, como percebemos nos trechos do autorrelato, atravessamentos de um território cristalizado em uma cultura influenciada por segmentos religiosos que tratam o diferente como ameaça, imbuídos de violência simbólica e física podem acarretar na mudança de religião e de território como modo de buscar pertencimento, sentido e segurança.

O não pertencimento ou a sensação de estranheza enquanto pessoa LGBT+ apartada de uma cultura territorial que preza pela alteridade em detrimento de uma cultura territorial que castiga e pune o diferente, sustenta voluntariamente e involuntariamente, quais corpos ou não podem e devem performar e se apropriar do bairro, do território e da cidade, como é o caso de R. Dito isso, não podemos deixar de descrever como as religiões cristãs fundamentalistas descritas tanto no autorrelato quanto na revisão narrativa de literatura, atuam ativamente na construção e desconstrução de sentidos em um território, justamente porque afetam e se deixam afetar pelos sujeitos que ali residem e sustentam a performance da violência contra o diferente.

Por fim, elabora-se o estudo também como uma potência de enfrentamento e de resistência frente as histórias LGBTQIA+ que não são ditas e contadas, que podem e devem também servir como base historicizada e sócio-histórica para o questionamento e a revisão de padrões que violentam e adocem segmentos de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jorge Luiz. **Cultura e Território**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BELOTTI, Karina Kosicki. Pluralismo protestante na américa latina. *In*: SILVA, Eliane Moura da. BELOTTI, Karina Kosicki. SILVEIRA, Leonild (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: UMES, 2010a. p. 55-71. Disponível em:

http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina. Acesso em: 08 fev. 2026.

BELOTTI, Karina Kosicki. Fundamentalismos e intolerâncias. SILVA, Eliane Moura da. BELOTTI, Karina Kosicki. SILVEIRA, Leonildo. (Org.) **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: UMES, 2010 b. p. 133 - 148. Disponível em: http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina. Acesso em: 08 fev. 2026.

BERGER, Peter Ludiwig; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? *In*: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 193–199. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/254748630/Berger-Peter-L-Berger-Brigitte-O-Que-e-Uma-Instituicao-Social. Acesso em: 09 fev. 2026.

BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES. M. Graça M; FURTADO, Odair (org.). **Psicologia Sócio-Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, cultura e sociedade. *In*: STREY, Marlene Neves (org.). **Psicologia Social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 69-86.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 02 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Manual do pesquisador** – Plataforma Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/plataforma-brasil/manuais/manual-do-pesquisador-versao-3.8/view. Acesso em: 03 mar. 2026.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Psicologia comunitária, cultura e consciência. *In*: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da sociedade a autonomia. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 164-176.

GAMA, Fabiene; RAIMONDI, Gustavo Antonio; BARROS, Nelson Filice de. Apresentação - Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 37, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21300.a. Acesso em: 02 maio 2026.

KARNAL, Leandro. Catolicismo na América Latina: período da conquista e da colonização. *In*: SILVA, Eliane Moura da. BELOTTI, Karina Kosicki. SILVEIRA, Leonildo. (Org.) **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: UMES, 2010. p. 17 - 31. Disponível em: http://editora.metodista.br/livros-gratis/religiao-e-sociedade-na-america-latina. Acesso em: 08 fev. 2026.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário**: diversidade sexual, gênero e lutas sociais. São Paulo: Expressão Popular - Fundação Rosa Luxemburgo, 2020. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/01/O-Brasil-fora-do-armario-1.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

RODRIGUES, Ryan Dutra; ALMEIDA, Luiz Roberto. Construção identitária do Homem Gay: uma exploração dentro da cidade de São Paulo. *In*: **Fórum Nacional de Publicações acadêmicas**, 2024. Belém - Para: Home Editora, 2024. v. 12. p. 137-153. Disponível em: https://www.homeeditora.com/trabalho-2024/b3bf38fc-b125-4291-bb7c-9310f67d09f. Acesso em: 24 fev. 2026.

RODRIGUES, Ryan Dutra; PEREIRA, Maria Gabriela dos Santos. Subjetividade em debate: religiões brasileiras e comunidade LGBTQIA+ sob o olhar sócio-histórico. **Journal of Social Issues and Health Sciences**, v. 1, p. 1-19, 2024. Disponível em: https://ojs.thesiseditora.com.br/index.php/jsihs/article/view/219. Acesso em: 03 mar. 2026.

SÃO PAULO. Subprefeitura de Parelheiros. **Histórico**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2026. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/parelheiros/w/historico/411. Acesso em: 31 jul. 2026.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAWAIA, Bader Burihan. A dimensão ético-ontológica da violência. *In:* SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia R.; PURIN, Gláucia T. (orgs.) **Afeto e violência**: lugares de servidão e resistência. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2020. p. 33-41. Disponível em: https://www5.pucsp.br/nexin/livros/afeto-e-violencia-ebook.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

SAWAIA, Bader Burihan. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Alessandra dos Reis; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. Será que não é uma fase? identidade sexual de jovens católicos e suas implicações no âmbito familiar. *In*: MAIO, Eliane Rose; ROSSI, Jean Pablo Guimarães; LEITE, Lucimar da Luz (org.). **Gênero, sexualidade e religião: diálogos em espaços plurais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/05/eBook_Genero-sexualidade.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

Recebido em: 06/03/2026
Aceito em: 08/09/2026

TRABALHOS ARTÍSTICOS

MANIFESTO DE UM CORPO MARCADO

MANIFESTO OF A MARKED BODY

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo[1]

Saí do armário como quem arromba a própria pele,
não havia festa — havia eco,
havia um corredor estreito de olhos e julgamentos.

Meu corpo, antes sussurro,
virou território marcado,
mapa onde outros escrevem insultos
com a pressa de quem teme o diferente.

Aprendi cedo: existir é um risco.
Andar na rua é cálculo,
olhar nos olhos é coragem medida em segundos,
e o toque — às vezes — vem como violência,
quase nunca como encontro

Carrego o medo nos bolsos,
junto com as chaves entre os dedos,
como lâminas improvisadas
contra a noite que insiste em me nomear errado

Mas ainda assim,
há um pulso — teimoso — sob a pele.
Uma recusa em desaparecer

[1] Mestre em Cultura e Sociedade pela UFMA, especialista em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade pela Fiocruz e em Advocacia Criminal pela ESA/OAB-MA, é graduado em Direito e advogado inscrito na OAB/MA. Atua como membro técnico do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão e foi presidente da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/MA. Desenvolve pesquisas nas áreas de Criminologia, Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos, diversidade sexual e de gênero, luto, violência contra minorias e prevenção da violência.

Porque viver fora do armário
é também incendiar o silêncio,
é fazer do corpo ferido um manifesto,
é dizer: eu estou aqui,
mesmo quando tentam me apagar

E se tremo,
não é só de medo —
é de tudo que ainda insiste em nascer
apesar dele

Recebido em: 14/04/2026
Aceito em: 15/07/2026



REVISTA COR LGBTQIA+

ISSN 2764-0426